



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Viviane Mattar

Emergências sanitárias: fome, violências e resistências entre moradoras de uma favela do Rio de Janeiro no contexto pandêmico

Rio de Janeiro

2023

Viviane Mattar

Emergências sanitárias: fome, violências e resistências entre moradoras de uma favela do Rio de Janeiro no contexto pandêmico

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde

Orientador: Prof. Dr. Rogerio Lopes Azize

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo de Araujo Monteiro

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

M435 Mattar, Viviane

Emergências sanitárias: fome, violências e resistências entre moradoras de uma favela do Rio de Janeiro no contexto pandêmico / Viviane Mattar – 2023.

220 f.

Orientador: Rogerio Lopes Azize
Coorientador: Rodrigo de Araujo Monteiro

Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Áreas de Pobreza – Rio de Janeiro (RJ). 2. Programas Sociais. 3. Pandemia. 4. Violências. 5. Serviço Social. 6. Mulheres Negras. I. Azize, Rogerio Lopes. II. Monteiro, Rodrigo de Araujo. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. IV. Título.

CDU 316.35(815.3)

Bibliotecária: Julia Franco Barbosa – CRB 7 5945

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Viviane Mattar

**Emergências sanitárias: fome, violências e resistências entre moradoras de
uma favela do Rio de Janeiro no contexto pandêmico**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde

Aprovada em 15 de dezembro de 2023.

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo de Araujo Monteiro
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Rogerio Lopes Azize (Orientador)
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Prof.^a Dra. Carolina Parreiras Silva
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dra. Flávia Mello da Cunha
Universidade Federal do Amazonas

Prof.^a Dra. Paula Mendes Lacerda
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Rosana Maria Nascimento Castro Silva
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada às mulheres, crianças e famílias moradoras da Favela do Tripé, em especial à Luiza, Julia e Maria.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese foi, antes de mais nada, um trabalho de encontro, de memorização e de um movimento contínuo de um conjunto de eventos que transformaram o cotidiano e a vida de mulheres e moradoras da Favela do Tripé. Dentro deste processo, busquei por meio da minha escrita dar som ao que, por muitas vezes, nos emudece e nos modifica, na tentativa de dar forma ao que ouvi, presenciei e senti. Algumas pessoas foram fundamentais neste caminho, pois estiveram ao meu lado e seguraram a minha mão, para que a escrita fluísse a partir de uma transformação minha e de minhas interlocutoras.

No encontro, a gente se afeta e sou grata por esse sentimento ter me modificado, fazendo parte da construção de quem eu sou hoje. Por isso, agradeço a todas as mulheres da Favela do Tripé por terem me recebido em suas casas e em suas vidas, pelos aprendizados, pelo privilégio de poder dividir momentos de alegrias e de dores, onde o afeto foi essencial para que a escuta fosse também um lugar de acolhimento e de cuidado. Vocês me mostraram outras possibilidades de vida, de resistência e de produção de conhecimento. À Dolores, que sempre me recebia com um cafezinho e compartilhava as diversas histórias sobre as moradoras do Tripé. Nosso convívio e nossas longas caminhadas nas ruas e becos da favela foram fundamentais para a construção desta tese.

Um agradecimento especial à Luiza, que apostou na nossa amizade, confiou no meu trabalho e na minha pesquisa, acreditando em uma construção coletiva costurada a partir de relações de carinho, cuidado e respeito. Ter virado (nossa) sua família é um presente. Obrigada pelas interlocuções políticas, pelas mediações necessárias e pela oportunidade de aprender tanto ao longo desses anos.

Sou grata a todas as crianças que cruzaram o meu caminho durante todos esses anos de trabalho no Tripé, em especial ao Magu, à Maria e aos meus afilhados Júlia e Caio, que foram inspiração, força, paz, respiro e amor.

À equipe do CRAS pelas trocas estabelecidas, pelo envio de materiais, pelas entrevistas e pelas conversas, que se desdobraram em questionamentos e apontamentos para uma análise crítica sobre o trabalho no equipamento e no Tripé.

À Associação dos Moradores do Conjunto, pela disponibilidade e por compartilhar histórias e experiências.

Ao meu orientador Rogerio Azize, agradeço por todos esses anos de formação, de provocações e de interlocuções, que me fizeram questionar e estabelecer releituras e novos limites de pesquisa. Agradeço pela sensibilidade, pelo respeito, pela sinceridade, pela compreensão e pelo entendimento do meu processo de escrita e de pesquisa. Ao Rodrigo Monteiro, meu coorientador, pela leitura atenta, pelo interesse no campo, que me despertava novos e cuidadosos olhares, e pela generosidade durante todos esses anos.

Sou também grata à minha banca de qualificação, Carolina Parreiras, Paula Lacerda e Rosana Castro, pela leitura cuidadosa, pelos questionamentos e pelas indicações, que foram essenciais para a construção desta tese. Agradeço à Paula Lacerda pelas trocas desde o estágio docente, ainda no mestrado, e pela generosidade e carinho na escuta. À Rosana Castro, pelo esforço atribuído ao ser a ledora da tese e por ter me estimulado a pensar criticamente e a aprofundar análises sobre determinadas temáticas. A elas, juntamente com Flávia Cunha, agradeço pela disponibilidade e atenção, aceitando compor a banca de defesa desta tese. Também sou grata pela disponibilidade das professoras que aceitaram o convite para integrar a banca como suplentes: Marina Nucci e Natália Fazzioni.

À Carol Parreiras, agradeço pelo incentivo, desde o EGES, por acreditar e, principalmente, pela insistência em me fazer acreditar que era possível realizar uma pesquisa acadêmica comprometida com os meus múltiplos crachás e os meus mais profundos afetos presentes na Favela do Tripé. Agradeço pela generosidade, pela amizade, pelo companheirismo, pelas interlocuções, pelo acolhimento e pela construção de tantos trabalhos e caminhos que se cruzam.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, pela oportunidade e, aos meus professores, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica. Às funcionárias do IMS, por todo o apoio institucional, sempre dado com muito carinho e respeito. Durante o doutorado pude contar com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), sem o qual esse trabalho não teria se realizado.

Muitos diálogos marcaram o meu caminho durante a pós-graduação e fizeram parte do meu processo de me tornar uma pesquisadora. Por isso, agradeço à equipe do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), pelas

possibilidades de interlocuções, em especial à Claudia Mora, Cris Serra, Horacio Sívori, Jane Russo, Laura Lowenkron, Sérgio Carrara, Silvia Aguião, Vanessa Leite, Alessandra Brigo, Beatriz Klimeck e Ueslei Solaterrar.

Aos meus amigos de trabalho, que se tornaram amigos da vida e sempre me incentivaram e acompanharam o caos das infinitas demandas de trabalho: Sérgio Carrara, Vanessa Leite, Marcela Vendramini, Bárbara Pires, Paula Almeida, Aline Duque, Matheus de Paula e Alice Rodrigues. Em especial, à Vanessa Leite por ter acompanhado a minha formação, pela generosidade, carinho e cuidado.

À Marcela Vendramini e Marina Nucci pelas escutas diárias, pelo acolhimento, pelas risadas, pelo incentivo, pelo amor e por terem compartilhado e dividido todos os momentos de dificuldades e de alegrias.

Agradeço a todas minhas amigas e amigos, que sempre estiveram ao meu lado e na torcida para que tudo desse certo, em especial: Marisa Parreira, Bruna Brito, Aloysio Ribeiro, Eli Parreira, Bianca Castro, Ingrid Edwards, Júlia Junqueira, Alessandra Sili, Julia Concha, Bruna Matos, Morena Gurgel e Camila Villalon.

Aos companheiros/as/es do Coletivo de Estudantes do IMS pelas trocas, pelas lutas e pelo afeto, em especial à Alessandra Brigo, pelo companheirismo e por dividir as dores e as delícias da pós-graduação desde o início do mestrado.

À minha família emprestada, que sempre me apoiou: Titi, César, Flávia, Joca, Silvio, Márcio, tia Neném, tia Deni, Teca, vó Carol, Fe, Lu Aleixo e todos das nossas prateleiras compartilhadas.

Agradeço à minha família, aos meus tios e tias Maninho, Leila, Jorge, Ana Claudia, Zezé, Dinda Lene, Anibal e Leila H., que foram essenciais na minha vida, na minha criação e na minha formação; às minhas primas, irmãs e irmão, com quem divido os melhores e os piores momentos: Ana, Bia, Breno, Heloisa e Olivia; aos meus primos e cunhados Felipe e Júlio; ao meu sobrinho, meu amorzinho Antônio. Ao meu pai Vital, aos meus avós Eugênio, Antônio, Guidinha e Janete pelo afeto; às minhas avós queridas Léa e Maria, que mantiveram viva a minha força, orgulho e a grandeza de carregar o nosso sobrenome. Com eles por perto, tudo se torna um pouco mais fácil.

Agradeço principalmente à minha mãe Eliane por ser e sempre ter sido porto seguro, lealdade, amizade, força, generosidade, amor, compreensão, apoio, orgulho e persistência. Sem ela, nada teria sido possível. Obrigada por sempre ter me

mostrado o caminho e por ter estado ao meu lado durante todos os momentos, sem desanimar e sem desistir.

Agradeço ao Prego e à Favela, meus fiéis companheiros, cujo amor e companhia foram essenciais para os momentos mais difíceis e solitários durante o processo de escrita.

A toda energia e amor dos meus ancestrais, Deuses, Deusas, Orixás, Maria Padilha, Santo Antônio (o Toinho da minha mãe) e demais entidades que me cobriram de proteção e força.

Por fim, agradeço à Luciana Felipe por toda a paciência, compreensão, amor e companheirismo. Obrigada pelas longas conversas, pelo colo, pelas trocas, pelo cuidado e por dividir comigo a preocupação, a dedicação e o trabalho realizado na Favela do Tripé. Sem o seu apoio e o seu entusiasmo, o caminho teria sido mais difícil e cansativo.

Haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

MATTAR, Viviane. **Emergências sanitárias**: fome, violências e resistências entre moradoras de uma favela do Rio de Janeiro no contexto pandêmico. 2023. 220 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A pesquisa que fundamentou essa tese parte de uma interlocução de longa duração com mulheres beneficiárias de um sistema irregular de assistência social, moradoras da Favela do Tripé, nome fictício que damos a uma área particularmente pobre dentro de um conjunto maior de favelas, localizada no Rio de Janeiro. O trabalho de campo - que inclui ainda entrevistas com profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atua na região – foi realizado entre 2019 e 2023, anos marcados pela pandemia do novo coronavírus, por mudanças políticas que geraram instabilidade no regime de assistência social e por uma enchente que atingiu a região, todos eventos de grande impacto na vida daquelas pessoas. O campo levou à noção de que a categoria “emergência sanitária” no singular é por demais limitada, uma vez que há um conjunto de fatores que atravessam a vida desses sujeitos, como a fome, as múltiplas violências, as instabilidades de programas sociais e uma infraestrutura sempre abatida. Argumenta-se então que, no Tripé, os eventos críticos extraordinários fazem parte do ordinário, do cotidiano e da sociabilidade local, sendo, portanto, necessário falar em “emergências sanitárias”. É através desta perspectiva e neste contexto que procuro analisar como a instabilidade na gestão da precariedade, caracterizada pelas incertezas nos recebimentos de auxílios governamentais (e outras incertezas), produz novas lógicas de vida, novas relações sociais e a mobilização de moralidades, afetos e conflitos. Essa tese defende que a fome é um dos fatores que organiza a vida social no território em questão, produzindo resistências, conflitos, tensões e alianças que culminam até mesmo em novas lideranças comunitárias.

Palavras Chaves: pandemia; favela; fome; programas sociais; emergências sanitárias.

ABSTRACT

MATTAR, Viviane. **Health emergencies**: hunger, violence and resistance among residents of a favela in Rio de Janeiro in the pandemic context. 2023. 220 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The research underpinning this thesis stems from a long-term dialogue with female beneficiaries of an irregular social assistance system, residents of Favela do Tripé, a fictional name assigned to a particularly impoverished area within a larger set of favelas located in Rio de Janeiro. The fieldwork - which also includes interviews with professionals from the Social Assistance Reference Center (CRAS) operating in the region – was conducted between 2019 and 2023, years marked by the pandemic of the new coronavirus, political changes that generated instability in the social assistance regime, and by a flood that struck the region, all of which, events that have greatly affected the lives of those people. The fieldwork led to the realization that the term “health emergency”, in the singular form, is overly limited, as there are a variety of factors intersecting the lives of these subjects, such as hunger, multiple forms of violence, instabilities in social programs, and a consistently depleted infrastructure. It is argued, then, that at Tripé, extraordinary, critical events are part of the ordinary, the everyday life, and local sociability, making it necessary to talk about “health emergencies”. It is through this perspective and in this context that I seek to analyze how the instability in managing precariousness, characterized by uncertainties in receiving government aid (among other uncertainties), produces new logics of life, new social relations, and the mobilization of moralities, affections, and conflicts. This thesis argues that hunger is one of the factors that organizes social life in this specific territory, generating resistances, conflicts, tensions, and alliances that culminate even in new community leaderships.

Keywords: pandemic; favela; hunger; social programs; health emergencies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa da Favela do Tripé.....	38
Figura 02	Fotografia da “ponte”	39
Figura 03	Fotografia da “ponte”	40
Figura 04	Fotografia do quadro de informações na padaria do Paulo.....	48
Figura 05	Fotografia do muro com informações sobre descarte de lixo....	49
Figura 06	Fotografia sobre informações no CRAS.....	64
Figura 07	Fotografia do CRAS.....	64
Figura 08	Fotografia sobre informações no CRAS.....	65
Figura 09	Fotografia sobre informações no CRAS.....	65
Figura 10	Fotografia da enchente em 2020.....	150
Figura 11	Fotografia da enchente em 2020.....	151
Figura 12	Fotografia da doação de alimentos.....	153
Figura 13	Fotografia do fogão a lenha.....	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Auxílio Emergencial
BRT	Bus Rapid Transit
CEASA	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.
CLAM	Centro Latino-Americano em Gênero e Direitos Humanos
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCNTs	Doenças crônicas não-transmissíveis
Ebia	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMC	Índice da Massa Muscular
IMS	Instituto de Medicina Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI	Microempreendedores autônomos
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan- Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Auxílio Brasil
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social do Brasil
PFZ	Programa Fome Zero
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partidos dos Trabalhadores
SEST	Serviço Social do Transporte
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
VIGISAN	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	OS CAMINHOS AO TRIPÉ:” VAMOS PASSAR A EXISTIR”.	32
1.1	Avenida Brasil	33
1.2	O Conjunto	35
1.3	Favela do Tripé	37
1.4	Meu caminho até o Tripé	55
1.5	Metodologia	58
2	PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	69
2.1	Programa Bolsa Família	70
2.2	Auxílio Emergencial	80
2.3	Renda Brasil e Renda Cidadã	86
2.4	Programa Auxílio Brasil	90
2.5	O retorno do Programa Bolsa Família	97
2.6	Centro de Referência de Assistência Social	99
3	LUIZA	111
3.1	“Quem é você?”: Luiza e o início de nossa relação	111
3.2	As relações que vão se transformando: Luiza, Viviane e o trabalho social	126
3.3	Luiza e a ONG Azul	131

3.4	“Quem precisa mais”	134
4	O EXTRAORDINÁRIO DENTRO DO COTIDIANO: OS EVENTOS SANITÁRIOS NO TRIPÉ	143
4.1	A Enchente: “Parecia o diabo, o capeta com muitos braços entrando em nossas casas e pegando tudo que é nosso”	143
4.2	A Pandemia de COVID-19	155
4.3	As mulheres negras e a Pandemia	160
4.4	As operações policiais: “Parem de reclamar, vocês agora só vivem de mimimi”	167
5	AS MÚLTIPLAS FACES DA FOME NO TRIPÉ	173
5.1	A fome articulada ao gênero e à raça: “eu, como mãe, trabalhava até doer as mãos”	173
5.2	Pandemia e o retorno do Brasil ao mapa da fome	184
5.3	A Emergência da emergência: Estratégias e resistências na tentativa de superar a fome	194
5.4	Política da fome	198
	CONCLUSÃO	203
	REFERÊNCIAS	210
	ANEXO: Mapa do Tripé	220

INTRODUÇÃO

A gente que é pobre vai morrer, vai morrer mesmo. Cada situação, que só Jesus. Recebemos o Auxílio (Auxílio Brasil), mas as coisas estão caras, não estamos conseguindo comer. Não estamos vivendo, estamos sobrevivendo.

No mês de julho (2022), muita gente não recebeu. Falaram que ia aumentar o valor do Auxílio, mas teve gente que nem recebeu. Peguei metade do leite em pó e misturei com farinha e açúcar pra render. Isso pra menor, o maior nem leite tem pra beber. Aqui é assim, começou a andar, acabou essa de tomar leite, não temos dinheiro.

Tem gente que ainda não se recuperou da enchente do começo do ano, aí veio a pandemia, a situação que estava ruim, piorou. E vou te falar? Ninguém se preocupa. Quem você acha que se preocupa com a gente? A gente morre e ninguém nem se dá conta.

A gente morre todo dia. Todo dia é isso, os caras entram aqui, a situação está horrível, você sabe. Eles entram aqui e tratam a gente como lixo, batem, são grossos, quebram tudo...e temos que agradecer por não terem matado a gente, ou nossos filhos naquele dia. Dia seguinte a gente acorda e pensa: somos o lixo que vamos morrer na mão deles, ou somos o lixo que vamos ter que aceitar aqueles legumes todos podres pra não passar fome? Pensamos: o que vamos escolher hoje?

Maria

Durante uma madrugada de fevereiro de 2020, uma enchente inundou a Favela do Tripé, levando com a água parte significativa de uma vida construída na adversidade de um cotidiano marcado pela violência, pelo racismo, pela desigualdade social e pelas instabilidades nas políticas públicas sociais. O

aglomerado de restos de construções de casas, roupas e móveis era o espelho que refletia uma vida em que é preciso, frequentemente, elaborar estratégias para sobreviver e recomeçar.

Após pouco menos de um mês, em março de 2020, um acontecimento de nível mundial, a pandemia do novo coronavírus, afetou, ainda que de maneira distinta, a vida de todos nós. O avanço da doença mostraria que nada havia ali de democrático: todos podem ser infectados, mas as condições de vida, de saúde e de proteção do governo, através de políticas sociais e medidas de controle da disseminação do vírus, demonstraram que a pandemia não foi a mesma para todos.

A Favela do Tripé faz parte do Conjunto, um grupo de seis favelas localizadas entre as zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro. Realizei a mudança do nome destes locais e dos participantes desta pesquisa para garantir, na medida do possível, anonimato e proteção a mim e minhas interlocutoras (em sua maioria mulheres), já que se trata de favelas com presença do tráfico de drogas e de confrontos com a polícia. Levantamentos extraoficiais e obsoletos conduzidos por ONGs da região mostram um total de 4 mil moradores habitando o Tripé; no entanto, com a minha experiência e meu duradouro trabalho no local, arrisco dizer que este número não condiz com a realidade atual, em outubro de 2023.

Não há dados oficiais publicados sobre a região. O mais próximo que encontramos, no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil¹, são números desatualizados do ano de 2010, acerca de três, das seis favelas que compõe o Conjunto. A população recenseada era de aproximadamente 11 mil habitantes e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador da qualidade de vida de determinada população, anunciava uma situação de vulnerabilidade social presente naquele contexto. Ainda que eu enuncie dados desatualizados e ausentes, parece que o Tripé seguiu a mesma direção do resto do país que, em 2021, atingiu o número de 29,4% da população vivendo em situação de extrema pobreza².

A epígrafe desta introdução, a partir de um diálogo com uma das minhas interlocutoras, evidencia as questões centrais e importantes a serem discutidas nesta tese. Partindo de situações cotidianas na vida de moradoras da Favela do Tripé, território que sofre com diversos tipos de apagamentos, procuro investigar

¹ <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acessado em 04 de outubro de 2023.

² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acessado em 05 de outubro de 2023.

como dois eventos compreendidos como extraordinários – uma enchente e a pandemia do novo coronavírus - se encontram com um ordinário marcado pela fome, pela falta de infraestrutura, pela instabilidade de programas sociais e por violências físicas, psicológicas e morais. Como peças de um quebra-cabeça, as diversas desigualdades vão se encontrando na vida de mulheres, cujas situações vistas enquanto exceções são o ordinário de seus cotidianos, e a resistência é a única possibilidade de produzir possibilidades de vida.

O termo jurídico “Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)” que, no senso comum convencionou-se a chamar de emergência sanitária, foi aprovado por meio do decreto 7.616, de 2011³. A regularização notifica que a ESPIN ocorrerá “em situações que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública”. O texto relata três situações nas quais ela pode ser emitida: as epidemiológicas – como foi o caso da pandemia de coronavírus –, de desastres ou de desassistência à população. Tensiono este conceito para pensar, em diálogo com a emergência sanitária difundida durante a pandemia e um desastre causado por uma enchente que resultou em prejuízos e sofrimentos econômicos e sociais, que existem outros tipos de emergências no Tripé que são resultantes de uma desassistência à população.

As situações que debato nesta tese, apesar de trazerem muito sofrimento aos moradores do Tripé, são menos visíveis, mas não menos emergenciais, o que evidencia a necessidade de um olhar mais cuidadoso do Estado. Desta forma, naquele contexto, parece inapropriado pensar em uma emergência sanitária no singular, já que a realidade ali experimentada é permeada por eventos críticos e crises de emergências sanitárias. Neste cenário, pretendo desenvolver como, a partir de situações cotidianas de mulheres moradoras do Tripé e beneficiárias de políticas sociais instáveis, a fome, as múltiplas violências, as condições precárias de vida, as moralidades, as vigilâncias, os conflitos e os afetos produzem resistências e estratégias de vida. Através de um Estado que se faz presente nas pontas, em suas operações de uma entidade plural e heterogênea, os modos de gerir podem ter como consequência a diminuição ou, ao contrário, o aumento de vulnerabilidades sociais. Essas políticas de governo, na favela, parecem organizar dinâmicas de

³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7616.htm

sujeitos que se mobilizam e desmobilizam a partir do recebimento de programas sociais.

As camadas sociais da violência, que podemos observar através da narrativa da Maria, se relacionam e se acumulam (MISSE, 2008) no cotidiano, se performando, formulando normas, regras, moralidades, acusações, desavenças, afetos e conflitos. A realidade é permeada e assombrada pela fome, pela violência policial, pela desinformação e instabilidade no recebimento de programas sociais (no caso descrito no trecho de abertura, o Auxílio Emergencial), pela responsabilidade do cuidado materno, pelo empobrecimento e por crises sanitárias - a pandemia de COVID-19 e uma enchente, que descreverei, mais detalhadamente, no quarto capítulo.

A vida de mulheres negras, moradoras de favelas e periferias são marcadas pela violência racial, de gênero, de classe e de território, em que há a imposição de tarefas relacionadas ao cuidado, reafirmando convenções presentes e similares às que ocupavam na sociedade colonial (NASCIMENTO, 2007). Em paralelo a estas tarefas, permanece, dentro e fora de suas casas, um uso ilegítimo de força e coação, com ataques verbais e físicos, da brutalidade policial. Estes sistemas acabam por reforçar o processo de marginalização física e social presente durante a vida destas mulheres e de suas ancestrais, subalternizando suas existências.

Ao refletir sobre os marcadores sociais da diferença – raça, gênero, classe social e território -, utilizo o conceito de interseccionalidade (BRAH, 2006; COLLINS, 2021; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1984, 2011; PISCITELLI, 2008) como uma estratégia analítica para compreender as realidades e as relações que se apresentam naquele território. Os conjuntos de poder, que operam com o cruzamento das categorias permeadas umas pelas outras, atravessam sistemas e causam opressões, que devem ser visitadas de modo a não homogeneizar e hierarquizar as diferenças que resultam em desigualdades.

Às mulheres negras são impostos mecanismos que, por meio do dispositivo da racialidade, impõe certo controle que subalterniza e apaga experiências de vida para produzir tecnologias que regulamentam os corpos. ¹ Sueli Carneiro (2005), ao adotar o conceito dispositivo, desenvolvido por Foucault, elabora a noção de dispositivo da racialidade, analisando como os processos de exclusão de populações negras acontecem a partir de tecnologias de poder que têm subalternizado essa população.

A instabilidade nas políticas sociais, o controle e a intimidação policial e a prática (ou a falta) de ações que atenuem as desigualdades sociais, são maneiras de regular a vida sob diferentes perspectivas. Utilizo o conceito de biopoder, descrito por Foucault (1977-1978, 2008) como “(...) o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3), para entender como uma técnica que produz corpos economicamente ativos e politicamente dóceis, localiza, a partir do século XIX, um poder que assume a vida, havendo uma “estatização do biológico” (FOUCAULT, 1976, p.201), na qual a vida passa a ser regulamentada através do poder de “fazer viver e deixar morrer”.

Desta forma, o que anteriormente era uma relação de poder em que o soberano apresentava o direito de vida e de morte, passou ao discurso de salvar a vida, no qual o sujeito se torna elemento central na gestão de instrumentos para a manutenção da vida. Esse corpo passa a ser domesticado e se inicia uma preocupação com a população, e de que forma esta se apresenta ao governo. Para que haja a preservação da vida, o corpo do homem, agora visto enquanto espécie, é cercado de disciplinas acadêmicas que apresentam o objetivo de fazer produzir e reproduzir. Apresenta-se a divisão do corpo em dois eixos, (a) enquanto máquina, que precisa de constante melhora, que diz respeito à ideia de docilidade; (b) como espécie, uma mecânica do ser vivo, que respeita, que se reproduz e que, enquanto população, deve ter garantidas condições de existências através de controles produzidos pelo governo, nomeado como biopolítica.

A biopolítica prevê a preservação da vida através de uma preocupação demográfica, uma proporção com o foco na população; e a criação de uma saúde coletiva, em que a vida biológica dos sujeitos é incluída na gestão da política, que é administrada e gerida em nome da vida e dos processos que aparecem enquanto ferramentas fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento de uma sociedade normalizada (FOUCAULT, 1976, p.2013). A morte, neste contexto descrito na obra de Foucault, aparece enquanto um limite, vista como uma esfera política legítima em alguns casos. Isso nos faz refletir sobre o que Foucault (2008) conceitua como “governamentalidade”, ou seja, o Estado possui como objetivo, no centro de suas relações de poder, a gestão da vida (e não da morte) e utiliza para

isso uma série de dispositivos de poder, como a disciplina e o controle dos indivíduos e de seus corpos.

Todavia, esta forma de exercer a morte é alicerçada em um racismo que estrutura e que distribui atravessamentos e cortes sobre quem vai morrer e quem vai permanecer vivo. A morte do Outro legitima a sobrevivência de uma raça vista como superior, mais pura e que, portanto, pode se reproduzir e se multiplicar, já que é mais forte (FOUCAULT, 1997). O biopoder então, é uma forma de promoção de determinada raça, em detrimento de outra, no qual a função assassina do Estado pode se manifestar através de mortes por assassinatos diretos e/ou indiretos. Há, neste modo de gestão, um desequilíbrio no biopoder, que tensiona e resulta na morte de determinado Outro.

Carneiro (2023) desloca a análise para o contexto brasileiro, pensando na forma como o desequilíbrio sobre o direito de vida e de morte produz violência e mortes para determinados sujeitos. Concordo com a autora, que afirma que pessoas brancas e pessoas negras dispõem de condições diferentes de vida e de morte. As tecnologias de poder apresentam, por meio do racismo, a preservação ou o abandono a determinados indivíduos, já que é um instrumento utilizado para a legitimação do direito de matar, exercido por alguma atuação ou pela omissão do Estado. A assimetria nas realidades entre negros e brancos se manifesta desde a infância, com maiores índices de vulnerabilidade, de mortalidade e menor expectativa de vida, já que a pobreza se apresenta como “condição crônica na existência negra” (CARNEIRO, 2023, p. 55).

Durante a pandemia do novo coronavírus, algumas doenças⁴, conhecidas como comorbidades, se mostraram enquanto potencializadoras dos riscos à saúde de sujeitos que fossem infectados pelo vírus SARS-CoV-2. Segundo dados do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pessoas negras apresentaram maior letalidade ao COVID-19, quando comparadas a

⁴ Doenças Cardiovasculares; Insuficiência cardíaca (IC) ; Cor-pulmonale (alteração no ventrículo direito) e Hipertensão pulmonar; Cardiopatia hipertensiva; Síndromes coronarianas; Valvopatias ; Miocardiopatias e Pericardiopatias; Doença da Aorta, dos Grandes Vasos e Fístulas arteriovenosas ; Arritmias cardíacas ; Cardiopatias congênitas no adulto ; Próteses valvares e dispositivos cardíacos implantados ; Diabetes mellitus ; Pneumopatias crônicas graves ; Hipertensão arterial resistente (HAR) ; Hipertensão arterial - estágio 3 ; Hipertensão arterial - estágios 1 e 2 com lesão e órgão-alvo e/ou comorbidade ; Doença Cerebrovascular ; Doença renal crônica ; Imunossuprimidos (transplantados; pessoas vivendo com HIV; doenças reumáticas em uso de corticoides; pessoas com câncer). ; Anemia falciforme e talassemia maior (hemoglobinopatias graves) ; Obesidade mórbida ; Cirrose hepática

indivíduos brancos, comprovando que a população negra foi mais atingida e a que mais sofreu. Castro (2021) aponta que, além da ausência, ineficácia e omissão de ações governamentais que ampliassem e buscassem estratégias para uma perspectiva e abordagem étnico-racial, esses dados trazem a comprovação dos efeitos do racismo na saúde. Algumas doenças, como por exemplo diabetes, obesidade e hipertensão⁵, são mais presentes na população negra, esse fato se explica pela dificuldade no acesso à saúde para tratamento, somado a condições de maior vulnerabilidade social e ao maior risco de morte pelo novo coronavírus.

A emergência sanitária no Brasil, resultado da pandemia de COVID-19, agravou uma crise política e econômica já em curso no país desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e evidenciada pelo governo federal que tomou posse em 2019. O baixo desenvolvimento econômico e o ataque às políticas públicas, com sucessivos desmontes, deslocou de forma desigual indígenas e populações negras das favelas e periferias para situações de aumento da vulnerabilidade social e empobrecimento. A violência, que já se apresentava enquanto uma política governamental presente na vida de sujeitos, foi ampliada, assim como a necessidade da luta pela sobrevivência.

Isso demonstra que a emergência sanitária evidenciada durante a pandemia já era uma realidade para determinados indivíduos, que atravessaram este período somando e encaixando peças de crises em seus quebra-cabeças cotidianos. O racismo ambiental, o consumo impróprio ou inexistente de água potável, a falta de saneamento básico, de moradias e infraestruturas adequadas, a dificuldade no acesso à internet e tecnologias e a instabilidade de fornecimento de energia, são apenas alguns exemplos de uma vida marcada por desigualdades. Com o fim das medidas de isolamento social, defendida pelo governo federal com o slogan “O Brasil Não Pode Parar⁶”, em nome da abertura da economia, a população deteve a incumbência sobre a decisão de se isolar ou arriscar a própria vida.

Para a população mais empobrecida, com trabalhos informais, sofrendo com o desemprego e com as tentativas de recebimento do Auxílio Emergencial, a sentença era sobre continuar trabalhando para se sustentar, ainda que o resultado pudesse ser a morte. Butler (2022) analisa como, no contexto da pandemia, a morte

⁵ <https://ceara.fiocruz.br/portal/index.php/pesquisadores-do-nordeste-avaliam-relacao-entre-comorbidades-e-obitos-por-covid-19/>

⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento/>

aparece enquanto resultado da necessidade de sair de casa para trabalhar, ainda que este seja indispensável para a manutenção da vida. Para a autora, a questão posta à classe trabalhadora e em vulnerabilidade social colocou em xeque os riscos a que determinado grupo se expôs, cuja desigualdade foi um fio condutor para analisar “quais vidas são valoradas como vidas e quais não?” (BUTLER, 2022, p. 64).

O mundo, que parece ser habitável apenas para alguns, evidencia incursões policiais em que vidas negras são brutalmente assassinadas, ou têm suas vidas expostas com recorrentes revistas em suas casas. O medo cotidiano da entrada da polícia, os acordos firmados com o tráfico e a milícia, as balas “perdidas”, os linchamentos sofridos por jovens negros nas vielas de favelas e o assédio sofrido por mulheres negras são um anúncio de um racismo em que determinadas pessoas não possuem condições adequadas de viver, de criar seus filhos e sua família. O que também não se mostra enquanto exclusividade de um tempo pandêmico.

Neste contexto de crise, a pandemia agravou a fome no Brasil e, conseqüentemente no Tripé. Muitas famílias moradoras da favela vivenciaram situações de grave insegurança alimentar⁷ e as estratégias para conseguir alimentos se tornaram importantes elementos para organização de relações e dinâmicas sociais, atravessando, como tema central, a pesquisa desta tese. Desde meados de 1990, o combate à pobreza passou a fazer parte e ser prioridade na agenda internacional. No Brasil, a partir de 1940, foram criadas as primeiras medidas para garantir e subsidiar alimentos à população e, segundo Relatório II VIGISAN⁸, a partir do ano de 2002, com ações que incluíam deflação dos preços dos alimentos, retomada do emprego formal e estratégias de inclusão de famílias vulneráveis em programas sociais (Programa Bolsa Família), a insegurança alimentar apresentou encolhimento no país. Entre 1992 e 2014 de números de pobres caiu de 53 milhões para 19 milhões de brasileiros⁹.

⁷ A insegurança alimentar ocorre quando o indivíduo não tem acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade necessárias para a sua sobrevivência, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

⁸ <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acessado em 16 de setembro de 2023.

⁹ <https://pp.nexojournal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2023/8-pontos-sobre-pobreza-e-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil#:~:text=Tomando%20a%20linha%20internacional,%25%20para%2010%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 04 de outubro de 2023.

No entanto, no ano de 2018 a parcela de brasileiros em insegurança alimentar aumentou, chegando a um patamar durante a pandemia no qual 1 a cada 4 brasileiros não possuía comida suficiente para alimentar a família. A insegurança alimentar disparou entre as mulheres brasileiras negras que chefiavam seus lares e que possuíam baixa escolaridade, mostrando que a fome tem gênero, cor e grau de escolaridade¹⁰. A necessidade de refinar as ferramentas e a gestão de políticas públicas, elaborar guias alimentares e produzir medidas que regulem e promovam uma alimentação regular e permanente em quantidade e qualidade, respeitando a diversidade cultural e levando em consideração a sustentabilidade, precisa estar na agenda de uma decisão política eficaz.

Concordo com Butler (2022) ao afirmar que as crises e emergências sanitárias não necessariamente se sobrepõem, concorrem, ou se esbarram, mas estão interligadas, uma vez que se comunicam e se relacionam. Elas se apresentam de formas paralelas e são instaladas por um processo de racismo estrutural que, o fazer viver e fazer morrer (FOUCAULT, 1976), funciona de maneira conjunta, que estrutura e viabiliza a morte. “Quantas vidas vale perder? De quem são as vidas que valem ser perdidas? De quem são as vidas que, desde o princípio, nunca foram consideradas vidas que vale proteger?” (BUTLER, 2022, p. 55).

No entanto, o que se observa nas favelas e periferias, e que investigo durante esta pesquisa, reformula a ideia de Foucault (1976) sobre biopolítica, passando a ordem da morte a servir a vida. Trata-se, portanto, de sujeitos que se constituem na exceção de um Estado soberano, um Estado de direito, que é baseado na democracia, em que o mito da democracia (MBEMBE, 2018) verifica ao soberano o direito de matar. A ordem é a morte que serve a ela mesma. Não é a vida que está em jogo, mas a ideia de exterminar e de colocar a morte enquanto perspectiva central da vida. Este processo faz da morte um instrumento que se desdobra em saberes, em tecnologias, em inimizades e extermínio.

Mbembe (2017, 2018, 2021) conceitua enquanto necropolítica as lógicas de brutalidade em que determinados indivíduos racializados são transformados em inimigos que devem ser combatidos em nome de uma ameaça idealizada e inventada. O terror a que os Outros são submetidos faz parte de uma existência transformada e produzida em condições de vida abjetas, em cidades

¹⁰ <https://pesquisassan.net.br/>. Acessado em 04 de outubro de 2023.

constantemente vigiadas, sem luz, sem água, com fome, sem políticas públicas eficazes, com acesso à saúde diminuído, precarização de transportes públicos, sem liberdade de mobilização espacial e circulação, sem acesso à internet, habitando espaços militarizados e controlados. As relações de inimizade, estruturadas a partir do racismo, da raça e do colonialismo é fundamentada na emergência fictícia da existência de um inimigo, tornando-se base e licença para deter a morte como finalidade e justificativa de um extermínio. Este aniquilamento não se dá apenas nas ações mais expostas e evidentes, mas fluem nos territórios, nas faltas, nas omissões e no apagamento.

Observamos no Tripé parâmetros descritos acima, que estabelecem a legitimação da submissão da vida pela morte, através da destruição de corpos. As políticas governamentais do Estado controlam quem deve viver e quem é o inimigo que deve ser aniquilado. Trata-se, portanto de uma configuração que se estabelece, se amplia e se intensifica com o objetivo de sacrificar determinadas vidas, negras, pobres e de moradoras de favela. Neste território a morte é naturalizada, já que a vida está baseada na iminência de uma violência de Estado. Por isso, diante da pandemia, se fez imperativa a problemática sobre a necessidade de uma proteção na disseminação do novo coronavírus, mas continuou em segundo plano a preocupação com as operações policiais, fome, enchentes, dificuldade de acesso a políticas sociais e tantas outras emergências previstas e presentes em seus cotidianos.

As violências se mostram como o cotidiano dos moradores do Tripé, fazendo parte da construção de quem eles são, de suas relações sociais e de como produzem seus mundos e suas existências. Os sujeitos, neste contexto, se constituem no limite, a partir de múltiplas violências que se tornam constitutivas de indivíduos, que estão em constantes construções e modificações. Conforme indicado por Das (2020), os grandes eventos de violência não são a exceção, eles estão no ordinário, no dia a dia que precisa ser refeito, repensado e reorganizado constantemente, mas sempre tendo como pano de fundo diversas crises sanitárias que acontecem repetidamente e infundavelmente.

Os fragmentos que resultam desta equação, que pode ser de morte, de fome, de medo pelos seus e pelos outros, funcionam como tentáculos que tensionam indivíduos, que vão negociando para viver. Desta forma, o cotidiano pode ser entendido não apenas como algo analítico, mas também metodológico, já que é ele

quem explica aquelas existências em cenas marcadas pela devastação. A violência aniquila, congela vozes, amplia choros, comunica dores e resulta em um sofrimento e uma morte social. Todavia, conforme investigado por Das (2020), a violência enquanto algo que constitui a vida de sujeitos, produz um cotidiano possível, com momentos de alegrias, de atividades diárias compartilhada com vizinhos, amigos e familiares, que de certa forma utilizam a resistência como forma de se opor à brutalidade do dia a dia. É através das redes de apoio, do afeto, dos conflitos, da solidariedade, das moralidades, das vigilâncias e das microrrelações que há novas condições de existência e reconfigurações de valores e desejos coletivos (BUTLER, 2022).

Para dialogar com o que foi descrito acima, realizei metodologicamente na Favela do Tripé, uma pesquisa de campo, entre 2019 e 2023, com inspiração etnográfica, aplicando ferramentas como entrevistas semiestruturadas, realizadas com mulheres que recebem benefícios de assistência social e trabalhadores do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), observação participante e imersão prolongada no contexto de pesquisa. Conforme mostro nas próximas páginas, minhas interlocuções com essas mulheres também aconteceram remotamente, através de conversas por redes sociais. Durante a pandemia, que atravessou meu campo de pesquisa, a necessidade de respeitar as medidas de segurança impôs uma comunicação exclusivamente online, sendo necessário discutir como nossas relações estão construídas também através da tecnologia e da internet e de que forma esse campo reproduz e produz diversas desigualdades.

Apresento, também como metodologia, alguns registros fotográficos do meu trabalho em alguns momentos na Favela do Tripé. A intenção de exibi-las é a de possibilitar a visibilidade a uma favela que parece inexistente ao Estado, já que não consta em dados públicos e oficiais. Além disso, o ato de fotografar se apresentou enquanto uma questão importante no meu campo, uma vez que as fotos e utilização delas é algo que negocia doações, que manipula relações e que concede certa veracidade a situações como a pobreza.

A partir destas interlocuções, construo uma reflexão sobre vulnerabilidade social, fome, violência, instabilidades nas políticas de assistência social e sobre como essas pessoas lidaram com a pandemia, mas também com múltiplas emergências que se apresentam enquanto ordinárias. Meu trabalho contínuo naquele território facilitou o meu trânsito para a realização desta pesquisa. Sou

nutricionista de formação e trabalho no Conjunto há 12 anos. Em um primeiro momento, minha função era como coordenadora de projetos em organizações não governamentais (ONGs) que desenvolviam projetos sociais nessas favelas. No início, meu trabalho nas ONGs A e B, que apresentarei no primeiro capítulo, consistia no acompanhamento nutricional de crianças, adolescentes e suas famílias, produção e acompanhamento de projetos pedagógicos, culturais, de saúde e de prevenção sobre o uso de álcool e outras drogas.

Com o passar do tempo, minha atuação se expandiu em termos da escala temática dos projetos, e me tornei cofundadora da ONG Azul, que promove atividades culturais, encaminhamento profissional e assistência social para moradores do Tripé e que será descrita mais detalhadamente no primeiro capítulo. Durante este período, com o trabalho realizado, as minhas relações com esta favela e seus moradores, em especial mulheres, se aprofundaram e desenvolvi laços afetivos com essas pessoas, me tornando a Vivi da ONG, a comadre da Luiza, a amiga, a que distribui doações e a que realiza festas e ações. É neste papel, com múltiplos crachás, que escuto minhas interlocutoras desde o mestrado, entendendo a relação de poder que se estabelece a partir de uma pesquisa de campo realizada por uma mulher branca.

Neste caminho, estruturei este trabalho em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a uma descrição detalhada dos caminhos que percorri até a Favela do Tripé, sendo eles espaciais, profissionais e afetivos, e a metodologia adotada para a realização desta pesquisa. Parto de um detalhamento do trajeto que percorro até a chegada ao Tripé, cruzando a Avenida Brasil, no qual analiso a precarização nos arredores da via, as obras da prefeitura do Rio de Janeiro, os transportes públicos e as poluições visuais e sonoras. A seguir, reflito sobre o Conjunto e apresento como os sujeitos se dividem, a depender dos seus locais de moradia e de fronteiras invisíveis, e constroem relações sociais permeadas por padrões, regras e normas.

Chego à Favela do Tripé, onde descrevo em detalhes a configuração espacial do local, com os principais comércios e casas habitadas por moradoras e interlocutoras centrais ao meu trabalho. Analiso como, a partir da segmentação desse espaço e de gestões que surgem a partir do tráfico e da presença da polícia, surgem e são reproduzidos moralidades, conflitos, estigmas e relações de solidariedade e afeto. Explicito a construção das minhas relações com as minhas

interlocutoras e com o território, levando em consideração a linha do tempo percorrida por mim desde 2011.

No segundo capítulo, analiso alguns Programas de Transferência de Renda – Programa Bolsa Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil - e seus desdobramentos e mudanças terminológicas, especialmente aqueles que estiveram em debate durante a pandemia do novo coronavírus. Levando em consideração as condições de recebimento, as condicionalidades, cadastro no CADÚnico (mobilizado através do atendimento no CRAS), informações, desinformação e táticas que os meus interlocutores produziram para se tornar beneficiários, procuro compreender como estes processos explicam e organizam as relações sociais presentes no meu campo de pesquisa, em um contexto de crises e emergências sanitárias.

Procuro dar enfoque ao CRAS, no que diz respeito às dinâmicas estabelecidas durante o atendimento para recebimento de Programas de transferência de renda e unidade que organiza e distribui serviços socioassistenciais de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em locais de vulnerabilidade social. Durante a pandemia do novo coronavírus, com o aumento da pobreza no país, o trabalho do CRAS foi evidenciado, pois houve um aumento expressivo na busca pela população de programas sociais.

O capítulo três é ao mesmo tempo uma homenagem, um agradecimento e a exposição da aposta de uma pesquisa que foi, desde o mestrado, com continuidade no doutorado, baseada no afeto e na amizade que construí com as mulheres da Favela do Tripé. Concordo com Behar (1996) quando nomeia enquanto “observador vulnerável” o momento em que a etnografia encontra, em sua escrita, o equilíbrio entre a conexão intelectual e emocional. O afeto que construí com os moradores do Tripé, impossibilita que eu me desligue das emoções, da dor e da compaixão ao realizar meu estudo, mas, ao mesmo tempo, se torna uma força propulsora que possibilita meu trabalho.

Na imagem da Luiza, minha principal interlocutora, amiga e comadre, retrato um exemplo de muitas mulheres que participaram do meu trabalho, dividindo comigo suas vidas e me ensinando a desvelar as múltiplas vozes a serem ouvidas. Luiza interpreta e exemplifica o papel de tantas mulheres negras que tiveram suas vidas cruzadas pela violência sexual, física e psicológica, pela pobreza, pela maternidade solo, pela reafirmação de convenções de gênero, pelo racismo, pelo desemprego e pelo luto de ter um filho morto pelo descaso e omissão do Estado.

Além disso, reflito como Luiza e eu tivemos nossas vidas modificadas, afetivamente e profissionalmente, após estabelecermos uma relação pessoal e profissional. Após a entrada dela na ONG Azul, ela passou a ocupar um outro papel para as suas vizinhas, família e amigas, com as quais estabeleceu diferentes relações, ora de controle, vigilância e julgamento, ora de permissividade e empatia, a depender do caso e da situação apresentada.

No quarto capítulo discuto as emergências e as crises sanitárias presentes no cotidiano dos moradores da favela do Tripe. O extraordinário, naquele contexto, é o ordinário, que esteve e está presente não apenas durante a pandemia do novo coronavírus, mas na falta, ou dificuldade de acesso à saúde, educação, internet, na fome, na falta de infraestrutura, na violência policial, nas enchentes que destroem casas, horizontes e possibilidades de sonhos. Tensiono, portanto, o mito da democratização da pandemia, que nos atingiu de formas diferentes, levando em consideração a realidade de vulnerabilidade social e precarização que precisa ser gerida e construída durante a vida daqueles sujeitos. Todas as esferas da violência, seja ela escancarada pelas marcas das balas, ou mais sutis, mas não menos devastadoras, como uma panela vazia em cima da mesa, são notórias em um racismo que anula as possibilidades de vidas negras, pobres e faveladas, que continuam, ainda assim, resistindo e produzindo cotidianos possíveis.

O quinto capítulo é dedicado a pensar em como a fome organiza as relações sociais no Tripé, transformando, produzindo e estruturando dinâmicas de sociabilidade através de doações, de atravessamentos, de estratégias para conseguir alimentos, de acusações, de organizações coletivas para enfrentamento das crises e moralidades. Demonstro como a vida das mulheres moradoras do Tripé são duramente afetadas pela falta de comida, por vezes impedindo uma perspectiva de vida a longo prazo e uma participação política ativa.

Procuro refazer um breve histórico sobre a fome no Brasil, com o objetivo de avaliar como, através de um problema que é político, social e historicamente colocado, se produz um projeto de fome que é necropolítico e genocida. Os recursos, que poderiam ser reinvestidos em processos produtivos, são direcionados para uma minoria, gerando desigualdades, reduzindo a capacidade de compras da população e provocando a escassez nos produtos que são exportados pela agroindústria.

Finalmente, o que guia minha prática é o reconhecimento de que é preciso unir forças para enfrentar todas essas violências. Devemos construir redes cada vez mais amplas de apoio, que criem formas de existência e reestruturem o tempo e o espaço diminuindo a vulnerabilidade social e as desigualdades. Assim, poderemos experimentar uma forma de vida comunitária, fundamentada em valores compartilhados e aspirações coletivas.

Resumidamente, a pergunta central que me proponho a responder nessa tese é como dois eventos de emergências sanitárias se encontram na vida de mulheres moradoras da Favela do Tripé, beneficiárias de programas sociais e que possuem seus cotidianos marcados por diferentes formas de violências, fome, vigilâncias, conflitos, jogos de moralidades, afetos e resistências, que produzem estratégias e lógicas de vida, especialmente no contexto da pandemia do novo coronavírus.

“Eu só quero é ser feliz
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
 Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz
 Onde eu nasci, han
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
 Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer
 Com tanta violência eu sinto medo de viver
 Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
 A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado
 Eu faço uma oração para uma santa protetora
 Mas sou interrompido à tiros de metralhadora
 Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
 O pobre é humilhado, esculachado na favela
 Já não aguento mais essa onda de violência
 Só peço a autoridade um pouco mais de competência
 (...)

Diversão hoje em dia não podemos nem pensar
 Pois até lá nos bailes, eles vêm nos humilhar
 Fica lá na praça que era tudo tão normal
 Agora virou moda a violência no local
 Pessoas inocentes que não tem nada a ver
 Estão perdendo hoje o seu direito de viver
 Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela
 Só vejo paisagem muito linda e muito bela
 Quem vai pro exterior da favela sente saudade
 O gringo vem aqui e não conhece a realidade

Vai pra zona sul pra conhecer água de coco
 E o pobre na favela vive passando sufoco
 Trocaram a presidência, uma nova esperança
 Sofri na tempestade, agora eu quero a bonança
 O povo tem a força, precisa descobrir
 Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui...”
 (Cidinho e Doca)

1 OS CAMINHOS AO TRIPÉ: “VAMOS PASSAR A EXISTIR”

O modo como me desloco até a Favela do Tripé fala sobre as maneiras como entendo, apreendo e sinto aquele local, como eu determino as fases e recortes da minha pesquisa e de como eu me vejo carregando múltiplos crachás entre aquelas ruas, vielas e becos. Acredito que traduzir e colocar em palavras estes trânsitos e encontros, tentando ser fiel ao que eu escutei ao longo de 12 anos conversando, observando, entrevistando e vivenciando parcialmente o cotidiano das minhas interlocutoras, seja o papel mais árduo que trago comigo.

Os caminhos que eu aprendi a conhecer e identificar, a maneira como eu sinto o perigo, os conflitos e o afeto que embarcam em minhas palavras são fios condutores importantes para construir narrativas de pessoas que são afetadas por múltiplas violências e por omissões de políticas que não são criadas para elas, ou que são, mas falham em sua execução¹¹. As políticas públicas, que deveriam ser parte de programas de governo para melhorar a vida dos sujeitos, parecem ser produzidas para o oposto, para a falta de atendimento, que provoca o esgarçamento em determinadas vidas. À medida que essas pessoas se encontram em situações de extremas e múltiplas vulnerabilidades, acabam se sujeitando e se tornando dependentes e reféns de políticas sociais ineficazes, de trabalhos precarizados e uma repetição cíclica destes modos de operar do Estado.

As emergências sanitárias, com as quais elas aprenderam a conviver desde muito cedo, não dizem respeito apenas a uma pandemia que, para muitos/as de nós, foi um marco de crise sanitária. São sujeitos que não vivem em seu cotidiano picos de diferentes vulnerabilidades, mas que convivem com uma linearidade de diversas precariedades, sofrimento, dores e se recriam constantemente a partir disso, forjando uma diversidade de estratégias para resistir frente a emergências de caráter ordinárias (DAS, 2020).

As ruas que se cruzam, os becos que abrigam um emaranhado de casas e pequenos botecos, o espaço que se modifica no período entre o retorno das crianças da escola e o início do baile funk, as construções das casas e a presença, ora vista ora sentida, ora prevista ora temida, do tráfico e da polícia. As regras que

¹¹ Butler (2004), Foucault (1976), Mbembe (2018)

são explícitas, mas não escritas, e a maneira pela qual esses diferentes elementos influenciam na construção das relações sociais, fala sobre os moradores do Tripé, mas também sobre a forma como eles me veem transitando nesses ambientes, o que me autoriza, afinal, a entrar na casa e na vida deles.

Meu percurso e o meu trânsito interferem diretamente no modo como construo minha metodologia de pesquisa, sistematizando os processos e os procedimentos por meio de estratégias e abordagens que vão se modificando a depender da pessoa e do local no qual estou. A produção do conhecimento aqui vem por meio de pessoas com as quais minha principal relação é estabelecida através do afeto e do respeito e, por isso, é fundamental que a condução deste trabalho esteja afinada entre questões teóricas, práticas e éticas, que se somam para compreender este contexto. Além disso, é essencial realizar uma apresentação detalhada do Tripé e explicar alguns pontos que só são possíveis naquele contexto.

1.1 **Avenida Brasil**

Para chegar à Favela do Tripé, atravesso as regiões Centro e Norte da cidade do Rio de Janeiro, que são cortadas pela longa Avenida Brasil, o que faz meu trajeto ser demorado e quase sempre congestionado, em razão da grande quantidade de carros e das obras presentes em toda a sua extensão. A Avenida Brasil possui 58,5km e suas vias se capilarizam por 26 bairros da cidade, o que a projeta como uma das principais vias expressas da cidade. Trata-se, em tamanho, da maior via do Brasil, que é responsável pelo acesso a outras cidades, ligando a BR-101 norte (Ponte Rio-Niterói e Rodovia Rio-Vitória/Niterói-Manilha) à BR-101 sul (Rodovia Rio-Santos) e integrando as BR-040, BR-116 e BR-465. Ou seja, todas as rodovias federais do Rio de Janeiro são cortadas pela Avenida Brasil, que é desenhada com vários trechos urbanos. A avenida ainda faz cruzamento com a Ponte Rio-Niterói, a Linha Vermelha, a Linha Amarela, a Rodovia Washington Luís, a Via Dutra, a Antiga Estrada Rio-São Paulo e a Rodovia Rio-Santos, possibilitando a comunicação direta com a Baixada Fluminense, a Zona Norte, a Zona Sul, a Zona Oeste e o Centro carioca.

Ao longo de sua via, a Avenida Brasil é cortada por inúmeras favelas, dentre elas: Complexo do Caju, Complexo da Maré, Complexo da Cidade Alta, Parada de Lucas, Chapadão, Favela de Acari, Vila Vintém, Serrinha, Vila Kennedy e Cesarão. Seu traçado, com diversas entradas e saídas, facilitam a comunicação e a circulação de pessoas, transportes, cargas e as chamadas facções criminosas, que têm sua mobilidade facilitada em caso de invasão da polícia ou de grupos rivais. Por isso, não é incomum haver tipos diversos de violências que marcam o asfalto da via, resultando em perseguições, trocas de tiros e possíveis mortes.

Algumas favelas quase invadem a pista da Avenida Brasil. As casas e barracos construídos às margens do asfalto possibilitam que quem trafegue por ali observe, pelas janelas adentro, a vida e a vulnerabilidade de morar tão próximos ao vai e vem de carros, como é o caso da Favela de Parada de Lucas e do Complexo do Chapadão. As rotas de fuga se confundem e se associam com o cotidiano de quem, diariamente, utiliza a via como percurso para chegar a algum ponto. A presença de carros de polícia e do exército é muito comum nessas entradas de locais “mais perigosos”, que se localizam nesse espaço. Outra violência que se torna cotidiana na avenida são os arrastões^{12,13} que, por muitas vezes, me deixaram apreensiva por ocorrerem próximos a lugares nos quais eu passava para retornar para casa. As obras do BRT¹⁴ facilitam a operação de indivíduos envolvidos nestes roubos, já que formam lugares propícios de esconderijo e são responsáveis por longos engarrafamentos. Com carros parados, a possibilidade de roubos é maior.

Vários barulhos e imagens atravessam os carros que cortam a avenida. A poluição sonora e visual traz, para dentro dos automóveis, os pedidos de esmola, os vendedores ambulantes que oferecem comida, bebida, cabos de celular e produtos roubados, as motos, ônibus, os trocadores de vans que gritam o destino para chamar os passageiros, as pessoas em situação de rua que atravessam na frente dos carros em busca de algum dinheiro, as músicas de diversos ritmos que saem dos carros e dos sons das casas e comércios construídos próximos a pista e tantas outras distrações que movimentam a vida de quem, diariamente, ganha seu sustento na, ou a partir da Avenida Brasil.

¹² Práticas de roubos coletivos em que um grupo de pessoas aborda várias outras pelo caminho.

¹³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/criminosos-fazem-arrastao-na-avenida-brasil-na-altura-de-quadalupe-5479141.ghtml>. Acessado em 05 de julho de 2023.

¹⁴ As obras do BRT se iniciaram em agosto de 2021 e, até o presente momento, não foram finalizadas. Percorrendo a Avenida Brasil, serão 18 estações que irão de Deodoro até o Terminal Gentileza, no Porto do Rio de Janeiro.

No meio da Avenida Brasil, entre duas passarelas¹⁵, após percorrer aproximadamente 29km da minha casa até o desvio para a saída que me leva ao Conjunto, meu trajeto começa a tomar outros contornos.

1.2 O Conjunto

O Conjunto é constituído por seis favelas localizadas entre bairros das zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Ao arriscar traçar a história do lugar, minhas descobertas empíricas sugerem que a noção de agrupar essas favelas não se encaixa nas percepções locais ou na forma como os poderes públicos entendem a área. A nomeação e fusão de seis favelas em Conjunto foi idealizada pela Organização não governamental (ONG) A, que atende crianças e jovens da região, com o objetivo de dispor e facilitar a descrição do local para apresentá-lo em projetos, parcerias e para patrocinadores.

Vale destacar que a maioria dos moradores não se considera parte de uma unidade, até porque muitos deles não se reconhecem como moradores de favela. Um exemplo são os que habitam um bloco de prédios construídos na década de 1950. Ainda que tenha se favelizado e, de certo modo, seja um segmento do todo ao redor, os moradores não se veem enquanto parte, mas como “moradores dos prédios”, ou “dos blocos”, o que lhes indica certa superioridade em relação aos demais. Assim, podemos pensar que houve um agrupamento na favela, que foi pensado para facilitar a organização da ONG A. Todavia, optei por seguir usando o termo 'Conjunto' para facilitar a descrição, pois os dados disponíveis para esses locais estão vinculados à ONG A. Em outras palavras, as classificações espaciais da prefeitura e da ONG A, que realizou coleta de dados de moradores da comunidade, não coincidem. Os números oficiais disponíveis para a área são incompletos, pois consideram apenas três das seis favelas como parte do Conjunto.

Embora a divisão entre essas favelas não esteja explícita nos dados oficiais, os moradores sabem como definir os limites entre cada região e o processo de

¹⁵ A Avenida Brasil dispõe de 34 passarelas, todas elas com rampas ou escadas.

segregação se encontra intimamente relacionado com seus limiares percebidos, como pretendo demonstrar adiante. No entanto, a delimitação das favelas não está fechada, sendo importante ficar atenta às áreas limítrofes. Como Gupta e Ferguson (1992) advertem, os limites estão "onde há contradições imensuráveis". Dessa forma, não há fixidez, mas fluidez na delimitação do campo de estudo e as divisões feitas e descritas têm a função de apresentar as contradições, as misturas e as dificuldades que elas trazem.

Ao buscar dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil¹⁶, me surpreendi ao descobrir que, desde 2010, não há atualização na pesquisa e nos números, que obviamente estão obsoletos. Sendo assim, o que trago aqui parece estar desatualizado, mas entendo a importância de transformar essas realidades em números e, mais do que isso, salientar e denunciar o apagamento de determinadas situações e populações sem estudos atuais. Em 2010, a população das 3 favelas recenseadas girava em torno de 11.099 habitantes e o IDH era muito baixo (0,60), principalmente se comparado ao restante da cidade. No entanto, a favela a qual realizei pesquisa de campo sequer é incluída nestes dados, sendo praticamente invisível aos olhos dos moradores do restante do Conjunto e do poder público. Posso afirmar que encontramos na Favela do Tripé um IDH ainda menor, já que, como veremos mais adiante, parte dos moradores vive em condições insalubres, em barracos e sem acesso a infraestruturas básicas.

De modo geral, os moradores do Conjunto enfrentam problemas como condições precárias de saneamento básico, ausência de segurança habitacional, abastecimento de água e energia elétrica, coleta de lixo e acesso à saúde. Além disso, o grupo ligado ao tráfico de drogas tem uma influência importante na organização das dinâmicas da vida cotidiana. Uma das favelas do Conjunto é a Favela do Tripé, em que faço minha pesquisa de campo desde o mestrado e local o qual a ONG em que estou inserida realiza as suas atividades. Ampliando em direção a uma representação gráfica da região, o Tripe é a única favela do lado esquerdo do Conjunto e é separada das demais favelas pela Avenida Rio.

¹⁶ <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acessado em 04 de março de 2023.

1.3 Favela do Tripé

Saindo da Avenida Brasil para chegar à Favela do Tripé, antes percorro um pequeno caminho na Estrada do Rio, que é uma via localizada entre os bairros de Costa Barros, Guadalupe e Deodoro. Em sua extensão, podemos encontrar alguns poucos comércios, uma base militar, um Serviço Social do Transporte, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/ SENAT) e uma Vila Olímpica. Para além disso, o local é deserto, considerado muito perigoso e, em alguns trechos, a presença de uma blitz falsa é quase diária, sendo que os carros roubados são desmontados ali mesmo, no cemitério de carros, onde as carcaças se amontoam quase tomando parte da rua.

Em poucos minutos, já avisto a entrada do Tripé, na qual, desde 2014, podemos observar as obras de uma alça e de um terminal do Bus Rapid Transit (BRT)¹⁷, que transformou o local em um canteiro de obras¹⁸. A estreita e quase escondida entrada para a Favela do Tripé parece confirmar e reafirmar a invisibilidade também geográfica da favela. Assim que se cruza a entrada, parece que estamos em uma cidade escondida, pois a estreita rua se abre em um grande espaço. É possível sentir e observar a presença do tráfego, através de pichações com as iniciais da facção criminosa, a construção de um quebra mola, que funciona como uma barricada, já que dificulta o acesso à favela em alta velocidade, e a presença de uma ou mais pessoas munidas de rádios transmissores, que são conhecidas como “radinhos” e são responsáveis pela comunicação dentro do local, sendo os primeiros a autorizarem, ou não, a entrada na favela.

Conforme ilustrado no mapa abaixo (Figura 01), a favela se divide basicamente em três grandes ruas e algumas vielas e becos: a Rua do Serviço e a Rua Pátio Redondo, na parte da frente, sendo a última acompanhada em sua extensão pela linha férrea e a Rua Reta e a Rua da Linha na parte do meio. Qualquer um destes caminhos desembocam na parte sob o viaduto, o fundo da favela que, sem um nome oficial, é conhecido como “ponte”¹⁹. Por último, também

¹⁷ Bus Rapid Transit é uma categoria de transporte público cujo objetivo é melhorar a qualidade do sistema e assim evitar atrasos.

¹⁸ <https://prefeitura.rio/infraestrutura/prefeito-eduardo-paes-visita-obras-do-terminal-deodoro-do-brt-transbrasil/>. Acessado em 12 de abril de 2022.

¹⁹ Utilizo um termo êmico pertencente ao local

em paralelo a essas ruas, corre o rio Jacaré. Os pequenos becos transversais levam o nome de algum morador, algum bar ou alguma característica do local, como “beco do passarinho”, nomeado assim porque um morador cria muitos passarinhos em casa. Esta divisão diz respeito não apenas ao tipo de moradias e ao tempo de residência dos seus moradores, mas também à forma como eles se classificam, como vivem e como se relacionam entre si. Esses locais formam arenas de jogos de moralidades, vigilâncias, conflitos, afetos e estratégias de sobrevivência.

Figura 01 - Mapa da Favela do Tripé



Fonte: Google Maps: 2023

É importante observar que o local chamado de “ponte” carrega com ele várias invisibilidades. Os moradores daquela região são julgados por morar em barracos, em que as condições de higiene são mais precárias em decorrência da falta de saneamento básico e do material de construção da casa, que favorece a entrada de bichos, sujeira e água em casos de enchente. Além disso, a ausência de nomes oficiais das ruas, demonstra como, aos olhos de alguns, aquelas pessoas praticamente não existem, pois não possuem um endereço, que lhes concederia certo pertencimento ao local. Por fim, conforme podemos notar na Figura 01, a “ponte” não aparece na imagem extraída do Google Maps. Por estar localizada embaixo de um viaduto da Avenida Brasil, não é possível ao menos localizar as pequenas vielas que constituem o pequeno aglomerado de habitações. Por isso,

buscando dar certa visibilidade a quem parece ter sido esquecido, optei por incluir algumas fotos da “ponte” (Figura 02 e Figura 03).

Figura 02 - Fotografia da “ponte”



Fonte: A autora, 2021

Figura 03 - Fotografia da “ponte



Fonte: A autora, 2021

A maioria dos moradores da Favela do Tripé são negros e muitos deles têm alguma parentalidade. Como o tempo de moradia no local é muito elevado, é comum que muitos tenham crescido juntos e se relacionem, ou tenham se relacionado afetivamente. Sendo assim, é difícil estar em um local em que não haja pelo menos primos, tios ou irmãos no mesmo ambiente. Apesar de não haver grandes diferenças no nível de desenvolvimento econômico, educacional ou na atividade profissional, os moradores da primeira parte do Tripé, em geral mais antigos na área, apresentam certa resistência a se relacionarem com os moradores da “ponte”, pois os consideram mal-educados, desleixados com os filhos e com suas residências.

Essa configuração nos faz retomar a análise da região de “Winston Parva” realizada por Elias e Scotson (2010), em que os moradores mais antigos acreditam ocupar uma estrutura social mais elevada em relação à hierarquia moral. Em comparação aos que moram “na ponte”, que são vistos como sujos, desorganizados e responsáveis por favelizar o que antes, há aproximadamente 30 anos, era um bairro, antes da chegada dos *outsiders*, aquela região era boa de se morar, organizada, um lugar cujas famílias podiam criar seus filhos sem intercorrências,

sem violência, sem os barracos que enfeiam o local. Inicialmente ali era a Fazenda Mauá.

Segundo Becker (1963, 2008), há uma sequência de relativizações de regras sociais que definem condições e condutas como "certas" ou "erradas". Para o autor, essas regras e desvios são constituídos a partir de processos políticos, nos quais alguns indivíduos conseguem sobrepor suas opiniões e maneiras de enxergar determinadas situações mais facilmente que outros. Este desvio não é inerente ao comportamento, ou aos indivíduos que o praticam: é marcado em termos de um sistema de julgamento que envolve disputas sobre objetivos de grupos específicos. Conforme notado por Becker, "Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele" (BECKER, 2008, p. 27). Como as sociedades em geral, o Tripé, de maneira microscópica, produz relações complexas, que são concebidas por diversos grupos, que impõe regras e rotulações a atitudes, maneiras de viver e pessoas. O resultado são os conflitos, afetos e divergências sobre diferentes definições, os moradores da ponte também estranham os demais: "aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são *outsiders*" (BECKER, 2008, p. 15).

Segundo os moradores mais antigos, a Fazenda Mauá mudou de nome após a chegada dos novos moradores e a favelização do local. Eles afirmam que Tripé era o nome dado a uma outra localidade, do outro lado da linha do trem, nomeada hoje de "inferninho", nome dado em referência às constantes brigas entre vizinhos. Os moradores "da ponte" são acusados de não terem pertencimento com o lugar e, por isso, não conheceram a história, tampouco as delimitações invisíveis de fronteiras entre bairro e favela. São estigmatizados, vistos enquanto baderneiros, preguiçosos, sujos, bêbados, favelados e pobres, dada as condições de vida que levam e que habitam, pelas quais terminam por ser culpabilizados. Seriam vistos também como os responsáveis pela entrada do tráfico e das drogas naquela região, apesar de, quase sempre, a boca de fumo estar fixa na parte da frente do Tripé.

Gonzalez (2020) e Nascimento (2021) dialogam em suas obras sobre como determinados grupos dominantes tentam encontrar justificativas que expliquem a indiferença em relação a outro grupo, que é geralmente composto por pessoas negras. As autoras analisam como indivíduos que não ascenderam socialmente são culpabilizados pela sua posição e apontados enquanto preguiçosos, irresponsáveis, alcoólatras e vagabundos, acusações que justificariam papéis sociais inferiores. Isso

perpetua, segundo Gonzalez e Nascimento, mecanismos de dominação que reproduzem uma injustiça racial, que é característica de sociedades capitalistas, “se tornando cúmplices de uma dominação que pretendiam combater (GONZALEZ, 2020, p.145).

Essa dinâmica revela um certo desconforto entre dois grupos que dividem experiências parecidas na vida, ou seja, os moradores “da ponte” também relatam ter problemas com os que moram “na frente”, que são “metidos a besta”, já que lhes impõem estigmas, fofocas e muitas vezes os excluem de festas e comemorações. Para eles, desde que foram morar ali, aquele local se chamava Tripé, que diz respeito inclusive ao desenho da favela vista de cima, composto por 3 grandes ruas. Quando realizamos festas pela ONG Azul, a qual atuo no momento, precisamos mediar essas relações para garantir a presença de ambos os grupos, fazendo com que eles interajam e deixem suas crianças livres para participar dos lanches e das brincadeiras:

Eles são metidos a besta, Vivi. Falam que a gente come muito, que nossas crianças não têm educação e que chegam mal arrumadas. Isso é mentira. Aí, eu prefiro nem mandar a Bia pra festa pra não arrumar problema se olhar minha filha sendo maltratada por alguém. A gente mora na ponte, mas nossa casa muitas vezes é mais limpa do que a deles, a gente corre atrás, a gente lava roupa...Eles ficam ali, naquela casa que só porque é de Tijolo acham que não precisam limpar nem nada. Eu prefiro ficar aqui, nem vou lá pra frente, se tenho que sair, ou atravesso aqui a linha do trem, ou vou aqui por fora pra nem ter que olhar na cara deles. (Márcia, 36 anos)

A área mais à frente da Favela do Tripé, a qual chamo de Rua do Serviço, é a parte mais antiga da região. Ela começa na Estrada do Rio e desemboca na Rua Pátio Redondo, que só termina em seu encontro com o rio, embaixo do viaduto da Avenida Brasil, “na ponte”. Segundo relatos dos moradores e alguns documentos aos quais tive acesso através de uma interlocutora que havia sido presidente da antiga Associação dos Moradores, inexistente hoje, ali era originalmente uma vacaria. A partir da década de 40, foi ocupada por trabalhadores da empresa férrea, hoje chamada de Supervia.

Segundo Dolores, interlocutora que apresentarei em seguida, a primeira construção da rua, entre as décadas de 40 e 50, era uma casa que havia sido construída dentro de um vagão de trem roubado. Ela relata que era ainda criança quando viu alguns homens carregando o vagão nas costas, que viraria uma casa para uma família recém-chegada ao Rio de Janeiro. O homem havia sido contratado

para trabalhar na linha férrea, mas, ainda sem condições, não conseguiu alugar ou comprar uma casa. Os vizinhos se juntaram e pegaram um dos vagões do trem, montando uma casa para ele e sua família, composta por três filhos e sua esposa.

Na Rua do Serviço, as casas são de alvenaria, antigas e com mais estrutura. Os terrenos grandes propiciam a criação de animais e grandes árvores frutíferas nos quintais. A primeira casa do Tripé era a de Dolores, primeira moradora que eu conheci e que me apresentou a favela e alguns de seus moradores mais antigos e que, para ela, poderiam me contar a história da região. Ela residia no local desde que o nome era Fazenda Mauá, há mais de 60 anos, e ali criou seus filhos e netos até que sua casa precisou ser removida para a construção da transolímpica²⁰ para as Olimpíadas de 2016, a qual falarei mais adiante. Sua casa então se transformou em alicerce para uma alça de acesso de BRTs.

Dolores me mostrou como percorrer os becos e vielas que davam acesso às casas mais escondidas e ficamos muitas horas sentadas embaixo de seu cajuzeiro conversando, tomando café ou comendo uma das delícias que ela me servia. Foi assim que nos tornamos amigas e, ainda hoje, mesmo com a distância, já que ela não mora mais no Tripé, mantemos um contato saudoso e afetuoso. Durante a escrita desta tese, ela entrou em contato comigo para contar que uma de suas mudas de planta, que levou de sua antiga moradia para a nova, havia florescido. Quando lhe disse sobre a tese e a escrita, ela fez questão de escolher seu nome fictício, que homenageia quem, para ela, teria sido a moradora mais importante do Tripé. “quero Dolores, você escrevendo vamos passar a existir”.

Foi em uma dessas incursões conduzidas por Dolores que conheci Dona Silvia, que, naquele momento, era a moradora mais antiga do Tripé ainda viva, mas que, infelizmente, faleceu recentemente. A casa dela era como se fosse ponto turístico na favela, pois ela guardava em sua varanda uma bala de canhão que caiu em seu terreno após a explosão, na década de 50, do paiol do exército²¹. O Estado, desde há muito, manda bala para aquela região, menos cuidada do que outras no Rio de Janeiro, cuja ocorrência como esta seria impensável. Dona Silvia, sentada em sua varanda, contava as histórias de um Tripé antigo, sem favela, que, segundo

²⁰ Via expressa que liga a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes à Magalhães Bastos e Deodoro e também a um corredor de BRT, que liga o Recreio dos Bandeirantes à Vila Militar.

²¹ <https://vejario.abril.com.br/cidade/explosao-de-paiol-em-deodoro-e-lebrada-em-coletanea>. Acessado em: 25 de agosto de 2023.

ela, teria chegado com o tráfico trazido por uma mulher, a quem ela acusava de ser a culpada por tudo de ruim que aconteceu depois de sua mudança.

A filha de Dolores, a Marina, ainda mora na região e, apesar de sua casa ser geminada com a da mãe no momento da desapropriação, não foi necessária a sua remoção para as obras do BRT. Atualmente sua residência é a primeira assim que se entra no Tripé. Pela localização, continuo fazendo uma parada quase obrigatória para cumprimentar Marina, trocar um pouco de conversa e perguntar pela sua mãe.

Ao lado da Marina, em frente a uma casa, há uma pequena banca de frutas e legumes, que são compradas no CEASA (Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro) e revendidas ali por um preço um pouco maior. Para minhas interlocutoras, trata-se de um comércio que só pode ser utilizado em caso de emergência, quando acaba um produto durante a produção de uma receita, já que os preços são elevados se comparados ao mercado ou ao sacolão. A princípio, era uma banca unicamente de venda de frutas e legumes, mas, já há algum tempo, eles inseriram produtos como refrigerantes, biscoitos salgados e doces. O Sr. Zé, a depender da oferta e procura de outros produtos, vende refrigerantes e biscoitos, o que, segundo ele, chama mais atenção de crianças e, mesmo sendo mais caro, “as mães têm dificuldade de negar quando um filho pede”. A banca é uma continuidade de sua casa, já que podemos observar pela porta que há, onde seria sua sala, caixotes com frutas e produtos que são cuidadosamente arrumados em cima da bancada de madeira que é protegida por uma lona.

Conforme mencionado acima, desde o início da construção da alça do BRT, em conexão com as Olimpíadas do Rio, no final de 2014, o trecho da entrada do Tripe é um canteiro de obras. Na época, eu já trabalhava na favela vinculada à ONG B (mais adiante explicarei meu caminho profissional pelas ONGs da região) e fomos acionadas para ajudar os moradores a chegarem a um acordo com arquitetos e engenheiros. Para a construção do viaduto, destruíram a única praça da região que era uma opção de lazer, com brinquedos e campo de futebol, que foram substituídos por tratores, poeira e caminhões. Além disso, é muito simbólico que, durante as obras, tenham destruído a construção de um cômodo, localizado no meio da praça, que armazenava documentações referentes aos moradores, que haviam sido coletadas pela Associação dos Moradores e, de vez em quando, alguns corpos (dependendo da importância na favela) eram velados no local. Fica evidente que ali era um espaço de construção e afirmação do associativismo e dos laços de

vizinhança e, mais do que isso, talvez fosse onde houvesse o maior número de informações sobre aquele local, invisibilizado pelos órgãos públicos.

O projeto para o corredor exclusivo de ônibus articulados, que hoje aparece enquanto benefício deixado após os Jogos Olímpicos de 2016, desapropriou doze residências no Tripé. Uma vez que o imóvel fosse considerado enquanto utilidade pública, o Estado poderia realizar a desapropriação com a indenização como contrapartida. Faulhaber e Azevedo (2015) analisam como os indivíduos perderam suas “identidades socio-territoriais” (2015, p. 40) ao serem retirados de suas moradias e muitas vezes não receberem a compensação financeira adequada. Pude observar no Tripé, o que foi descrito pelos autores, quem não possuía condições para acessar informações ou ajuda jurídica recebeu menos. Em casos de remoção, as pessoas tinham disponibilidade para se mudar para empreendimentos do Minha Casa Minha Vida²², com distância de 40 a 70 km de sua residência original.

No entanto, no Tripé, algumas casas eram ocupações irregulares, sem documentação e, por isso, os moradores ou ficaram sem a indenização ou receberam uma quantia irrisória (aproximadamente 10 mil reais), por não terem seus direitos reconhecidos, já que estavam naquele lugar há mais de duas décadas, o que poderia ser considerado como usucapião. Isso deixa evidente que o projeto de cidade pensado pelo Estado não é para todos, e tampouco pensado de forma justa e igual. Dolores, citada acima, foi morar no bairro de Curicica através do Minha Casa Minha Vida, deixando sua filha, seus netos e toda a história de uma vida no Tripé. Os que receberam um valor inferior se deslocaram dentro da favela, procurando alugar ou comprar barracos “na ponte”, passando a morar em um lugar mais desvalorizado, com uma condição mais precária de moradia.

Após a banca de frutas, a rua se bifurca: à direita está a Rua Reta e, à esquerda, em continuação à Rua do Serviço, está a Rua Pátio Redondo, acompanhada em toda a sua extensão pela linha férrea. A Rua Pátio Redondo é ocupada por casas maiores, geralmente com um jardim na frente e certa estrutura de construção que permite que mais de uma casa seja construída no terreno. É neste local que residem os moradores mais antigos, mais idosos, que trabalharam ou receberam de herança de quem foi trabalhador da linha férrea, já que a ocupação dessa área foi feita, majoritariamente, por antigos trabalhadores da linha férrea. A

²² O programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,6 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda de até 5 mil.

população desse trecho é mais idosa e se lamenta pela favelização da região, pela suposta desordem trazida pela construção dos barracos e chegada de novos moradores.

De acordo com Park (1916), é inevitável que as pessoas se segreguem e se agrupem segundo seus interesses e gostos. Essa distribuição, que ele nomeia enquanto “zonas morais”, não tem relação com a ocupação ou condições econômicas dos indivíduos, mas com a necessidade do controle que a vida urbana impõe, que é constituinte da identidade do sujeito. Todavia, conforme mostram Gupta e Ferguson (1992), a divisão dos espaços não é fragmentada, mas ininterrupta, contínua e ligada hierarquicamente, em que os conflitos, os costumes, os afetos e as relações sociais se interligam e se conectam. Para os autores, as identidades se formam de forma desterritorializada, em que o “aqui e lá ficam embaçados” (p. 35), rompendo com a ideia de uma cultura fixa conectada ao território.

No Tripé, as divisões das ruas são fixas, mas as identidades que são construídas a partir desses espaços são borradas dentro de fronteiras imaginadas, que resultam em divisões e agrupamentos de pequenos grupos e, conseqüentemente, culpabilizações, moralidades e conflitos. As tensões surgem exatamente quando esses endereços deixam de significar uma separação de logradouros e passam a determinar diferenças morais, econômicas, nos usos do dinheiro, nas escolhas para a vida e outras diversidades que transformam o vizinho “no outro”. Os moradores não têm sua identidade construída a partir de determinada localidade em que habitam, mas do agrupamento de compartilhamentos de uma série de incoerências que os separam e, ao mesmo tempo, os une, que não dizem respeito apenas ao isomorfismo de espaço, lugar e cultura. A identidade está em permanente construção, é fragmentada, fluida, não é um indivíduo lógico e único (STUART HALL, 2006). Retomando ao trabalho de Gupta e Ferguson (1992), o desafio é entender como um espaço imaginado cria diferentes maneiras de construções de condições políticas e econômicas de indivíduos. Esse espaço imaginário pode criar conflitos e tensões, como é o caso das favelas, quando o “aqui” e o “lá” tornam-se decisivos na construção da identidade de um sujeito.

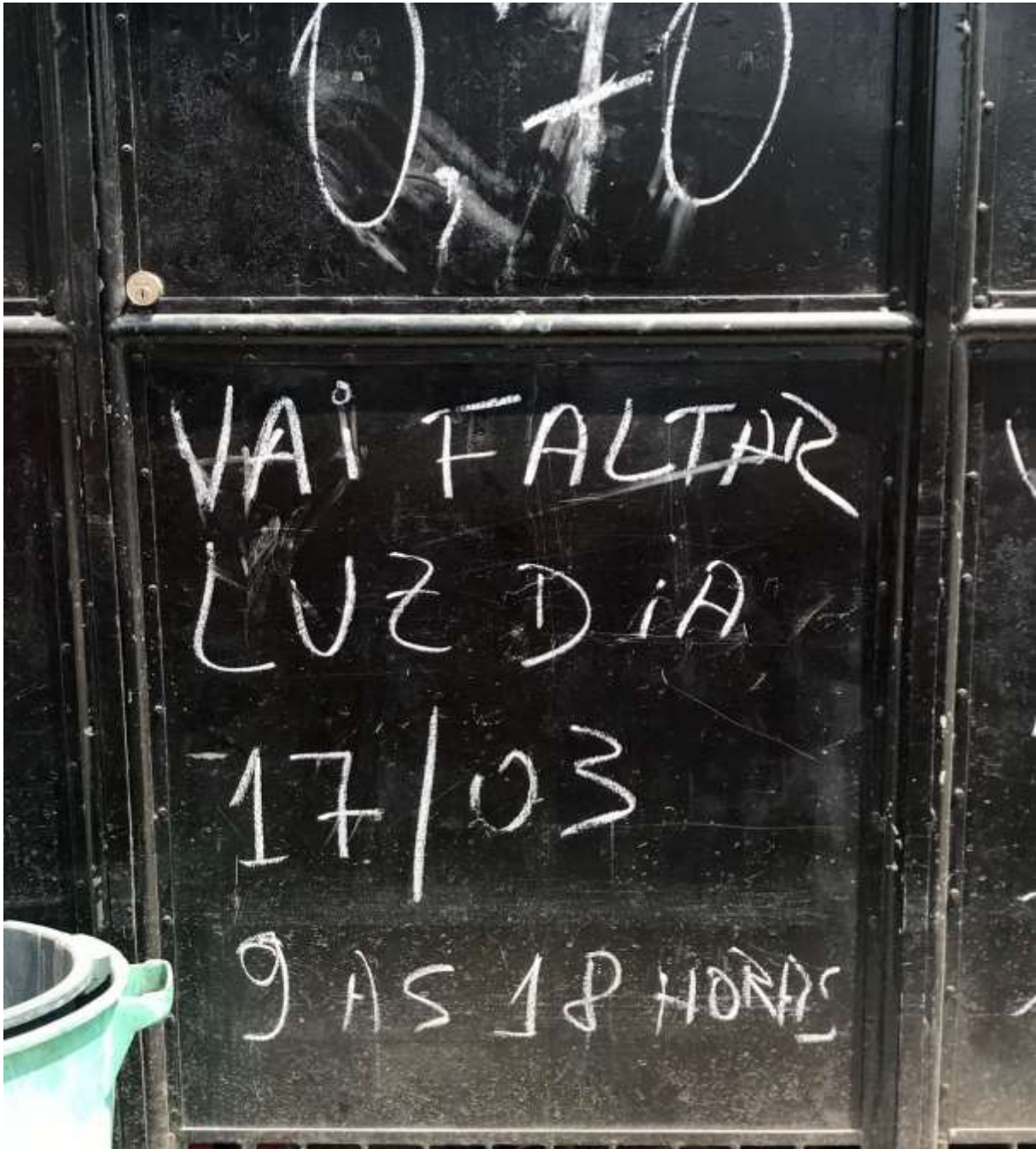
Também é nessa localidade da Rua Pátio Redondo em que encontramos duas igrejas evangélicas. Os frequentadores do culto são, em sua maioria, moradores desta rua e da Rua Reta. Os moradores “da ponte” costumam fazer

cultos itinerantes que vão de barraco em barraco realizando orações e preces. A Rua Pátio Redondo continua até o início dos barracos. Dali em diante, há uma divisão de reconhecimento: os que moram nos barracos, em continuação à Rua Pátio Redondo, afirmam a continuidade da rua e do nome; os demais dizem que ela acaba ali, não tendo nome adiante, sendo até o encontro com o rio Jacaré apenas “a ponte”.

Voltando à bifurcação da Rua do Serviço, virando ao lado direito, desembocamos na Rua Reta, localizada no centro da favela. As construções nessa rua são de alvenaria, no entanto, menores e mais recentes, assim como a mudança de seus moradores para aquela região. É ali que se localizam os bares, padarias, pequenos comércios de comida e o baile funk, que acontece aos finais de semana. É também nessa rua que, na maioria das vezes, está a venda de drogas, e por isso, é comum ver transitar por ela pessoas armadas e os “radinhos”.

O primeiro comércio é a padaria do Paulo, morador antigo que também é pastor e, por isso, sua loja está constantemente cheia, com pedidos de doações e pessoas em busca de mediação de conflitos. Durante a pandemia de COVID-19, Paulo limitou a entrada dos fregueses construindo uma bancada na porta, mas, ainda assim, foi possível observar certa aglomeração para o atendimento, ou apenas uma conversa. É também na parede do lado de fora da padaria onde colam informações sobre vendas e aluguel de imóveis, eletrodomésticos, avisos de falta de luz e demais informações importantes, conforme demonstro na figura 04.

Figura 04 - Fotografia do quadro de informações na padaria do Paulo



Fonte: A autora, 2022

A segunda padaria, colada com a de Paulo, é menos movimentada do que a primeira e, na tentativa de vender mais produtos, também vende quentinha e outros alimentos.

Ao final da rua, estão localizados dois bares, o “Bar dos Companheiros”, que é o único autorizado pelo tráfico a vender bebidas em dias de baile funk e resenhas, e o “Bar do Aloisio”, que só pode funcionar durante a semana e, por isso, se viu

obrigado a expandir seu negócio para além das bebidas, vendendo prato feito²³, porções e produtos de quitanda. Os dois bares só são frequentados pelos moradores da favela e funcionam como um ambiente neutro, em que os moradores das diferentes ruas se encontram no balcão e acabam convivendo.

Naquele território, o domínio armado organiza o cotidiano dos moradores. Através das governanças dos “donos da favela”, são estabelecidas regras, controles e relações de posse (BIRMAN E PIEROBON, 2021) que devem ser seguidas por todos. Nessa gestão da vida, podemos observar desde pequenas práticas, como o bar autorizado a abrir em determinado evento, ou indicações sobre o descarte de lixo, como mostro na foto (Figura 05) abaixo, a maiores, como o poder de agredir e de matar após julgamento de determinada ação vista por eles enquanto delito. Ou seja, por mais que o Estado esteja presente naquele local, quem governa é o tráfico, através da produção e execução de leis produzidas por eles.

Figura 05 – Fotografia do muro com informações sobre descarte de lixo



Fonte: A autora, 2022

²³ O prato feito é um prato que já é servido pronto e que geralmente é composto por arroz, feijão, macarrão e uma proteína (carne).

A Rua Reta geralmente é muito movimentada, com seus inúmeros quebra-molas e a rua estreita que diminui a velocidade dos carros, propiciam que as crianças brinquem o dia inteiro nas portas de suas casas, com suas mães sentadas conversando com as vizinhas. Muitas vezes foi ali que me foi oferecida uma cadeira para participar das fofocas, do Bingo, das trocas de receitas, dos pedidos de doações, das reclamações sobre o AE, PAB e PBF e da mediação de conflitos. Também este local é o meu principal termômetro na favela: o silêncio e o deserto significam que algo não vai bem, um aviso que, na maioria das vezes, tem a ver com conflitos entre facções rivais, ou a entrada da polícia, que entra atirando, colocando a vida de todos em risco.

O vazio nas ruas representa que os moradores aprenderam a “sentir o cheiro do perigo” e as frestas nas portas e os passos apressados representam uma vida na iminência da morte, do terror. Há “códigos compartilhados” (MARTINS, 2019, p.45) de como está o clima na favela. A violência faz parte do cotidiano, deixando de ser a exceção para ser a maneira a partir da qual esses indivíduos habitam e se constituem enquanto sujeitos, em que o silêncio é uma forma de linguagem e de proteção perante o medo da execução. Nesses dias, as mulheres e mães se escondem atrás das portas e das janelas na tentativa de avistar seus filhos que ainda não chegaram em casa e, em algumas situações como esta, eu fui convidada a entrar nas residências para me proteger.

As mulheres e mães do Tripé utilizam alguns sentidos subjetivos para tentar proteger seus filhos e maridos em um país em que as chances de letalidade, em casos de intervenção policial, é quase três vezes maior entre negros do que entre brancos.²⁴ A ideia de um cheiro é, portanto, um traço marcante na gestão materna (LUGONES, 2017), na tentativa de prever o perigo, se antecipar a ele e cumprir com o dever, visto como responsabilidade exclusivamente da mãe, de cuidar. No entanto, os argumentos de proteção normalmente não levam em consideração recursos mínimos sociais, econômicos e de segurança que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Geralmente, os confrontos entre a polícia e o tráfico se iniciam quando não há o pagamento do “arrego”, uma quantia paga à polícia que, em troca, permite o funcionamento do tráfico de drogas e permite que ele exerça certos poderes, como o

²⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mortes-negros-acoes-policiais-brasil-vezes-maiores-brancos/>. Acessado em 12 de outubro de 2022.

de julgar pequenos delitos cometidos na região. Essa dinâmica é rotineira nas favelas e, partindo da ideia de Birman e Pierobon (2021), produz dualismos como o bem x o mal, a cidade x favela e sociedade x Estado, o que as autoras nomeiam enquanto “Grande Clivagem” (2021, p. 2), em que os homens negros são passíveis de matar e morrer e, as mulheres, em sua maioria negras, habitam um cotidiano de sofrimento e de um contínuo ciclo de refazer suas vidas após o assassinato de pessoas de sua família. Como proposto por Misse (1996, 1999, 2006, 2009, 2010), essa negociação e trocas ilícitas, que surgem das relações entre o poder público e o privado, a qual o autor nomeia enquanto “mercadoria política”, atinge de forma crítica principalmente o Estado. O poder público, a partir da corrupção, perde seu poder e sua capacidade de mediar conflitos.

Partindo da Rua Reta, dobrando uma esquina à esquerda e depois à direita, a rua muda de nome, tornando-se Rua da Linha. Ali já se percebe que as casas vão se tornando ainda mais simples, menores, com os tijolos à vista. As portas, que geralmente permanecem abertas o dia inteiro, nos possibilita visualizar um interior de cômodos pequenos e habitados por muitas pessoas. A rua estreita geralmente está vazia, pois é na Rua Reta que as crianças vão brincar e as famílias se encontram em um espaço de socialização, seja para conversar, jogar Bingo ou simplesmente ver o tempo passar. Esta rua nos leva à parte da favela de moradias que se instalaram embaixo de um viaduto da Avenida Brasil, “a ponte”.

Essa parte da favela do Tripé é a de construção mais recente. Como dito acima, as pessoas que ali habitam são estigmatizadas e sofrem constantemente acusações morais diversas. Souza, Barbosa e Simão (2020) relacionam o surgimento das favelas, ao final do século XIX, à generalização de discursos estigmatizantes, que passaram a fazer parte da vida de quem morava em casas insalubres, irregulares e de construções de madeiras, que associavam aquelas pessoas ao perigo e desordem. Os autores analisam como o ataque a habitações precárias fazia (e faz) parte da idealização de uma cidade que é seletiva, apenas para parte da população. No entanto, vale refletir sobre quem são essas pessoas.

Nascimento (2021) reflete sobre a marginalização dos corpos negros, em que suas práticas e costumes sempre foram relacionados à criminalidade por parte de certa ordem social. A autora faz uma comparação entre os quilombos e as favelas, cujo a última, em razão do sofrimento histórico que lhe atinge, acaba por se isolar e adquirir novas relações com a comunidade, como forma de resistência e

sobrevivência. No Tripé, principalmente nesta localização, observamos como os moradores se afastam de relações sociais de pessoas mais distantes geograficamente, seja não frequentando uma festa oferecida por alguma ONG em outra localidade, seja não procurando empregos mais longínquos da região, resultado de uma invisibilidade geográfica e física.

As construções “na ponte” ficam embaixo de um dos viadutos da Avenida Brasil, por isso não se tem visão delas por nenhum ponto (Figuras 02 e 03), exceto por quem passa de trem. As moradias são construídas com folhas de restos de madeirite, alumínio, lonas, resto de construção e telhado de zinco, o que as torna um forno durante o verão e muito frias e úmidas durante os dias mais frios, já que a localização impede a entrada do sol. O chão é de terra batida, com canos abertos e quebrados que cortam as vielas e que carregam água e esgoto, sendo também moradia para muitos bichos e seus excrementos. Os barracos, sem infraestrutura básica (saneamento básico, luz, coleta de lixo) e com frestas nas paredes e no teto, são muitas vezes invadidos por bichos, como baratas e ratos. Diante disso, não é incomum que muitos moradores apresentem doenças relacionadas ao consumo inseguro de alimentos, água e a contato com fezes e urina de animais transmissores de doenças.

Na entrada “da ponte” está localizado o Bar do João, que é chamado de “barraca” (Figura 01) pelos moradores. Os produtos que estão à venda são bebidas alcoólicas, refrigerantes, cigarros, biscoitos doces, salgados e, durante a pandemia, ele começou a vender alguns tipos de grãos, farinhas e leite, ampliando seu negócio, capitalizando e protegendo as pessoas, que não precisaram ir ao mercado muitas vezes. A pandemia expandiu a economia na favela, uma vez que surgiram novos comércios e os existentes se modificaram para atender o público, criando uma rede de serviços (MARTINS, 2019). Além do comércio, João também se responsabiliza por receber as correspondências dos moradores, já que os carteiros não entregam além de sua casa, uma das únicas quatro casas de alvenaria na “ponte”. Assim, além de comerciante, o controle nas distribuições das correspondências o torna um mediador entre o órgão estatal e a favela, fazendo a ponte entre dois universos.

Se, por um lado, construir uma casa de alvenaria embaixo da ponte concede um certo status aos moradores, por outro passa a ser mais visada pela polícia que, por vezes, entra na favela em busca de informações sobre o tráfico, o mesmo que

negocia com eles o arrego. Segundo uma de minhas interlocutoras que construiu sua casa “na ponte” com tijolos, a polícia entra na sua casa e a obriga a dar informações sobre a movimentação dos bandidos, utilizando a narrativa de que a possibilidade financeira da construção só poderia vir através de movimentações ilícitas e, portanto, ela certamente poderia lhes conceder pistas sobre o assunto.

O local embaixo da ponte tem basicamente três becos: um em frente à linha do trem, um paralelo a esse e um pequeno transversal aos dois. Neste último, que fica bem no meio “da ponte” (Figura 02), mora a Conceição, uma mulher de 44 anos, vinda de Minas Gerais e que junta muitas mulheres em um espaço na sua casa para conversar, cozinhar no seu fogão a lenha e fazer comemorações. Pretendo desenvolver no quinto capítulo a história desta importante interlocutora e amiga, mas esta casa, desde o início do meu trabalho no Tripé, foi e continua sendo palco de encontros entre mim e muitas mulheres daquele local, seja para conversar, para fazer algumas entrevistas e para realizar ações das ONGs B e Azul. Conceição gosta de rir contando que, às vezes, precisa fechar a porta de sua casa para ficar sozinha, ou sempre está cercada de gente, o que é compreensível pelo seu acolhimento e carinho com todas que puxam uma cadeira e perdem horas trocando confidências.

A Associação dos Moradores do Tripé findou suas atividades no início das obras das Olimpíadas e da alça do BRT na entrada da favela sob acusações de corrupção durante as negociações entre prefeitura e moradores para as remoções, conforme já dito anteriormente. No entanto, ainda quando existia, nos últimos anos, sua atuação era exclusivamente ligada a produzir comprovantes de residência quando solicitado. Após a pandemia de COVID-19, a Associação dos Moradores do Conjunto, localizada em uma das favelas, absorveu a região do Tripé, realizando parcerias com ONGs locais e promovendo atividades esportivas, profissionalizantes, psicossociais e assistenciais.

Segundo o já citado Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), no Conjunto, 99,09% das casas possuem água encanada. Se levarmos em conta que o Conjunto reúne as seis favelas, este dado não reflete o saneamento local e fala da invisibilidade de uma parte mais pobre daquela região, além da sua heterogeneidade. Minha experiência empírica mostra que este número apresentado no Atlas está muito longe da realidade. Pensando na ausência de dados sobre o

Tripé, a ONG Azul, em que eu atuo, realizou um levantamento acerca dos moradores da área mais empobrecida, localizada embaixo da ponte.

O estudo, que foi realizado no ano de 2021, em parceria com os moradores e com financiamento próprio, nos mostra o quanto os dados oficiais são inexistentes e desatualizados. Realizamos entrevistas em 58 casas do Tripé, sendo o/a entrevistado/a a pessoa que dispunha de disponibilidade para nos receber naquele momento. Foram 19 homens e 39 mulheres, sendo destas, 80% beneficiárias do PBF que, naquele momento de pandemia, operava como Auxílio Emergencial. Nossas perguntas caminhavam em torno do PBF, Auxílio Emergencial, infraestrutura das moradias e acesso à internet. Sobre a infraestrutura, nenhuma das 58 casas possuía, naquele momento, água encanada ou rede de saneamento básico, sendo utilizada a água do rio que corta a favela como local de despejo do esgoto. A rede de luz, assim como a rede fixa de internet, chega ao tripé através de gatos e ligações ilegais feitas na energia das redes da supervia.

As respostas sobre o Auxílio Emergencial não podem ser analisadas quantitativamente pois, apesar de 17 das 58 pessoas terem respondido que não recebiam o AE, elas estavam representando a família que, no caso do AE, diferentemente do PBF, poderia ter outros indivíduos da residência que estavam recebendo. Sobre a internet, segundo as respostas dos moradores, 55% das casas não possuíam acesso naquele momento, sendo que, das 45% que afirmaram ter acesso, apenas em duas casas ele era feito através do computador. Nas demais, apenas pelo aparelho celular. Estes dados nos mostram múltiplas desigualdades presentes naquele contexto de casas feitas de restos de madeira emparelhadas, falta de coleta de resíduos domiciliares, falta de abastecimento de água encanada e rede de esgoto, com renda insuficiente para sustento da família e falta de acesso à internet.

1.4 Meu caminho até o Tripé

Trabalho no Conjunto há 12 anos, desde 2011. Quando fui convidada para trabalhar na ONG A, em uma das favelas do Conjunto, atuava enquanto nutricionista, supervisionando a produção de refeições e instalações físicas em restaurantes e hospitais. Desde que completei a graduação, em 2007, nunca havia me voltado ao atendimento clínico, área da qual nunca me aproximei até ser convidada por esta ONG A para realizar atendimentos em crianças, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento no que diz respeito a peso e altura. Além disso, enquanto coordenadora de projetos ligados à saúde, promovia ações relacionadas à alimentação e saúde para participantes da ONG A e suas famílias.

Algo que me chamou atenção, assim que eu entrei na ONG A, foram os grandes muros que a cercavam e a protegiam da favela do lado de fora, além de uma infraestrutura e a presença de vários prédios que constituíam uma construção contraditória, se comparada à realidade que acontecia do outro lado do muro. Como a equipe era desencorajada pela direção a transitar pela favela, durante os dois anos em que trabalhei na ONG A, eu mal conhecia a realidade do Conjunto. Considero então que, por mais que eu trabalhasse e vivenciasse as dificuldades dos moradores da favela, não poderia afirmar que eu entendia, ainda que minimamente, a favela. Não imaginava como se organizavam ou tensionavam suas práticas e vivências cotidianas. Embora existissem muitas narrativas sobre o local e as relações que eram construídas, não foi imediatamente óbvio conseguir visualizar realidades a partir do que eu ouvia.

Em contato com as mulheres e mães que levavam seus filhos ao atendimento, surgiu para mim a necessidade de buscar maiores conhecimentos sobre como as mulheres se tornavam cuidadoras e referências a partir do recebimento do Programa Bolsa Família. Parecia ser através deste benefício que elas encontravam a possibilidade de mudar a alimentação dos seus filhos, uma vez que o dinheiro lhes dava acesso a alimentos que mudariam de alguma forma o quadro nutricional das crianças, muitas vezes com sobrepeso e obesidade²⁵. Foi

²⁵ Sobrepeso e obesidade são caracterizados quando o indivíduo está acima do peso considerado saudável e indicado através do Índice da Massa Muscular (IMC), a Curva de Crescimento e avaliação do profissional de saúde.

com as inquietações surgidas deste trabalho que entrei para o Curso de Gênero e Sexualidade ofertado pelo Centro Latino-Americano em Gênero e Direitos Humanos (CLAM), no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Após dois anos, fui convidada para atuar em outra ONG, a qual nomeio de ONG B, onde eu escrevia projetos sociais, já direcionados a apenas uma favela do Conjunto, a Favela do Tripé. Neste trabalho, eu comecei a percorrer e a conhecer mais intimamente o Conjunto e seus moradores, principalmente desta região específica. No começo, surgiram algumas dificuldades, conforme relato no terceiro capítulo, pois muitos adultos, principalmente as mulheres que não me conheciam e se negavam a conversar, atitude justificada pela desconfiança de que minha presença poderia estar atrelada à ONG A, que só visitava a favela quando precisava de fotos, ou a alguma figura política, que só aparecia na favela para angariar votos.

Precisei ganhar a confiança aos poucos pois, para mim, era importante que os projetos que eu produzia estivessem atrelados à realidade e à necessidade que se impunham na favela, ou seja, que fossem escritos em conjunto com eles. Quando eu explicava que estava lá enquanto trabalhadora de outra ONG e a finalidade da minha presença, muitos passaram a conversar comigo e a pedir ajuda com alimentos, empregos, serviços médicos e doações. Acabei, portanto, no intuito de ganhar a confiança deles, exercendo um papel de “mediador intelectual”, conforme descrito por Zaluar (2000), resolvendo questões práticas de documentação, produção de currículos, informações sobre benefícios como o PBF e lendo exames médicos.

Com o passar do tempo, parece que minha presença já não era mais tão notada, era como se de alguma forma eu tivesse passado a fazer parte da vida deles, não sendo vista exclusivamente como uma ameaça. Comecei a ser convidada para festas, confraternizações, almoços ou apenas para uma cerveja no final do dia em frente à casa de alguma vizinha. Foi a partir deste momento que fui convidada para ser madrinha da Júlia, evento que irei descrever no terceiro capítulo; e minha relação próxima àquela família também me proporcionou a aproximação com as demais moradoras da favela, local o qual passei a ser conhecida como a “Vivi da ONG”. Eram sempre as mulheres que estavam dividindo as dores e as alegrias de suas vidas cotidianas e, sempre preocupadas comigo, muitas vezes preparavam quentinhas de comida para eu jantar quando chegasse em casa.

Em 2017, já no mestrado e acreditando que conseguiria me afastar do trabalho no terceiro setor, saí da ONG B, passando a ter o Tripé apenas como meu campo de pesquisa. No entanto, essa distância durou poucos meses e, já com a presença de Luíza enquanto parte do projeto, criamos o Projeto Azul, que, anos depois, durante a pandemia, se oficializou se tornando ONG Projeto Azul, com Luíza na vice-presidência e eu na presidência. O tráfico sempre esteve presente durante meu caminho na ONG B, ONG Azul e enquanto pesquisadora, pois a minha presença dentro da favela precisava do consentimento deles. Os contatos eram e são feitos pelas moradoras e os avisos prévios de eventos são necessários para a entrada de voluntários e para que, quando possível, haja a diminuição do trânsito de pessoas armadas. Além disso, é necessário saber se o arrego está sendo pago, para que não sejamos surpreendidos pela entrada da polícia.

Berlant (2011) observa como o presente é percebido afetivamente antes de se tornar qualquer outra coisa. A autora descreve a vida cotidiana enquanto uma zona de convergência de um emaranhado de histórias incoerentes de vidas, que seguem mesmo diante de constantes ameaças. O apego aos autores dessas vivências foi e é, para mim, uma força que me move durante toda a minha trajetória enquanto trabalhadora social, pesquisadora, nutricionista, amiga, conhecida e comadre no Tripé. No entanto, a proximidade com as minhas interlocutoras também significa vivenciar dores, perdas, cenas de violência e de fome. De certa forma, estes pontos são importantes a serem considerados neste trabalho, pela implicação que a proximidade pode ter de influenciar a escrita e a forma de traduzir relações. Por outro lado, trazer o afeto enquanto parte central da pesquisa faz florescer um sentimento de (re)conhecimento e de implicação em me conectar com mulheres que precisam ser ouvidas.

Estar e presenciar o cotidiano das famílias do Tripé, me coloca em situações de vulnerabilidade²⁶, uma vez que estou exposta a diferentes riscos. A vulnerabilidade é algo relacional, dinâmico e não é específico ou característico de um determinado grupo, mas diz respeito a determinadas condições e conjunturas que trabalhar na favela me apresenta. Quando chego ao meu destino, encontro barricadas, radinhos e armas em punho e devo abaixar o vidro para que me reconheçam. O tráfico e a entrada da polícia, apresentam diferentes tipos de

²⁶ Behar (1996); Parreiras (2018) e Strathern (2014).

violência, que resultam em construções de relações de vulnerabilidade durante minha presença em campo. O modo de fazer, a partir das exposições, do medo, dos conflitos, do estado de alerta, do afeto e das relações, constroem a metodologia desta tese.

1.5 Metodologia

Minha presença no Tripé se faz por meio de uma sobreposição de crachás – Vivi da ONG, madrinha, afilhada, amiga, tia e pesquisadora- e, ao mesmo tempo em que eu pesquisava, eu também vivia como parte daqueles cenários e experiências. Favret-Saada (1990) e Fassin e Rechtman (2007) exploraram o termo observação participante realizando uma inversão para participação observante, cujos atores da pesquisa estão envolvidos e próximos ao contexto estudado. O deixar “ser afetado”, durante todos os anos que trabalho no Tripé, me colocou imersa na experiência do registro, levando em consideração a existência e o entendimento através do afeto, de uma “comunicação voluntária e intencional visando ao aprendizado de um sistema de representações nativas” (FAVRET-SAADA, 1990, p.6).

A observação participante foi um dos métodos utilizados, assim como a imersão prolongada no campo, entrevistas semiestruturadas individuais e conversas em grupos, sendo todas ferramentas etnográficas qualitativas empregadas com o objetivo de interpretar e entender como as diferentes emergências sanitárias produzem e reproduzem diferentes tipos de violências, moralidades, vigilâncias, conflitos, afetos e resistências como estratégias de vida, levando em consideração beneficiárias de programas sociais, como o AE, PBF e AB.

Durante a pandemia, o distanciamento social me afastou de maneira presencial do meu campo de pesquisa e precisei me adaptar na utilização de redes sociais, tais como Facebook²⁷ e WhatsApp²⁸, para manter o contato com minhas interlocutoras. Através destes, mantive contato e realizei parte da minha pesquisa de campo utilizando a tecnologia enquanto ferramenta para o diálogo e a

²⁷ Facebook é uma rede social lançada em 2004, que permite que o usuário se conecte com várias pessoas do mundo, podendo conversar, compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias.

²⁸ O WhatsApp é um aplicativo de troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo pela internet, disponível para smartphones e computadores

sistematização da minha relação com minhas interlocutoras. A reformulação e a inserção destas novas técnicas foram adaptadas para a produção deste estudo, entendendo o digital como parte de quem nós somos e não apenas como uma ferramenta neutra que atua em nossas vidas (MILLER E HORST, 2012). É importante dizer que entendo a pesquisa realizada por meio destas duas plataformas como tão válida quanto a inserção presencial, orientada sobretudo por estudos como o de Miller e Slater (2004), Hine (2020), Lins, Parreiras e Freitas (2020).

Principalmente durante a pandemia, onde por muitos meses a comunicação com determinadas pessoas foi exclusivamente a partir do digital, é essencial o reconhecimento deste meio como algo que constrói, transforma e reproduz o nosso cotidiano, dando voz e visibilidade a indivíduos, mas também sendo responsável por aumentar a desigualdade para os que não têm acesso (ou possuem acesso precário) ou letramento digital. Benjamin (2019, p.2022), Evaristo (2022) e Noble (2018) analisam como a tecnologia pode produzir formas de liberdade e igualdade, mas também produzir novos tipos de exclusão, como os mecanismos de buscas e os algoritmos que são um exemplo da criação de novas estruturas tecnológicas de racismo e sexismo, refletindo e reforçando preconceitos existentes na sociedade. As autoras discutem como a tecnologia, que nunca é neutra, é um direito, pois se configura enquanto acesso à informação e, por isso, precisa ser garantida a toda população como parte da política pública de um país.

O acesso à tecnologia pelas interlocutoras influenciou desde o cadastramento para recebimento de políticas sociais e a informações sobre a pandemia, escola, saúde até sobre projetos e forças tarefas para ajudá-los nos cadastros do AE feitos pela ONG Azul. A presença ou ausência da tecnologia determinou diferentes níveis de modos de sobrevivência durante a pandemia. Os questionários dispostos nos sistemas dos sites e aplicativos para cadastro dos programas sociais, classificaram e ranquearam informações de quem seria analisado para o recebimento do AE. Esse cruzamento de dados que contava com análises apenas quantitativas dos sujeitos, foi determinado e pensado pelo Estado e justificou o aumento de pessoas em vulnerabilidade social.

Durante um período da minha pesquisa de campo, quando a pandemia nos sugeria um distanciamento social, realizei entrevistas e conversei com as minhas interlocutoras por meios digitais, ou seja, naquele momento, eu só estava em

contato com quem, de algum modo, possuía acesso à internet e aparelhos tecnológicos. Por isso, para compreender o campo, foi necessário entender as relações complexas que aparecem e são refletidas nesse meio, levando em consideração os processos de inclusão ou exclusão que possam surgir a partir do uso de redes sociais, aplicativos para cadastros do auxílio emergenciais, sites de informações e consultas.

O recebimento de mensagens era constante em meu celular, principalmente no período de isolamento social. Dúvidas e pedidos de ajuda faziam parte do meu cotidiano de trabalho, em que longas mensagens de voz, fotos, vídeos e mensagens de texto foram utilizadas para a costura desta tese, através da inserção de atores de corpos virtuais que, naquele momento, estavam realizando cadastros, recebendo ou tentando receber o Auxílio Emergencial. Concordo com Minayo (2012) que é importante enfatizar técnicas que permitam dar foco a experiências e vivências, com o objetivo de “compreender, interpretar e dialetizar”. Apesar de ter as redes sociais como ferramenta para parte da minha comunicação com minhas interlocutoras desde o início do meu trabalho como nutricionista, trabalhadora do terceiro setor e início do campo de mestrado, em 2017, há uma fase digital que se ressalta, especificamente durante a pandemia de COVID-19.

Pensando no que foi exposto acima, sobre certa dificuldade de acesso às tecnologias, após passada a necessidade do distanciamento social e respeitando a agenda de vacinas que foram impostas, retomei para a segunda parte da minha pesquisa de campo, optando por alargar este tempo no Tripé para garantir uma maior participação das minhas interlocutoras e a continuidade de um trabalho que se iniciou em 2011, quando cheguei no Conjunto através de uma ONG.

Já presencialmente em campo, retomei minhas caminhadas pelas ruas e vielas do Tripé, agora conversando presencialmente com as moradoras. A princípio, eu havia selecionado 10 mulheres para aplicar a entrevista semiestruturada, com o recorte de serem, terem tentado ser, ou já terem sido beneficiárias de programas sociais, sendo eles o PBF, o AE e o AB. Minha escolha por entrevistar exclusivamente mulheres se deu pela minha relação de proximidade e por serem elas o público-alvo preferencial dos programas sociais e, levando em conta análises importantes sobre o desenho e impactos do PFB, (EGER E DAMO, 2014; MATTAR, 2019; REGO E PINZANI, 2014), foram elas que tiveram suas vidas transformadas ao se tornarem beneficiárias.

Ao agendar um encontro, ou fazer de uma coincidência um momento para realização das entrevistas, movidas por saudade, por necessidade de compartilhar preocupações, dores e por se unirem em uma solidariedade em que o falar juntas lhes concede mais segurança e força (NASCIMENTO, 2021), quase todas as minhas tentativas iniciais de individualizar conversas foram frustradas. As cadeiras iam sendo puxadas, formando pequenos grupos ao meu redor, compostos quase que exclusivamente por mulheres. Ficava evidente que, em um momento em que a fome alcançava a maioria daquelas mulheres e eu era vista como a “Vivi da ONG”, sendo esta organização uma das responsáveis pela distribuição de cestas básicas, se aproximar de mim também era uma estratégia para tentar angariar doações. Para elas, existe um certo entendimento de uma divisão entre ser ou não ser amiga da Vivi, que significa participar ou não da ONG, ainda que isso não seja a realidade aplicada e tampouco a condicionalidade para absolutamente nenhum recebimento, intervenção, distinção ou associação.

Todavia, conforme explicitado por Chatterjee (2004), a organização de certo grupo de indivíduos (ainda que seja idealizada) em quem é ou não da ONG, mobiliza certa governança e garante alguns privilégios que expandem, segundo o autor, certa noção de liberdade. De certo modo, para muitos moradores do Tripé, a ONG Azul acaba sendo um dos caminhos para alguma mediação, negociação, informação e proximidade com Estado, já que a ONG Azul apresenta parcerias com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Associação de Moradores, subprefeitura da região, Universidades, Clínica da Família e outros. Deste modo, foram incontáveis os grupos de conversa dos quais eu participei em diferentes lugares do Tripé, sendo os assuntos abordados relativos ao recebimento do AE, ao preços elevados dos alimentos, a fome que voltou a assombrar a vida daquelas famílias, ao desemprego, à dificuldade de acesso ao SUS e atendimentos médicos, às dúvidas referentes a vacinas, extinção do PBF, nomeações diferentes de programas sociais que culminaram no AB, doações e Fake News²⁹ que perpassavam todos os assuntos citados acima.

No que diz respeito ao contexto pesquisado, posso afirmar que a pesquisa foi construída a partir de diversas mãos, como uma costura que vai entrelaçando histórias, cotidianos, experiências e resistências. Por meio digital e presencial,

²⁹ Para análise do uso do WhatsApp por populações de favela e os impactos das fake news nestes contextos ver Parreiras (no prelo).

através de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Para garantir as dez entrevistas individualizadas, adotei a estratégia de acompanhá-las a algum lugar, como ao banco, ou a escola dos filhos, quando fossem sozinhas e não houvesse muita interferência.

A abordagem adotada de acompanhar minhas interlocutoras seguiu na direção de garantir entrevistas individualizadas. No entanto, a socialização que surgiu através de rodas de conversas que eu fui convidada a participar, me inseriu nas redes de sociabilidade daquele local. Os momentos e as tardes que passei conversando com elas no coletivo, foram essenciais para a produção desta pesquisa. Na observação participante, realizei a coleta de dados a partir da minha inserção nas atividades cotidianas, cozinhando com elas, realizando refeições, participando de conversas, visitando recém-nascidos, indo às festas e acompanhando suas idas e vindas para buscar seus filhos na escola.

Desde o começo do doutorado, em 2019, data que coincidiu com o início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, tenho me debruçado sobre a produção de nomes e siglas propostas para a substituição do PBF. Entre alguns nomes citados e explorados nesta tese, há uma questão mais ampla sobre o tema, que diz respeito a uma gestão errática, uma vez que se baseou em uma inconstância e em uma inabilidade de desenhar algum programa social com a assinatura do governo em questão. Este deslizamento semântico, que foi sendo produzido durante quatro anos, foi pauta para minha tese, em que procurei recapitular através de documentos e materiais veiculados em mídias, entre o final de 2019 e o início de 2023, com o retorno do PBF. Palavras chaves como Auxílio Emergencial, Renda Cidadã, Auxílio Cidadã, Auxílio Brasil, Programa Bolsa Família, favelas, pobreza, COVID-19 e Programas de Transferência de Renda foram os mais utilizados para identificar os diversos desencontros e mudanças terminológicas produzidas pelo governo federal sobre o PBF e o Auxílio Emergencial. Posteriormente, por meio de ferramentas etnográficas já mencionadas, cruzei as informações ou desinformações para entender como esses modelos chegaram ao Tripé e que tipos de discursos, moralidades, conflitos, relações, resistências, violências e gestões da precariedade foram produzidos como consequência.

Como atores que mediam o recebimento dos programas de transferência de renda e que representam o Estado em relação com determinados indivíduos, os profissionais do CRAS se mostraram enquanto peças fundamentais a serem

entrevistados. Sendo assim, após autorização dada através de uma carta de anuência da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), realizei três contatos diferentes. O primeiro foi uma entrevista semiestruturada com o psicólogo responsável pelo atendimento de famílias do Tripé; o segundo, uma conversa com um entrevistador e dinamizador social também responsável pela região; e o terceiro, uma entrevista semiestruturada seguida de uma conversa com a diretora do equipamento. A primeira entrevista se deu por meio de uma reunião remota a qual, após autorização, gravei o momento realizando, posteriormente, a transcrição do material. O encontro com o entrevistador social se deu durante uma festa junina em uma escola da região. Ele participa de algumas atividades do Conjunto com objetivo de se aproximar das famílias e realizar busca ativa e avaliação de famílias que estejam sofrendo algum tipo de violência ou vulnerabilidade social. Já a terceira entrevista foi com a diretora do CRAS e se deu dentro da sua sala no equipamento.

Durante este terceiro momento pude também realizar observação participante, já que fiquei aproximadamente uma hora junto das pessoas que aguardavam o atendimento no corredor que leva às salas de cada técnico. Todas com documentação na mão e conversando entre si sobre suas realidades e a necessidade de resolverem naquele dia a situação, que variava entre terem sido bloqueadas pelo então Auxílio Brasil e de não terem conseguido se cadastrar no benefício. A diretora demorou a me receber, pois andava pelo corredor na tentativa de resolver alguns problemas mais fáceis, que eram só algumas dúvidas mais simples, como a documentação necessária ou quem poderia receber o AB. Algumas pessoas chegavam a mim para esclarecer dúvidas, achando que eu também trabalhava ali. Talvez a confusão tenha sido em consequência das minhas vestimentas, que se assemelhavam às das trabalhadoras daquele local, ou à maneira como eu explicava para elas as informações que estavam expostas nos banners pendurados nas paredes, como mostro abaixo nas Figuras 06, 07, 08 e 09.

Figura 06 – Fotografia sobre informações no CRAS



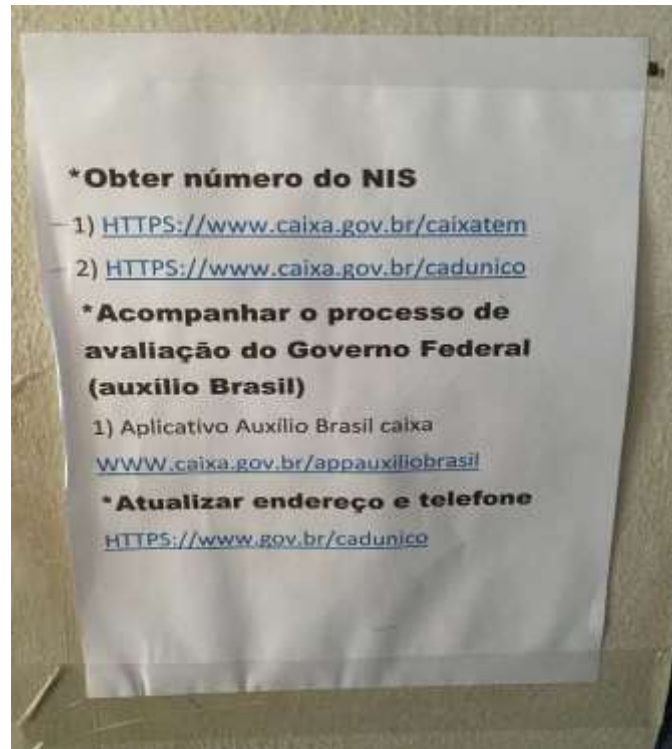
Fonte: A autora, 2022

Figura 07 - Fotografia do CRAS



Fonte: A autora, 2022

Figura 08 – Fotografia sobre informações no CRAS



Fonte: A autora, 2022

Figura 09 – Fotografia sobre informações no CRAS



Fonte: A autora, 2022

É importante observar como o meu corpo foi lido de diferentes maneiras pelos diferentes interlocutores desta pesquisa. A minha presença na favela, nas escolas, no CRAS e em todos os outros lugares em que eu estive para realizar esta etnografia foi lida com diversos estereótipos, privilégios e vulnerabilidades. Na favela e no CRAS, as pessoas me viam enquanto na perspectiva de um “saber corporificado” (ABULQUERQUE, 1991, p.311) mas, considero que essa análise do “ser visto” é fluída, já que, em outros momentos no Tripé, fui vista como uma ameaça, com suspeita e com desconfiança. Ou seja, o corpo do pesquisador ocupa diferentes e flexíveis lugares que podem ir se modificando e se localizando (CASTRO, 2022) com o passar do tempo e da pesquisa, se moldando e se movimentando a partir de experiências pessoais, de relações sociais que vão sendo feitas e desfeitas e das interseccionalidades que se cruzam.

Antes da minha entrevista com a diretora do CRAS iniciar, conversamos um pouco sobre o trabalho que ela previa desenvolver nas favelas atendidas, incluindo o Tripé, mas que não estava conseguindo por conta do aumento na procura por benefícios sociais. Segundo ela, esse também foi o motivo de termos marcado e desmarcado durante 5 meses nosso encontro. A alta demanda de trabalho, somada ao corte de verba para assistência social, cujos profissionais tiveram que ser demitidos e estruturas serem desfeitas, atrapalhou o funcionamento do CRAS. Conversamos durante mais de duas horas e a utilização do gravador me auxiliou na sistematização das informações recebidas.

No entanto, a utilização do gravador nem sempre foi positiva, pois, ao pedir autorização para gravar, mesmo explicando que seria usado apenas por mim para organização da escrita e disponibilizando o áudio para elas, no caso das moradoras do Tripé, o ato de clicar em “gravar” influenciou nas respostas que eram dadas. Notava que elas se tornavam inquietas e que tentavam achar as palavras e as respostas que elas consideravam como certas, neste momento, sempre olhando para o meu celular, local o qual eu realizava as gravações. Muitas vezes interrompi a gravação e continuamos sem registro, apenas com algumas anotações que eu marcava em meu diário de campo de tópicos importantes. Para a memória não falhar, muitas vezes meu retorno para casa era em companhia de enormes áudios que eu gravava na tentativa de recuperar em totalidade o que eu havia conversado e visto naquele dia. Por isso, meu diário de campo – escrito e por áudios - foi

essencial na montagem da tese, uma vez que foi um instrumento de lembranças e pontos essenciais a serem desenvolvidos.

Para realizar esta pesquisa com as técnicas etnográficas citadas acima, garanti o anonimato dos sujeitos de pesquisa e, durante o convite para participação, seja remota ou presencialmente, enviei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Junto ao documento, expliquei cada ponto e os tópicos do conteúdo da coleta de dados e armazenei em arquivo o consentimento por escrito, seja em redes sociais, ou através da assinatura de próprio punho. No TCLE, incluí a solicitação para autorização do uso das conversas via WhatsApp, perfil do Facebook, entrevistas e fotos que constam neste trabalho.

É importante frisar que a minha pesquisa de campo, para contemplar os assuntos que eu pretendo desenvolver durante a escrita, foi ampliada. Minha dificuldade em dar por encerrada minhas interações com as interlocutoras se deram em paralelo às decisões políticas que, desde 2019, se intensificaram como uma arena instável e difusa. As tomadas de decisões, ou o uso de uma política de omissão por parte do governo federal, precisava de uma certa maturação para compreender de que forma seria a percepção das moradoras do Tripé e trabalhadores do CRAS, os principais participantes na construção deste trabalho. Articular interesses, moralidades, relações sociais e conflitos que resultam em aumento ou diminuição de diversas vulnerabilidades, violências e modos de resistência, requer o entendimento de como será o impacto dentro da casa e da vida de cada uma delas.

O que desejei durante a pesquisa de campo diz respeito ao que Das (2020) reflete sobre “a vida das pessoas e comunidades particulares que estiveram profundamente inseridas em eventos”. Mais especificamente, através de eventos maiores, que dizem respeito à precariedade ampliada através de crises sanitárias presentes de diversas maneiras na Favela do Tripé, meu objetivo é entender como o cotidiano, o ordinário, o dia a dia dos moradores da Favela do Tripé foi e é impactado por estes acontecimentos, analisando os desdobramentos que se seguem.

Trago desde o início do meu capítulo o caminho que eu percorro para chegar ao Tripé, desde o meu trajeto pela Avenida Brasil, até minha entrada profissional no Conjunto e, posteriormente no Tripé. As questões metodológicas apontam para uma pesquisa que, atravessada pela pandemia de COVID-19, foi construída

através do afeto e de redes de solidariedade, com as moradoras do Tripé, com a equipe do CRAS e com outros atores que vão desenhando este trabalho. Além disso, o diálogo com a produção das políticas sociais, que serão mais amplamente analisadas no capítulo a seguir, através de pesquisas em mídias como jornais, artigos de sites e obras de outros autoras e autores que vem se debruçado na investigação do fazer políticas sociais, serviram de interlocução para esta discussão.

Entender o movimento contínuo e cotidiano do Tripé dialoga com o que Graham (2016) analisa em relação a como, o poder do Estado, pode ser encontrado na ameaça ou na execução de cortes nas infraestruturas como água, energia, recolhimento de lixo e acesso à tecnologia. Para o autor, a destruição da infraestrutura civil pode resultar em crises na saúde pública e na morte de determinados sujeitos, assim como em situações de guerra. Mbembe (2018) também observa como as “guerras de infraestrutura”, inseridas nas vidas através do terror, são responsáveis pela falência de sobrevivência de um inimigo imaginado. A inexistência de dados oficiais sobre o Tripé, somados a falta de todas as infraestruturas (água encanada, saneamento básico, recolhimento de lixo, moradia adequado e tantos outros problemas), nos amplia o olhar para uma situação anterior à descrita acima, pois, para atacar, precisa existir. Para o Estado, oficialmente a Favela do Tripé não existe.

2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A pobreza no Brasil ganhou destaque a partir da crise dos anos 80, quando o país atravessou períodos de recessão, com a alta da inflação, a desvalorização do salário e o aumento do desemprego. Diversos debates públicos acerca da pobreza e sobre como enfrentá-la, foram postos em diálogo, levando em consideração o que se possuía de conhecimentos e instrumentos políticos. Apenas a partir de 1990 foi possível uma sistematização sobre as possíveis formas e alinhamentos que pudessem resultar no encolhimento da pobreza, após constatação de que as reformas econômicas já postas em prática não foram suficientes. Foi então que o Estado ampliou a visão conjuntural da pobreza para entendê-la como algo que necessita de uma política duradoura de proteção à população estruturalmente pobre (MARINS, 2017).

É neste cenário que surgem, na década de 90, as políticas de transferência de renda, sendo a maior delas a que aparece nos anos 2000, nomeada de Programa Bolsa Família (PBF), que vai angariando aos poucos diferentes modelos de forças políticas e ideológicas e a opinião pública, ainda que também motive muitos conflitos, como planejo discutir nesta pesquisa.

Pretendo, neste capítulo, analisar alguns programas de transferência de renda, principalmente os que estiveram na arena de debates durante a pandemia de COVID – 19, refletindo sobre os pré-requisitos para recebimento, as condicionalidades, o cadastramento no CADÚnico (sendo mobilizado através do atendimento no CRAS), informações, desinformações e estratégias que minhas interlocutoras foram produzindo para se tornarem beneficiárias. Desse modo, busco compreender como esses processos organizam, explicam e estruturam relações de afetos, solidariedade, conflitos e vigilâncias, em meio a um contexto de violências estruturadas e cotidianas, como emergências sanitárias, fome, invasões do tráfico e da polícia, falta de saneamento básico e tantas outras localizadas na Favela do Tripé.

É importante refletir sobre a produção de estratégias alicerçado em um determinado entendimento do que é necessário para receber mais a partir de múltiplas (des)informações divulgadas na mídia sobre os valores, deslizamentos semânticos, formas de cadastro e disputas políticas. Pensando nos diversos efeitos

dessas direções divergentes e duradouras no cotidiano das moradoras da favela, se faz necessário elaborar considerações sobre os programas sociais, considerando os seus históricos e mapeamentos temporais.

2.1 Programa Bolsa Família

Estruturado a partir do Programa Fome Zero³⁰, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003, se inserindo no projeto político do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O Programa surge da solidificação de outros já inseridos no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 2001 e 2003, como o Bolsa Escola³¹ e o Cartão Alimentação³² ambos que, assim como o PBF, estabeleciam contrapartidas para o recebimento referentes à educação e à saúde e eram pagos preferencialmente à mulher, o Auxílio Gás³³ e o Bolsa Alimentação³⁴.

Em 2004, o Programa, já unificado, passa a ser responsabilidade do então criado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), órgão essencial para a estruturação institucional do PBF, assim como para sua articulação com as áreas de assistência social (no âmbito da SNAS, Secretaria Nacional de Assistência Social) e inclusão na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação para monitoramento e avaliação.

O PBF foi pensado para ter como base a transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e se revela como um dos programas sociais mais importantes na América Latina e no mundo, atingindo, em 2023, 21 milhões de lares brasileiros³⁵. O Programa foi responsável por tirar milhões

³⁰ <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acessado em 18 de junho de 2023.

³¹ Concedia bolsa mensal às famílias de jovens e crianças de baixa renda para que houvesse frequência escolar.

³² Cartão magnético recarregado mensalmente para ser utilizado para a compra de alimentos.

³³ Pagava às famílias que recebiam até meio salário mínimo, uma ajuda para subsidiar a compra do gás.

³⁴ Também chamado de Bolsa Alimentação, pagava um complemento de renda às famílias de baixa renda.

³⁵ <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/bolsa-familia-chega-a-21-19-milhoes-de-lares-e-atinge-novo-patamar-de-beneficio->

de famílias da fome e foi o caminho para exclusão do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, em 2014³⁶. Isto só foi possível através de ações como o aumento da oferta de alimentos, ampliação da renda dos mais pobres, programas federais de acesso à renda e recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que garante a participação da sociedade civil e a transparência.

De acordo com a cartilha³⁷, entregue aos beneficiários como forma de um manual quando se cadastram, o objetivo do Programa é “além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, (...) busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social.” No ano de 2023, a elegibilidade no programa está relacionada a renda mensal per capita de até R\$ 218,00³⁸ e a realização da inscrição no Cadastro Único em um posto de cadastramento ou atendimento da assistência social mais próximo à residência do indivíduo. Para receber o benefício, as famílias precisam cumprir com o que o governo chama de “compromissos” nas áreas da saúde, educação e assistência social, que são as condicionalidades. O objetivo principal das condicionalidades é garantir o acesso a políticas sociais básicas, favorecendo uma melhoria nas condições de vida dessas famílias e diminuindo a vulnerabilidade social.

As condicionalidades de saúde preveem o acompanhamento do calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento de crianças até 7 anos de idade, o pré-natal para gestantes e o monitoramento de lactantes. Na área da educação, se calcula a frequência escolar de no mínimo 85% para crianças e adolescentes e, em relação à assistência social, as famílias precisam participar de ações socioeducativas com temáticas que dizem respeito a trabalho infantil, aleitamento materno, segurança alimentar, dentre outros.

Desta forma, conforme descrito por Mani (2017) e Mattar (2019), os objetivos do PBF são o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social e, a longo prazo, garantir o

[medio#:~:text=O%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20registra%20um,14%20bilh%C3%B5es%20do%20Governo%20Federal. Acessado em 18 de junho de 2023.](#)

³⁶ <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>. Acessado em 18 de junho de 2023.

³⁷ https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasileira-diz-lula/cartilha_bolsa_familia.pdf. Acessado em 30/08/2023

³⁸ Esse valor foi modificando com a reestruturação do programa, sendo em 2003, o corte de 70 reais a 140, a depender da composição da família.

exercício de direitos sociais básicos relacionados à saúde e à educação, rompendo assim com um ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

No entanto, as condicionalidades impostas, desta e de outras políticas públicas, acabaram por produzir, conforme notado pelas autoras, resultados distintos e diversos, que não estão necessariamente presos às questões que inicialmente motivaram sua criação. Alguns desdobramentos esperados dizem respeito à diminuição da evasão escolar, ampliação do acesso ao sistema de saúde e fortalecimento da estrutura de assistência social. Conforme demonstro em minha dissertação (MATTAR, 2019), alocar o pagamento dos recursos às mulheres subsidiou no aumento da autonomia e mudanças até mesmo no exercício de seus direitos. Rego e Pinzani (2014) chamam de “espectro de escolha” o impacto do recebimento do benefício na vida das mulheres, ou seja, o aumento do exercício do direito de escolher, seja relacionado ao alimento, a roupas ou a produtos de beleza. A mulher sai do que os autores chamam de “ciclo da pobreza”, no qual tem sua capacidade de escolha limitada e restrita, para uma situação de empoderamento.

No que diz respeito às escolhas alimentares, é importante destacar que o encolhimento da fome veio acompanhado da elasticidade do consumo de alimentos por beneficiários/as do PBF. Conforme demonstrado por Rodrigues, Gomes e Dias (2008), Mattar (2019) e Mattar, Azize e Monteiro (2020), o aumento na renda de populações em situação de pobreza ou extrema pobreza modifica o comportamento do consumo de alimentos, fazendo com que novos itens sejam adicionados na dieta das famílias. No entanto, não há a garantia da qualidade dos produtos adquiridos. Assim como já observado por de Bem Lignani, Sichieri, Burlandy, e Salles-Costa, (2011) se, por um lado, encontrei durante minha pesquisa de campo o aumento do consumo de frutas, legumes, verduras e proteínas, em paralelo a isso, houve também aumento de consumo de alimentos ultraprocessados, ou seja, que possuem alta adição de açúcar, gorduras e sódio. Isto nos alerta para a necessidade de políticas nutricionais³⁹ que estimulem uma alimentação saudável e uma efetiva mudança da qualidade dos alimentos ingeridos:

Vivi, pego esse dinheiro e tento fazer uma divisão na minha cabeça, tipo assim, quantidade de fralda, de leite, de comida. Porque eu sei que preciso comprar frutas e verduras para as crianças, sei que faz bem pra saúde, que

³⁹<https://ojoioeotrigo.com.br/2023/01/os-estragos-causados-pelos-ultraprocessados-em-tres-dimensoes/>

elas precisam comer. Aqui, todo mundo come de tudo e eu mesma, quando era criança, não conseguia colocar uma coisa saudável na barriga, era todo dia angu pra matar a fome, por isso acho que tenho esses problemas de saúde.

Desde que veio esse dinheiro do Bolsa, eu sei que é tudo para meus filhos e começou a dar pra comprar mais essas coisas, frutas e legumes. Mas aí, você concorda, tem que ter também o iogurte deles, o biscoitinho recheado que eles gostam, tem que sobrar um dinheirinho pra um sorvete lá na Gigi...tem que ter tudo só com esse dinheiro. Claro que não dá (risos).
(Valéria, 38 anos)

Concordo com Bortolanza et al. (2023) ao discorrer sobre como as políticas públicas precisam caminhar em paralelo com a produção e realização de ações que, respeitando o contexto de cada região, promovam a melhoria de situações de insegurança alimentar e no “ambiente alimentar” (BORTOLANZA ET AL. 2023) que os indivíduos vivem. Para tal, devemos nos aprofundar em trabalhos multidisciplinares que unam e façam convergir várias esferas do governo como, por exemplo, pensar em como o aumento da inflação de frutas⁴⁰ e, conseqüentemente, na alta do preço desse alimento, resulta em um menor consumo deste produto, mas influencia no aumento da aquisição de ultraprocessados.

Outro propósito alcançado para as beneficiárias do PBF, que não se apresentava no escopo inicial do Programa, mas que aparece na minha pesquisa de campo desde 2017, é a possibilidade de quebra de relações conjugais de violência. Ou seja, o que as mulheres relatam é que, a partir do recebimento, elas se sentem menos amedrontadas de largar seus companheiros. As relações de dependência, submissão e de abuso físico e psicológico, que eram suportadas pelo medo de ver seus filhos passando fome, já que, muitas vezes, é o homem o único mantenedor da casa, conseguem ser rompidas pelo PBF. O benefício se revela como um incentivador da autonomia e do protagonismo das mulheres, como mostram Mani (2017), Mattar (2019) e Rego e Pinzani (2014), ao prover um rendimento regular que se desdobra em experiências de liberdade, respeitabilidade, autonomia e poder de decisão.

Por outro lado, devemos refletir sobre como o PBF reafirma e constitui formatos de controle na vida cotidiana de determinados indivíduos, distribuindo mecanismos de controle sobre corpos, principalmente os de mulheres (MATTAR, 2019; MELO, 2020). Marins (2017) analisa como o benefício pode ser responsável

⁴⁰ <https://abrafrutas.org/2022/08/por-que-o-preco-das-frutas-disparou-ultimamente-no-brasil/#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20ano%2C%20o%20pre%C3%A7o,%2C77%25%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo.> Acessado em 20 de junho de 2023.

por “adestrar o pobre para ser um bom pobre”, mais especificamente, uma boa mãe, responsável pelos cuidados com as crianças, atenta a demandas de saúde, educação e alimentação.

O recebimento do PBF mobiliza reiterações de convenções de gênero, uma vez que, sendo as mulheres/mães responsáveis pelo recebimento, elas são alocadas para o lugar do cuidado com seus filhos, zelo pela sua casa e pelas necessidades de sua família. Isto reitera visões convencionais que reconhecem como papel de homens o acesso ao espaço público e relega às mulheres o ambiente doméstico e as funções que o acompanham, intensificando a feminização dos cuidados e aprofundando desigualdades de gênero.

Pateman (1988) reflete sobre como relações de gênero podem ser apresentadas enquanto a raiz e os paradigmas de vários tipos de opressão, resultando em situações de exploração e dominação. A autora observa de que forma são produzidos os contratos sociais na vida cotidiana, que beneficiam os indivíduos (com segurança pública, saúde pública, educação, programas sociais), mas que transitam reduzindo a autonomia deles, ainda que de forma consentida, já que se apresentam como alternativas para a vida. As desigualdades sociais se mostram enquanto propulsoras para que determinadas pessoas “assumam contratos”, ainda que isso signifique renunciar a uma parte de sua autonomia em troca de uma possibilidade de sobrevivência. Apesar de Brown (1955) entender que, no liberalismo contemporâneo, as linguagens usadas decorrem do discurso dos direitos e não da simbologia dos contratos sociais, ambas as autoras legitimam a ideia de que os direitos dependem da noção da pessoa enquanto agente, com capacidade de negociação.

Para Cardoso (2014) e Gonzalez (1984), a narrativa de que o papel da mãe negra é visto somente pela perspectiva da ética do cuidado, apagando estratégias de resistência e agenciamento histórico, perdura e é responsável por delinear um estereótipo que é carregado pelas mulheres negras. O imaginário é ainda presente, “a mãe preta representa o esperado da mulher negra pela sociedade branca e de classe média: resignação, passividade diante das situações de violência e opressão” (CARDOSO, 2014, P.976). Pensando no PBF, a maioria das beneficiárias são

mulheres negras⁴¹, que são vistas como indivíduos mais cuidadosos, dedicados, zelosos e que acabam sendo apagadas enquanto sujeitos políticos.

Observamos que o PBF organiza e produz contratos imaginários com as mulheres que são beneficiárias, já que não é exigido nenhum acordo oficial, com assinaturas e regras explícitas que precisam ser seguidas para recebimento, apenas os compromissos representados pelas condicionalidades e um imaginado da forma aceitável de como gastar o dinheiro recebido. Através da transferência de renda, elas ganham maior autonomia, conseguem romper com relações de violência (MATTAR, 2019), enfrentam situações de desigualdades sociais, recuo na mortalidade infantil, aumento do número de atendimentos na atenção básica, aumento nas consultas pré-natal, aumento no número de crianças atendidas (CAMPELO, 2017) e aumentam as condições de escolarização para os beneficiários (SANTOS ET AL., 2019). Todavia, em contrapartida, há a reiteração de convenções de gênero e a produção de um sistema de vigilâncias difusas (MATTAR, AZIZE E MONTEIRO, 2020) naquele contexto.

As mães precisam demonstrar, através de suas atitudes e do cuidado com a sua família, comportamentos normativos que indiquem a criação de crianças saudáveis para serem vistas como “boas mães”, mães que merecem receber o PBF, por “sabem ser mães”. Essas atenções são visíveis em como seus filhos se vestem, do que se alimentam, como estão penteados, nas festas de aniversário, nos eletrodomésticos e celulares que a família possui, na limpeza e higiene da casa, no que a mulher consome, que pode significar o uso ou não do dinheiro para seus gastos pessoais, ao invés de ser exclusivo para as crianças:

Olha ele, está todo mal arrumado, aquele cabelo não vê um pente há uma semana pelo menos. A menina vive se coçando, deve estar com alguma coisa na pele, mas a mãe não leva no médico porque não está nem aí. Outro dia eu fiz uma sopa e dei pra eles, quer dizer, eles gostam de legumes, tá entendendo? A mãe é que não faz. (Juliana, 35 anos)

O estigma criado em relação as mulheres que utilizam o benefício para algo que não seja diretamente associado às crianças, se dá pela falta de conformidade ao que é socialmente esperado. Ou seja, o comportamento delas em relação às compras realizadas com o PBF se apresenta diferente do previsto e do imaginado por suas vizinhas e, assim, se afasta do entendimento do que seria adequado ou

⁴¹ <https://cps.fgv.br/quem-sao-os-principais-beneficiarios-do-bolsa-familia>. Acessado em 22 de julho de 2023.

aceito pelos seus pares para o uso deste dinheiro. O estigma aparece então para esclarecer condutas aceitáveis, na tentativa de modificar comportamentos e, conseqüentemente, aumentar a conformidade com um modelo socialmente aceito e partilhado (PHELAN, LINK, E DOVIDIO, 2013). Na fala da Juliana, podemos observar as vigilâncias que produzem os conflitos e os estigmas:

Ela só vive comprando roupa e indo pra pagode. Vai pra casa do João fazer a marquinha de biquíni e, enquanto isso, as crianças ficam por ai, soltas, desarrumadas, despenteadas. A casa dela fede que você nem imagina, tem rato andando por tudo que é lugar, até em cima da pia. Pensando aqui que essa coceira pode até ser de xixi de rato. A gente fala, conversa pra ela mudar, mas não adianta. Nossa preocupação é que ela está usando o dinheiro das crianças, com certeza absoluta, porque só com dinheiro do sinal, ela não comprava isso tudo de roupa. (Juliana, 35 anos)

Cláudia Fonseca (2000) analisa como a reputação é mais importante às mulheres, pois pode servir como instrumento para exclusão de um grupo. Isso acontece principalmente quando está ligada ao cuidado com a casa e à maternidade, pois, “o orgulho da mulher depende do reconhecimento de suas capacidades de mãe e de dona de casa” (p. 32), ou seja, a criança serve como vitrine do papel de mãe e constitui uma maternidade padrão e a imagem de um “bom, ou mau pobre”.

O dinheiro do PBF se mostra então, como um “dinheiro especial” (ZELIZER, 2008), que carrega com ele múltiplas normas, expectativas, vigilâncias e moralidades. Ser beneficiária do PBF é estar no centro de classificações e regras criadas por vizinhos, família e parentes, sobre como utilizar a transferência de renda. Todavia, além de um dinheiro moral, a organização desta política pública, com suas condicionalidades e a responsabilização das mulheres pela concessão, transforma o benefício em um dinheiro de gênero.

Durante minha pesquisa de campo da dissertação de mestrado, nos anos de 2017 e 2018, observei como os cortes no PBF, já em curso desde o ano de 2016, afetavam de forma severa a vida das minhas interlocutoras. O retrocesso democrático no Brasil, intensificado nos dois anos (2016 e 2017) de governo de Michel Temer, com escolhas de reformas institucionais que abalaram o financiamento de políticas sociais, consolidando um déficit no financiamento estrutural e impondo limites de gastos em setores como saúde, educação e assistência social. O PBF está diretamente ligado a políticas econômicas que

combatem a pobreza e, por isso, tais mudanças impactaram diretamente as beneficiárias deste Programa, não apenas em relação à alimentação, mas na diminuição do acesso à saúde e à educação, condicionalidades do Programa que deveriam ser garantidas pelo governo, mas limitadas nos gastos públicos pelo então presidente.

O governo Temer atenuou, substanciou e institucionalizou o subfinanciamento do sistema de educação e saúde. Utilizando-se de discursos como “a Constituição não cabe no orçamento”, conforme observado por Kerstenetzky (2017), a Emenda Constitucional nº 95 minou direitos sociais constitucionais e, por outro lado, favoreceu políticas neoliberais. O resultado da institucionalização do corte no repasse de verba para as políticas sociais colaborou de forma direta para a deterioração da rede de proteção social e do PBF.

Rego (2017) reflete sobre os cortes que estavam acontecendo naquele momento e alerta para um possível aumento nos números de mortes causadas pelo aumento da fome. A autora discorre sobre o que ela chama de “crueldade social”, com um único objetivo de promover o aumento do sofrimento social que seria reversível com políticas públicas eficazes. Ela ainda cita, conforme observou por meio de sua pesquisa no Sertão de Lagoas e Ceará, o aumento de crianças pedindo dinheiro nas ruas para se alimentarem e a consequente volta da fome.

Para Das (2020) o sofrimento social ganha atenção especial na sua repercussão nos corpos de mulheres e crianças em contextos de miséria crônica e violências. A autora aponta como, após eventos críticos que causam sofrimento social e, portanto, uma incapacidade de determinados indivíduos realizarem tarefas rotineiras, pode haver a produção de modos de resistir, mesmo em um cotidiano que foi dilacerado. A violência ocupa espaços que não são traduzidos pela linguagem, pois algumas situações são indizíveis e se tornam constituintes da experiência humana. Há uma relação entre fome e sociabilidades, já que a fome é um exemplo de um sofrimento que se infiltra nas relações sociais, causando e produzindo modos de resistência, apesar da paralisia que pode causar.

Microscopicamente, acompanhei no Tripé o alargamento da pobreza e da fome desde 2016. Os cortes no PBF resultaram no aumento da vulnerabilidade social e a situação se agravou nos anos de 2018 a 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, já que o combate à pobreza e as políticas sociais não foram prioridade na sua agenda política. Em 2020, 55,2% da população encontrava-se em situação

de insegurança alimentar, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN, 2022). Além da situação de empobrecimento, o governo perpetuou um clima de desinformação sobre a permanência do PBF, que levou os beneficiários a situações de extrema incerteza e ansiedade sobre o futuro e possibilidades de vida:

Eu ganho o Bolsa, mas já me disseram que vai acabar. Mas assim, eu tinha sido cortada, nem sei por que me tiraram, mas não estava recebendo. Aí agora eu ouvi que o Bolsa vai acabar, que o Bolsonaro vai acabar com o Bolsa, você sabe de alguma coisa? Eu já estou com medo, outro dia fui na Cláudia e ela disse que não estava conseguindo dormir já imaginando ficar sem o Bolsa. Assim, estamos nervosas, tensas e não sabemos pra quem perguntar. Outro dia a gente ligou para aquele número lá que tem no cartão do Bolsa, mas eles não souberam dizer nada pra gente. É assim, a gente fica mesmo sem saber o que vai acontecer, uma hora recebe, outra hora cortam, todo mês a gente fica rezando pra cair direitinho, mas nunca temos certeza. (Camila, 45 ano)

Entre os anos de 2019 e 2020^{42,43}, o PBF enfrentou seu pior momento. As filas de espera para ingresso no Programa eram resultado de sucessivos cortes e redução na concessão do benefício. Dados do Ministério da Cidadania apontavam, através do Cead⁴⁴, o banco de dados do Cadastro único de benefícios sociais do governo federal, um número que não condizia com outras pesquisas⁴⁵, que mostravam 30% da população sem dinheiro para comprar comida.

Osmar Terra, o então ministro do Ministério da Cidadania (entre os anos de 2019 e 2020), adotou uma postura de ignorar os pedidos de apresentação dos dados quantitativos sobre as filas e a dificuldade de inserção das famílias no Programa, escondendo números e ignorando solicitações feitas pelos parlamentares para esclarecimentos e transparência (RESENDE E CARAM, 2020).

Com o início da pandemia de COVID-19 e o recrudescimento da pobreza no Brasil, analisada através de um relatório do IBGE de 2021, o rendimento médio domiciliar por pessoa atinge o menor nível da história, seguido por altas taxas de

⁴² <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/02/19/bolsa-familia-ja-tem-fila-de-35-milhoes-de-pessoas.htm>. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁴³ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-31/governo-bolsonaro-nao-explica-tamanho-real-da-fila-do-bolsa-familia.html>. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁴⁴ <https://cecad.cidadania.gov.br/painel04.php#>. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁴⁵ https://www.cps.fgv.br/cps/bd/food/rank/gp/food_gp_mundo.htm#pt. Acessado em 27 de junho de 2023.

desemprego⁴⁶ e aumento de trabalhos informais. As mulheres negras ocupavam o topo da lista no que diz respeito a desemprego⁴⁷ e fome⁴⁸, algo descrito nas pesquisas elaboradas sobre o período e sentidas durante meu trabalho de campo.

Diante da situação imposta por uma crise sanitária, que resultou em uma crise econômica, a omissão do Governo Federal levou uma parcela da população às ruas, rompendo com o isolamento social, como estratégia para sobrevivência. Para enfrentar a pandemia, o ex-presidente Jair Bolsonaro apostou em duas medidas: na propaganda de medicamentos ineficazes, colocando a vida de milhares de brasileiros em risco ao acreditar que comprimidos os protegeriam do vírus; defender o fim do isolamento social, em prol da continuidade da atividade econômica e propagando a crença em uma possível imunidade coletiva a ser atingida pelo espriamento do vírus. No mais, conforme afirmado por ele, “cada um que cuide de seu pai”⁴⁹.

A chegada da pandemia de COVID-19 representou uma mudança na arena política, pois o agravamento dos indicadores socioeconômicos impulsionou e, de certa forma, obrigou um protagonismo de expansão de programas sociais, até para os que eram contrários às medidas de ampliação. Além disso, a situação trouxe novamente ao centro das discussões, a necessidade de debater sobre direito à renda básica familiar, garantida pelo poder público através de programas de transferência de renda. Foi então que, por meio de uma pressão da opinião pública e do Congresso (especialmente dos partidos de oposição), houve a implementação do Auxílio Emergencial.

⁴⁶<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁴⁷https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁴⁸<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁴⁹<https://www.estadao.com.br/saude/bolsonaro-diz-que-vai-pedir-ao-ministerio-da-saude-isolamento-so-para-idosos-e-pessoas-com-doencas/>. Acessado em 27 de junho de 2023.

2.2 Auxílio Emergencial

A doença provocada pelo coronavírus se disseminou no Brasil muito rapidamente, e provocou, em março de 2020⁵⁰, uma emergência sanitária de saúde pública, que exigiu a adoção de recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Desde o início da pandemia, para garantir o distanciamento social de toda a população e, conseqüentemente, a proteção dos indivíduos, teria sido necessário que o governo se responsabilizasse pelo bem-estar e pela garantia de renda⁵¹ para os indivíduos. No entanto, em meio a um ritmo alarmante e crescente de mortes no Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro pressionou prefeitos e governadores, ainda que muitos não tenham cedido, para flexibilizarem o isolamento social em nome da economia, minimizando a gravidade e letalidade da doença do coronavírus⁵² e colocando vidas específicas – negras, faveladas/periféricas e de baixa renda, dentre elas - em um risco maior de morte do que outras, que poderiam continuar a se proteger por meio do distanciamento social.

Mensagens contraditórias entre os governos federal, estadual e municipal, somadas a atitude do ex-presidente de minimizar a gravidade da doença, ignorar a alta taxa de letalidade e fazer comentários contrários as recomendações da OMS (máscaras, higiene e distanciamento social), facilitaram a disseminação de informações conflitantes, criando incerteza sobre os perigos e medidas de distanciamento social para conter a epidemia.

Para muitos brasileiros, a crise se tornou rapidamente uma realidade, evidenciando a necessidade da produção de uma renda que permitisse aos indivíduos mais afetados pela crise econômica comprar alimentos e cobrir despesas. Em meio a debates e resistências, o Congresso e o governo federal aprovaram um benefício - o chamado Auxílio Emergencial -, cujo principal objetivo era resguardar trabalhadores informais, microempreendedores autônomos (MEI), autônomos e desempregados.

⁵⁰ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁵¹ https://www.youtube.com/watch?v=2v3vlw14NbM&feature=emb_logo. Acessado em 27 de junho de 2023.

⁵² <https://www.coronatimes.net/bolsonaro-politics-death-covid-19-race-brazil/>. Acessado em 27 de junho de 2023.

O Auxílio Emergencial, no valor de R\$ 600^{53,54}, também conhecido pela mídia como Vale Corona, foi criado em abril de 2020, com o objetivo de auxiliar trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, autônomos, MEI e desempregados durante a crise causada pela pandemia do coronavírus. Cada pessoa elegível recebeu R\$ 600 em cinco parcelas iniciais e R\$ 300,00 em quatro parcelas finais, até dezembro daquele mesmo ano. As mulheres provedoras de famílias monoparentais receberam duas cotas do AE, ou seja, R\$ 1.200,00 e, posteriormente, R\$ 600,00. No máximo duas pessoas por família puderam se beneficiar, o que somava um total de R\$ 1.800 a R\$900,00 por parcela. O processo da solicitação de recebimento foi pensado para ser realizado via meios digitais, com criação de atendimento pelo site, aplicativo específico criado para esta finalidade e, posteriormente, aplicativo da Caixa, o que gerou muitas reclamações do público, além de filas enormes com aglomerações nas sedes da Receita Federal, Agências da Caixa Econômica, unidades do Centro de Referência de Assistência Social e lotéricas⁵⁵.

Para o recebimento do AE, era necessário baixar um aplicativo⁵⁶, ou seja, inicialmente era indispensável o uso de um smartphone ou acesso ao computador com internet. Já em um primeiro momento, o AE excluiu determinadas pessoas que, em situações de precariedade, não obtinham acesso a dispositivos, ou a falta de letramento digital (PARREIRAS E MACEDO, 2020) impossibilitava seu cadastro. Como mostram Parreiras e Macedo (2020), em determinados contextos, como o da Favela do Tripé, a tecnologia, ou a falta dela, pode produzir mais desigualdades e aumentar a vulnerabilidade social dos indivíduos. No caso do AE, essa incompatibilidade resultou em fome, em falta de dinheiro para se alimentar e se proteger de uma pandemia. Por isso, assistimos diversas vezes, a pessoas amontoadas em filas que se formaram a partir da busca de informações, desrespeitando as medidas sanitárias de isolamento social.

⁵³ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-109-308527609>. Acessado em 07 de agosto de 2023.

⁵⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/726761-projeto-de-lei-cria-novo-auxilio-emergencial-no-valor-de-r-600/>. Acessado em 07 de agosto de 2023.

⁵⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/angustia-e-falta-de-informacoes-sobre-renda-emergencial-leva-aglomeracoes-aos-bancos>. Acessado em 07 de agosto de 2023.

⁵⁶ <https://www.caixa.gov.br/caixatem/Paginas/default.aspx>. Acessado em 07 de agosto de 2023.

A dificuldade de acesso, que englobou internet, celular, computador e letramento digital, não foi o único problema causador de desigualdades durante o processo de cadastro. O preenchimento do questionário⁵⁷ com informações básicas, perguntas sobre o núcleo familiar e averiguações bancárias colocou em jogo diversas concepções, como por exemplo, o que viria a ser um “núcleo familiar”. A complexidade na resposta se encontra no contexto dos indivíduos que, enquanto moradores de favelas, podem dividir, independentemente de laços consanguíneos, a mesma moradia e acabam se considerando da mesma família, conforme já notado por Mattar (2022). A distância espacial e a intimidade podem confundir o parentesco, ou seja, a proximidade é tanta, na maioria das vezes sentidas nas paredes porosas, na inexistência de muros e nas portas abertas, que por vezes, significa que uma casa e uma família são quase extensão das outras, incluindo os mesmos hábitos e atividades.

Para Mani et al. (2021), os problemas de implementação do programa nos revelaram cenas “desumanas e humilhantes” de pessoas dormindo nas filas na tentativa de conseguir o AE, já que, muitas vezes, a análise da elegibilidade durou mais de 60 dias. No total, segundo a autora, foram 116 milhões de cadastros processados, mas apenas 68 milhões de pessoas foram consideradas elegíveis. Mani et al. questionam a falta de transparência pública sobre a elegibilidade e a reprovação nas análises dos cadastros, que estabeleceram uma demora no processo de chegada do benefício às famílias.

Durante o primeiro semestre de 2020, eu estava realizando meu campo de pesquisa remotamente, obedecendo às medidas impostas para conter a pandemia. Meu contato com as minhas interlocutoras era através de redes sociais⁵⁸, com ligações, mensagens de áudios, vídeos e fotos. No momento do cadastro para recebimento do AE, precisamos, enquanto ONG, repensar nos canais de atendimento para auxiliar as moradoras do Tripé no cadastro. Realizamos muitos cadastros para pessoas que não conseguiam dar o primeiro passo, que era baixar o aplicativo. Posteriormente, acompanhávamos a análise, as datas para pagamento e/ou os pedidos de revisão para os pedidos negados.

⁵⁷ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/07/veja-o-passo-a-passo-para-solicitar-o-auxilio-emergencial-de-r-600.ghtml>. Acessado em 07 de agosto de 2023.

⁵⁸ As redes sociais utilizadas para comunicação com minhas interlocutoras eram o WhatsApp e o Facebook.

Observando o cadastro para o AE como uma tecnologia fundamentada e respaldada pelo governo, é importante refletir sobre as complexidades impostas – sejam elas físicas, materiais ou de linguagem – para acessar o aplicativo. As diversas “formas de governança por meio da tecnologia da escrita” que, em conjunto com sua “legibilidade e iterabilidade”, se mostram enquanto “recesso da vida cotidiana” (DAS, 2020), ou seja, as dificuldades e desinformações acabaram por induzir milhares de indivíduos ao erro e, conseqüentemente, ao não recebimento do Auxílio Emergencial, que para muitos, naquele momento, era a possibilidade de sobrevivência e existência, uma vez que se tornou a única renda.

Por mais que minhas interlocutoras tenham tentado buscar informações e, até mesmo eu, por meio do contato prévio com o CRAS devido a parcerias estabelecidas através da ONG, as notícias e comunicações eram confusas e incompreensíveis. Mesmo com os cadastros feitos de forma correta, muitas pessoas do Tripé não conseguiram receber o Auxílio Emergencial, ainda depois de uma longa análise. Algumas de minhas interlocutoras optavam por ir ao CRAS, ainda que isso significasse chegar de madrugada nas longas filas que se formavam na calçada da rua estreita localizada no bairro de Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro:

A gente tá sem saber. Cadastro e perco o Bolsa? Depois que acabar esse auxílio o Bolsa volta normalmente? Eu preciso ir no CRAS dizer que vou receber esse dinheiro, mas depois volto pro Bolsa? O João precisa colocar as crianças ou só eu? Ai, a gente tá muito perdido, isso aí é um fato. Eu estou com meu Bolsa suspenso, vc sabe né? Será que vou conseguir o auxílio? Me ajuda, vê aí se tem alguma coisa no computador, sabe por quê? Aqui, minha irmã tá ganhando 1200 reais e está trabalhando, não devia né? (Jurema, 35 anos)

O que narro acima, por meio de uma mensagem de WhatsApp recebida, explicita o quanto há uma “circulação de desinformação” (MATTAR, 2019) que é responsável por formar um sistema de fofocas e acusações:

Vivi, lá embaixo da ponte tu tem que ver, tô até com inveja, tenho que admitir, mas tá todo mundo de cílio postiço, cabelo feito, sobancelha pintada...todo dia tem cerveja, camarão, elas estão todas arrumadas, e eu aqui, sem Bolsa e sem Auxílio. E pior, elas estão tudo pegando a cesta de comida, não tem um pingão de vergonha. (Bela, 32 anos)

A narrativa de Bela deixa evidente que, assim como no recebimento do PBF (MATTAR, 2019), no AE, houve um prosseguimento do jogo de moralidades, que

desenhou novas estratégias de sobrevivência e relações sociais, nas quais as principais personagens são mulheres beneficiárias. Todavia, o aumento no valor recebido em comparação ao PBF parece ter flexibilizado e estirado as possibilidades do uso do dinheiro, para além de um uso direto para as crianças. Algumas mulheres aproveitaram para comprar roupas e sapatos para revender para as suas vizinhas e amigas moradoras da favela. Concordo com Telles e Hirata (2007), ao refletir sobre a instauração de atividades informais: uma vez que há o trabalho precário, empregos temporários e pequenos serviços de sobrevivência, que ocupam um limiar entre legal e ilegal. Essas práticas ilícitas, como o mercado de roupas e sapatos falsificados, não estão ligadas à criminalidade local e são responsáveis, naquele contexto, por constituir e organizar relações cotidianas.

O que pude observar naquele momento, foram reorganizações de modos de viver, ou sobreviver, através de uma reestruturação da noção de liberdade. São condições que surgem independentemente do governo e que mudam alguns contextos e algumas redes de práticas, sendo um impulsionador para a economia popular que é autogerida. Podemos então verificar, conforme analisado por Gago (2018), como a “racionalidade neoliberal” se apresenta em práticas de sociabilização nas classes populares, que as alimenta pelo desejo de vitória e as proliferam, fortalecendo o neoliberalismo. A autora mostra como as “práticas de baixo” alimentam as redes informais e as diversas formas de negociar direitos, havendo um espraiamento de uma lógica neoliberal neste contexto de extrema pobreza, conforme exemplifico através da fala da Fabiana:

A gente vai pra Madureira, aí tem um cara vendendo tênis por, por exemplo, 50 reais na loja. Aí andamos e tem um cara vendendo por 20. A gente sabe que esse não tem nota fiscal, mas quem pede nota fiscal de tênis falsificado né? A gente compra o do cara que está vendendo na rua, coloca o nosso em cima e vende. Se compramos com nota, acaba que ganhamos menos, tá entendendo? O mesmo com as roupas que eu vendo, tem gente indo buscar lá em São Paulo, mas é tudo assim, sem nota, não sabemos nem de onde vem direito. Te falar que tem coisa que eu acho que não é falsificada, porque é muito igual...de repente é coisa de caminhão roubado. Nem quero saber, tenho que ganhar o dinheiro pra colocar comida em casa.
(Fabiana, 23 anos)

No mês de abril de 2021, após três meses de incerteza em relação ao AE ou à continuação do PBF e quando o mundo enfrentava a terceira onda de

contaminação de COVID-19, com 20 mil mortes⁵⁹ no Brasil, o AE foi prorrogado mais uma vez. Nesta ocasião, em quatro parcelas com valores que variavam em R\$ 150,00, R\$ 200,00 e R\$ 350,00. Esta categoria, no entanto, nomeada de “nova rodada” abrangeu apenas famílias unipessoais, compostas apenas por um indivíduo. Na prática, isso significou que, núcleos compostos por mais de uma pessoa, receberam R\$ 250,00, mas não tiveram direito a duas cotas como em 2020.

As mudanças recorrentes nas regras fizeram surgir, entre as famílias do Tripé, diferentes modos e estratégias para possibilitar o recebimento. Casas as quais moravam casais foram separadas no momento de atualização do CADÚnico na tentativa de receber mais de uma cota do benefício. Fábio, trabalhador do CRAS da região, segundo minha interlocutora, incentiva algumas táticas que podem resultar em algum aumento no valor do AE:

O Fábio fala pra gente dizer que moramos sozinhas, que não temos companheiro e eles também tem que dizer que não moram com a gente. Aí outro dia, ele chegou aqui e viu o Paulo entrando e saindo de casa, né? E disse: ah, cara de pau, colocou lá que morava sozinha, que não era casada (risos). Fizemos isso e ele foi aprovado.

Até sei que está errado, mas acho que o errado é fazerem a gente viver com tão pouco. A gente não consegue serviço, as doações despencaram, tá todo mundo ainda morrendo desse vírus...querem matar a gente, mas não vão conseguir, a gente sempre vai dar um jeito, ou pelo menos estamos dando até agora. (Juliana, 33 anos)

Algo importante a ser analisado na fala de Juliana é a forma como os programas sociais foram responsáveis por novos desenhos, reconfigurações e constituições de modelos de família que organizaram novas modalidades de moradias no Tripé. Durante minha pesquisa de campo, alguns casais que moravam juntos, com o objetivo de receber duas cotas do AE e apreensivos de serem descobertos, optaram por dividir a casa, às vezes por uma parede construída para configurar duas residências distintas. Neste caso, o número 55 da casa, por exemplo, se tornou 55A e 55B, a unidade familiar se multiplicou, se tornou duas no momento da instalação de uma folha de madeira entre o cômodo.

Isso revela que há uma certa compreensão das regras da política social, mesmo meio a uma rede de desinformação, que produz impacto nos dados quantitativos, uma vez que influencia no número de benefícios distribuídos. Essa teia

⁵⁹ <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2022/03/secretaria-de-saude-divulga-estudo-com-avaliacao-das-cinco-ondas-da-covid-19-no-estado-do-rio-de-janeiro>. Acessado em 10 de setembro de 2022.

que se constrói, de informação e desinformação, manobras e estratégias, evidencia pequenas e decisivas resistências em resposta ao Estado - uma agência dos governados – na busca de soluções para a vulnerabilidade social (CHATTERJEE, 2004).

Durante a implantação do AE, houve o retorno de uma reflexão coletiva e política sobre a necessidade de uma renda básica universal e sobre a busca de estratégias para uma recuperação econômica que fosse inclusiva, tendo em vista que as consequências da pandemia acentuaram vulnerabilidades⁶⁰ que serão sentidas por um longo período nas áreas sociais, econômicas e de saúde. Em paralelo ao pagamento do AE, outras políticas e negociações iam sendo feitas, conforme mostro a seguir.

2.3 Renda Brasil e Renda Cidadã

Em um contexto de mortes, empobrecimento e pandemia, o ex-presidente Jair Bolsonaro fez diversos anúncios^{61,62,63} sobre a extinção do PBF e, ao mesmo tempo, divulgações sobre programas que o substituiriam, como o Renda Brasil e o Renda Cidadã. Nenhum dos dois chegaram a sair do papel, tampouco foram comunicados os desenhos mais específicos das propostas e como seria realizado o financiamento dentro do teto de gastos imposto no orçamento.

A equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes, apostou em elaborar programas que substituíssem o PBF e dessem continuidade ao Auxílio Emergencial, benefício criado durante a pandemia de COVID-19 para garantir renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social. O primeiro investimento foi o chamado Renda Brasil⁶⁴, que surgiu com a promessa de consolidação, em 2021, de

⁶⁰ <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acessado em 19 de setembro de 2022.

⁶¹ <https://calendariobolsafamilia2018.org/fim-do-bolsa-familia-2023/>. Acessado em 03 de fevereiro de 2023.

⁶² <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/19/governo-adia-anuncio-do-programa-substituto-do-bolsa-familia.ghtml>. Acessado em 05 de outubro de 2022.

⁶³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/15/bolsonaro-diz-que-no-governo-dele-esta-proibido-falar-em-renda-brasil-e-que-bolsa-familia-vai-continuar.ghtml>. Acessado em 03 de março de 2020.

⁶⁴ <https://oglobo.globo.com/economia/governo-desiste-do-renda-cidada-planeja-ampliar-bolsa-familia-em-2021-com-fim-do-auxilio-emergencial-24741470>. Acessado em 03 de fevereiro de 2023.

um aumento do número de pessoas atendidas e de pagamentos de valores médios superiores em relação ao PBF. No entanto, com a dificuldade de encaixar a proposta no orçamento, Paulo Guedes⁶⁵ propôs extinguir outros programas sociais, congelar aposentadorias e pensões ou reduzir o valor do seguro-desemprego como alternativas para buscar receita para financiar o Renda Brasil.

O que foi produzido para aumentar a popularidade do ex-presidente, principalmente no Nordeste⁶⁶, em que ele viu sua popularidade crescer com a concessão do Auxílio Emergencial, acabou encontrando resistência e gerando um impasse relacionado à possibilidade de um aumento de valor, de números de beneficiários e de financiamento. Questionados sobre congelamentos e reduções de outros programas sociais e de “tirar dinheiro dos pobres para dar aos paupérrimos”, somado a discursos antagônicos entre o ex-presidente e a equipe de economia, Jair Bolsonaro fez um discurso em que dizia que membros do governo que propuseram tais medidas levariam “cartão vermelho”^{67,68} e proibiu a veiculação de qualquer outra informação sobre o Renda Brasil, afirmando, com apenas poucos meses após sua possível criação, a extinção do programa.

No final do ano de 2020, Jair Bolsonaro, ainda na tentativa de imprimir uma marca própria ao programa já bem-sucedido e emblema de governos de esquerda - o Programa Bolsa Família - e criar uma marca social para tentar a reeleição em 2022, retoma a discussão de um programa que ampliasse a assistência social no pós-pandemia, dando o nome de Renda Cidadã⁶⁹. Criado enquanto uma transição ao Auxílio Emergencial e um substituto ao PBF, a Renda Cidadã também foi uma aposta que funcionaria como propulsora para que a equipe do Paulo Guedes encontrasse soluções e apoio para os cortes de despesas e encaixe do programa social Renda Brasil nos limites de tetos de gastos.

No entanto, na tentativa de implementação, esbarraram com o mesmo problema anterior: o orçamento e vários “balões de ensaio” apareceram na tentativa

⁶⁵ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/15/guedes-cita-barulheira-e-diz-que-cartao-vermelho-de-bolsonaro-nao-foi-para-ele.ghtml>. Acessado em 03 de fevereiro de 2023.

⁶⁶ <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2020/08/25/bolsonaro-pede-valor-maior-do-renda-brasil-a-equipe-economica-e-gera-impasse.ghtml>. Acessado em 03 de fevereiro de 2023.

⁶⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/governo-federal-descarta-criacao-do-programa-renda-brasil/>. Acessado em 10 de novembro de 2022.

⁶⁸ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/15/guedes-cita-barulheira-e-diz-que-cartao-vermelho-de-bolsonaro-nao-foi-para-ele.ghtml>. Acessado em 10 de novembro de 2022.

⁶⁹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/09/renda-cidada-novo-programa-do-governo-sera-incluido-na-pec-emergencial-explica-marcio-bittar>. Acessado em 06 de agosto de 2023

de financiar a Renda Cidadã. Naquele momento, o governo precisava negociar com o Congresso para aprovação de uma proposta de financiamento, mas as críticas dos parlamentares, dos agentes de mercado e da sociedade civil problematizaram as duas únicas propostas apresentadas pelo governo, que foram o remanejamento de dinheiro das outras áreas, como a educação, destinando parte do aumento do recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a utilização dos recursos de pagamentos de precatórios (dívidas judiciais)⁷⁰, para reformulação do PBF que se desenrolaria na Renda Cidadã.

Deputados de oposição criticaram e se colocaram contra a utilização destes recursos para financiar o Renda Cidadã, indicando que a proposta de utilização dos pagamentos de precatórios e utilização do Fundeb poderia ser vista como calote, ou pedaladas fiscais^{71,72}. Como sugestão, prescreveram projetos alternativos como a alteração no limite do teto de gastos, a revisão de incentivos fiscais, a taxação de grandes fortunas e mudanças na tributação⁷³.

A indefinição quanto ao destino dos programas sociais gerou uma falta de transparência quanto ao futuro das contas públicas e resultou em situações de incerteza para famílias em situação de vulnerabilidade social que, muitas vezes, se amparam no PBF como sua única fonte de renda. Dois meses depois do anúncio da criação do Renda Cidadã, em novembro de 2020, o governo também desiste da criação do programa e considera que o melhor a ser feito é ampliar o PBF. Segundo o ministro Paulo Guedes⁷⁴, as propostas desenhadas, se levadas à frente, seriam insustentáveis fiscalmente, por isso suspenderam os programas Renda Brasil, Renda Cidadã e garantiram o pagamento do Auxílio emergencial até 2021.

Essas confusões, que vão desde diversos usos de terminologias, rugas entre o ex-presidente da república e a equipe do ex-ministro da economia, deslocamentos orçamentários e falta de densidade nos desenhos destes programas sociais, dispararam questionamentos sobre a real motivação das criações deles. O surgimento

⁷⁰ <https://www.camara.leg.br/noticias/696714-deputados-sugerem-alternativas-para-financiar-renda-cidada/>. Acessado em 06 de agosto de 2023.

⁷¹ <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/09/28/oposicao-diz-que-proposta-para-renda-cidada-fura-teto-de-gastos.ghtml>. Acessado em 06 de agosto de 2023

⁷² Foram essas mesmas pedaladas que foram usadas como estratégias para o impeachment da presidente Dilma, em 2016. No entanto, o caso foi arquivado e ela foi inocentada.

⁷³ <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/09/28/oposicao-diz-que-proposta-para-renda-cidada-fura-teto-de-gastos.ghtml>. Acessado em 06 de agosto de 2023.

⁷⁴ <https://12ft.io/proxy?ref=&q=https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-ser-melhor-manter-bolsa-familia-do-que-fazer-uma-loucura-insustentavel-24697382>. Acessado em 06 de agosto de 2023.

momentâneo imprime uma ideia de que a prioridade era tomar para si a paternidade de um programa, sem disfarçar, segundo Campello e Brandão (2021)⁷⁵, seus objetivos “exclusivamente eleitorais”. Segundo as autoras, durante três anos e meio de desgoverno, houve dez anúncios sobre o fim do Bolsa Família.

Essas explícitas idas e vindas também foram responsáveis por causar insegurança social, que era sentida pelas pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A incerteza de ter garantida uma renda que lhes trouxesse o exercício da cidadania e a possibilidade da sobrevivência, lhes deixava sem perspectiva para o futuro, sem possibilidade de construir uma prospecção de vida, como fica evidente na fala de Francisca, uma de minhas interlocutoras:

A gente aqui não sabe mais o que é o que, a gente chama tudo de Bolsa, mas estava vendo outro dia na TV que querem mudar o nome. A gente fica com medo porque disseram que assim, não tem nada certo, nem sabe se vai ter Bolsa, ou se algum outro vai virar o Bolsa, ou se vai diminuir o valor, ou se a gente não vai mais poder receber, a gente não sabe é de nada. Fazem isso com a gente né? Inventam os nomes, as coisas e a gente que se dane, pobre tem que se danar, eles dizem. Eu precisava comprar leite a mais porque vi que está na promoção no mercado do outro lado, mas como vou comprar, se não sei se vou receber mês que vem? A gente não sabe se vai passar fome, se vai passar frio, daqui a pouco nem nosso nome sabemos mais...(risos) (Francisca, 45 anos)

Após tantas incertezas, em outubro de 2021, após 18 anos de existência, o Programa Bolsa Família é extinto. No lugar, o governo Bolsonaro lança sua própria marca, o Auxílio Brasil, e promete pagar valor superior ao que vinha sendo pago, corrigido pela inflação. A proposta naquele momento era que houvesse um aumento no número de beneficiários e no valor mensal, ainda que, o programa estivesse no seu início encontrando problemas para ser colocado em prática conforme o planejado, pois ainda não havia sido definida a fonte de financiamento do programa.

⁷⁵<https://12ft.io/proxy?q=https%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fmercado%2F2021%2F10%2Fdesgoverno-de-bolsonaro-destroi-o-melhor-do-bolsa-familia.shtml>. Acessado em 06 de agosto de 2023.

2.4 Programa Auxílio Brasil

Se fizermos uma comparação entre os dois programas (PBF e Auxílio Brasil), facilmente notaremos que o Programa Auxílio Brasil (PAB) foi construído sobre a base de pacotes e bônus que intercruzavam desinformação e incerteza, já que nem os profissionais do CRAS conseguiam explicar exatamente do que se tratava o programa, como pretendo mostrar mais adiante. Além disso, é excludente e insuficiente, uma vez que tem como eixo apenas a transferência de renda, diferentemente do PBF que associa o benefício com compromissos na educação, saúde e assistência social.

Campello e Moretti (2021) acreditam que o PAB é um resultado do que eles nomeiam de “Bolsa Eleição”, ou uma moeda de troca para alcançar votos (Melo, 2020), já que foi criado após um esvaziamento do PBF e sem propostas de financiamento, uma vez que não possuía fonte de compensação, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁷⁶ e não cabia no teto de gastos. Assim, dividiram o PBF em dois eixos, sendo um o PAB, sem qualquer acréscimo de valor em relação ao PBF⁷⁷, mas que cabia na lei orçamentaria anual e um valor provisório, que estava submetido a PEC dos Precatórios⁷⁸ e que complementaria o PAB aos prometidos 400 reais.

No entanto, como a LRF exige compensação via aumento de receita ou redução de despesa, o governo aumentou os valores do PBF para que o PAB não configurasse expansão de gastos e nova despesa, ainda que não tenham pagado nenhuma parcela dos novos valores aos beneficiários, pois só durou 48 horas, sem consumação. Por isso, para Campello e Moretti (2021), a manobra foi uma tentativa de burlar as regras impostas e colocou em risco programas de transferências de renda. Após essa movimentação, em novembro de 2021, o governo alterou alguns números do PBF, passando a linha da pobreza de R\$ 89,00 para R\$ 100,00, modificação irrisória e incompatível com as necessidades que se apresentavam no país.

⁷⁶ <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lrf>. Acessado em 21 de maio de 2022.

⁷⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10852.htm. Acessado em 21 de maio de 2022.

⁷⁸ Projeto do governo que permite a expensão dos gastos públicos para viabilizar a ampliação do Auxílio Brasil.

O valor médio pago passou a ser de R\$ 400,00, no entanto, em meio ao período eleitoral, foi aprovada pelo Congresso uma emenda à Constituição (PEC Kamikase)⁷⁹, que concedeu, através de texto que cria estado de emergência, a possibilidade de o governo ultrapassar o limite de teto de gastos em ano eleitoral. O PAB passou a pagar aos seus beneficiários o valor de R\$ 600,00 até dezembro de 2022. Com nove diferentes benefícios, o Programa Auxílio Brasil não se baseou na inclusão, mas em transferir às famílias responsabilidades que deveriam ser do Estado, como a de promover saúde e educação.

O PAB foi composto por três benefícios básicos e seis complementares, que funcionaram como um “bônus” para quem cumprisse o esperado pelo governo. Por exemplo, o Bolsa de Iniciação Científica Júnior prometia garantir aos jovens um auxílio financeiro caso se destacassem em competições científicas, o que colocava a responsabilidade de uma renda extra para a família nas crianças que, muitas vezes, não encontravam na escola uma educação de qualidade. Já o Auxílio Criança Cidadã subsidiava, para mães que estivessem inseridas em trabalhos formais, parcial ou integralmente, um voucher que custeava a mensalidade em creches conveniadas com o programa. Por trás disto, podemos observar uma proposta neoliberal de passar a educação de uma esfera pública para uma de mercado, jogando para a mulher uma responsabilidade que deveria ser do Estado.

O chamado Auxílio à Inclusão Produtiva Urbana oferecia benefícios a indivíduos que demonstrassem estar inseridos em empregos formais o que, segundo Campello (2021), reforça a ideia de que “pobre é pobre porque é preguiçoso” e culpabiliza indivíduos pelo desemprego e falta de qualificação profissional do país. Esses são alguns exemplos dos anexos presos ao PAB, sem as estratégias e critérios que fizeram das condicionalidades do PBF uma rede em expansão para atendimento pleno do indivíduo. Além da distribuição de dinheiro, é necessário analisar o empréstimo consignado que veio em paralelo ao PAB.

Após sanção do ex-presidente da república Jair Bolsonaro⁸⁰, a partir de setembro de 2022, beneficiários do PAB puderam contratar empréstimo consignado, com desconto direto na folha. O que antes era destinado a pensionistas do INSS,

⁷⁹ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151585>. Acessado em 21 de maio de 2022.

⁸⁰ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/09/emprestimo-consignado-para-beneficiarios-do-auxilio-brasil-ja-esta-disponivel>. Acessado em 21 de maio de 2022.

trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos, passou a valer também para beneficiários de programas sociais. As parcelas do empréstimo chegavam a 40% do valor mensal do PAB, considerando o valor médio de 400 reais. Somado às taxas de juros da instituição financeira, as famílias contratantes ficariam com quase metade de seu benefício comprometido.

Obviamente a contratação do empréstimo não era compulsória, mas em uma situação de pobreza absoluta, em que faltava o básico como comida, qualquer possibilidade de acabar com a fome, mesmo que provisoriamente, era vista como uma oportunidade. Neste caso, o futuro e a previsão de um horizonte com dívidas e juros dão lugar a resolutivas de um presente cuja falta de alimentos é cotidiana, conforme descrito por Flávia:

Eu nem entendi bem como funciona esse treco aí de empréstimo. Sei que me ligaram e me ofereceram um dinheiro, eu aceitei. Disseram que vão descontar todo mês na minha conta eu nem sei quanto. Mas aí acordei e tinha um dinheiro lá pra eu usar, pra eu comprar as coisas que faltam né? Comprei arroz, feijão, leite, um frango...ah, comprei fralda também. Agora mês que vem a gente vê como fica, mas hoje tem almoço em casa.
(Flávia, 32 anos)

Outra questão que fica evidente na fala de Flávia diz respeito à rede de desinformações em que os beneficiários estavam inseridos, ainda que apareça no meu campo algumas estratégias que apontam para certo entendimento, como mostrado acima sobre a divisão das casas para recebimento de duas cotas. Desde o PBF, passando pelo AE e PAB, há a narrativa por parte de minhas interlocutoras de certa incompreensão em relação aos nomes dos programas, valores recebidos, datas, suspensões e cancelamentos. Quando somamos os empréstimos nessa equação, o resultado foi beneficiárias com muitas dívidas e com parte de seus benefícios comprometidos por meses. Ou seja, o valor recebido em um determinado mês só amenizou a fome naquele momento, mas, nos meses seguintes, a situação piorou, pois os descontos absorveram seus benefícios acentuando a miséria da família.

Concordo com Brown (2019) quando afirma que “a demonização do social e do político por parte da governabilidade neoliberal, e a valorização da moralidade tradicional e dos mercados como seus substitutos não reconheceu (de imediato) a desintegração da sociedade e o descrédito do bem público pela razão neoliberal” (pág, 21). O que enfrentamos durante o período de 2016 a 2022 foi a atenuação de

uma das faces mais sombrias do neoliberalismo, com políticas de privatização, redução do Estado de bem-estar social, coibição do trabalho, estímulo a uma cultura antidemocrática, demonização da justiça social e da promoção da educação pública, seguridade social, cuidados ampliados com saúde e educação. O efeito disso é o que temos assistido desde o golpe em 2016: fome, aumento das desigualdades sociais, pobreza, desemprego e a falta de políticas públicas, ou seja, uma tragédia social.

Algumas de minhas interlocutoras e amigas de longa data do Tripé, trocavam mensagens de texto comigo me contando um pouco sobre como estava sendo para elas a extinção do PBF. Muitas me narravam frequentemente como o PBF havia modificado a vida delas no passado (REGO & PINZANI, 2014; MANI, 2018; MATTAR, 2019) e como a mudança de nome, para além de gerar incertezas, também aumentava o medo de voltarem para uma sensação de serem invisibilizadas. Os diálogos abaixo também dialogam com uma percepção sobre os programas sociais, que é produzido por meio de uma complexidade de informações que elas recebem de diversos lugares, como a mídia, as redes sociais, as relações sociais e o CRAS:

Vivi, é o seguinte, eu não acredito em nada disso desse auxílio que nem sei o nome, você quer saber? A gente que é pobre quer melhorar um pouco de vida pra dar uma coisa melhor para os nossos filhos, pra nossa mãe, porque eu lembro de como minha mãe ficava tendo que aceitar tanta tristeza e humilhação...tanta porrada, ela tem o corpo todo marcado. E sabe por quê? Pra criar a gente, pra dar o que comer. Depois veio o Bolsa e ela não precisou mais disso. Mas agora parece que nos venceram, Vivi. A gente vai voltar pro mesmo lixo de onde saímos, ninguém mais enxerga a gente.
(Maria, 19 anos)

Você já viu o auxílio, sei lá que nome é isso? Pois a gente vai ganhar bem menos do que ganhava no Bolsa, olha aí na foto, é da minha cunhada e da minha tia. Eu nem consegui ainda entrar no meu aplicativo porque ainda não atualizou, eles dizem que atualiza sozinho, mas nada ainda, nem sei se eu vou ganhar. Eu tinha resolvido meu bolsa que estava suspenso, lembra? Mas agora não sei, não tenho com quem falar? Você acha que se eu for no CRAS resolve? (Luíza, 36 anos)

Forte (2022) analisa a ampliação da concepção de pobreza para além da privação material, mas como diminuição de oportunidades e liberdades básicas das pessoas. A autora defende que o crescimento econômico precisa caminhar em paralelo com outros elementos fundamentais, como a “liberdade, igualdade, democracia e incentivos políticos” (p. 107). Neste raciocínio, só é possível expandir

a agência dos indivíduos por meio destas referências básicas que, quando oferecidas e trabalhadas, despertam e constituem autores de políticas sociais, ao invés de só beneficiários, desenvolvendo o caráter social e humano de determinados indivíduos.

Neste sentido, as mulheres do Tripé são duramente afetadas pelas incertezas impostas por programas de transferência de renda que deveriam ser tratados enquanto uma política de Estado e não como uma política de governo. Para Campello e Moretti (2021), é essencial que as pessoas em situação de vulnerabilidade social sejam incluídas no orçamento do governo, produzindo uma política social eficaz, que reduza de fato a pobreza e as desigualdades no país, para que esses indivíduos se empoderem em suas tomadas de decisões e em suas vidas.

O que encontrei na favela, principalmente entre 2021 e 2022, foi uma situação de extremo empobrecimento dos moradores. O silêncio durante minhas caminhadas pelos becos e vielas do Tripé, era a tradução de um lugar que parecia estar anestesiado pelas dificuldades que estavam se sobrepondo. Não havia crianças na rua, som ligado no último volume, não se sentia o cheiro de comida sendo preparada e dificilmente eu encontrava mulheres com as cadeiras do lado de fora dos barracos conversando, fumando, fazendo as unhas, estendendo roupas, correndo atrás das crianças e acenando quando me viam.

Visitei algumas casas e chamei da porta algumas de minhas interlocutoras e amigas, que me atendiam prontamente e, já mandando eu entrar, me contavam sobre o preço do leite, do gás, da mistura e do óleo. Me falavam sobre como estavam passando por uma situação difícil, a qual não encontravam solução e nem uma esperança, pois elas não entendiam como “aquele auxílio que não é o emergencial, mas também não é o Bolsa Família” poderia ajudar:

Ih, sei não Vivi, sei que falaram que a gente vai receber um pouco mais. Só Deus né? O aplicativo é o mesmo, você sabe? Queria saber também se tenho que fazer alguma coisa nova...tipo, o bolsa a gente levava as crianças na escola e no posto pra pesar, agora o que eu preciso fazer? Sei não Vivi, sei nem por onde começar a perguntar e nem pra quem. Vi ontem na TV que tinha muita gente na fila né? Como vou com a Vitória desse tamanho? Tem gente dormindo na fila. (Fernanda, 43 anos)

Quando eu questionava sobre a mudança para o PAB e possíveis explicações que deveriam ter recebido sobre condicionalidades, datas de recebimento,

atualização de cadastro, mudanças nos valores, nos prazos e mudanças de nomes que ocorreram desde 2019, a resposta era sempre a mesma, ou seja, não haviam sido informadas, só escutavam alguma notícia na TV, de amigos, vizinhos e através de redes sociais como Facebook e WhatsApp.

Para Butler (2009), uma vida, antes de ser perdida e passível de luto, precisa ser primeiro apreendida e depois reconhecida e qualificada enquanto vida. Para tal, existem determinados enquadramentos seletivos da violência, que constituem e regulam a vida, as relações sociais e a política. Esses moldes apreendem determinadas vidas como não vivíveis, conseqüentemente, mais vulneráveis a violências e menos passíveis de luto em determinadas situações, como acompanhamos na violência policial, na falta de políticas públicas, na precarização do SUS, da educação pública e nas políticas seletivas de proteção de determinados sujeitos durante a pandemia de COVID-19. Algumas pessoas, como os moradores da Favela do Tripé, se encaixam de certo modo nessa descrição, uma vez que a eles não são direcionadas informações, cumprimento dos direitos humanos, investimento social e políticas públicas eficazes.

Sendo assim, o que observamos no Tripé em relação às políticas sociais, a elegibilidade, informações, cadastros, recebimentos, é que o problema se antecede a isto. O problema está relacionado à apreensão e assimilação daquelas pessoas enquanto sujeitos que merecem ser entendidos enquanto vidas e, por isso, necessitam de projetos e políticas que desenhem e coloquem como fundamental o bem-estar que vai além da renda, mas de desenvolvimento humano, através da promoção de investimentos em saúde, educação e assistência social.

Tal como preconiza Veena Das (2020), as vidas, em geral, são permeadas por documentos. As formas em que existimos, que podemos ou não circular são demarcadas pelos papéis que conectam determinados processos. Usando essa perspectiva, Das e Poole (2008) propõem, a partir do conceito de margem do estado, algumas abordagens que explicam a teoria. Em uma primeira aproximação, analisam a noção de margens como "áreas marginais que são percebidas como receptáculos naturais para aqueles considerados insuficientemente socializados" (pág. 9); aqui, o principal objetivo é entender as técnicas específicas de poder que tentam "gerenciar" e "pacificar" essas populações, na maioria das vezes, por meio da força e da pedagogia transformacional de "sujeitos sem lei" em sujeitos legítimos do Estado (Das e Poole, 2008).

Em um segundo sentido, a noção de margem gira em torno de temas ilegíveis (DAS E POOLE, 2008); embora haja o reconhecimento de que “grandes partes do estado moderno são construídos por meio da prática escrita”, as autoras apontam para um conjunto diferente de “espaços, formas e práticas pelas quais o Estado é ao mesmo tempo vivenciado e criado pela indecifrável de suas práticas, de seus documentos” (2008, p. 9-10). Ou seja, a ilegitimidade, característica distintiva da experiência estatal de certos povos e territórios, é interpretada como uma tecnologia específica de poder – como o Estado se esforça e faz disto uma política que mantém as capilarizações do que podemos chamar de espaços sem lei. Quando relacionamos os vários tipos de documentos que fazem com que as pessoas se encontrem com o estado - certidões de óbito e de nascimento, carteiras de identidade, boletins de ocorrência, CADÚnico, passaportes e cadastros para recebimento de benefícios e políticas sociais –, esses registros aparecem carregados de, segundo as autoras, “a dupla marca da alienação e penetração do estado na vida cotidiana”, que podem ser vistos como práticas em que o Estado produz uma legibilidade para a população em geral.

Observamos no Tripé o quanto os documentos circulam na concepção da garantia de uma renda mínima, PBF, AE e PAB. Ou seja, os documentos têm uma importância que se sobrepõe à identificação de um sujeito, mas só através deles que há a garantia à sobrevivência, uma vez que há a possibilidade de se inscreverem em um programa social que, muitas vezes, é a única fonte de renda de uma família para obtenção de alimentos. Quando o Estado não garante o entendimento em relação aos documentos, o que está sendo colocado em prática é uma política que exclui os indivíduos e que resulta no empobrecimento material, mas também enquanto agentes políticos.

Em uma terceira abordagem, as margens são preconizadas enquanto espaços com mobilidades e criatividade, ou seja, elas não podem ser definidas por fronteiras territoriais, mas em configurações de organizações sociais, são múltiplas, e deslizam entre o legal e o ilegal e em eventuais “estados de exceção”. Além disso, são locais produtivos que produzem estratégias econômicas e políticas de sobrevivências, como podemos observar durante toda a narrativa que trago através das minhas interlocutoras, de microeconomias que surgem por meio do recebimento de programas sociais, buscas por alimentos para vencer a fome e relações que se criam e se desfazem nas teias de doações de ONGs.

As autoras também desdobram uma ideia de margens que surge através do biopoder, dando conta do princípio da população e a entrada da vida e do gerenciamento dela como um exercício do poder político. O poder disciplinar realiza uma organização social ao produzir sujeitos úteis economicamente e dóceis politicamente através de um adestramento através de entidades como os hospitais, as escolas, o exército, os locais de trabalho e tantos outros. O biopoder opera ao “fazer morrer ou deixar viver” (FOUCAULT, 1999), ou seja, o Estado biopolítico produz “corpos matáveis” ao estabelecer uma separação entre os que devem viver e os que são suprimidos a morte.

Esse recorte é sempre variável. A depender do momento histórico, o inimigo vai se modificando, seguindo os marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero e território. Observamos no Tripé, por exemplo, a atuação da polícia contra diferentes corpos, o que demonstra uma seletividade durante as operações. Neste caso, corpos negros são governados através da morte, o poder em questão é o de matar e de exterminar vidas que são vistas como ameaças, apenas na sua existência.

Por último, as margens são apresentadas na percepção de exceção. As autoras defendem a ideia de uma vida sob uma ameaça suspensa em que, a qualquer momento, há a possibilidade de execução. Ou seja, conforme proposto por Das (2021), são cotidianos que carregam a possibilidade da morte como parte de uma sobrevivência, parte de ações e vivências habituais, como se essa possibilidade estivesse em um horizonte da vida rotineira.

2.5 O retorno do Programa Bolsa Família

Durante a campanha eleitoral de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, se eleito, pretendia retomar o PBF, no lugar do PAB, assim como iria reformular regras em relação ao acesso das famílias ao programa. Neste período, Lula mencionou que iria manter o valor de R\$600,00 que estava sendo pago, após

aumento realizado por Jair Bolsonaro às vésperas da eleição⁸¹. Para garantir este compromisso, a equipe de transição de governo estudou a criação de uma PEC que esticaria o Orçamento de 2023 e, conseqüentemente, permitiria a inserção de gastos inadiáveis. Isso se fez necessário porque o orçamento produzido e enviado pelo governo Bolsonaro não previa o pagamento de R\$ 600 aos mais de 20 milhões de brasileiros beneficiários para além de 2022.

Em março de 2023, após Lula ser eleito, o governo publicou uma medida provisória⁸² com as novas regras do PBF, que dizem respeito à manutenção da promessa do pagamento de 600 reais por família, acrescidos de 150 reais por crianças de 0 a 6 anos, 50 reais para cada dependente de 7 a 18 anos e para gestantes. Para recebimento e elegibilidade, a família deve possuir renda de até R\$ 218,00 por pessoa. Como principais objetivos, destaca o texto da MP: “I - combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias; II - contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e III - promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.”

As condicionalidades, que haviam deixado de ser cobradas durante o PAB, retomaram com desenhos já conhecidos⁸³, relacionados à comprovação da frequência escolar dos filhos, à atualização das cadernetas de vacinação da família e ao acompanhamento do pré-natal para grávidas. Para cadastro, a atualização deve ser feita através do CadÚnico e a integração com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de buscas ativas com objetivo de incluir novos beneficiários e fiscalizar inconsistências. Outra medida foi, através da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, mapear e cancelar beneficiários irregulares, que somaram, em fevereiro de 2023, 1,5 milhões de pessoas.

⁸¹ <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/congresso-nacional-aprova-pec-que-aumenta-o-valor-minimo-do-auxilio-brasil-para-r-600>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

⁸² <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/156003>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

⁸³ https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Informes/2023/Informe_Bolsa_Familia_N_3.pdf. Acessado em 15 de agosto de 2023.

Ainda em dezembro do ano de 2022, através da Emenda Constitucional 126⁸⁴, o governo garantiu os novos valores do Bolsa Família, uma vez que ampliou em R\$ 145 bilhões o teto de gastos no Orçamento de 2023, para custear despesas como o Programa Bolsa Família, o Auxílio Gás, a Farmácia Popular e outras políticas públicas. O que assistimos e esperamos para o futuro é que haja a reconstrução da assistência e da proteção social baseada em diagnósticos que nos mostrem a totalidade da situação de toda a população do país. Para isso, é necessário que se olhe para os invisibilizados que estão nas filas do CRAS para recebimento do PBF, muitas vezes porque, após cortes consecutivos em recursos da assistência social, não há profissionais suficientes para atendimento.

O Cadastro Único precisa ser fortalecido para ser um instrumento que contemple diferentes contextos e realidades da pobreza no Brasil e, assim, refine a distribuição de políticas e programas sociais. Além disso, é necessário manter o benefício por proporcionalidade de pessoas na família, ou seja, se a família é maior, precisa receber mais do que uma que é menor.

Ainda são várias medidas, correções e novas estratégias a serem desenhadas para reduzir a desigualdade do país através de articulações intersetoriais, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Essas previsões buscam o aumento ao acesso a direitos sociais básicos e será necessária uma ampla participação e fiscalização da sociedade, universidades e ações estatais para que alcancemos êxito.

2.6 Centro de Referência de Assistência Social

É importante fazer uma apresentação⁸⁵ do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e de seu papel dentro de favelas, periferias e na política, principalmente nesses últimos anos, em que esteve no centro de várias discussões. O CRAS é uma unidade pública descentralizada, que desempenha um papel de organização e distribuição de serviços socioassistenciais de proteção social básica

⁸⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/931149-PEC-DA-TRANSICAO-E-PROMULGADA-PELO-CONGRESSO>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

⁸⁵ <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acessado em 15 de março de 2021.

do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em locais de vulnerabilidade social, já que está presente em praticamente todos os municípios do Rio de Janeiro. O SUAS, por meio do atendimento no CRAS, oferece diversos serviços de apoio à população, tais como orientação e prevenção em situações de risco, proteção para famílias e registro no Cadastro Único, sistema que reúne e gerencia um conjunto de informações sobre famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza e é porta de entrada para todos os benefícios e programas da Política Nacional de Assistência Social do Brasil (PNAS). Para além dos dados quantitativos, o CRAS mobiliza uma rede socioassistencial que informa, encaminha, fortalece relações comunitárias e acompanha famílias, com objetivo de garantir o acesso aos direitos sociais (MATTAR, 2022).

Mesmo com sua importância evidente, no final do ano de 2019, o Ministério da Cidadania⁸⁶ lançou uma portaria⁸⁷ que diminuiu o repasse financeiro que mantinha os serviços que integram o SUAS, incluindo o CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). O recorte se faz importante na discussão sobre programas sociais, uma vez que a unidade é responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social e que funciona como mediador entre esses indivíduos e o Estado e suas políticas assistenciais. Essa decisão impactou milhares de brasileiros beneficiários de programas socioassistenciais e colocou em evidência a tentativa de desmonte da área social, com as constantes reduções de recursos por parte do governo federal.

Durante a pandemia de COVID-19, os cortes a esses conjuntos de equipamentos se tornaram mais evidente durante o cadastro para o recebimento do Auxílio Emergencial, quando o Governo Federal preferiu ignorar a rede de assistência social no processo de registro dos indivíduos e famílias que se enquadravam nos requisitos para serem beneficiárias, mas ainda não estavam inscritas no CadÚnico. Como resultado, muitas pessoas que teriam direito ao AE enfrentaram atrasos, falta de informação, dificuldades diversas e não tiveram acesso ao dinheiro.

Além disso, a não utilização do Cadastro Único para todos os beneficiários, provocou uma cegueira de informações sobre quem foi a população que de fato teve

⁸⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51819528>. Acessado em 29 de abril de 2022.

⁸⁷ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.362-de-20-de-dezembro-de-2019-234966986>. Acessado em 14 de fevereiro de 2023.

acesso ao AE e suas condições de vida. Esses indivíduos escaparam do radar do governo após a finalização do pagamento do AE, quando do contrário, poderiam fazer parte de uma base de dados do sistema de assistência social que poderia gerar informações importantes para possibilidades e novos desenhos de políticas sociais.

Como já dito anteriormente, assistimos enormes filas sendo formadas, não apenas na tentativa de cadastro no AE, mas por medo de perderem o benefício que já recebiam, o PBF, ou para se informar em relação ao recebimento do auxílio. Durante este período fiz alguns contatos com profissionais que atuavam no CRAS. O primeiro deles foi com o Fábio, de 26 anos, que fazia um trabalho de mediador e dinamizador comunitário, ou seja, acompanhava as famílias em seus territórios, no caso dele, no Tripé.

Nossa conversa se deu a princípio remotamente, quando ainda no início do cadastro para o recebimento do AE, entrei em contato para entender de que forma o CRAS poderia auxiliar os moradores do Tripé no recebimento do benefício. Como a maioria deles já era beneficiário do PBF, a orientação era que essa troca de benefícios seria realizada automaticamente, sem a necessidade de realizar cadastro. No entanto, o que minhas interlocutoras relatavam, era que o aplicativo solicitava o cadastro no Caixa Tem e, portanto, elas precisariam fazer, o que demonstrou, mais uma vez, narrativas de falhas, divergências e o quanto, até os funcionários do CRAS, não estavam informados sobre os fluxos do AE.

Durante a pandemia, o CRAS continuou realizando ações no Tripé, todavia, elas se mostravam ineficazes:

O CRAS esteve aqui na favela, vieram com aquele ônibus deles. Quando chegaram, fez até fila pro atendimento, todo mundo estava com dúvida sobre o auxílio. Muita gente fez o cadastro e não recebeu, minha irmã teve até ele autorizado, ela viu no celular em algum lugar, mas você acredita que ela foi no banco e não tinha nada na conta dela, mandaram ela voltar depois.

Aí veio o CRAS e a gente pensou que eles iam ajudar a gente, como no Bolsa, mas não, eles chegaram aqui e disseram que não podiam ajudar, sei lá. Eles vieram ver o cadastro do Bolsa, mas o do auxílio, eles disseram que não tem acesso ao sistema, não sabem de nada. Bom, aí tivemos que voltar pra Caixa, todo mundo junto, esperamos por horas e não deu em nada, continuamos sem receber e sem saber quando e se vamos receber.

(Paula, 39 anos)

Após o período de isolamento social, encontrei com Fábio em uma atividade em uma Escola Municipal da região, na qual eu estava representando a ONG. Conversamos um pouco sobre a minha pesquisa, sobre a ONG, sobre os novos caminhos que estavam se desenhando nos atendimentos que ele realizava no CRAS e de que forma eles precisariam de cada vez mais possibilidades de entradas no Tripé, principalmente em um período de aumento de pobreza. Os beneficiários, naquele momento, diversificaram, ampliando os perfis, não só em relação à inserção de homens no recebimento do AE, mas também no aumento da demanda do CADÚnico:

Viviane, a gente tenta ir às favelas, porque tem muita gente que não vai ao CRAS. Sabe quem? Os bandidos. Outro dia eu estava em uma favela fazendo atendimento, então chegou um menino lá em dúvida no que responder em relação ao que faz da vida. Uma mulher se aproximou dele e disse que ele tinha mesmo que falar que trabalhava pro tráfico, porque só a gente que trabalha com social poderia ajudar ele. Olha, tanta gente armada chegando para fazer o cadastro...eu pedi que viessem sem arma e eles respeitaram a gente, mas eram os bandidos, agora os bandidos estão precisando de auxílio. (Fábio, 26 anos)

Segundo Fábio, a entrada de novos cadastros representava também uma nova configuração inclusive de atendimento. Em *Burocracia a Nível de Rua*, Lipsky (2010) observa as organizações e as pessoas que são responsáveis pela concessão de políticas públicas e serviços públicos à sociedade. O autor enfatiza a relevância de entender essas relações entre agentes públicos e a população, já que são esses profissionais responsáveis por receber ou gerenciar parte dos orçamentos designados a pessoas de baixa renda e, por isso, exercem grande influência na vida deles. As ações e modelos de atendimento dos que trabalham em serviços representam como determinados sujeitos acessam políticas públicas e de que forma será o encontro desses indivíduos com o governo, já que este centro de atendimento representa uma instância da execução de uma política.

Lipsky (2010) nomeia de “burocratas de nível de rua” trabalhadores do serviço público que interagem diretamente com a sociedade e que, por isso, preservam algum tipo de poder na execução do seu trabalho. Os entrevistadores sociais, nomeado aos profissionais do CRAS que realizam a pesquisa e o cadastro de indivíduos que desejam acessar o CADÚnico, de certo modo, concedem acesso e possibilitam a prestação de serviços e políticas públicas, estruturando e delimitando realidades.

Ou seja, a forma em que esse serviço é prestado, segundo o autor, determina o contexto social e político no qual as pessoas agem segundo influências e controle do Estado.

Podemos afirmar então que os chamados “burocratas a nível de rua” são mediadores nas relações constitucionais entre cidadãos e Estado, tendo em suas mãos a possibilidade de acesso a dimensão da cidadania. Lipsky (2010) analisa de que forma esses profissionais podem determinar a natureza, a quantidade e a qualidade de determinados indivíduos através do que ele chama de “discricionariedade”, ou seja, baseados em normas, regras, regulamentos e diretivas, esses profissionais poderiam possuir um olhar mais sensível e individualizado através de manobras e estratégias interpessoais que garantam a aplicação de políticas.

Todavia, onde há discricionariedade há em jogo, capilarizações de valores individuais, preferências, comprometimento de trajetórias individuais, que podem ser persuadidas pelas relações, crenças e vivências que podem alterar e produzir novos estilos de vida que facilitem e mobilizem o acesso, ou não acesso aos serviços públicos. Sem dúvida, os profissionais do CRAS repreendem e adotam validações de padrões aceitáveis de comportamentos, o que exerce certo tipo de controle social sobre o processo de políticas sociais. Por outro lado, os beneficiários tendem a reproduzir narrativas de reafirmação da pobreza para conseguir a empatia e fornecer a imagem que eles acreditam ser a correta para serem “aprovados”, produzindo uma relação unilateral de poder.

Durante minha pesquisa de mestrado e doutorado, ouvi relatos de como alguns profissionais do CRAS pareciam querer ensinar às moradoras do Tripé como acionar determinadas vantagens do sistema afim de apressar o recebimento de benefício e, conseqüentemente, diminuir situações de pobreza, conforme o relatado anteriormente, quando Fábio orientou uma mulher a omitir que morava com seu companheiro, que assim os dois receberiam o AE. A partir desse conselho dado, muitas famílias no Tripé dividiram suas casas com o objetivo de configurar dois endereços e, portanto, duas cotas do auxílio.

Souza Lima (2002) destaca como certas intervenções estatais são descritas enquanto “exercício do poder do Estado”. As políticas públicas são um exemplo de medidas “tutelares”, uma vez que provêm ao outro uma responsabilidade a partir de uma incapacidade civil. Em sua obra, o autor explica como esse poder tutelar pode

ser desenvolvido frente à população indígena, com a justificativa de “pacificar zonas de conflitos”, através de dominação, controle e constantes intervenções na vida social dos sujeitos. Utilizando essa ideia para favelas, o “poder de tutela” se apresenta em cada detalhe da vida cotidiana, seja na entrada da polícia para “combater o tráfico de drogas” e instaurar a paz, ou por meio das políticas públicas que estabelecem estratégias a serem seguidas pelos beneficiários para que possam receber e se manter beneficiário.

Em seu texto o autor compara “gestar” (SOUZA LIMA, 2002) como algo que está em formação, em desenvolvimento, como um bebê no útero de sua mãe; e “gerir” com uma função descrita enquanto “constitutiva e pedagógica”, ou seja, próprio de uma mãe que ensina, que mostra o caminho, que é responsável pela tutela de seu filho, mas que também oprime para mostrar o certo, o esperado. “Gerir” pode ser destacado como um controle constante de administrar, de conduzir, mas sempre se cruzando com interesses “pessoais e de redes de clientelas”, o que gera domínio e desigualdades.

Partindo desta discussão, as políticas públicas são um exemplo de um dos dispositivos usados para manter a ordem social, que pode promover saúde, educação, desenvolvimento e proteção social, mas, ao mesmo tempo, pode produzir desigualdades, vulnerabilidades e deixar ou fazer morrer. No entanto não é uma força unidirecional, mas há, a partir dessa tutela, a resistência e a produção do saber de quem é tutelado, de quem é gerido.

O atendimento no CRAS e a possibilidade de uma visão mais sensível e individualizada, realizado por assistentes sociais ou técnicos especializados, permite ao indivíduo o contato com diversos serviços e uma possível identificação de situações de violência, ou extrema pobreza, com encaminhamentos necessários para o encolhimento de situações que possam resultar em sofrimento ou empobrecimento.

No ano de 2021⁸⁸, assistimos a mais uma ameaça e a uma tentativa de esvaziamento do Cadastro Único. O Ministério da Cidadania, com objetivo de "reduzir custos de transferência de renda" e "mudar paradigma de programas assistenciais para programas de aumento da renda", apresentou um projeto que pretendia diminuir o papel dos municípios no cadastramento de programas sociais,

⁸⁸ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/25/governo-quer-esvaziar-papel-de-municipios-no-cadastramento-do-bolsa-familia.htm>. Acessado em 10 de julho de 2023.

como o PBF. A mudança previa que, por meio de um aplicativo de celular, assim como no AE, fosse efetuado o auto cadastramento de beneficiários, medida que evidenciou o desmonte sistemático de toda uma rede socioassistencial, além de um controle e fiscalização de programas sociais.

Ou seja, a ideia era utilizar um aplicativo para substituir uma tecnologia social que é mediada por um assistente social ou técnico, fortalecendo e desenvolvendo um sistema de proteção social. Sem a preocupação com o analfabetismo ou a dificuldade de acesso à internet, o indivíduo iria informar dados pessoais, endereço, enviaria uma foto de um documento de identificação, faria uma selfie que seria utilizada como reconhecimento facial pelo governo e preencheria um questionário obre informações de renda e moradia. Se houvesse dúvidas, o esclarecimento seria efetuado por um robô acoplado ao aplicativo.

O que se seguiu a esse projeto foi, no ano de 2022, a possibilidade de realização de um pré-cadastro, por meio de um aplicativo, ou versão web, para inscrição no CADÚnico⁸⁹, etapa que não é obrigatória, mas que agilizaria o atendimento no serviço. Posteriormente ao pré-cadastro, o indivíduo precisa, em até 120 dias, comparecer a um Posto de Atendimento ao Cadastro Único para apresentar documentos de identificação da família e complementar outros que forem solicitados. Para Lídia, diretora do CRAS que atende a região na qual está localizada a Favela do Tripé, esse processo não facilitou o atendimento, pelo contrário, aumentou a fila e as desinformações, já que se tornou mais um canal por onde as pessoas poderiam se informar, mas que falta indicações e informações necessárias.

Lídia é diretora do CRAS desde 2021, sendo que iniciou seu trabalho no meio da pandemia. Assistente social de formação, durante esse período, ela precisou realizar atendimentos para além de suas funções, já que, segundo ela, desde que entrou não viu o equipamento sem fila. Durante seu trabalho ela precisou organizar filas, distribuir senhas, realizar atendimentos com usuários, ser gestora de sua equipe, participar de reuniões externas, atender demandas específicas de territórios, acompanhar possíveis problemas no sistema do CAdÚnico, lidar com recebimento e

⁸⁹ <https://cadunico.dataprev.gov.br/#/home>. Acessado em 10 de julho de 2023.

distribuição de doações e ainda mediar e conceder entrevistas para jornais que, quase semanalmente, estavam na porta do CRAS para registrar as filas⁹⁰.

Ao agendar uma entrevista com Lídia após alguns meses de tentativas, no próprio equipamento, foi impossível não notar a fila que se formava na porta principal. Como combinamos um horário na parte da tarde, que segundo ela poderia me dar mais atenção já que as senhas para o atendimento já teriam sido distribuídas e, por isso, a situação estaria mais tranquila, as pessoas que se amontoavam na frente do CRAS já estavam se preparando para passar a noite na calçada, na tentativa de conseguir uma das cem senhas distribuídas diariamente pela manhã. Para os que conseguiram a senha, aguardar ser chamado era mais um desafio, pois poderia demorar o dia todo, com fome, com calor, com frio, com crianças, na calçada, sem conforto.

Algumas pequenas lojas abriram no entorno CRAS, com venda de salgadinhos, prato feito, doces e bebidas. Como a fila dura 24 horas, o comércio viu a necessidade de acompanhar essa dinâmica, criando uma espécie de revezamento e trabalho em escala, para que todos possam ganhar, descansar e atender os que aguardam na fila. Outro serviço que surgiu a partir das filas foram as vans clandestinas que levam e trazem os usuários da estação de trem mais próxima, fazendo algumas paradas durante o trajeto nos pontos de ônibus. Melo (2020) analisa, durante sua pesquisa de campo na fronteira amazônica, como a chegada de indígenas em determinadas cidades, em busca de benefícios sociais, alterou a dinâmica do comércio local e das famílias que se deslocavam. Para a autora, as filas são um emaranhado de pessoas, corpos, histórias e caminhos diferentes, que são atravessadas por relações de poder, de desigualdades e revelam conflitos entre os que estão aguardando. A fila então, não é algo estático, mas está em constante movimento que se dá em formas de negociações, relações sociais e movimenta a economia local com o surgimento de microeconomias.

As filas, assim como o surgimento e comércios e transportes clandestinos, não dizem respeito apenas a coisas físicas, mensuráveis e geográficas que transformam o local. Nota-se que, entre essas coisas, há entidades morais, elementos relacionados a ações sociais e domínios culturais, que estimulam dores, emoções, reações e relações. DaMatta (1997) analisa o Brasil como uma sociedade

⁹⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/13/centros-de-atendimento-para-o-cadunico-no-rio-registram-longas-filas-nesta-terca.ghtml>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

que pode ser instituída de dois elementos diferentes, sendo eles a casa, vista como uma sociedade relacional, e a rua, representada pelas leis universais. Nesta concepção de cidadania, o mais importante é entender os elementos que se conjugam, se opõem, se conectam e se relacionam, constituindo os indivíduos.

O próximo atendimento é no guichê, local que apresentam suas identificações e preenchem o primeiro questionário com informações pessoais e endereço de moradia. Dubois (1999) analisa, utilizando a sociologia dos guichês, de que forma se dá esse encontro entre o indivíduo e usuário do serviço de um lado e funcionários, burocratas e representantes do Estado do outro. Para o autor, é por meio desta abertura na parede que se expõe o interior de um equipamento, se desdobrando diálogos, trocas, visibilidades e escuta. É nele, no caso do CRAS, que as pessoas deixam de ser números de senha, para se tornarem agentes de situações sociais com corpo e voz. Sendo assim, neste local se inicia a relação entre Estado-sociedade que produz políticas, estratégias, diminuição ou aumento de vulnerabilidades.

Durante a nossa conversa, Lídia ressaltou o quanto estava apreensiva com os novos desenhos das políticas sociais. No momento da entrevista, em setembro de 2022, o pagamento do PAB havia começado há menos de dois meses e o empobrecimento da população fez com que a procura por políticas sociais aumentasse rapidamente. Segundo Lídia, após reportagem na TV Globo⁹¹, realizaram um estudo que mostrou que o atendimento aumentou de 1800 para 3000 mensalmente em relação ao período anterior à pandemia e, ainda assim, o número de funcionários continua o mesmo. Ela lamentou que o CRAS estivesse, naquele momento, realizando atendimentos apenas relacionado ao benefício, algo que ela, enquanto gestora esperava poder reverter. Para ela, a função do CRAS é acolher e garantir as famílias atendimento integral, garantindo o acesso aos direitos e a rede de proteção.

Na Favela do Tripé, o CRAS realizava antes da pandemia, e conseguiu de forma reduzida continuar durante o período citado, um trabalho com as lideranças do local. Após reconhecimento de líderes comunitários, Lídia começava a marcar encontros e reuniões com essas pessoas a fim de comunicar os projetos e informações importantes inerentes ao CRAS, para que eles fossem multiplicadores

⁹¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/moradores-de-realengo-passam-fila-no-cras-10454646.ghtml>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

nas favelas que moravam. Com o nome “parceiros do CRAS”, esse trabalho se torna útil para chegar aos indivíduos que, muitas vezes, por falta de acesso ou conhecimento, não conseguem a garantia de seus direitos. Luiza, conforme mencionado no terceiro capítulo, é uma dessas parceiras, que mobiliza dentro do Tripé ações e atividades através de seu entendimento no trabalho com a Lídia e os demais profissionais do equipamento.

Um outro trabalho que o CRAS tem tentado mobilizar é a sensibilização de seus funcionários e usuários acerca de moralidades e vigilâncias impostas aos beneficiários de programas sociais. Para Lídia, é muito importante o entendimento de que estes benefícios são direito da população e a forma como eles usam o dinheiro, segundo ela, não compete aos funcionários e nem a qualquer outra pessoa:

Às vezes a equipe fala, ah, Lídia, vem fazer cadastro, mas está com a unha acrígel, está com cabelo assim, assado. Aí eu falo, o dinheiro é dela, o benefício concedido para aquela família e como ela vai utilizar não me compete. Uma pessoa colocou gel, arrumou o cabelo, por autoestima, para conseguir uma vaga de emprego, que pede boa aparência, envolve várias questões. Você sabe é um direito é um direito ela vai usufruir do direito. Não cabe a gente ver quem pode ou não receber, temos que garantir, depois o cruzamento vai dizer quem deve ou não receber. (Lídia, 44 anos)

O cruzamento a que Lídia se refere é a ampliação da periodicidade do cruzamento da base de dados do Cadastro Único com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)⁹² a partir de uma modernização do Cadastro Único, com objetivo de diminuir possíveis fraudes e cancelar, automaticamente o benefício de quem está fora dos parâmetros de elegibilidade. Além disso, até final de 2023⁹³, a integração irá regularizar automaticamente as pendências de famílias que fazem parte do processo de Averiguação Cadastral de Renda, sem que haja necessidade de comparecer ao posto do CadÚnico para atualização dos dados, esperando-se assim, que haja a diminuição de filas.

Outro ponto importante durante minha pesquisa no CRAS fala sobre como a rede de desinformações referente ao AE e o PAB também incluiu estes profissionais, que são a porta de entrada das famílias para a Política de Assistência Social. Lídia

⁹² <http://blog.mds.gov.br/redesuas/saiba-mais-sobre-a-modernizacao-do-cadastro-unico/>. Acessado em 19 de maio de 2022.

⁹³ <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/primeira-etapa-da-integracao-entre-cadastro-unico-e-cn-is-sera-neste-fim-de-semana>. Acessado em 23 de maio de 2022.

me informou que não receberam nenhum tipo de treinamento acerca do novo Programa, apenas alguns informes que não os capacitaram para responder todas as dúvidas da população. Ela exemplificou a situação falando sobre as condicionalidades, as quais ela mesma não sabia se continuavam, apesar de orientar os beneficiários a continuidade do cumprimento destes compromissos.

A instabilidade, que se deu a partir de uma rede de desinformação e aos sucessivos cortes que sofreu o CRAS, pôde ser percebida também na forma como o último governo, do ex-presidente Jair Bolsonaro, se comunicava a respeito de possíveis mudanças nos mecanismos assistenciais. Uma plethora de novos termos, rebatimentos, possíveis ampliações e cortes que cercaram o Programa Bolsa Família para alcançar um imediatismo eleitoral, teve como consequência o aumento da vulnerabilidade social, com efeito direto na vida da população.

As idas e vindas nos processos das políticas sociais, produziram estratégias para a sobrevivência, com o surgimento de novas unidades familiares, novos tipos de comércio, novas orientações e entendimentos possíveis no contexto pesquisado. Os indivíduos, sem saber o prazo certos dos benefícios, se apegaram às possibilidades de sobrevivência, muitas vezes embaixo de marquises na fila do CRAS, ou pensando em táticas para pagar o empréstimo consignado que absorve em até 40% do benefício do PBF.

Após a eleição de 2022, com a entrada do Presidente Lula, há a esperança de novo momento. O retorno do PBF traz com ele um desenho ampliado e um novo modelo de programas sociais. Segundo Lula⁹⁴, a nova configuração faz “justiça social” ao considerar o tamanho das famílias para conceder adicionais, “justiça social, o que estamos apresentando hoje vai nessa direção”, disse o presidente ao apresentar a nova formulação do PBF.

A partir disso, se faz importante analisar e pesquisar essas reformulações, levando em consideração os efeitos no cotidiano dos beneficiários, tendo somado a perfis antigos, novos indivíduos, que recorreram aos programas sociais após o aumento da pobreza, atenuada durante a pandemia de COVID-19. Quais novos sistemas, métodos e relações irão se apresentar por meio das novas moralidades, vigilâncias e conflitos que poderemos pesquisar, tanto na Favela do Tripé, mas em

⁹⁴ <https://www.poder360.com.br/governo/lula-pede-ajuda-para-fiscalizar-cadunico-e-bolsa-familia/>. Acessado em 10 de junho de 2023.

outras tantas localidades. Ampliar a investigação será necessário para entender, complexificar e construir novas ou antigas políticas sociais.

Com palavras muito bem escolhidas e voz tranqüila, a Mãezinha parecia receber inspiração especial ao falar de uma força que nós, mulheres, temos à disposição e devemos aprender a usar. Ela contou que, quando o mundo foi criado, Olodumaré, o Deus Supremo, mandou três divindades à terra: Ogum, o senhor do ferro, Obarixá, o senhor da criação dos homens, e Oduá, a única mulher e a única que não tinha poderes. Por causa disso, Oduá foi se queixar a Olodumaré e recebeu dele o poder do pássaro contido em uma cabaça, o que fez dela uma Iyá Won, a nossa mãe suprema, a mãe de todas as coisas e para toda a eternidade, a que dá continuidade a tudo que existe ou venha a existir. Olodumaré disse a Oduá que, a partir de então, o homem nunca mais poderia fazer nada sem a colaboração da mulher. (Ana Maria Gonçalves, Um defeito de Cor)

3 LUIZA

Ao escolher entrar na pós-graduação, sempre foi uma escolha ter, além de interlocutoras de campo, amigas e mulheres fazendo parte e desenhando, junto a mim, as minhas escritas e experiências. Este capítulo é, inicialmente, uma homenagem e um agradecimento a quem, de diversas formas, me mostrou um horizonte de possibilidades. Traduzo em Luiza as muitas mulheres que estiveram comigo durante todo esse período, me ensinando, me emprestando os seus cotidianos e, mais do que isso, me dando afeto para que eu pudesse trazer aqui as múltiplas vozes, como a de Luiza, que constituem esta tese.

Luiza tem 39 anos, é negra, mãe de 9 filhos, sendo 7 vivos, moradora da Favela do Tripé há 28 anos e beneficiária do PBF há 20 anos. Aqui, ela interpreta tantas outras mulheres que, como ela diz, “não vivem, assim de viver, só lutam pra poder sobreviver”.

Falar delas é, primeiramente, acreditar em pesquisas que possam se basear na proximidade entre pesquisador e sujeito de pesquisa. O estranhamento, que faz parte da pesquisa de campo, se encontra com a possibilidade de costurar relações e emaranhá-las para o surgimento de linhas de conhecimento e contingências. O contexto estudado é vivo e se modificou com o passar dos anos, assim como as relações que emergiram durante os 12 anos em que eu trabalho no Tripé. Por isso, se faz importante demonstrar como as influências e surgimento do afeto me ajudaram na produção deste trabalho.

3.1 “Quem é você?”: Luiza e o início de nossa relação.

Conheci Luiza em um dia quente de verão de 2013, em que a poeira do chão batido da Favela do Tripé se misturava com o vento quente que vem dos trilhos do trem, com o odor de suor de quem sai dos barracos em busca de alguma brisa fresca, com o cheiro de comida sendo preparada e do esgoto que escorre pelos canos abertos da favela entre os becos e ruelas que separam as casas dos moradores.

Ela estava sentada em uma das entradas do Tripé (Figura 02), na do meio, em frente ao trilho do trem, em um banco de plástico. Luiza percebeu nossa chegada – refiro-me a mim e à equipe da ONG B, na qual eu trabalhava naquele momento. Estávamos de carro e levávamos algumas doações, mas ela não pareceu mover nenhum músculo do corpo, nem para acenar para a gente, nem para dar um sorriso de boas-vindas, como estávamos acostumadas a receber. É comum que as moradoras se aproximem quando o meu carro estaciona neste local, para saber se distribuiremos alguma doação. Mas Luiza ficou ali, como se nossa presença fosse indiferente a ela, como se estivéssemos interrompendo seu momento sob o sol escaldante que castigava o Rio de Janeiro.

De fato, naquele dia, estávamos levando doações de material de limpeza e leite em pó para as crianças e, como ela estava ali, me aproximei para perguntar se ela aceitava algum dos produtos que estávamos distribuindo. A presença do presidente da ONG Azul, Lucas, um velho conhecido de Luiza, não pareceu fazer grande diferença. Lucas e Luiza só se cumprimentaram com um levantar das sobrancelhas. Luiza me olhou, tentando mover o mínimo possível o corpo, como se não quisesse se cansar muito e tivesse se indagando quem eu seria e me perguntou se, como contrapartida da doação, eu ia querer fotos das crianças dela, o que ela não autorizava.

Nesse momento, percebi que ela estava grávida e conversei sobre as doações, explicando que, se ela não se sentisse à vontade, não tiraríamos fotos nem dela e nem de seus filhos. Então, pela primeira vez, se moveu um pouco para olhar para mim e, ainda com desconfiança, levantou o braço para pegar os produtos que eu lhe oferecia. Conversamos rapidamente sobre os filhos, perguntei quantas crianças ela tinha, ela me respondeu com frases curtas e fui embora para distribuir o restante para as outras mulheres que já cercavam o nosso carro.

É comum que projetos sociais peçam fotos e depoimentos de quem recebe as suas doações. Isso porque, geralmente, as pessoas que ajudam, sejam elas pessoas físicas ou empresas, pedem relatórios, comprovações de que a verba empregada por elas está percorrendo o caminho prometido pela instituição, sem desvios. No entanto, é evidente que essas fotos acabam por expor os que recebem essas doações, principalmente quando são crianças, apesar de sempre, pelo menos no caso das ONGs nas quais trabalhei, pedirmos autorização de imagem antes de

compartilhar. Mas o que se vê, a partir da solicitação de registros, é a existência de um circuito de trocas, cujas fotos funcionam como moeda para a entrega de doação.

Os moradores do Tripé estão, de certa forma, acostumados a terem uma relação com projetos sociais, pois, desde que trabalho nessa região, mais precisamente desde 2011, observo o quanto cresceu o número de ONGs que visitam, fazem atividades e doações na favela. É evidente que, a partir dessa conexão, novas estratégias surgiram de ambos os lados para lidarem com essas investidas.

Podemos observar no Brasil, entre os anos de 2019 e 2020, um aumento exponencial nos processos de participação da população, seja como voluntariado, ou em Organizações Não Governamentais. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou o Mapa das Organizações da Sociedade Civil^{95,96}, em 2021, a qual revela que, no Brasil, contamos com 815 mil ONGs, sendo o Sudeste a região que abriga mais instituições. Isso se deve ao avanço do empobrecimento da população⁹⁷ e, conseqüentemente, da desigualdade social, que torna ações de ajuda aos outros fundamentais para assegurar direitos cotidianos como, por exemplo, o do acesso básico à alimentação.

Conforme apresentado por Lima e Oliveira (2015), países em situação de crise econômica e social fomentam oscilações nos modelos sociais, que colocam em pauta não apenas o mercado, mas promovem modificações nas instituições e no cotidiano, nos modos de vida de determinada população, mudando relações e reproduções sociais. Isso significa dizer que, em casos de extrema pobreza, condição da maioria dos moradores do Tripé, há uma alteração significativa de suas condições de vida, existência e expectativas sobre presente e futuro. Nesses casos, há a possibilidade de recorrer à solidariedade de Programas Sociais, ONGs e pessoas voluntárias como estratégia para driblar a ineficácia das ações de um Estado que deveria ser responsável pelo bem-estar social, mas que acaba por rotacionar parte das atribuições de questões sociais para os indivíduos, em nome de uma moralidade da ajuda e do cuidado, redes que acabam por desenvolver diversas micropolíticas de apoio.

⁹⁵ <https://mapaosoc.ipea.gov.br/>

⁹⁶ <https://mapaosoc.ipea.gov.br/arquivos/posts/2796-pb6mapaversaodivulgacao.pdf>

⁹⁷ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101704.pdf>

Mauss (1923-1924; 2008) analisa como o tripé “dar, receber, retribuir” nos coloca frente a uma troca social, que nos impulsiona a retribuir o que nos é dado; neste caso, as doações e o voluntariado. Mostra-se quase como uma maneira de saldar uma dívida que acreditamos absorver quando temos condições financeiras superiores às de outras pessoas, criando laços entre os autores dessas relações: “uma parte considerável da nossa moral e da nossa própria vida permanece sempre nesta atmosfera da dádiva, da obrigação e ao mesmo tempo da liberdade” (MAUSS, 2008, p.195). O encargo do retorno, de dar quando receber, fica evidente nos processos de solidariedade apresentados na teoria da dádiva.

De fato, conforme afirma Sampson (2017), houve muitas mudanças, desde 2020, nas atribuições de ONGs e suas responsabilidades na sociedade. Devido a transformações neoliberais no Estado e nos serviços sociais, as ONGs, que antes tinham como proposta apenas o “fazer o bem”, se tornaram um tentáculo do mercado competitivo em busca de doações e parcerias; além disso, precisam absorver uma demanda de movimentos sociais e defesas políticas capazes de apresentar soluções eficazes ao Estado. Quando se fala em doação, o que esse tempo de 12 anos trabalhando no terceiro setor evidenciou para mim foi que o doado precisa também ser mostrado, acompanhado, por meio de prestação de contas, ainda que seja através de exposições de imagens de pessoas recebendo uma cesta básica ou produtos de limpeza.

Uma outra ONG localizada em outra favela do Conjunto, talvez a maior da região, a ONG A, pouco faz doações ao Tripé; quando o faz, só escolhe as famílias que aceitem tirar foto da ação de entrega. Outro momento em que eles vão ao Tripé é quando recebem visitas internacionais e querem mostrar o local, com o objetivo de, a partir de uma vivência de sofrimento, conseguir angariar mais doações e verba para o funcionamento da ONG A, que não necessariamente retorna em dinheiro e nem em projetos para o Tripé. O fato é que muitas moradoras já relataram que se sentiam desconfortáveis com essas “visitas”, as quais esta ONG nomeia de “tour na favela”, pois, para elas, era como se eles estivessem indo ao zoológico.

Além disso, muitas mulheres me relataram que não confiam no destino das fotos que eram tiradas de seus filhos, pois elas ficavam apreensivas sobre o uso de tais imagens, muitas vezes apropriadas pela ONG A sem a prévia autorização dos responsáveis pela criança. Por isso, todas as vezes que algum projeto social ancora no Tripé, a primeira reação é de desconfiança e algumas mulheres não aceitam as

doações, visto que não querem ser fotografadas. Como veremos mais adiante, essa negativa de registro de imagem antes mesmo da possível proposta falava da relação que Luiza viria a estabelecer com as ONGs que passavam por ali; e, mais particularmente, comigo.

Algum tempo depois, levamos para distribuição mais doações de leite em pó e, desta vez, nosso dia incluía a visita a uma moradora da favela, Silvia, uma mulher negra, mãe de 4 filhos e que se encontrava em uma situação complicada. Ela havia contraído HIV, dado à luz a uma menina há pouco mais de quatro meses e estava amamentando, mas se negava a fazer acompanhamento médico. Ela morava em um barraco de um cômodo, com sua filha de poucos meses e seus filhos gêmeos de 12 anos. A situação era tão precária que eles não tinham banheiro em sua casa, usavam um balde para fazer suas necessidades e jogavam no rio (o mesmo no qual os moradores buscam água para cozinhar e beber).

Silvia era vizinha de Luiza, os filhos das duas brincavam juntos; apesar de as mães não terem muita amizade, as relações de vizinhança no Tripé, por conta da proximidade e a porosidade entre casas, quase obrigam a uma aproximação. A situação da Silvia e nossa mediação enquanto ONG vai influenciar na minha relação com a Luiza e, por isso, a importância de marcar o engajamento com uma situação trágica que acaba por gerar uma conexão. Trabalhar em uma ONG, no Tripé, e estabelecer uma relação para além da profissional, é sinônimo de ter o telefone o dia inteiro recebendo mensagens e ser parada na favela com várias demandas dos moradores, principalmente moradoras. Não lembro exatamente como chegou o pedido de ajuda para Silvia, talvez pela própria Luiza. O fato é que essa história é uma das mais difíceis que eu já presenciei, desde 2011.

Quando adentrei o pequeno barraco da Silvia, de terra batida e paredes de restos de madeira podre pelo efeito das chuvas de verão, ela estava com a pequena Sofia no colo. O lugar era escuro, pois não possuía nenhuma lâmpada, era iluminado apenas pela luz natural do dia. O teto da casa era incompleto, só havia telhas em uma parte, a outra dava vista para o viaduto da avenida Brasil que corta parte do Tripé. Havia poucos móveis, insuficientes para as quatro pessoas que moravam ali e, o que não me sai da memória, muitas moscas voavam no ambiente.

Sofia, que era uma menina de bochechas vermelhas e olhos claros, estava com seu corpinho coberto de sujeira e seu rostinho todo preto. Peguei a bebê no colo e me sentei para ouvir a história daquela família. Silvia disse ser usuária de

drogas, assim como seu companheiro, pai de Sofia, que ela não via há muito tempo. Embora estivessem em uma relação que ela considerava estável, ele a havia abandonado após o nascimento da filha. Silvia me contou sobre a sua doença e que não sabia como havia contraído, mas quando a questioneei sobre o tratamento e sobre a amamentação, ela me disse que havia entrado para Igreja e que o Senhor iria salvá-la:

Viviane, eu tenho fé que serei salva, sei que posso dar de mamá para minha filha, pois esse é o único jeito dela não passar fome, mas o Senhor nos salvará. Hoje só conseguimos essa marmita de comida para nós três e o leite que você trouxe agora. Imagina se ficar sem amamentar ela, ela vai morrer. Eu não vou procurar ajuda porque confio em um Deus maior que vai tirar essa doença do meu corpo, eu não preciso de médico, Deus é o salvador. (Silvia, 36 anos).

Como já dito acima, aquela foi uma das, senão a mais difícil das situações com que já me deparei no Tripé. Durante toda minha pesquisa, desde o mestrado (MATTAR, 2019), levanto questões sobre a dificuldade de acesso à saúde, levando em conta problemas de sucateamento e precarização do SUS, ou a construção espacial de uma cidade que não proporciona o mesmo acesso a todos, deixando de fora determinados corpos quando nos referimos ao acesso a serviços públicos. No entanto, é difícil escrever sobre, ou lidar, como trabalhadora social e trabalhadora da saúde, com a religiosidade. Não pretendo fazer uma análise aprofundada sobre religião durante minha escrita pois, apesar da Igreja cruzar minha pesquisa e meu trabalho enquanto ONG, optei a não usar esse tema como recorte para a discussão, tendo em vista que, durante minha pesquisa de campo, a recorrência sobre o assunto foi quase inexistente.

A dualidade está em encontrar o limite entre a religiosidade dos indivíduos e a ciência, que certamente possui meios para ajudar uma mulher, que acabou de ser mãe, a realizar um tratamento que poderia prolongar sua vida. Ainda que eu tenha tentado, só existiu uma verdade para Silvia: a da fé. Enquanto ela espantava as moscas que tentavam pousar na comida e conversávamos, ela dividiu a quentinha para três pessoas e contou que todo dia eles conseguiam pelo menos um prato de comida, pois um de seus filhos decidiu fazer alguns trabalhos para o tráfico e o pagamento era em comida.

Ainda fiquei por ali conversando, na tentativa de convencê-la a procurar a Clínica da Família e saber se ela havia se contaminado antes ou depois do nascimento da Sofia, mas as respostas eram confusas, sem muito sentido na

periodização dos fatos, cheias de idas e vindas e eu tentava dar certa formatação ao que eu escutava. Bourdieu (2006) observa a angústia de pesquisadores em dar certa ordem ao campo, com “uma narrativa coerente de uma sequência significativa de acontecimentos concatenados”. No entanto, a vida é permeada de acontecimentos descontínuos, incoerentes e abstratos e lidar com essas trajetórias é entender a complexidade na realidade do outro. O autor ainda discorre sobre uma possível manipulação do pesquisador em situações de proximidade com o entrevistado, algo que pode fazer com que o pesquisado comece a responder o que acredita ser o “certo”, o que pode mudar o caminho da pesquisa.

Silvia me garantia que a filha estava “limpa”, ou seja, que não havia contraído o vírus. Com o passar do tempo, Silvia foi enfraquecendo, emagrecendo, metade pelos sintomas da doença, metade pela fome. Já nos seus últimos dias de vida, não conseguia mais amamentar a sua criança, que vivia de colo em colo e que passou a ser criada por um dos irmãos, o que não trabalhava no tráfico e, por isso, se tornou responsável pelo cuidado da casa, da mãe e da irmãzinha de pouco mais de 6 meses. Na época, os gêmeos deviam ter por volta de 12 anos e não estudavam, pois não tinham qualquer documentação.

Tal como mencionado no segundo capítulo Veena Das (2020) reflete sobre como determinados documentos nos dão a possibilidade de acesso (ou não) a diversos direitos, sejam eles políticos, civis ou sociais (MATTAR, 2022). Se analisamos todos os documentos necessários para matricular uma criança na escola, temos um exemplo de como, em determinados contextos e situações em que a existência da documentação completa não é regra, a solicitação dessa ferramenta produz novas formas de exclusão e desigualdades. No caso da família da Silvia, a obrigação da documentação completa, acionado a priori para organizar a vida social e as possibilidades de existências dessas pessoas, os impediu de frequentar a escola a qual, além de educação, eles também teriam direito à alimentação.

Para Foucault (2008), a governamentalidade relaciona-se a uma cadeia de dispositivos que foram produzidos com a finalidade do controle, contagem e disciplina dos indivíduos. Esse modelo de funcionamento permite o controle de uma população inteira, com destaque para as ideias de proteção da vida e de regulação do corpo, a partir do que ele chama de biopoder. Isso pode ser notado em diferentes esferas, como a saúde, a higiene, a alimentação, a sexualidade, a natalidade e a

educação. Os documentos exigidos nesses processos são as ferramentas que se fazem necessárias para o desenvolvimento desta engrenagem.

Certo dia fui à favela e visitei a família de Silvia, a quem encontrei deitada de lado, de costas para a porta, na única cama que havia naquele cômodo. Seus ossos estavam tão evidentes e sua aparência tão fragilizada que, ao entrar, ainda fiquei alguns segundos tentando ter certeza de que ela estava viva. Muitas moscas sobrevoavam seu corpo, sua cama e ela mal conseguia falar comigo. Deixei a doação de comida e tentei, mais uma vez, levá-la ao médico. Obviamente nós, enquanto ONG B, já havíamos acionado alguns serviços como o Agente Comunitário de Saúde e o CRAS, mas ela se negava a receber qualquer tratamento. Aquela foi a última vez que eu a vi antes de sua morte. Um de seus filhos morreu meses depois após um confronto com a polícia e os outros dois foram morar com uma tia, no interior do Rio. Às vezes tenho alguma notícia deles.

Obviamente esse relato me traz lembranças e um sentimento de impotência que estão permeando toda esta tese, pois trabalhar e pesquisar em um local que me coloca, quase diariamente, frente a situações graves de vulnerabilidade social, resulta em constante esgotamento e sofrimento, algo que aparece durante toda a minha escrita. É importante pensar em como nós, pesquisadoras, estamos também constantemente em situações de diferentes vulnerabilidades (PARREIRAS, 2018).

Encontro muita dificuldade em colocar na escrita alguns sentimentos que permeiam minha experiência no Tripé durante todos esses anos. As emoções e dores que se fazem presentes quando entrevisto mulheres que sentem fome, que moram em condições precárias, diria desumanas, que tiveram seu filho assassinado, que sentem a dor de uma violência de gênero e tantas outras questões com as quais me deparo no campo, transformam alguns trechos da etnografia em um desafio, no sentido de uma limitação emocional de narrar o sofrimento. Além disso, estar naquele contexto às “margens da violência” (Parreiras, 2018), com uma constante lembrança, através de armas e drogas expostas no meio da rua, é saber que o risco de ser atingida, seja pelo início de alguma operação policial, seja pela entrada de alguma facção inimiga, é uma realidade tangível.

Depois da minha primeira visita à casa de Silvia, a Luiza, que fazia questão de manter distância de mim e das outras pessoas que trabalhavam na ONG B, resolveu conversar com a gente. Em um tom de preocupação, mas ao mesmo tempo de quem detém uma informação e pretende fazer justiça com o uso da mesma,

Luiza se aproximou e pediu para conversar. O assunto era a Silvia e a acusação de que ela estava vendendo todos os leites de doação para consumir drogas. Segundo Luiza, ela trocava leite por drogas, o café que vinha nas cestas básicas era trocado por cigarro e ela queimava todas as roupas que ganhava após usar uma vez. Obviamente, essa informação não mudou nosso trabalho com aquela família, mas de certa forma nos aproximou de Luiza.

Fica evidente o quanto certos jogos de acusações (MATTAR, AZIZE E MONTEIRO, 2020) se estendem para dentro das casas, fazendo parte da vida daquelas pessoas e produzindo um sistema de vigilância da favela. É como se nada passasse despercebido em nenhum compartimento de suas existências, seja na alimentação, na educação, saúde e até no uso de vestimentas. Silvia, como já dito anteriormente, não possuía água em sua residência, os dejetos de sua família eram despejados em um balde e, posteriormente no rio, no qual ela também pegava água para tomar banho e outras necessidades. Então, me questiono como eles iriam lavar as roupas que usavam se lhes faltava o mais básico, que era a água? No entanto, as acusações rondavam aquele barraco, às vezes por preocupação, outras por julgar quem “precisa mais” e quem está desperdiçando doações e para, obviamente, se aproximarem de quem detém a distribuição de doações. São muitas as políticas de sobrevivência que rondam a favela.

Naquele contexto, há a produção de estratégias para espetacularizar uma pobreza que é sentida e vista na maneira de viver daquelas pessoas. Todavia, a exposição dos armários vazios, da criança chorando por fome, da mamadeira sendo mostrada apenas com água e açúcar, pois falta o leite, parece ser necessária para que eles mostrem que “precisam mais” do que o vizinho ao lado. Quando não há a exibição, podem surgir acusações de estarem usando as doações para outros fins, já que não apresentam a necessidade de forma mais evidente. Em alguma medida, há uma hierarquia da miséria naquele espaço, atravessada por questões materiais, mas também por moralidades, pela forma como são usados dinheiro, objetos ou comida doada. Neste sentido, a noção êmica de “precisar mais”, que irei realizar um desdobramento a seguir, é complexa, pois atravessada pelo que se performa, por acusações de vizinhos, pelo comportamento objetivo ou suposto das pessoas.

Alguns dias depois, voltei à favela. Não avistei Luiza de longe, no local o qual geralmente ela se sentava naquela hora, e fui entrando no beco que dá acesso aos

barracos. Quando cheguei na frente da casa da Luiza, vi um carrinho de bebê estacionado à porta e fui ver se realmente a Julia já havia nascido.

O barraco da Luiza era um pouco maior que o da Silvia. Eram 4 cômodos: sala, quarto, cozinha e banheiro. As paredes eram também feitas de pedaços de madeira, o chão era de cimento e as telhas que cobriam a casa não possuíam uma junção de encaixe perfeito, o que facilitava a entrada de roedores e água quando chovia. A casa sempre estava perfeitamente limpa e os lençóis, que eram dispostos para esconder as paredes de madeira, sempre exalavam um cheiro de sabão de coco, o que deixava o ambiente levemente perfumado com a mistura de cheiros bons e ruins do Tripé.

Naquele dia, na porta da casa havia um carrinho de bebê com a Julia dentro. Ao me aproximar, lá estava ela, com os olhos brilhando e os bracinhos pedindo colo. A partir de então, Julia, sempre muito risonha, se jogava no meu colo quando eu aparecia na favela, ainda que sua mãe demonstrasse, sem qualquer preocupação de disfarçar, que não tínhamos qualquer tipo de concessão naquela relação. Julia já havia aberto o coração para mim e estávamos apaixonadas uma pela outra e, sempre que eu ia embora, ela chorava e esticava os bracinhos para que eu a pegasse no colo. E foi assim que fui convidada para ser sua madrinha, sempre com a ressalva e um lembrete de sua mãe de que o convite se dava exclusivamente pelo amor que Julia cultivou por mim e eu por ela. Mas, a partir dessa relação de compadrio, aquela família se tornou extensão da minha.

Essa proximidade com a Luiza e sua família, que começou em 2015 com o acompanhamento da situação da Silvia e se consolidou em 2016, com o nascimento de Julia, me abriu muitas portas na favela, tanto para o trabalho na ONG B, quanto para a minha pesquisa de mestrado que, naquele momento, no início de 2017, já estava ganhando corpo. Conforme eu e Luiza nos aproximávamos, ela, mesmo sem saber, ia me ajudando a desenhar o que seria meu mestrado. Isto porque eu estava em busca de uma pesquisa que significasse algo para mim, mas que, acima de tudo, fizesse algum sentido para aquelas mulheres, que fosse sobre uma temática sobre a qual elas quisessem falar, na qual estivessem envolvidas e com a qual quisessem se envolver. Quando então decidi pesquisar sobre suas percepções e vivências a respeito do Programa Bolsa Família e dividi com ela minha decisão, ela rapidamente me disse:

Então já começa a entrevista comigo, escreve aí, eu só me tornei gente depois do Bolsa e aqui é todo mundo assim, todo mundo recebe. Eu apanhei minha vida inteira, só depois do Bolsa eu consegui sair dessa situação porque não tinha mais medo que meus filhos passassem fome.
(Luiza)

Foi a partir daí que Luiza começou a me contar sobre a sua vida. Nascida em uma família muito numerosa, ela e seus irmão se dividiram, durante a infância, entre a casa da sua mãe e de sua avó, que ajudava na criação dos netos. Nas vivências entre indivíduos de camadas mais populares do país, conforme observado por Fonseca (2002), não há a homogeneização da família nuclear conjugal, o que se opera nessa realidade são relações mais fluidas, de dinâmicas mais variadas de circulação de crianças. Isso não se deve, necessariamente, ao fato de encontrarmos em determinados contextos relações de violência, abandono, ou de relações conflituosas, mas de mais um exemplo das dinâmicas que vêm se conformando nas famílias contemporâneas.

D. Elza, mãe de Luiza, trabalhou desde cedo com limpeza, seja como diarista, seja como auxiliar de serviços gerais e, nos últimos anos de sua vida, era faxinava o campus de uma faculdade particular na zona sul do Rio de Janeiro, emprego do qual ela se orgulhava e que a havia ajudado a construir uma casinha no Tripé.

Aos treze anos, Luiza foi estuprada por um vizinho que a convidou para ir a uma praça perto da localidade que moravam e, chegando lá, lhe ofereceu um petisco e um ingresso para um brinquedo, mas em contrapartida ela deveria fazer sexo com ele aquela noite. Ele era maior de idade, Luiza era uma criança que, segundo ela, passava fome e nunca havia tido oportunidade de brincar. Por isso, a roda gigante lhe apareceu mais do que um brinquedo, mas a realização de muitos sonhos, sendo o principal deles a possibilidade de poder ser criança. Ela aceitou a troca, mas posteriormente quis desistir. Ainda assim, após a noite de brincadeiras e lanches, ela foi estuprada e engravidou da sua primeira filha.

Ao contar para D. Elza o ocorrido, Luiza foi responsabilizada, ouviu muitas ofensas e acusações e foi expulsa de casa. Segundo Luiza, a mãe já queria que ela saísse há algum tempo, pois estava morando com um namorado mais novo e estava com medo de que ele se envolvesse com suas filhas. Ela então precisou procurar um lugar para morar, sem ajuda de ninguém, nem do pai de sua filha, que não reconheceu a paternidade e duvidou que a filha fosse dele.

Vivi, de repente eu me vi com 13 anos, com um bebê no colo, dentro de um quarto. A casa era tão pequena que não tinha nem banheiro, eu tinha que cagar em um balde e depois jogar tudo no rio. Pra tomar banho, eu tinha que depender da boa vontade dos vizinhos para encher as garrafas de guaraná com água pra gente poder se lavar. Não tinha geladeira, então o macarrão de hoje a gente comia no dia seguinte com bicho. Eu dava aquele macarrão cheio de bicho pra minha filha e chorava, mas não queria que ela passasse fome. Engravidei mais 2 vezes depois disso e apareceu o Maurício, que registrou todos os meus três filhos e eu fui morar com ele. Mas ele me batia muito, tenho o corpo todo marcado. Cheguei a denunciar 11 vezes as agressões, mas ninguém fazia nada e eu pensava que pelo menos fome meus filhos não iam passar. Eu preferia apanhar, mas não queria nunca mais ver filho meu com fome, ou comendo comida com bicho. Chegou o Bolsa e as coisas mudaram, aí eu virei outra pessoa, sabe? Muitas mulheres se tornaram outra coisa. Mandeí ele embora porque eu sabia que meus filhos iam continuar comendo, podia ser pouco, mas ia ter alguma coisa...daí muita gente mudou de vida, pode perguntar pra qualquer um daqui. (Luiza)

A narrativa acima nos mostra o quanto a fome destrói e constrói relações. Por muitas vezes eu ouvi na favela que algumas famílias se juntaram e foram morar juntas e outras se desconstituíram por causa da fome, ou de recebimentos de benefícios sociais. Isso significa dizer que muitas estratégias são desenhadas com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade social ali presente, algo que pretendo analisar com mais detalhes no segundo capítulo.

Como busquei compreender na minha dissertação de mestrado (MATTAR, 2019), falar do Programa Bolsa Família é também falar sobre cuidado, pois, começando com separação dos documentos necessários para o CADÚnico, solicitação do recebimento do PBF, recebimento, acesso à alimentação e escolhas alimentares, observamos as mulheres como principais envolvidas em todos os processos. O desdobramento dessas ações se dá de duas formas: o crescimento da autonomia das mulheres e a reiteração das convenções de gênero.

O que propus defender foi que muitas mulheres, após serem inseridas no PBF, tiveram suas vidas transformadas, pois deram o primeiro passo para se tornarem autossuficientes. Algumas delas saíram de relações que consideravam abusivas e violentas, já que o recebimento do PBF lhes assegurava uma renda mínima para que elas pudessem alimentar seus filhos. Além disso, vários trabalhos (EGER, 2013; CAMPELLO, 2017; MATTAR, 2019 E CUNHA, 2020;) apontam como o empoderamento, advindo após o PBF, impulsiona beneficiárias a buscarem melhorias de vida, seja no âmbito profissional, educacional ou em suas relações sociais.

Depois da Diana, sua primeira filha, Luiza teve mais 8 filhos e a criação de todos ficou sob sua responsabilidade. Ela conseguiu mudar de casa, para o barraco mais espaçoso que descrevi acima, e ali cuidou de todos os seus filhos, na maioria das vezes sozinha, após separações violentas. Em alguns períodos, Luiza conta que conseguia bicos, trabalhando com faxina, como cozinheira ou com o que aparecesse. Seus filhos foram crescendo, ela sempre garantiu que todos estudassem quando crianças, mas a vida daquela família sempre foi permeada pela fome e por muitas dificuldades.

Luiza relata a morte de um dos seus filhos como um momento de imenso sofrimento. Gustavo tinha acabado de completar 18 anos e, na ocasião, em 2017, já não morava mais com sua mãe, pois havia sido expulso da favela após uma tentativa de assalto nas proximidades. O tráfico tem uma combinação, que diz respeito à proibição de roubos e furtos nas imediações do Conjunto, ou seja, quem é pego desrespeitando essa regra, é punido. Neste caso, Gustavo foi flagrado pela polícia tentando efetuar um delito, e essa mesma polícia o entregou para o tráfico solicitando que um castigo fosse aplicado. O filho da Luiza levou um tiro em cada mão, foi expulso da favela e, conseqüentemente, não pode mais morar com a sua mãe, indo pedir abrigo a um primo.

Mbembe (2018) recorre à colonização europeia para explicar como a domesticação da guerra produziu uma ordem de “igualdade jurídica de todos os estados” (pág. 33), que lhes dava o direito de, a qualquer momento, iniciar um combate e, conseqüentemente, o direito de matar ou negociar a paz. A “igualdade jurídica” também determinava as fronteiras de cada Estado para apropriação colonial, sendo cada um símbolo de moralidades diferentes e, na colônia, local em que se instaurava o terror. Nestes locais, segundo o autor, não era possível distinguir quem era o inimigo e quem era o criminoso e, portanto, a paz era quase impossível de se alcançar. Essas zonas eram governadas na ausência da lei, pois, para o colonizador, o colonizado era visto como uma vida selvagem, uma vida animal e, por isso, poderiam ser mortos a qualquer momento. A negociação existente entre os diversos atores possibilitava que a violência fosse a forma original do direito e a execução de determinadas raças era a forma de estruturar a soberania.

Quando retrato o episódio em que a polícia entrega o Gustavo ao tráfico para que este se responsabilize por julgar e penalizar um indivíduo que estava efetuando

um ato contraventor, fica evidente que a mão de obra da polícia, por vezes, é comprada e vendida. Nessas fronteiras o tráfico decreta o direito de exercer a ordem, as leis e a morte, sendo ajudado e tendo, frequentemente, a polícia como cúmplice. As técnicas do policiamento da era colonial vão sendo substituídas por tecnologias da destruição, mas os alvos continuam sendo os mesmos.

Ao completar 18 anos, atendendo a um pedido de sua mãe, Gustavo estava se preparando para trabalhar no exército após alistamento, quando, em um dia de madrugada, eu recebo um áudio de sua irmã Maria noticiando que ele havia “sido pego”. Ninguém sabia onde ele estava e nem detalhes do que parecia, naquele momento, ter sido uma apreensão da polícia, só se sabia que ele estava no trem com alguns amigos e que parte do grupo havia tentado assaltar algumas pessoas que estavam no transporte.

Entrei em contato com a Luiza, que tentou me explicar o ocorrido:

Ontem, 11h da manhã, o Gustavo me ligou dizendo que o Mateus, primo dele, tinha expulsado ele de casa e me pedindo um dente de alho, um ovo e uma xícara de arroz. Eu disse pra ele que eu não tinha naquela hora, mas que era pra ele me ligar amanhã porque eu ia conseguir. Ele disse que estava sem comer já há dois dias e eu pedi que tivesse calma que amanhã eu ia mandar a Maria ir entregar na praça. Depois disso não soube mais dele. Quando foi 2 horas da manhã um amigo dele veio aqui na porta me acordar dizendo que tinham pego ele no trem. Eu achei que ele tinha sido preso de novo, mas ele não está na delegacia.

Mataram o meu filho, eu não reconheci meu filho, ele está tão inchado que nem parece ele, só sei que é ele mesmo porque vi a tatuagem do braço dele. O pescoço e a cabeça parece uma coisa só e ele está em coma, mas ele já chegou em coma, não foi colocado em coma. Ele está respirando só porque tem um monte de aparelhos ligados nele e o médico me disse para rezar caso eu tivesse alguma religião porque ele ficar bom, só por um milagre.

Perguntei a ela o que havia acontecido de fato e ela me explicou:

Ele estava com fome, me ligou, mas não conseguiu esperar, ele já estava dois dias sem comer. Aí ele e mais uns amigos foram tentar roubar o último trem, estavam em três com uma réplica de arma. Quando as pessoas de dentro do trem percebeu isso, foram pega eles. Os outros dois conseguiram fugir, mas o Gustavo ficou e de uma estação pra outra bateram nele, os próprios passageiros e jogaram meu filho na outra estação. O médico disse que foi sorte que os Bombeiros que acharam, porque se fosse a polícia, ele já tava morto. Bateram muito nele, tanto que tem um buraco na cabeça dele que saiu os miolos pra fora.

Os dias foram passando e minhas conversas com a Luiza, por vezes durante minhas idas à favela, ou através do WhatsApp, giravam em torno de informações médicas e em como ela se sentia, já que estava sendo acusada por parentes e

vizinhos por ter negado comida ao filho, ainda que, durante todos os 18 anos de Gustavo, tenha sido ela a responsável pelo seu sustento.

Fassin e Rechtman (2007) destacam a heterogeneidade nas formas de lidar com o sofrimento causado por vivências de violências. No caso de Luiza, ela foi praticamente culpada pelos parentes e vizinhos por acreditarem que ela foi omissa em relação à necessidade de seu filho, ainda que ambos sejam vítimas do ocorrido. Os autores nomeiam como “exclusão moral” quando se concede à vítima o papel de culpado e, por isso, ela não merece nem mesmo sofrer.

Outro ponto relevante é a relação entre gênero e maternidade. Apesar de Gustavo ter um pai, inclusive consideravelmente presente na sua vida, só coube à mãe a responsabilidade de proteger o filho. Como já extensamente mapeado, o lugar de cuidado é reiteradamente visto como um papel feminino (MATTAR, 2019; LIMA E OLIVEIRA, 2015; GONZALES, 2020). Ainda no que diz respeito a gênero, é importante refletir sobre o cruzamento entre maternidade e classe social, em que o surgimento da maternidade está ligado à própria noção de pessoa e à configuração do sujeito moral, principalmente em contextos como este ao qual me refiro, de camadas mais populares (LACERDA, 2015).

Alguns dias depois, Gustavo faleceu e Luiza, mesmo tendo perdido seu filho, continuou se culpando por ter, em sua opinião, deixado de fazer algo por ele, ainda que recebesse o dinheiro do PBF. Dentro da favela, um discurso comum sobre o dinheiro do PBF é que ele deve ser usado “para as crianças” (MATTAR, 2019; EGER, 2017), ou seja, também para o Gustavo. Luiza incorporava tal discurso, que ela ouvia há tanto tempo e que, de certa forma, também replicava entre as mulheres do Tripé. Naquele momento, a mãe responsabilizada era ela própria.

O dinheiro do PBF aparece recorrentemente nas conversas e carrega com ele um julgamento, por se tornar um “dinheiro especial”, segundo Zelizer (2008), carregado de normas e expectativas, já que ele pode ser visto como uma compensação, um presente, uma ajuda (EGER, 2017), mas não como um direito. Trata-se de um *dinheiro moral*, pois ele apresenta um peso moral, uma carga normativa elevada para além do seu valor de face. Deste modo, há uma configuração moral que gira em torno das escolhas do gasto desse “dinheiro especial”, que deve garantir às crianças de uma família, na qual o PBF seja a única renda doméstica, o necessário para viver.

Além disso, faz-se necessário realizar, mais uma vez, uma reflexão sobre o racismo institucionalizado no Brasil, em que há uma construção dos corpos que são vistos como inimigos, em termos gerais pobres, negros, homens e favelados. Conforme há essa criação do inimigo, há uma legitimidade para o uso da força, tanto pelo Estado quanto pelos cidadãos civis em busca da extinção do perigo. Leite (2012) chama esse processo de “faxina étnica” em sistemas normativos, que demarca quem é ou não sujeito, quem merece morrer, quem é o perigo. Naquele trem, o Gustavo era o inimigo a ser combatido.

Farias (2020) analisa como, em favelas e periferias, o Estado realiza a gestão das mortes através de homicídios ocorridos durante intervenções militares. Os massacres que são executados pelas forças policiais e as consequentes engrenagens mantêm o funcionamento do que a autora chama de “Governos da Morte”, que produz sujeitos políticos como objetos da violência, que se tornam “o outro”. Este outro, na obra da autora, tem sua morte injustamente veiculada e justificada por uma invenção de uma resistência por parte da vítima. Suas famílias ficam durante anos tentando provar o contrário.

Em casos tão frequentes em favelas e periferias, há uma premissa de “legítima defesa” que antecipa uma violência que ainda sequer aconteceu. Mbembé (2020) analisa como a idealização desse fantasma que tem a raça enquanto premissa, se torna uma ameaça e uma ferramenta para uma tecnologia do terror. Para o autor, a biopolítica, que fala sobre a produção da vida, já não é mais suficiente para explicar como, para determinados indivíduos, o que está em questão é a utilização da morte para o controle dos corpos. Esses corpos vivem sob múltiplas violências e permanentemente fora de um estado de direito, cuja realidade da necropolítica (MBEMBE, 2020) diz respeito a uma tecnologia contemporânea que subjuga a vida através da aniquilação, do massacre e da destruição.

3.2 As relações que vão se transformando: Luiza, Viviane e o trabalho social.

Para entender a história da Luiza e como ela foi se transformando durante os anos na minha principal interlocutora, é importante costurar os acontecimentos que vivemos juntas e que foram fortalecendo e construindo nossa relação. Por isso, os

relatos que trouxe sobre Silvia e Gustavo e o que virá a seguir sobre outra filha de Luiza, a Maria, objetiva apresentar um pouco o fio condutor que compôs minhas relações na favela e que possibilitou a realização desta pesquisa.

Quando conheci a Maria, também em 2013, no mesmo ano em que conheci sua mãe Luiza, ela já estava com 12 anos. Era sempre a mais quietinha, mas sempre arrumava uma forma de se aproximar para conversar e contar sobre seus estudos e de como ela estava indo na escola. Descrevia suas aulas, principalmente as de português, e suas redações, que muitas vezes foram premiadas em pequenos torneios das escolas da região. Alguns de seus irmãos sempre foram motivos de preocupação para ela e para sua mãe, ora porque usavam drogas e andavam em companhias que Luiza não gostava, ora porque não se empenhavam na escola. Acho que, por isso, Maria sempre se sentiu preterida, pois, para ela, dar trabalho sempre foi sinônimo de ter atenção.

Resolvi acompanhar mais de perto a Maria e, assim que ela acabou o ensino fundamental, a ONG Azul, a qual descreverei mais a frente, a encaminhou para um sorteio na escola Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), na qual ela conseguiu entrar e concluir o ensino médio, se tornando a primeira pessoa de sua família a se formar no ensino médio. Mas ela quis continuar e, com a ajuda de algumas pessoas, entrou na faculdade, trabalhando ao mesmo tempo em um projeto social para o qual foi selecionada após ter feito um curso de atendimento e vendas.

No Brasil, a desigualdade se capilariza também no acesso ao sistema educacional, em que negros têm menos chances de chegar ao segundo grau, e essa oportunidade é ainda menor quando falamos de universidades. Para Nascimento (2021), as mulheres negras “continuam ocupando espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito” (p. 58). Isso significa dizer que as mulheres negras ainda ocupam espaços domésticos, de cuidado e a manutenção de privilégios continua na mão de um determinado grupo branco.

Estudos como a PNAD⁹⁸, do ano de 2019, evidenciam quantitativamente o que eu acompanho no Tripé: a taxa de analfabetismo entre pessoas negras com mais de 15 anos é mais que o dobro se comparada à de pessoas brancas. Ainda, se

⁹⁸ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

fizemos mais um recorte e cruzamos com o indicador de renda⁹⁹, entre os extremamente pobres, são os negros que estudam por menos tempo, quando comparados aos brancos. Por isso, a formação da Maria e o fato de ter sido a primeira da sua família a concluir o ensino médio e ingressar em uma faculdade é, para além de um orgulho, um símbolo de resistência.

Para Gonzales (2020), na sociedade em que vivemos, as diferenças são vistas como desigualdades e motivo de opressão. Ela ironiza o fato de, em uma sociedade que se diz viver em uma “democracia racial” é, na verdade, “uma sociedade profundamente injusta, porque hierárquica” (p. 250), em que pessoas negras são desmobilizadas historicamente e as relações sociais são marcadas pela discriminação e pela violência.

Ainda se, somado ao racismo, incluirmos questões de gênero e territorialidade, se faz necessário discutir a interseccionalidade (COLLINS, 2021) como um cruzamento, operado por sistemas de poder, de opressões estruturais, sendo elas de raça, gênero e classe social e que assegura a manutenção das desigualdades. A interseccionalidade então pode ser usada enquanto ferramenta analítica para discutirmos os desafios que as mulheres negras moradoras da favela do Tripé vivem em seu cotidiano, enfrentando desigualdades e múltiplos problemas sociais.

Um exemplo das violências e desigualdades vivenciadas por mulheres negras e moradoras de favela, é a entrada cotidiana da polícia em suas residências. A destruição dos móveis e a bagunça causada pela desculpa da procura de drogas, reflete eventos que são responsáveis pelo constante sentimento de medo experimentado por elas. No ano de 2022, eu estava em uma reunião quando o meu telefone tocou, era uma ligação de vídeo da Maria. Como eu não podia atender, cancelei a chamada e entrei rapidamente no WhatsApp para saber se era urgente, mas não obtive resposta. Passados quase uma hora, eu consegui contato e soube do ocorrido:

Eu estava te ligando porque a polícia entrou aqui em casa. Eu estava sentada no sofá trabalhando e eles entraram, invadiram mesmo, sem pedir licença. Eles jogaram tudo meu no chão, minhas roupas, as coisas que estavam no armário da cozinha, tudo. Estavam procurando drogas, né? Eu comecei a dizer que eu sabia dos meus direitos, que eu era trabalhadora, que eu estava trabalhando e que eles não podiam invadir assim. Aí eu disse que ia ligar para alguém da ONG e eles falaram que se eu não calasse a boca, eles iam me dar na cara, mas começaram a se acalmar quando disse

⁹⁹ https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html

isso. Comecei a ficar com muito medo e chorar. Depois foram embora. Eu estava no sofá, trabalhando (Maria, 21 anos)

Utilizo novamente o conceito de necropolítica, cunhado por Mbembé (2020) como uma tecnologia de morte, em que o que está em jogo não é a vida, mas a produção do extermínio e do terror, que teve seu início no contexto colonial. Alguns pilares são responsáveis pela construção desse conceito: as políticas da inimizade, que elegem e/ou produzem um inimigo ficcional, que passa a ser considerado como uma ameaça e, por isso, deve ser atacado; o estado de exceção, que disponibiliza determinadas vidas à morte, sendo suspensa qualquer tipo de ordem e de lei; o racismo que assujeita o indivíduo negro e que torna aceitável qualquer tipo de violência, pois ela é justificada através de uma ideia de procura de civilização; o Estado de sítio que articula os territórios de formas específicas com o direito de matar, criando barreiras e espaços de “inimigos” com condições precárias de vida, em que se está cotidianamente exposto a todo tipo de violência e aniquilação. Podemos pensar nesses locais como “espaços da morte” (TAUSSIG, 1993), onde habitam indivíduos que já foram violados de todas as maneiras e se encontram em um limiar entre vida e morte. A esperança, nesse caso, funciona como um feixe de luz que os mantém vivos. E, como último pilar, o terror, que muitas vezes não é o extraordinário em determinados locais, como as favelas, mas é o cotidiano e se torna constitutivo do indivíduo, tal como teoriza Veena Das (2020) a respeito da violência.

O que aconteceu com Maria é um exemplo de necropolítica, nada incomum na Favela do Tripé. Seu corpo foi violentado, desrespeitado e seus direitos foram violados. Na tentativa de se livrar da violência e com medo de ser morta, ela tentou reiterar a todo tempo seu lugar de participante de um projeto e de trabalhadora para exigir o mínimo de respeito. Farias (2008) discorre sobre o início do Movimento “Posso me Identificar?”, criado por famílias vítimas de episódios de violências, ONGs e movimentos sociais, contra a violência policial nas favelas. O surgimento do Movimento veio por meio do sentimento de indignação pelo assassinato de indivíduos que tentaram se identificar através da apresentação de documentos que comprovariam que não eram bandidos, mas que não foram ouvidos, foram mortos e taxados de criminosos antes mesmo de terem conseguido se apresentar,

explicitando a discussão sobre um estado que tem como principal braço de controle a execução de determinados indivíduos

Como analisado por Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018), há um suposto de que moradores da favela são envolvidos com o crime. Esse imaginário social concede mecanismos de controle e regulação que têm como resultado violências e mortes que influenciam a vida destas pessoas e seu direito de deslocamento. Neste contexto, ainda inspirada nos autores, os projetos sociais se tornaram símbolo de “salvação”, ou seja, a participação nas atividades do projeto pode lhes conceder alguma segurança em relação às operações policiais, assim como ser “trabalhador”.

Todavia, conforme discutido pelas autoras e autor, em toda ação e a cada movimentação de moradores da favela, há uma preocupação em não estar, ou não ser visto enquanto “envolvido”, utilizando meios para comprovar sua honestidade, como uma bíblia na mão, uniforme de projetos sociais ou documentação que comprove algum vínculo empregatício (CECCHETTO, MUNIZ E MONTEIRO 2018). O termo “envolvido” também é utilizado naquele contexto para quem trabalha em projetos sociais, como por exemplo Luiza, que é “envolvida com a ONG”.

Este envolvimento muda, de certa forma, a trajetória dessa mulher na favela, pois ela passa a mobiliza diversos atores e entidades para ajudar as pessoas, que antes eram seus vizinhos, mas agora se somam aos atendidos pela ONG. Isso produz, por um lado, conflito com os demais vizinhos e, por outro, certo status naquele local, com os moradores, com o tráfico e com esses diversos serviços que ela acessa com maior facilidade, como por exemplo, o CRAS.

Luiza, como beneficiária do PBF, sempre foi sujeito e objeto de controle na relação com suas vizinhas, observada e observadora, como é comum para todas que recebem do programa. O dinheiro precisa ser utilizado “para as crianças” (MATTAR, 2019) e para garantir que a mãe esteja cumprindo com essa premissa imaginada por elas, há uma vigilância das ações e gastos das mulheres. No entanto, quando ela passou a fazer parte, enquanto trabalhadora, da ONG Azul, ela também passou a, de certa forma, gerenciar a vida das vizinhas na tentativa de entender quem “precisa mais” e quem “merece mais” para receber doações.

Luiza, utilizando uma categoria êmica, se tornou “envolvida com a ONG”, ocupação que lhe concede certos benefícios, já que adquire informações privilegiadas sobre projetos e doações que podem fazê-la manipular essa gestão da vida dos outros, ou “envolvida com a vida do outro”, apresentando um certo poder

discricionário. (CECCHETTO, MUNIZ E MONTEIRO, 2018). Por outro lado, este papel, também é responsável pela produção de rotulações, que resulta em vigilâncias e acusações, conforme mostro a seguir.

3.3 Luiza e a ONG Azul

No ano de 2016, após destituição da Presidente Dilma, comecei a observar que muitas de minhas interlocutoras estavam apresentando problemas com o benefício do PBF. Sucessivas suspensões e cancelamentos no recebimento, ainda que elas estivessem cumprindo todas as condicionalidades do programa, que dizem respeito à educação e saúde, as levaram de volta a uma situação de fome que estava, praticamente, sendo superada por elas desde suas inserções no PBF (MATTAR, 2019). Luiza teve suspenso seu benefício e, buscando informações sobre o que teria acontecido, foi informada que uma firma havia sido aberta em seu nome, com onze funcionários e este golpe teria sido o motivo do cancelamento. Não havia firma, não havia funcionário, mas voltou a haver fome e desespero para conseguir alimentar sua família, já que o PBF era o único rendimento de Luiza. Como Luiza, as histórias sobre o não recebimento do PBF se multiplicavam entre as vielas do Tripé e, junto a isso, o desespero pela ausência de informação e de previsão de normalizar o pagamento.

Foi nesse contexto que, após minha saída da ONG B, intensificamos o trabalho da ONG Azul, com pedidos de doações e distribuição de alimentos na favela. O aumento da vulnerabilidade social, que trouxe a realidade da fome de volta à vida de muitas mulheres, foi o que desencadeou a necessidade de um trabalho mais voltado ao assistencialismo. Luiza se tornou peça fundamental para esse trabalho, que precisava de certo conhecimento das moradoras, do contexto e de formas de negociar com um universo cheio de nuances. A sua trajetória pessoal e sua atuação anterior em outros cenários de eventos e distribuição de doações no Tripé, lhe permitia ver certo trânsito, conflitos, vigilâncias e disputas, o que era essencial ao trabalho.

Os meses foram se passando e assistimos de perto o país voltar para uma situação agonizante do aumento da pobreza. Os cortes no PBF eram cada vez

maiores, assim como o aumento nas filas de espera para receber o benefício. Por outro lado, houve uma compressão do valor real do benefício e uma diminuição na renda per capita das famílias¹⁰⁰, o que eu via microscopicamente durante minha pesquisa de mestrado e em minha atuação como trabalhadora do terceiro setor.

Luiza, que há muitos anos era beneficiária do PBF, voltava a sentir o peso de ter que se alimentar com fubá e água e ter medo de não ter o que oferecer aos seus filhos no dia seguinte. Me parece que a situação, cada vez mais difícil, deu forças para ela se organizar e fazer parte intensamente do trabalho da ONG Azul. Das (2020) reflete sobre como “eventos críticos”, eventos extraordinários, rompem o cotidiano e faz com que os envolvidos procurem formas de recriá-lo. Formas de gestões coletivas e individual do sofrimento desnublam regimes de diferentes linguagens possível para continuar vivendo. A violência aqui, que fica explícita nos cortes do PBF, na desinformação acerca do benefício, no aumento da pobreza e no retorno da fome, somados a uma realidade de recrudescimento da presença policial e intensificação da criminalização, aparece no que a autora chama de “descida ao ordinário”, transformando o extraordinário no cotidiano e, assim, criando possibilidades de luta e de vida.

No seguimento do trabalho da ONG Azul, com o acompanhamento da Luiza a beneficiárias do PBF e os cortes, fomos oficializando o trabalho e Luiza se tornou a vice-presidente. A legitimação do cargo, que oficialmente foi apenas uma mudança documental de inserção de um nome, carregou com ele uma transformação no tratamento dos vizinhos com Luiza. Ela ganhou certa autoridade na favela, pois, além dos sistemas de vigilâncias já presentes, somou-se a ela, a patrulha em relação ao trabalho da ONG; de que forma ela fazia, julgamentos sobre como deveria conduzir e a confiabilidade em seu trabalho. Muitos conflitos surgiram, mas também muito trabalho e ajuda direcionada às pessoas em maior situação de vulnerabilidade social.

A minha proximidade com a Luiza ampliou algumas percepções de vida para ela, mas principalmente para mim. O que Luiza me ensinou na vida, em tão pouco tempo, nunca serei capaz de retribuir e agradecer. Talvez ela tenha me ensinado o que considero hoje uma das bagagens mais bonitas que ela me deu: generosidade, empatia e altruísmo. Por outro lado, talvez o trabalho com a ONG Azul tenha

¹⁰⁰ <https://cps.fgv.br/bf2020>

possibilitado a ela ter contato com alguns conceitos que a fizeram repensar a própria vida e, de certo modo, estabelecer limites do aceitável e não aceitável no que diz respeito ao seu corpo e suas relações sociais.

Luiza, por exemplo, não nomeava enquanto violência sexual o que ela sofreu aos treze anos, da mesma forma que não considerava estupro quando os homens mais velhos da favela pagavam uma quantia para verem os seios de meninas, ainda menores de idade, enquanto se masturbavam. Para ela, isso era algo tão comum de acontecer, que se tornava tolerável que suas filhas, sobrinhas e vizinhas tivessem passado por aquilo.

Isso deixa evidente as múltiplas violências que os corpos de moradores de favela sofrem e, além disso, como são diversas e como são diferentemente nomeadas dependendo de vários fatores. Por exemplo, as mulheres moradoras do Tripé com as quais conversei dificilmente nomeavam como violências cenas do cotidiano sobre as quais, para mim, não pairavam dúvidas. Os constantes assédios sexuais e casos de violência sexual tão habituais no Tripé não eram nomeados enquanto violência.

A partir de sua pesquisa de pós-doutorado em uma favela no Rio de Janeiro, Parreiras (2022) reflete sobre a ocorrência de violências sexuais contra adolescentes, como este tema emerge nas conversas com suas interlocutoras, quase como se fosse algo invisível, quando comparada a outras violências (como as policiais, ou as causadas pelo tráfico, por exemplo). A autora discorre como, no contexto de seu trabalho, as narrativas de determinadas violências, em especial as mais subjetivas, eram atribuídas a outras categorias, a outras linguagens, a outros nomes, quase como se fossem banalizadas por fazerem parte do cotidiano daquele local.

No Tripé, através do meu trabalho etnográfico, pude notar que as mulheres tendem a minimizar determinadas categorias de violência, em especial as sexuais. Casos como assédios e violências sexuais e estupro, muitas vezes são vistos como uma “brincadeira”, ou uma forma de culpabilizar as mulheres, ou crianças, que “bebem muito, usam roupas curtas, queriam um dinheiro pra bebida e por isso se expuseram por vontade própria”. Ou seja, o analisado por Parreiras (2022) durante sua pesquisa reverbera na Favela do Tripé.

Luiza, que também carregava com ela a banalização e a minimização de casos de violência, precisou rever seus posicionamentos, uma vez que, com o cargo

de vice-presidente de uma ONG cujo trabalho tem foco em violência de gênero e sexual, ela passou a precisar lidar, encaminhar e apoiar diversas denúncias advindas de mulheres do Tripé.

Como dito anteriormente, desde 2016, com o aumento de moradores em situação de pobreza, Luiza, enquanto vice-presidente da ONG Azul, precisou administrar a doação de cestas básicas e todas as relações que surgem, se modificam e se reproduzem a partir deste momento. Então, em fevereiro de 2020, uma enchente¹⁰¹ acometeu o Tripé, sendo seguida pela pandemia de COVID-19, o que transformou uma situação de precariedade e mais um evento crítico que resultou em um aumento exacerbado da vulnerabilidade social. Mais uma vez, a ONG Azul se debruçou a conseguir e distribuir doações, principalmente de produtos de limpeza e alimentos para os moradores do Tripé. No primeiro mês, estive também a frente das distribuições, mas, com a necessidade de mantermos o distanciamento social e com a solicitação para que ficássemos em casa, a Luiza se tornou a principal responsável por esta logística.

Luiza então se organizou para receber e distribuir as cestas. Para isso, contamos com a avaliação dela sobre quem estava em situação mais difícil e, por isso, precisava receber a cesta naquela semana, já que as distribuições eram, quase sempre, semanais. Obviamente esse método começou a dar problemas, pois Luiza tem suas próprias preferências no Tripé, além de julgamentos morais que fazem com que defina quem e por que determinada pessoa precisa mais do que a outra. Durante todo o tempo do meu trabalho no Tripé, como demonstro no texto, este termo, “quem precisa mais” apareceu de forma constante. Todavia, é importante observar como ele se torna presente no cotidiano da Luiza, uma moradora e vice-presidente da ONG Azul.

3.4 “Quem precisa mais”

Dentro dos julgamentos morais do Tripé, é muito comum ouvirmos a expressão “quem precisa mais”. São três palavras, mas que significam muito

¹⁰¹ Pretendo discutir este evento em um capítulo à parte.

naquele contexto, pois também é responsável por excluir indivíduos de doações, relações sociais e benefícios, ou seja, de oportunidades que possam surgir. Isso ocorre porque existe um sentimento de solidariedade de um grupo de pessoas que, muitas vezes, só puderam contar umas com as outras:

A gente está isolado aqui, não vem ninguém ver a gente. Se falta comida, eu vou lá dar um pouco do meu arroz. Ontem mesmo a Jo me pediu alguma coisa porque estava sem nada em casa, ela disse que nem farinha ela tinha pra dar pra sua filha, tinha acabado já. Eu tinha pouco, da doação que ela não recebeu.

Agora, aqui entre nós, isso não é justo, ela precisa mais que a Zé que, além do Bolsa, recebe uma pensão aí do marido dela. Ela não precisava ganhar cesta, ela tem uma certa condição se for comparar. Aí eu fui em casa, peguei um pouco de arroz, um pouco de feijão e dei, eu não ia dormir se não desse, sabe por quê? É a gente aqui pela gente, se uma passa fome, todas passam. (Maria, 42 anos)

Os autores Santamaria e Vela (2022) refletem, a partir de suas pesquisas de campo em uma ocupação em Lima em situação de crise e de insegurança alimentar, sobre como as moradoras encontraram, através de ações solidárias, estratégias para amenizar a fome. Através da culinária, as mulheres se organizaram para criar o que eles chamam de “ollas comunes”¹⁰², que é autogerida por elas, desde o plantio até a distribuição dos pratos. Os autores afirmam que, para além do objetivo inicial dessa atividade, que seria a união de pessoas para produzir comida em quantidade suficiente para a comunidade, elas alcançaram uma rede nas quais agências coletivas se tornam possíveis, emponderando e profissionalizando as mulheres, dividindo medos e diversas vulnerabilidades sociais.

No contexto do Tripé, a solidariedade é resultado de uma vivência conjunta da vulnerabilidade social, através de um cotidiano marcado por fome, racismo e múltiplas violências. Concordo com Brito, Santos e Rego (2022), quando afirmam que a mobilização comunitária, baseada no acolhimento e na solidariedade, é uma resposta fundamental quando não há, ou não são suficientemente adequadas, as respostas estatais para o cuidado e a proteção de determinados indivíduos. É importante, nesse contexto, entender a solidariedade enquanto construção de uma sociedade mais justa e com o propósito e compromisso em uma luta contra opressões e em busca do respeito à heterogeneidade. No entanto, não se vence a situação de fome de milhões de brasileiros com doações e trabalhos sociais, mas com políticas públicas eficazes. Na minha opinião, o trabalho social deveria ser

¹⁰² Painelas comunitárias. Tradução própria

impulsionado por políticas públicas a ocuparem espaços na busca por justiça, na luta por direitos, na procura por denunciar um poder público que promove e distribui de forma desigual as vulnerabilidades a depender de seu gênero, raça, classe e seu local de moradia.

Em consequência a essa rede de solidariedade, em que Luiza acabou ocupando o lugar central nesta organização, o que começou a acontecer foi que algumas pessoas iam à porta da casa dela para pedir cestas e contar as histórias de fome, escassez e necessidade. Como no CRAS, o qual os beneficiários sentem que precisam comprovar a pobreza para receber o PBF (EGER, 2013; MATTAR, 2019), a Luiza virou também parte dessa relação de poder, em que ela passou a decidir quem deveria receber a doação, baseada nas suas crenças e no julgamento de quem estava falando a verdade, de quem estava usando o dinheiro do Auxílio Emergencial de forma correta, ou quem não havia conseguido receber o auxílio e não estava conseguindo comprar comida.

É importante pensar nesse cruzamento: por um lado, as performances de miséria extrema, que, em tese, a um olhar externo, nem seriam necessárias, mas que existe uma classificação interna do “quem precisa mais”, a emergência da emergência; por outro, se compararmos com o recebimento do AE, AB e PBF, encontramos o mesmo esquema de avaliações morais e acusações que atravessam usos do dinheiro, comportamento e moralidades.

Na tentativa de minimizar esse problema, resolvemos nos organizar e, para isso, fizemos um cadastro de todas as famílias que desejavam participar do recebimento de cestas. Nesse cadastro consta o nome de cada pessoa que desejou se inscrever, na maioria mulheres, e o telefone. No entanto, apesar de sabermos quantas pessoas estavam na listagem (começamos com 100 no mês de março de 2020 e, três anos depois, já temos 180 famílias inscritas), ainda mantivemos o esquema da Luiza escolher quem receberia, mas com a certeza de que não haveria repetições de recebimento. Ou seja, com a planilha organizada, excluindo quem já havia recebido, ela não poderia escolher a mesma pessoa mais de uma vez. A quantidade a ser doada e o intervalo das doações dependiam da arrecadação de voluntários. No entanto, o problema continuava, pois, ainda assim, era a partir das escolhas dela, de “quem precisa mais”, que realizávamos a distribuição.

Luiza me relatava semanalmente que as mulheres falavam mal dela, criticando “que ela escolhia quem ela queria, que não era justo, que iriam me

procurar para dizer que ela ficava com muitas cestas para ela, ao invés de distribuir” e muitas outras acusações. Foi então que optamos por um método que consideramos mais justo, o de sorteio. Toda semana passamos a doar aproximadamente 10 mini cestas básicas (a depender da arrecadação), que eram sorteadas através de um aplicativo online. Essa nova organização e nova perspectiva, a princípio, diminuiu os ruídos sobre as doações, mas, estes não cessaram completamente, pois ainda há acusações por parte das mulheres e da Luiza que, muitas vezes ainda me pede para burlar o sorteio em nome de alguma família que, segundo ela, estaria “precisando mais” do que a outra.

Estando frente à ONG Azul, Luiza passou também a ser chamada como voluntária em outras ONGs para distribuições de novas doações que, porventura, apareciam no Tripé. Ela se tornou a pessoa que todos chamam para organizar os trabalhos sociais daquele local e, de certa forma, ganhou o poder de escolha, entre as famílias que poderiam participar dessas ações, já que, na maioria das vezes, fica responsável pelo cadastramento e detém as informações sobre toda a logística dessas atividades. Ou seja, sendo ela a pessoa que compartilha o local, horário, data e requisitos para os beneficiários, ela pode escolher quem será incluído ou não em determinada distribuição de doação.

Luiza também se tornou um dos principais contatos do CRAS com a favela. Desde a enchente que inundou o Tripé, no começo de 2020, ela vem estreitando as relações com o CRAS, na tentativa de conseguir doações, agendamentos de atendimentos para inscrição no CADÚnico e inserções dos moradores da favela em outros Programas Sociais. Ela possui contato direto com a diretora do CRAS e algumas burocracias são resolvidas entre elas através do WhatsApp, assim como o envio de nomes de moradoras da favela, que tem marcada suas entrevistas sociais, sem que precisem entrar na fila do CRAS que, por muitas vezes, como já falado no segundo capítulo, perdura a noite toda:

As pessoas ficam lá a noite toda, dormem na fila e tudo. Como a Mônica sabe que só entra aqui na favela falando comigo, eu peço pra ela encaixar algumas pessoas pra serem atendidas. Olha aqui nossa conversa, amanhã vou mandar o João e a Flávia lá pra verem o que eles conseguem, porque eles estão sem receber o Auxílio, está bloqueado.

Tem outra coisa, se ela quer que eu fique ajudando nesses eventos que eles fazem, ela tem que me ajudar também. O problema é que quando ela vem com doações, ela diz que nem sempre eu posso receber, ou vão achar que só porque eu tenho contato dela, eu recebo tudo. Isso eu acho injusto porque eu preciso como todo mundo aqui...mas assim, se não sou eu, o trabalho dela vai ficar mais difícil. (Luiza)

Desta forma, Luiza também se tornou uma fonte privilegiada de informações, já que ela recebe todas as referências sobre os Programas Sociais e as outras atividades ofertadas, tanto pelo CRAS, mas também pelos projetos sociais que atendem o Tripé. Com frequência, a porta de sua casa fica cheia, com pessoas que procuram ajuda, esclarecimento de dúvidas, informações, pedidos de marcações de atendimento com o CRAS e inserção em atividades da ONG Azul.

Mais recentemente, já em 2022, Luiza foi procurada pela Associação dos Moradores do Conjunto, para que ela fosse a uma reunião para tomar conhecimento de tudo que a associação poderia oferecer para os moradores e, assim, ela pudesse ajudá-los com isenção para emissão de documentos, cursos formativos, agenda de eventos e atividades promovida por eles. Além disso, através da Luiza, a ONG Azul firmou uma parceria com a associação para elaborarmos juntos iniciativas que promovam o melhoramento do bem-estar dos moradores da favela.

O que se evidencia por meio do narrado acima é que a Luiza se tornou uma dinamizadora comunitária, ou seja, uma líder que, naquele local, faz a mediação, escuta, organiza e representa os moradores. Ela absorve as demandas e tenta encontrar soluções para as mais diversas necessidades, principalmente das mulheres, que podem ser, desde o pedido por uma doação de um móvel, até a marcação de uma consulta com um dentista. Por outro lado, ela também se tornou, de certa forma, produtora e vítima de determinados conflitos, moralidades e formas de vigilância que surgem a partir dessas mediações.

Outro dado importante, que retratei no início do capítulo e trago no fechamento, diz respeito ao lugar da produção de fotografias nesse contexto, o qual parece que a produção de registros funciona como evidências das realidades vividas e como um tipo de comprovação de necessidades e precariedades. Luiza, como muitas mulheres do Tripé, não se sentia à vontade quando solicitavam fotos que comprovassem o recebimento de doações; nossa relação, inclusive, teve um início pouco amistoso por ela achar que eu ia doar, mas em contrapartida pediria um registro dela ou de seus filhos. No entanto, hoje, enquanto vice-presidente da ONG Azul e com todas as novas relações, inclusive de poder, que foram produzidas a partir desse lugar que ela ocupa, Luiza é quem pede para tirar fotos das doações que ela distribui. De certa maneira, ela passa a fabricar imagens de si e dos outros, mas com um olhar de alguém que faz parte daquela organização social por morar

ali, ela experimenta capturar a vida do grupo em que ela está inserida, como se fosse então, uma tomada de sua própria existência.

Eu não consigo afirmar que essa mudança na representatividade dessa personagem se deu a partir de interações comigo, com a minha pesquisa e com a ONG Azul que construímos juntas, mas não posso deixar de problematizar e analisar como, a partir desse contato que foi se estreitando com o passar do tempo, Luiza modificou seus modos de olhar e lidar com a vida e com seus vizinhos e parentes. Além disso, e não menos importante, a dinâmica familiar foi amplamente influenciada e marcada por nossa relação de amizade, compadrio e trabalho.

É importante problematizar o meu lugar enquanto mulher branca nessa relação. Os filhos da Luiza passaram a ter acesso a diversas oportunidades depois que nos conhecemos, como escolas fora do Conjunto, professores particulares, faculdades, cursos técnicos, saúde e outros. No entanto, a dificuldade de eles chegarem lá sem um auxílio se dá por meio de um racismo estrutural, em que determinados corpos, sendo, neste caso, de negros e moradores de favelas, não possuem as mesmas oportunidades de vida de corpos brancos, como o meu.

Concordo com Gonzales (2020) em sua crítica sobre a democracia racial, conceito que nega as desigualdades e, conseqüentemente, a exclusão social para pessoas de diferentes raças, cores e etnias. A autora fala sobre como esse discurso encobre a “trágica realidade do negro no Brasil” (p. 38), uma vez que coloca nos negros a responsabilidade de não participação social, política, econômica e cultural, que pode ser explicado pelo seu perfil de “preguiça”, “irresponsabilidade” e “vagabundagem”.

Mais especificamente, se pensarmos nas mulheres negras, observamos o quanto, no decorrer da história, elas estiveram de fora do processo de desenvolvimento, exercendo sempre cargos inferiores, enfrentando o desemprego ou empregos informais e ocupando lugares de prestação de serviços domésticos. É nessa posição em que essas mulheres sofrem o que Gonzales (2020) denomina como “internalização da diferença, das subordinações da inferioridade”, tudo isso, ainda segundo a autora, somado à dupla jornada enfrentada, a qual é tirada dela e de seus filhos, a possibilidade de participação de atividades escolares, culturais e de saúde.

Outro ponto a ser analisado diz respeito à divisão racial do espaço, ou o racismo espacial em que se divide e se constrói a cidade em partes acessíveis para

alguns e inimagináveis e inacessíveis a outros. Aos brancos, a casa grande, as casas em condomínios, os shoppings, os teatros, os cinemas, as melhores escolas e hospitais; aos negros, as senzalas, as favelas e periferias, os “puxadinhos”¹⁰³, os conjuntos habitacionais, espaços mínimos com alta densidade populacional, sem igual acesso a direitos, às instituições, saúde, lazer e educação.

Kilomba (2020) faz uso do conceito de bell hooks (2000) sobre a margem e o centro, onde “estar na margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal” (p.67) para exemplificar como, muitas vezes, a margem pode nos levar, nos dar caminho ao centro, mas que, determinadas pessoas nunca poderão ter acesso ao que existe no centro. A realidade da pequena cidade do Kentucky, nos Estados Unidos, a qual nasceu bell hooks (2000), assim como o Tripé, é cortada por trilhos de trem que levam, diariamente, passageiros ao centro da cidade. Para ela, aqueles trilhos a faziam lembrar diariamente que ela e as pessoas que ali residiam se encontravam na marginalidade, uma vez que aquele caminho a levava a lugares aos quais ela poderia frequentar para servir e não para viver:

Estar na margem é ser parte de um todo, mas estar fora do principal. Para americanos negros que vivem no pequeno Kentucky, os trilhos do trem nos lembravam da nossa marginalidade diariamente. [...] Através daqueles trilhos tinha um mundo onde poderíamos trabalhar como empregadas, zeladoras, prostitutas, contanto que estivesse a serviço. Podíamos entrar naquele mundo, mas não poderíamos viver lá. Sempre tínhamos que voltar para a margem, para além dos trilhos, para as barracas e casas abandonadas à beira da cidade. (hooks, 2000, p. 16)

hooks (2000) analisa como essa relação com determinados locais resulta em realidades diferentes para homens e mulheres negras, seja estando “dentro”, seja estando “fora”. Para a autora, essas realidades não produzem apenas perdas, privações, mas também locais de resistência e de práticas de diversas e diferentes possibilidades que podem transformar opressão em questionamento, desconstrução e transformação, conforme analiso no quinto capítulo.

Mesmo com todas as dificuldades e sofrimentos vividos pela Luiza, mesmo tendo sofrido múltiplas violências e opressões diárias ligadas a gênero, classe, raça e território, ela conseguiu usar sua linguagem como luta. Com o cuidado em não romantizar a opressão, idealizar resistências e consequentemente minimizar a violência produzidas por certos grupos, conforme mencionado por Kilomba (2020),

¹⁰³ Termo popular para descrever construções anexas às principais.

observo que o rompimento do silêncio a partir da participação da Luiza em diferentes frentes e serviços, simboliza a ocupação em uma posição complexa, mas com possibilidades de transformar e imaginar realidades alternativas. A luta para superar a pobreza e toda a angústia que ela causa, substancia o que hooks (2020) nomeia enquanto “senso de identidade e solidariedade”.

Ou seja, a “margem” se apresenta muito mais do que um local de privação, mas como um lugar de resistência, de possibilidades, de existência de vida, de luta, de criação, de novos horizontes. Para Luiza, foi importante entender esse lugar que ela ocupou no Tripé, pois ela tenta lidar com uma sensação de desesperança, de opressão, para usar sua vida e seu trabalho para contar sobre ela e sobre a vida de seus vizinhos e amigos e, desta forma, recontar sua própria história.

É importante terminar esse capítulo trazendo uma descrição mais pessoal e carinhosa sobre a Luiza. Desde o meu mestrado, eu procuro e acredito em uma pesquisa baseada no afeto, sentimento que guiou todo o meu trabalho de campo e minha relação com as minhas interlocutoras, em especial com a Luiza. Stewart (2007) analisa as múltiplas faces do que ela nomeia enquanto “afetos ordinários”, ou seja, a capacidade de afetar e de ser afetado como em movimentos contínuos de relações, de emergências, de impulsos, de encontros, de devaneios, de expectativas, de estratégias, de compulsão, de atenção, de apego, de agência e de fracassos.

Para a autora (STEWART, 2007), os afetos ordinários podem ser privados ou públicos, mas sempre fazem parte de uma experiência social em infusão, com conexões emaranhadas que podem, ou não, mudar o ordinário diante de diversos eventos da vida. O cotidiano é vivenciado em qualquer lugar, seja nas favelas, ou fora delas, mas está sempre em constante conversa com os afetos e com as intensidades.

De alguma maneira, sendo o nosso elo uma criança recém-nascida, eu e a Luiza nos conectamos e nos apegamos de forma que nossas vidas e nossa amizade nos transformaram e modificaram nossas realidades. Temos experiências de vida muito diferentes, marcadas pelas interseccionalidades que nos diferem e nos atinge diferentemente e de forma mais brutal para um lado, mas a força da Luiza nos move para fora e muitas vezes incoerentemente nos faz seguir, mesmo diante de ameaças cotidianas, principalmente, à vida dela.

Concordo com Lauren Berlant (2011) e Veena Das (2020) quando afirmam que, em determinados contextos, a crise não é uma exceção, mas um processo que atravessa o ordinário, no cotidiano e que decorre em múltiplas histórias sobre como continuar a viver, mesmo com situações esmagadoras e sufocantes. No entanto, mesmo assim, Luiza tenta, diariamente, através da empatia, da generosidade e da solidariedade, descobrir como manter a ela, seus familiares e vizinhos vivos e como proteger e incentivar o otimismo e a resistência.

Aê, nessa equação, chata, polícia mata – Plow!
 Médico salva? Não!
 Por quê? Cor de ladrão
 Desacato, invenção, maldosa intenção
 Cabulosa inversão, jornal distorção
 Meu sangue na mão dos radical cristão
 Transcendental questão, não choca opinião
 Silêncio e cara no chão, conhece?
 Perseguição se esquece? Tanta agressão enlouquece
 Vence o Datena com luto e audiência
 Cura, baixa escolaridade com auto de resistência
 Pois na era Cyber, cêis vai ler
 Os livro que roubou nosso passado igual alzheimer, e vai ver
 Que eu faço igual burkina faso
 Nóiz quer ser dono do circo
 Cansamos da vida de palhaço
 É tipo Moisés e os Hebreus, pés no breu
 Onde o inimigo é quem decide quando ofendeu
 (Cê é loco meu!)
 No veneno igual água e sódio (vai, vai, vai)
 Vai vendo sem custódio
 Aguarde cenas no próximo episódio
 Cês diz que nosso pau é grande
 Espera até ver nosso ódio
 Emicida

4 O EXTRAORDINÁRIO DENTRO DO COTIDIANO: OS EVENTOS SANITÁRIOS NO TRIPÉ

A violência e o sofrimento social se apresentam em processos cotidianos na vida em determinados territórios. Os acidentes, as catástrofes e as pandemias, que se mostram enquanto o extraordinário para determinados sujeitos, fazem parte e são somadas e assimiladas a realidades de violências de tantos outros indivíduos, extremando realidades do Rio de Janeiro. Os eventos críticos, que quebram o ordinário (DAS, 2020) com situações violentas, repentinas e inexplicáveis, molda a vida de grupos e alteram as formas de compreender e experienciar o mundo.

Em outubro de 2022, a Organização Pan- Americana da Saúde (OPAS) afirmou em uma coletiva para a imprensa¹⁰⁴ que o sistema de saúde das Américas estava sobrecarregado em consequência a quatro emergências sanitárias: a cólera, poliomielite, COVID-19 e monkeypox (varíola dos macacos). Segundo a Organização, as emergências sanitárias, somadas a ambientes sociais, políticos e naturais vulnerabilizados, demonstram a necessidade de investirmos no fortalecimento dos sistemas de saúde. Frente à realidade, convocaram os países a "trabalharemos rapidamente com as ferramentas que têm à mão para controlar essas quatro emergências sanitárias que estão ocorrendo nas Américas".

Mais recentemente, em agosto de 2023, os ministros da Saúde dos países membros do G-20 (grupo que reúne 20 das principais economias do mundo) advertiram que as alterações climáticas continuarão a causar emergências de saúde em todo o mundo. Segundo o documento exposto¹⁰⁵, são esperadas emergências e reemergências de doenças infecciosas graves e frequentes, que podem prejudicar a capacidade dos sistemas de saúde para prestar cuidados essenciais. O artigo sublinha que “reconhecemos a necessidade de melhorar a capacidade dos sistemas de saúde para lidar com os impactos das alterações climáticas”. Utilizaram a pandemia de COVID-19 para pensar como construir

¹⁰⁴ <https://brasil.un.org/pt-br/203199-opas-quatro-emerg%C3%Aancias-sanit%C3%A1rias-colocam-am%C3%A9ricas-sob-press%C3%A3o>. Acessado em 19 de setembro de 2023.

¹⁰⁵ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-g20-de-nova-delhi-nova-delhi-india-9-e-10-de-setembro-de-2023. Acessado em 19 de setembro de 2023.

sistemas de saúde mais igualitários e inclusivos, integrando uma perspectiva de gênero.

É inegável a importância e a necessidade do entendimento e da produção de políticas públicas que fortaleçam e repensem, em conjunto com a sociedade, um sistema de saúde mais inclusivo e eficiente. No entanto, o conceito de emergência sanitária, tão presente nos últimos anos durante o enfrentamento da pandemia, deixa um questionamento sobre o que são e para quem são as “medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas (surto e epidemias), de desastres, ou de desassistência à população”¹⁰⁶.

Trago neste capítulo a discussão sobre eventos críticos que fazem parte do cotidiano de moradores da favela do Tripé. A emergência sanitária singular do novo coronavírus é apenas uma entre muitas outras emergências que atravessam o dia a dia desta comunidade. A enchente, episódio que descreverei mais detalhamento a seguir, arrasou a favela um pouco antes do início da pandemia, a fome sempre foi uma realidade, apesar de suavizada em determinados momentos, o avanço de grupos armados e a violência policial também fazem parte de uma existência permeada pela precariedade e vulnerabilidade social que organiza as possibilidades de vidas negras, pobres e faveladas, produzindo relações sociais, modos de sobreviver, de resistir e de continuar a viver após diversos rompimentos que ocorrem no ordinário de suas vidas.

4.1 A Enchente: “Parecia o diabo, o capeta com muitos braços entrando em nossas casas e pegando tudo que é nosso”

Em uma noite de fevereiro de 2020, recebi algumas mensagens pelo WhatsApp de mulheres moradoras do Tripé. Eram mensagens de textos, áudios e tentativas de ligações de vídeo, das quais eu só tomei conhecimento ao acordar no dia seguinte. Abrindo uma a uma, tentei entender, em meio a imagens confusas de

¹⁰⁶ <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias#:~:text=Uma%20emerg%C3%Aancia%20em%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica,ou%20de%20desassist%C3%Aancia%20%C3%A0%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 14 de setembro de 2023.

água, lama e lixo, o que havia acontecido. Eram fotos de alagamentos, com objetos pessoais, roupas, móveis, eletrodomésticos e até animais de estimação boiando em uma água marrom, enlameada e com esgoto à vista.

Foi então que, após abrir as fotos, comecei a assistir os vídeos, sendo o primeiro deles o de Beatriz. As imagens capturaram o exato momento no qual a água havia começado a invadir a favela e sua casa. A enxurrada, que parecia vir dos trilhos do trem, ganhava força e adentrava as casas pelas portas e frestas entre os pedaços de madeira que compunham os barracos. Muitas filmagens mostravam pessoas tentando salvar seus pertences, colocando para o alto o que ainda estava espalhado pelo chão. Havia vídeos de cachorros sendo salvos em um barco improvisado de isopor, crianças que foram levadas para as lajes das construções e depoimentos de como eles conseguiram salvar os vizinhos que estavam dormindo.

Após os vídeos, comecei a ouvir os áudios, ainda mais angustiantes, pois a falta de imagem projetava na minha cabeça uma cena do que estava ouvindo. Ao fundo, o barulho da água, que parecia vir de um rio com forte correnteza. Em voz alta, trêmula e exasperada, me contavam o que ocorria, enumerando o que haviam perdido. Em todos os áudios, fotos e filmagens da madrugada, eles ainda culpavam o mau tempo pela enchente e pelos estragos causados aos moradores da Favela do Tripé, apesar de todos parecerem surpresos, já que a chuva não lhes parecia ter sido tão forte a ponto de justificar o desastre causado em suas casas e em sua comunidade.

Após ver e escutar tudo, comecei a tentar contato com cada um deles. A princípio, tentei ligar, mas não tive sucesso. Imaginando que eles estariam tentando limpar e organizar o estrago, comecei a responder as mensagens com áudios para facilitar a comunicação. Eu também estava incrédula de que a chuva pudesse ter causado todos aqueles danos, pois não foi uma chuva forte e, em doze anos trabalhando no Tripé, nunca soube ou presenciei algo semelhante.

Passados alguns minutos, fui recebendo respostas às minhas mensagens. Para mim, esse segundo contato foi ainda pior do que o primeiro. Isto porque aquelas pessoas já haviam contabilizado e se dado conta de absolutamente tudo que haviam perdido e do resultado do estrago. O que me relataram foi que, aproximadamente às 2 horas, foram acordados por um barulho muito forte de água e, nesse momento, já observaram o chão começando a molhar. Outros foram acordados por vizinhos que saíram de porta em porta chamando uns aos outros

avisando sobre o perigo. Começaram então o trabalho de tentar salvar seus pertences.

Móveis e roupas foram levantados, na tentativa de deixá-los acima da água, documentos, celulares, animais de estimação e crianças que choravam em desespero sem saber o que estava acontecendo. No entanto, eles não esperavam que a água fosse subir tanto. Em algumas residências a altura chegou a 1,50m, submergindo não apenas os móveis e todos os seus pertences, mas fazendo boiar geladeira, máquina de lavar, fogão, botijão de gás e tudo que estava pelo chão.

Enquanto a água entrava como uma enxurrada na favela, eles tentavam salvar também seus vizinhos acamados, como a Dona Memete, retirada de sua casa enquanto dormia, a Dona Maria, que tem diagnóstico de Alzheimer e já não se encontra lúcida, e o Sr. Zeca, que mora em um dos becos e se movimenta por cadeira de rodas.

No entanto, entre essas respostas às minhas mensagens, outro fato apareceu quando eles começaram a relatar uma possível culpa da CEDAE¹⁰⁷ no ocorrido. Explicaram que a água não teria vindo de uma cheia do Rio Jacaré, que cruza toda a Favela do Tripé e parte do Conjunto, mas do lado oposto, o qual ficam os trilhos do trem. Segundo meus interlocutores, a visão que eles tiveram foi de uma grande onda marrom avançando a partir dos trilhos e destruindo tudo o que tocava. Esse fato os lembrou de que o evento era uma repetição de mais de duas décadas atrás, quando, durante uma forte chuva, a CEDAE abriu as comportas, aumentando a descarga de águas e causando inundação naquela região.

Os moradores me respondiam com áudios que já haviam ultrapassado o tom de desespero, de medo. Agora, o que suas vozes transmitiam era tristeza absoluta, era uma “falta de força de recomeçar”, conforme descreveu Beatriz. Muitos ainda estavam atônitos, sem sequer conseguir entrar em suas casas para ver o que haviam perdido. Havia choro naqueles áudios, pedido de ajuda e de socorro.

Mbembe (2018) denomina enquanto guerra estrutural uma estratégia de ocupação colonial israelense que consiste em “demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica” (MBEMBE, 2018, p.47). Ou seja, há uma falência no sistema de sobrevivência de

¹⁰⁷ Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

determinados indivíduos, através de tecnologias do terror que atacam na tentativa de matar. Ao ouvir e, posteriormente, visualizar o que ocorreu naquele dia no Tripé, pude observar a violência exposta nos corpos e nas casas destruídas, destruindo um limite de direito à vida e à segurança.

Passei o domingo inteiro tentando achar alguma forma de ajudar. Não consegui ir à favela naquele dia, pois a chuva continuava e a entrada da favela ainda estava com muita lama e bolsões de água. Ou seja, o Tripé parecia estar ilhado, uma comunidade que foi atingida gravemente e que foi devastada e, ainda assim, sem qualquer chance de socorro, pois, conforme menciono no capítulo 1, para o Estado, aquele local sequer existe. Tentei, por meio de amigos e postagens nas redes sociais, conseguir alguma ajuda, doações de roupas, lençóis, toalhas, comida para pessoas que perderam tudo. Isso não saía da minha cabeça e, muitas vezes, eu percorria o interior das casas que eu conheço tentando contabilizar mentalmente o que havia sido perdido.

Durante todo aquele dia, nós mantivemos contato por meio de áudios do WhatsApp. Nas redes sociais, diversas postagens retratavam as casas destruídas, a correnteza da água que havia invadido a favela e as vidas de seus moradores. Muitos postavam pedindo ajuda, enumeravam cada item perdido. Havia ainda os que, como eu, não estavam lá, mas que buscavam doações para as famílias, em uma tentativa de amenizar o sofrimento.

No dia seguinte, consegui entrar na favela. Enquanto cruzava a Avenida Brasil, ia tentando me preparar para ver o estrago que aquela enchente fez nas casas e na vida das pessoas. Quando saí da Estrada do Rio e entrei na pequena rua que dá acesso à favela, observei os contornos diferentes. Logo na primeira casa, a da Marina, avistei sua filha e seu filho carregando pedaços de madeira e restos de móveis de dentro para a frente da casa. Parei para chamar a Marina e saber como eles estavam:

Viviane, foi assustador. A gente estava se preparando pra dormir e de repente ouvimos um barulho e abrimos a porta. Quando abrimos, entrou uma quantidade de água que em dois minutos já encheu a casa. A gente ia tentando sair pela porta, mas a força era tão grande que não conseguimos mais abrir a porta. Ficamos desesperados. Eu, Lídia, Marcos e duas crianças. Teve uma hora que eu pensei que a gente ia morrer afogado, não tinha por onde sair, não tinha a quem pedir ajuda, só ficamos ali, com a água na cintura rezando pra não aumentar mais o nível da água. Depois consegui sair e pular o muro, mas quando chegamos na rua, a água era tão forte que tivemos certeza que as crianças iam morrer porque não tinham onde segurar. Conseguimos colocar eles em cima do muro, mas a gente não pode subir, podia desabar tudo. Nunca vivi uma coisa parecida. (Marina, 35 anos)

Percorrendo as ruas do Tripé, encontrei com a Beatriz. Beatriz é uma mulher negra, mãe de quatro filhos e moradora do Tripé há aproximadamente 12 anos, quando chegou após uma separação violenta com seu ex-companheiro. Na ocasião, sem ter moradia fixa, Beatriz deixou seus filhos sob os cuidados do pai, o que, ainda hoje, lhe rende acusações e críticas vindas de seus vizinhos e parentes. Após estabelecimento “na ponte”, ela se casou de novo e teve dois filhos, que até hoje moram com ela. A história desta minha interlocutora irá, no decorrer deste capítulo, se costurar às referências acerca das emergências sanitárias que serão expostas.

Fomos andando juntas, Beatriz e eu, até uma das Igrejas Evangélicas que estava ajudando os moradores, em que deixei algumas doações que, junto à ONG Azul, havia arrecadado para ser distribuído. Essa Igreja fica na Rua Reta, ao lado de um salão de festas da favela e era, anteriormente, uma garagem para os carros dos moradores que moram nas casas do outro lado da rua. O Pastor, que é responsável pela Igreja, o Pastor Celso, costuma ajudar as famílias que necessitam de algo mais urgente. Foi ele, por exemplo, que pagou parte do enterro do Gustavo, filho de Luíza, conforme narrado no capítulo 3. Ele é um homem de aproximadamente 40 anos, não é morador da favela, mas conhece todos que ali residem, ainda que nem todos frequentem os cultos.

No Tripé, as Igrejas criam uma rede proteção entre os moradores. Primeiro pela organização de doações onde conseguem cestas básicas e distribuições de quentinhas, ainda que estas sejam atreladas à obrigação do culto (MATTAR, 2019). Em segundo lugar, frequentar as Igrejas concede certa segurança, tanto em relação à polícia, quanto em relação ao tráfico, uma vez que a simbologia de andar com uma Bíblia esteja ligada à imagem de idoneidade (CECCHETTO, MUNIZ E MONTEIRO, 2020). O terceiro ponto diz respeito à relação de proximidade com o divino para ter a esperança em dias melhores, ainda que o cotidiano seja marcado por tantas dores e violências. Se por um lado há opressões produzidas em narrativas religiosas, por outro, há um discurso de possibilidade de agência da própria vida; se tiverem fé, eles conseguirão atingir seus objetivos.

Saindo da Igreja, seguimos caminhando, agora com a presença de mais uma mulher, a Sônia, irmã de Beatriz, para “a ponte”, região sob o viaduto, em que elas me encaminharam para as casas que elas acreditavam estar em pior situação. Esse trajeto durou mais tempo do que o normal, pois, a todo momento, precisávamos nos desviar de lixo, restos de móveis, roupas enlameadas em montes e muita lama. As

peessoas estavam dentro de casa contabilizando os estragos, tentando limpar o que havia sobrado de uma vida de esforço e trabalho e me chamavam para entrar e ver o que havia acontecido.

Ao chegar à “ponte”, a primeira imagem ao lado da casa da Conceição foi um grande buraco bem no meio da principal passagem do Tripé, exatamente no local em que Luíza estava sentada quando a conheci. O buraco ainda estava com água, o que dificultava o trânsito dos moradores; passar de um lado para o outro requeria um certo equilíbrio para não escorregar e cair dentro daquele buraco que misturava água de chuva, lama e o esgoto que corre através dos canos abertos nas vielas da favela.

Quando cheguei, as mulheres foram ao meu encontro e umas chamavam as outras para virem me contar como havia sido no dia anterior. Algumas tentavam falar mais alto para chamar minha atenção, enquanto outras iam me puxando para me mostrar o que sobrou de suas casas. Segundo elas, a força da água foi tamanha que elas tentavam segurar as paredes, feitas de pedaços de madeira, com as próprias mãos. O chão da favela estava enlameado e o cheiro era mais forte do que o normal, uma mistura de lama, esgoto, fumaça, madeira podre e produtos de limpeza. Fui caminhando pelos becos da favela acompanhada da Beatriz, que me levava em todos os barracos e pedia que eu fotografasse as casas, ou o que sobrou delas, para tentar ajuda com alguém. Ela ia entrando na casa de seus vizinhos e falando: “A Vivi da ONG chegou, ela vai tirar fotos”. E eu, meio sem saber o que fazer, ia tirando aquelas fotos meio atônita e sem ter palavras para as pessoas que eu ia encontrando.

Importante fazer uma análise de como as fotos vão sendo manipuladas naquele contexto. Destaquei, no capítulo 3, como as fotos podem ser negadas quando se trata de entrega de doações para as ONGs, que trabalham e atendem os moradores do Tripé. Já no capítulo 5, como veremos mais adiante, a captura de imagens pode evidenciar situações de fome e de empobrecimento, auxiliando o realce de uma situação de vulnerabilidade social para angariar alimentos e doações. Aqui, a fotografia aparece enquanto registro de um evento crítico que traduz e produz veracidade à situação, podendo desenrolar em exposição à mídia e buscas por direitos. Ou seja, durante toda a pesquisa, este tema é presente, seja no sentido negativo, seja positivamente para ajudar e reafirmar acontecimentos e ocorrências.

Embaixo do viaduto, assim como na Rua Reta, o cenário era o mesmo: lixo até onde minha visão alcançava. Mas ali não eram apenas pedaços de madeiras de móveis, as madeiras eram parte da construção das casas, eram as paredes, as divisórias, eram o que dava a eles um lar. Alguns barracos estavam tortos, outros, só a parte de fora continuava em pé e por dentro era um espaço sem teto, com restos de uma casa no chão. Ao chegar em uma das esquinas, reparei que alguns homens juntavam as paredes de suas casas, ou pedaços de madeira podres, e colocavam fogo para acabar com o lixo que acumulava e impedia a passagem de carrinhos que iam para cima e para baixo removendo os entulhos. Com as fotos abaixo (Figuras 10 e 11), pretendo mostrar o quanto foi impactante perceber algo que não era auto evidente a meu primeiro olhar: não se tratava de restos de objetos que estavam dentro das casas, mas das casas em si.

Figura 10 - Enchente



Fonte: A autora, 2020

Figura 11 - Enchente



Fonte: A autora, 2020

Um desses homens me chamou para ver o barraco dele. Entramos por um beco que havia sido aberto com a queda de um dos barracos e chegamos ao que sobrou de sua casa. Eram duas paredes em pé e outras duas caídas sobre todos os seus pertences que boiavam no resto de água que tinha invadido sua casa. Ele me perguntou se eu tinha um tempo, pois ele queria conversar:

Viviane, eu estava ainda acordado quando ouvi um barulho de água. Saí de casa e vi ali, pelo trilho do trem, uma onda vindo em nossa direção. Acordei minha mulher, peguei meu filho e levei pro vizinho que mora mais em cima e eu sabia que não ia entrar água lá. Voltei, minha mulher não queria que eu voltasse, mas eu voltei e comecei a bater na porta de todos os vizinhos. Como eu ia deixar eles morrerem afogados? Tem os velhos com problemas pra andar...eu ia batendo na porta de todo mundo. Tive dificuldade de andar, a água estava muito forte, pior que mar quando você entra e não consegue sair.

Mas, vou te falar uma coisa, não era do rio. Você conhece aqui, conhece esse rio. Esse rio pode subir, quase nunca sobe, mas a água vinha do outro lado, da linha do trem. Moro aqui há 20 anos, nunca vi isso. Foi a CEDAE. Me falaram que há 20 anos não acontece isso, mas eles abrem as comportas e fazem isso com a gente. De madrugada né? Pra não serem vistos e de repente pra gente não conseguir se salvar mesmo. No escuro, na chuva, aqui tem pouca luz...um pesadelo.

Aí hoje eu falei pra gente ir lá protestar. O outro lado está fazendo isso, estão lá na porta, ninguém entra ninguém sai, mas o povo daqui você sabe

como é, não se organizam, não querem saber.... ninguém foi. Aí eu não vou sozinho. Não sou a favor de queimar as coisas, mas se só essa for a solução....Tá ali aquela ONG enorme que não faz nada, fizeram uma obra enorme, mas nem é pra todo mundo, não é todo mundo que pode frequentar. Teve um ano que fui tentar matricular meu filho e era tanta coisa que nem consegui ir. Mas eles estão ali, não ajudam ninguém. Não era pra ir lá e pedir pra fazerem alguma coisa? Eles vêm aqui, tiram umas fotos e pronto.

Vou falar uma coisa pra você, o que aconteceu ontem...destruiu tudo meu, tá vendo? Não tenho mais nada. Aniversário do meu filho chegando, não temos nada, perdemos tudo, mas vamos recomeçar né? Fazer o que.
(Matheus, 30 anos)

Matheus se referia à ONG A, a maior do Conjunto e que, segundo moradores do Tripé, não realiza atendimento naquela favela, apenas em algumas partes escolhidas da região. Apesar da área de atendimentos abranger todo o Conjunto, segundo descrição do site e redes sociais da ONG A, o que é possível observar é que eles deixam de fora a área mais pobre da região, o Tripé. As ajudas não chegam, as crianças encontram dificuldade para se matricular, principalmente porque muitos não têm a documentação completa que eles exigem, e a favela nunca está incluída nas atividades e projetos que eles oferecem. Além disso, nos anos de 2018 e 2019, eles realizaram uma obra estrutural que fez com que a ONG A se transformasse em dois prédios com uma moderna arquitetura, em contraste peculiar com as casas próximas construídas de pedaços e restos de lixo.

Me despedi e continuei andando até o Bar do João. Conforme já descrito no primeiro capítulo, a casa e o comércio dele são as primeiras construções localizadas sob o viaduto, além de ser uma das únicas três residências com estrutura de tijolos. Ele me chamou para entrar no bar e ver umas das paredes que havia desabado, a lama, que cobria o chão, o freezer e os sacos de biscoitos vendidos no bar e que também eram guardados naquele cômodo. Ele me contou que a força da água foi tão forte que empurrou o freezer pesado, por armazenar muitos engradados de cerveja, para a outra parede, local o qual ele dormia sem perceber o que estava acontecendo.

Fiquei ali mais um tempo, conversando com os moradores e fui para a parte da frente do Tripé, na Rua do Meio. Ao chegar na entrada, havia um caminhão que estava fechando a rua e, ao mesmo tempo, obstruindo a minha visão. Ao conseguir passar, havia vários homens carregando os entulhos e jogando dentro da caçamba. Um deles veio falar comigo e me pareceu, pelo que ele falou nas entrelinhas, que o tráfico havia conseguido o caminhão para começar a limpar a comunidade, já que,

até aquele momento, a Comlurb¹⁰⁸ não havia aparecido. Mais uma vez, o tráfico aparece enquanto organizador da vida naquele território, quando há a omissão do governo para atender e reduzir os riscos de uma emergência sanitária, outras práticas governamentais surgem, negociando e impondo políticas próprias (CHATTERJEE, 2004).

A rua, que estava cheia de movimento de quem tentava organizar o que havia sobrado de sua casa, se atentava a cada entrada de veículo na esperança de chegar alguma espécie de ajuda. Algumas doações de comida, verduras, frutas e legumes, eram expostas e distribuídos em caixas de madeira no chão, em cima da lama e do esgoto aos quais se misturavam. Os grandes sacos de lixo, que iam sendo amontoados pelas ruas da favela, também disputavam espaço com aquelas doações, gerando uma confusão entre descarte e comida. As pessoas iam escolhendo alfaces, tomates, cebolas, pedaços de melancia, pleiteando os melhores pedaços com os vizinhos, em meio a vozes alteradas e encontro de corpos, que tentavam sobressair para pegar mais alimentos para a sua família. O registro abaixo (Figura 12) evidencia o final de uma doação realizada neste dia:

Figura 12 - Doação de alimentos



Fonte: A autora, 2020

¹⁰⁸ Companhia Municipal de Limpeza Urbana

Assim como na “ponte”, eu era chamada para entrar nas casas e ver o que eles haviam perdido:

Era tanta água que a Ana acordou e nem percebeu que já estava boiando. A água já tinha chegado na cama dela e ela estava ainda dormindo. Foi levantar e sair de casa, não dava pra ela salvar móveis, roupa, nada. Eu tentei pegar todas as roupas para colocar no beliche, coloquei de todo mundo, só não consegui colocar as minhas, mas tá bom, já lavei tudo e mesmo com cheiro ruim a gente dá um jeito. Coloca perfume.

Parecia o diabo, o capeta com muitos braços entrando em nossas casas e pegando tudo que é nosso. A gente salvou o que pode e veio pra rua com medo de tomar choque porque as tomadas são baixas né? Aí a gente via os dormentes da linha passando, olha com aquele peso que precisa de 4 homens pra levantar um. Via os porcos, capivaras, muito rato, muito rato mesmo, barata passando na correnteza, parecia o inferno aqui dentro, até as formigas começaram a subir nas paredes. Vivi, o filho do Elias desapareceu em uma cratera que abriu ali na linha, sorte que jogaram uma corda e pegaram ele. Foi horrível. (Ana, 38 anos)

A poeira, que ainda nublava o dia e aquelas ruas, se acumulava nos móveis perdidos, nas roupas desarrumadas e sujas da lama. Fazia-se presente em tudo no Tripé. As pessoas, que iam buscando consolo no fato de ainda estarem vivas, iam entrando em suas casas em um final de tarde bem diferente do que eu normalmente presencio por ali. As mulheres iam acabando suas últimas varridas e arrumando seus filhos para irem comer a sopa que seria servida na Igreja, já que eles perderam comida, fogão, geladeira, tudo.

Eu estava indo embora, ainda recebendo vídeos, pedidos de doações, oferecimento de ajuda de amigos e da família. Estava indo embora com uma sensação de impotência. O que se pode fazer, quando você não pode fazer nada? Durante o mês seguinte, continuei tentando ajudá-los de alguma forma, seja por doação, seja tentando fazer a mediação entre a favela e órgãos públicos que pudessem, de alguma forma, garantir o mínimo para aquelas pessoas.

Apesar de a moradia adequada ser um direito humano, desde o ano de 1948, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que observamos no Tripé está longe de ser a garantia a um lar com segurança. A situação, que se agravou com a enchente, perdura há décadas naquela e em tantas outras favelas do país. Mais do que uma composição de teto e paredes, algo de que não posso afirmar que a maioria dos moradores do Tripé dispõe, já que a construção de suas casas é feita com restos de lixo, o direito à moradia digna diz respeito também ao acesso a uma comunidade segura, a uma vida em que se possa ter um equilíbrio físico e mental adequados.

Portanto, a realidade é uma sobreposição de situações de vulnerabilidade e precariedade, em que cada evento crítico, como desastres e, neste caso, uma enchente, é somada a um cotidiano devastado e resultantes de um grave de empobrecimento. A precariedade estrutural, produzidas através de relações desiguais de poder, desenvolvem condições políticas e materiais que são responsáveis pela diferenciação da vulnerabilidade entre sujeitos, que são mais expostos a violências e morte, em consequência a uma divisão tática da vulnerabilidade e da precariedade (BUTLER, 2004), como veremos a seguir.

4.2 A Pandemia de COVID-19

Apenas alguns dias após a enchente, em março de 2020, fomos assolados por notícias sobre uma infecção respiratória aguda causada pelo novo coronavírus, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade. O mundo inteiro estava enfrentando a doença pouco conhecida e que poderia, em poucos dias, levar o infectado à morte. A pandemia de Covid-19 produziu, desde o seu início, repercussões que vão além da ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas efeitos e impactos sociais, políticos, culturais, históricos e econômicos. Em outubro de 2023¹⁰⁹, no Brasil, o número de infectados chegou a aproximadamente 38 milhões, sendo 706 mil mortos, o que deu ao Brasil, em alguns momentos, a triste posição de epicentro da doença¹¹⁰.

O número de letalidade e infectados converge com o impacto da pandemia nos sistemas de saúde, nos corpos de determinadas populações em diversos tipos de vulnerabilidade, a economia, a saúde mental, no acesso a alimentos, transporte, medicamentos, vacinas e cuidado. Partindo desses indicadores mencionados, fica evidente a afirmação de que, no Brasil, nem todos os corpos foram igualmente expostos à doença, assim como as estratégias de prevenção também foram acionadas de formas distintas.

¹⁰⁹ <https://covid.saude.gov.br/>

¹¹⁰ <https://brasil.elpais.com/sociedade/2021-03-25/sem-controle-da-pandemia-brasil-se-torna-ameaca-mundial.html>

No Tripé, as notícias iam se espalhando e os contatos comigo iam se estabelecendo na tentativa de buscar informações sobre a pandemia. A falta de informação em relação a como se proteger foi se propagando na mesma medida em que o vírus tomava conta de nossas vidas e gerava incertezas. Naquele momento, ainda em março de 2020, parei de ir à favela para respeitar o distanciamento social, então qualquer notícia que chegava era através do telefone e de meus contatos com minhas interlocutoras, que fazem parte da minha vida para além da pesquisa.

Além da desinformação (MATTAR, 2021) sobre o vírus, algumas mulheres se mostravam muito ansiosas por não conseguirem contato com os agentes de saúde que trabalham na região. Beatriz, que manteve contato quase que diário comigo, relatava a ausência de campanhas oficiais ou de alguma visita de profissionais da saúde - técnicos de enfermagem, assistente social ou agentes comunitários de saúde – para orientar acerca de procedimentos que poderiam ser tomados para diminuir o risco de contaminação. Além disso, a medida adotada de distanciamento social e quarentena não levou em consideração determinadas realidades, como a de indivíduos que habitam favelas e esbarram em questões de densidade populacional.

O distanciamento social foi, em quase toda a parte do mundo, uma das medidas mais recomendadas para reduzir o avanço da COVID-19. É importante observar, como já pontuado por Mattar, Azize e Monteiro (2020), o que é entendido e o que pode significar distanciamento social em contextos de favela, cujo número de pessoas habitando um pequeno ambiente geralmente é numeroso. Segundo os autores, os próprios modelos de habitação, com casas mais abertas e sem delimitação de muros, permitem no máximo o que propusemos chamar de “distanciamento comunitário”, ou seja, talvez não seja possível se isolar na sua residência, mas em compartilhamento com seus vizinhos, nos pequenos becos e vielas que se formam entre a casa de uma família e de outra.

No primeiro capítulo, dialogo com Gupta e Ferguson (1992), ao tentar analisar as fronteiras do Tripé, de formas contínuas e nubladas, cujas relações sociais se conectam. Durante a pandemia, é importante analisar como o vírus ampliou o conceito de “zonas fronteiriças” (GUPTA E FERGUSON, 1992). Sem qualquer delimitação fixa de território, as fronteiras invisíveis não falam apenas sobre as relações de espaço e o campo de poder, mas construíram, no imaginário dos indivíduos, o lugar e a ordem espacial que tornava possível ser infectada por um

vírus. Essa ferramenta foi utilizada para permitir, ou não, o trânsito de pessoas, a depender do local de residência e adoecimento após contato com o vírus:

Você tem que ver, só porque a Maria pegou COVID, não estão deixando ninguém de lá passar pra cá. Se virem passando enfiam a porrada. Os meninos mesmo...bateram tanto de pau no Diogo que ele teve que ir pro hospital. Além de passar, ele estava sem máscara. Também colocaram a família da Maria de quarentena, ninguém pode sair de casa, mas foi bom, a mulher dela não saía da rua, você não viu. Maria internada e ela na rua bebendo, quer dizer, podendo passar a doença pra todo mundo daqui né? Uma irresponsável. (Beatriz, 40 anos)

A fala de Beatriz evidencia que, durante a pandemia, existiu uma delimitação espacial imaginada a qual, no imaginário dos moradores do Tripé, o vírus respeitava limites de fronteiras que eram estabelecidos por eles. Além disso, regras e medidas de segurança foram implementadas na tentativa de conter o avanço da doença naquele território, já que o governo federal parece ter falhado no dever de proteger determinados sujeitos.

É importante ressaltar que os moradores da favela não são subalternos ao Estado, mas agentes, ativos, que produzem formas de governança através de uma modalidade de existir diferente, construindo uma percepção mínima de bem-estar. Chatterjee (2014) conceitua como “política dos governados” exatamente essa explícita agência popular, essa construção de direitos que, embora destoe do resto da população civil, já que esses sujeitos não são reconhecidos como iguais perante a lei, evidencia a premissa abstrata de soberania popular, torna possível que sujeitos escolham quem pode governar nas margens.

Isso significa que, como já analisado anteriormente, naquele contexto, às vezes por falta ou omissão de políticas públicas e recomendações adequadas e possíveis de serem seguidas, respeitando as complexidades do local, é o tráfico que assume a responsabilidade de elaborar regras e leis locais a serem obedecidas. Desloco essa observação, já citada em outros momentos da pesquisa, para a pandemia, onde o domínio armado presente no Tripé, precisou interferir e criar regras em um contexto de abandono do governo. Conforme mostramos em momento anterior (MATTAR, AZIZE E MONTEIRO, 2020), durante a pandemia, o “carro da lapada” passava no Tripé, às 19:30h, porque a partir das 20h não se podia mais andar na rua, conforme informava o som que se espalhava na favela através de um alto falante preso em um carro que era, anteriormente, utilizado para vender hortifrutis e ovo. “Vamos nos cuidar, este comunicado não é um toque de recolher,

apenas queremos que cumpram as ordens”, diz a gravação. O governo do possível, que anuncia um outro “nós”, não aquele que sai no jornal na televisão e que pode contar com cuidados que são acessíveis: “Queremos o melhor para nossa região, se os governantes não estão tendo a capacidade de dar um jeito, nós iremos dar! Quem for pego descumprindo as ordens, irá aprender a respeitar o próximo!”.

Recebi mensagens e observei em uma página de Facebook da favela, os avisos e orientações de higiene, uso de máscara, possibilidades de trânsito dentro do Tripé e até mesmo divulgação de moradores que teriam sido infectados pelo coronavírus, dando notícias sobre o estado de saúde de cada um. Mas não foi um caso isolado, já que também recebi diversos áudios sobre o “carro da lapada”, que percorria outras favelas do Rio de Janeiro explicando sobre técnicas de cuidado e higiene.

As mulheres que entravam em contato comigo se sentiam muito ansiosas sobre como iriam sobreviver se precisassem se distanciar de seus trabalhos, em sua maioria vínculos informais. Beatriz, que trabalha vendendo biscoito em um sinal próximo à favela, não pode parar de trabalhar, ela passava o dia oferecendo balas e biscoitos aos carros que paravam no semáforo. Apesar de tentar usar máscaras durante o período mais crítico da pandemia, ela conta que o calor, por vezes insuportável, a encorajava a tirar a proteção para respirar.

No artigo “Direito universal à respiração”, Mbembe (2020) discorre sobre a asfixia em que a humanidade já estava vivendo, mesmo antes da pandemia. Para ele, uma das principais batalhas a se vencer diz respeito ao direito à respiração, ao fôlego, ao que deixa os indivíduos ofegantes, e nos leva à falta de ar, ao sufoco, a uma vida de curtos respiros, quase que como uma saída para não morrer. O “direito universal à respiração” (MBEMBE, 2020) é um direito fundamental à existência. Conforme relatado por Beatriz, a falta de ar aparece relacionada à exaustão em um trabalho com condições precárias, que resulta em um adoecimento justificado por uma possibilidade de vida. Essa asfixia, que assistimos no Tripé mesmo anteriormente à pandemia, vai além da infecção por um vírus, é referente a uma situação de racismo estrutural, em que determinados sujeitos precisam, diariamente, lidar com a desigualdade estruturante, se submetendo a condições precárias de trabalho para sustentar a sua família (Butler, 2022).

Em maio de 2020, em meio a um ritmo alarmante e crescente de mortes no Brasil, que ultrapassava, diariamente, 1.000 óbitos, o ex-presidente Jair Bolsonaro pressionava prefeitos e governadores a flexibilizarem o isolamento social em nome da economia. O descaso com a gravidade e letalidade da doença do coronavírus¹¹¹ colocou vidas específicas – negras, faveladas e de baixa renda, dentre elas - em um risco maior de morte do que outras, que poderiam continuar a se proteger, por meio do distanciamento social (PARREIRAS E MATTAR, 2020).

Nessa crise sanitária imposta pelo vírus e pela gestão pública da pandemia, foram exatamente essas vidas que mais sofreram com os diversos desafios e com escolhas equivocadas para que a saúde da economia continuasse funcionando, em detrimento da saúde da população. Em abril de 2021, enquanto o Brasil estava vivendo o pior momento da pandemia até então, a saúde e a economia pareciam estar caminhando conjuntamente para uma situação extrema e grave. Pessoas em situação de pobreza - que, muitas vezes, sem comida em suas casas, sem água para lavar as mãos e sem dinheiro para comprar máscaras - eram expostas ao risco de contágio quando saíam para buscar alguma forma de ganhar dinheiro, seja através de seu trabalho, ou em busca por informações acerca do Auxílio Emergencial, benefício criado para garantir renda mínima aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia. As condições precárias que se desdobram e se multiplicam na vida dos moradores do Tripé, podem definir que não estamos e estivemos no “mesmo barco”, nem na crise originada pelo COVID-19, tampouco em outros eventos críticos que assolaram de modos diferentes nossa existência, conforme observa Butler (2018):

[...] a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicos mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas a danos, à violência e à morte. [...] é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas (BUTLER, 2018, p. 40–41).

Butler (2009) faz uma diferenciação entre *precarity* e *precariousness*, sendo o primeiro termo referente à existência de algo que é vulnerável em todos os indivíduos, que nos une como coletivo, que é a morte: todos vamos morrer em algum momento, é algo ontológico. Já o segundo termo, que podemos pensar

¹¹¹ <https://www.coronatimes.net/bolsonaro-politics-death-covid-19-race-brazil/>

enquanto condição precária, diz respeito a sujeitos que sofrem com uma vulnerabilidade estrutural, ou seja, condições políticas e materiais que colocam algumas vidas em situações de maior precariedade do que outras, neste caso, negros, pobres e moradores de favela. Esses indivíduos produzem diversas e complexas maneiras de viver e sobreviver a partir de situações de vulnerabilidade às quais são expostas, realizando e mobilizando uma gestão da precariedade que diz respeito a si e às relações sociais que fazem parte.

4.3 As mulheres negras e a Pandemia

Observamos durante a pandemia a sobreposição de tarefas e encargos que foram direcionadas às mulheres, em sua maioria negras, relacionadas à função do cuidado. Muitas deixavam seus filhos em casa para dar conta de trabalhos tidos como essenciais, como os domésticos, de entrega, alimentação e serviços, evidenciando que não houve caráter democrático na pandemia (LACERDA, 2022), já que as mulheres foram as mais afetadas. Uma de suas atribuições delegadas pelo Estado foi de se responsabilizar pela educação das crianças, através de ensinamentos remotos articulados às pressas, sem considerar o acesso desigual à internet e à tecnologia. Desde o começo da pandemia, com as medidas de isolamento social, as redes de ensino – público e privada - adotaram medidas para darem continuidade ao ano letivo exclusivamente por meio do ensino a distância. Parreiras e Macedo (2020, tradução nossa), afirmam que:

“Nesse conjunto de educação a distância, muitas desigualdades sociais e digitais não são levadas em consideração, pois, até o momento, a proposta tem sido migrar atividades para ambientes digitais sem abordar um problema básico: nem todos têm acesso e dominam o uso de dispositivos tecnológicos e conexões de rede.”¹¹²

¹¹² O texto em língua estrangeira é: “One of the questions that arises is that, in this assembly of remote education, many social and digital inequalities are not taken into account, as, so far, the proposal has been to migrate activities to digital environments without addressing a basic problem: not everyone has access to, and masters the use of, technological devices and network connections.”

Trazendo a discussão ao Tripé, foi possível observar o quanto as mães se preocuparam e se sentiram impotentes em relação ao ensino das crianças, como Luiza comentou:

Eu parei a escola na quarta série, olho para essas contas, não sei nem por onde começar. Você não sabe, ainda mandaram pro meu zap material pra imprimir, me diz como? 80 páginas, tem coisa até colorida, onde vou arrumar dinheiro? E isso só de um né? Se as outras professoras resolvem inventar também.... impossível. E quem não tiver feito 80% da apostila vai ficar reprovado. Eu não sei nem como ajudar, não tem dinheiro pra explicadora, a irmã dele que até podia ajudar, tem lá seus estudos também...e tem coisa que pelo celular não dá pra fazer né...sei como vai ser não. (Luíza, 39 anos)

A fala acima evidencia o proposto pelas autoras, o quanto o acesso às tecnologias não é igualitário (PARREIRAS E MACEDO 2020) e como os marcadores sociais da diferença - raça, gênero e classe social - precisam ser analisados quando falamos sobre o seu uso. Isso significa dizer que, na Favela do Tripé, as crianças foram duramente afetadas e não tiveram direito à educação durante o período de ensino remoto, por não contarem com acesso adequado às ferramentas necessárias para dar continuidade ao aprendizado que obtinham nas escolas.

As desigualdades digitais refletem e reproduzem desigualdades mais amplas, que vão além dos problemas com o ensino remoto durante o período mais severo da pandemia. Benjamin (2019) dialoga com a ideia de que, no passado, o racismo se manifestava de determinadas formas que pareciam ser mais explícitas. Como as tecnologias, segundo a autora, são vistas como “neutras” ou “objetivas”, acabamos por ignorar o quanto elas podem influenciar ou ser influenciadas por questões raciais.

Ainda que, na última década, o Brasil tenha avançado no que diz respeito ao acesso às tecnologias, ainda há abismos a serem vencidos quando falamos sobre desigualdades digitais. Os dados da pesquisa da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs)¹¹³ nos domicílios nos mostra que, no ano de 2018, no recorte por renda, o nível de acesso foi de 61% pelos que ganham menos de um salário-mínimo, 86% entre os que ganham de três a cinco salários-mínimos e de 94% de usuários que tem renda maior do que dez salários-mínimos. Utilizando os dados pesquisados no “Painel TIC COVID-19: Pesquisa online com usuários de Internet no

¹¹³ https://data.cetic.br/cetic/explore/?idPesquisa=TIC_DOM. Acessado em 19 de setembro de 2023.

Brasil”¹¹⁴, 38% dos usuários de mais de 16 anos pesquisados declararam que encontraram alguma dificuldade para acompanhar as aulas e atividades remotas, seja por problemas de conexão, seja por dificuldade de entender as matérias e esclarecer dúvidas.

Isso demonstra o quanto a internet reproduz o racismo e como ela é uma das múltiplas faces da desigualdade social, influenciando, modificando e constituindo as vidas de pessoas de diferentes raças, que tem ou não acesso ao digital. O racismo não é um fenômeno novo, mas assistimos cotidianamente novas formas de manifestação para a perpetuação das desigualdades. De acordo com Evaristo (2022):

“a tecnologia pode produzir novas formas de libertação, como também pode produzir novas formas de escravização, principalmente em países que, historicamente, já têm essa condição. Por trás da tecnologia, tem uma mente humana. A tecnologia não surge por geração espontânea. É altamente comprometida com o capitalismo, tem que ser produtiva e trazer resultados. Em uma sociedade em que os inventores, os cientistas, têm um imaginário já construído negativamente em relação ao negro, ao pobre, ao gay, ao indígena, ao imigrante, essas invenções estão contaminadas com isso. Portanto, não há uma inocência. Essa sociedade tecnológica já é uma sociedade programada para produzir exclusão e para perpetuar determinados lugares, status. Um jovem negro sabe que precisa se apossar da tecnologia como ‘arma’ de enfrentamento”.

O acesso à tecnologia se torna, no Tripé, mais uma forma de marcar vidas, determinando quem poderá obter mais recursos de informações, serviços, nos estudos, na garantia de políticas sociais, que se dão através de cadastros em sites e aplicativos, nas relações sociais por meio da tecnologia, trabalhos remotos e toda uma vida que é construída e produzida através da internet e que perpassa relações de cuidado, uma vez que garante a manutenção e o funcionamento da vida das famílias.

Para Lima (2016), existe uma dubiedade quando se fala do cuidado: por um lado pertence a uma prática (ou conjunto de práticas) e por outro a um valor (ou conjunto de valores) que estão ligados aos afetos, ao amor com o outro. O cuidado então se encadeia com ações e atribuições morais que são constitutivas das relações sociais. Práticas comuns de cuidado no cotidiano, como alimentar, levar à escola, ao médico, garantir a educação remota, buscar realizar o cadastro para

114

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20220404170927/painel_tic_covid19_4edicao_livro%20eletronico.pdf. Acessado em 10 de agosto de 2023.

políticas sociais, a organização de documentação para o acesso à direitos básicos, ou realizar tarefas domésticas são formas de cuidados, vistos no Tripé como essenciais e como responsabilidade das mulheres, das mães, o que reafirma desigualdades e opressões de gênero. Caso lhes escape qualquer tipo mínimo de “cuidado”, ou seja, do que seja avaliado naquele contexto como cuidado, elas são julgadas e moralmente condenadas.

Outra forma vista enquanto cuidado no contexto do Tripé, que se estendeu no período da pandemia, sendo relacionada ao que se espera das mulheres e mães, refere-se ao acesso à alimentação. No momento do início da pandemia, o Brasil enfrentava altas taxas de desemprego¹¹⁵ e, como consequência, observamos o aumento da fome¹¹⁶ (principalmente entre as mulheres) e a piora dos indicadores sociais. Com a chegada do vírus, somando os termos da equação (crise econômica e social), a condução inadequada de políticas macroeconômicas e sociais, assistimos um cenário ainda mais alargado de fome e aumento de desigualdades sociais.

No Tripé, a situação se agravava em paralelo ao aumento de números de casos e mortes em decorrência do vírus, assim como em tantos outros territórios marcados pelas desigualdades sociais. Segundo relatório realizado do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)¹¹⁷, o empobrecimento gradativo da população brasileira os coloca de frente com a precarização da vida, que é refletida com o número assustador de 125 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e, dentre estes, 33 milhões passam fome. A alta de preços de alimentos que chegou às prateleiras durante a pandemia deixou os moradores do Tripé frente ao fantasma da fome. Minhas interlocutoras relatavam que estava faltando o básico (arroz, feijão e açúcar) para a alimentação da família, que foram duramente afetadas pela alta do preço dos alimentos¹¹⁸.

115

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=DESEMPREGO&searchphrase=all&start=40#:~:text=Taxa%20m%C3%A9dia%20anual%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o,Al%C3%A9m%20disso%2C%2019...> Acessado em 18 de março de 2022.

¹¹⁶ <https://catarinas.info/web-stories/feminizacao-da-fome-inseguranca-alimentar-entre-mulheres-dispara/>. Acessado em 19 de março de 2022.

¹¹⁷ <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acessado em 21 de setembro de 2023.

¹¹⁸ <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acessado em 10 de setembro de 2023.

Mais uma vez, foram as mulheres negras e moradoras de favela que mais sofreram com a dificuldade de acesso aos alimentos, conforme evidenciado através de estudos, como o da Fundação Getúlio Vargas¹¹⁹, que demonstra uma fome que é feminilizada, evidenciando uma desigualdade de gênero na insegurança alimentar, tema que irei examinar com mais detalhes no capítulo 5. O aumento do gás também foi algo amplamente desestruturante e que influenciou para além da alimentação e da saúde dessas mulheres, mas as colocou frente a um risco de vida:

Vivi, ainda bem que você veio. Será que conseguimos ajuda pra Joana? Você não sabe o que aconteceu, ela se queimou toda. Não estamos conseguindo comprar o gás, então muitas, no desespero, cozinham com álcool. (Lúcia, 30 anos)

Não entendi o que significava cozinhar com álcool e quando questionei, Lúcia me explicou:

Álcool, Vivi, etanol mesmo. Elas pegam uma lata de leite, ou uma lata de sardinha, o que tiver, jogam o álcool, acendem e pronto, panela em cima e o que tiver de comida pra fazer. Não estamos conseguindo, você não está sabendo que o (auxílio) emergencial acabou? O gás está 120 reais, se não é a cesta que recebemos às vezes de vocês...não tá dando... aí elas tentam arrumar um jeito né, de cozinhar. Eu encontrei ela lá no posto, mas não tem remédio lá, eles mandaram ela comprar uma pomada. Mas pior você não sabe, igual a ela, tinha umas 5. Todo mundo tá fazendo isso. (Lúcia, 30 anos)

Algo que está presente no campo desde a minha pesquisa de mestrado (MATTAR, 2019) é sobre o sucessivo o aumento do gás de cozinha. Desde 2016, o valor do gás vem aumentando de forma desenfreada, o que resultou em diferentes manobras para cozinhar, como o retorno do uso do fogão a lenha (Figura 13). A partir de 2021, o preço do botijão de gás teve um acréscimo de 30%¹²⁰, chegando a custar R\$ 135, 00 em algumas regiões do Rio de Janeiro. Na Favela do Tripé, segundo informações das minhas interlocutoras, em novembro de 2023, o valor do botijão de gás era de R\$ 120,00, que significava gastar uma parcela considerável da sua renda comprando gás.

A fotografia abaixo (Figura 13) mostra a construção de um fogão a lenha em uma das casas localizadas “na ponte”, cuja estrutura se mostra enquanto um risco para quem reside ali. A proximidade com garrafas, embalagens de produtos de

¹¹⁹ <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>. Acessado em 19 de setembro de 2023.

¹²⁰ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/16/preco-do-gas-de-cozinha-sobe-5-vezes-a-inflacao-do-ano-e-botijao-chega-a-custar-r-135-entenda-os-motivos-da-alta.ghtml>. Acessado em 14 de setembro de 2023.

beleza, potes de plástico e uma panela de pressão disposta ao contrário para secar, sugere que a falta de espaço no ambiente, faz com que o fogão também seja utilizado para outros fins. Conceição, a dona desta casa, relata que utiliza dormentes de madeira retirados dos trilhos do trem, muitas vezes ainda com óleo, para fazer queimar o fogo para produzir sua refeição. Estes fatos nos mostram que a dificuldade de comprar o gás, em consequência ao preço elevado, resulta em mais do que estratégias para cozinhar, mas coloca em risco a vida de determinadas pessoas.

Figura 13: Fotografia do fogão a lenha



Fonte: A autora, 2023

Isto nos traz, mais uma vez, a uma afirmação de uma pandemia atravessada por raça, classe, gênero e território, cuja precariedade estrutural e o acesso desigual aos serviços de saúde e ao cuidado aumentaram o risco de complicações e mortes por Covid-19. Castro (2020, p.14) aponta para a importância de reconhecermos o racismo como fator constitutivo da pandemia, em que “o combate às iniquidades

sociais é uma medida urgente e necessária”, já que a gravidade da doença não depende apenas de estágios ou manifestações clínicas e sintomáticas diferentes, mas revela o impacto significativo e letal do racismo na saúde.

A população negra e pessoas em situação de pobreza foram as que apresentaram o maior índice de mortalidade¹²¹, isto porque se encontram fora da infraestrutura da saúde e sem garantias a direitos básicos como moradia, alimentação, água, educação e acesso a ações governamentais eficazes. Esses indivíduos sofrem as consequências de uma pandemia que os tratou como dados e que suas carências de acesso causaram pouca comoção na sociedade.

Conforme Santos (2020), o processo de racismo estrutura toda a vida de determinados indivíduos, fazendo com que algumas situações se tornem propícias para o surgimento de determinadas doenças crônicas e metabólicas. Durante a pandemia, a letalidade era maior justamente entre pessoas que apresentavam tais doenças, o que, somado a situações de pobreza, insalubridade, desemprego e falta de políticas públicas adequadas, justifica a maior letalidade entre negros. As doenças são as mesmas, mas os riscos são diferentes se compararmos as diferentes interseccionalidades que atravessam e permeiam determinadas vidas. Um certo caráter democrático da atividade de um vírus nos lembra disso: podemos todos morrer, mas nossa precariedade é diferencial, marcada pelas nossas diferenças de raça, de gênero e de classe.

Para Collins (2021), podemos conceituar a interseccionalidade como um cruzamento, operado por sistemas de poder, de opressões estruturais, sendo elas de raça, gênero e classe social e que assegura a manutenção das desigualdades. A interseccionalidade pode ser usada enquanto ferramenta analítica para discutirmos os desafios que as mulheres negras, moradoras da favela do Tripé, vivem em seus cotidianos, com emergências sanitárias que constituem o extraordinário dentro do ordinário, enfrentando as desigualdades e os múltiplos problemas sociais tão habituais. O mito da democracia racial brasileira oculta as relações raciais de subalternização (Oliveira, 2020), o que complexifica a produção e a efetivação de políticas públicas específicas para a população negra.

¹²¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>

4.4 As operações policiais: “Parem de reclamar, vocês agora só vivem de mimimi”

Em uma vida permeada por emergências sanitárias, cuja violência se capilariza e se mistura com a busca e a possibilidade de encontrar um meio de viver mesmo que em uma realidade de sucessivas opressões, episódios de operações policiais são constantes no dia a dia dos moradores da favela. Durante a pandemia, mesmo com proibição do Supremo Tribunal Federal¹²² com liminar que determinava que, em casos extraordinários, precisariam adotar “cuidados excepcionais” para proteger a população de determinados riscos e para que a prestação de serviços públicos e ações de ONGs e qualquer ajuda humanitária não fosse impedida e prejudicada, as incursões truculentas da polícia militar continuaram no Tripé.

Em uma delas, conforme relatado por uma interlocutora, dois policiais entraram na favela e invadiram as casas, quebrando móveis, atirando nas paredes das casas, batendo nos moradores, principalmente nas mulheres, abrindo alimentos e jogando no chão. Quando foram questionados por uma das moradoras, um dos policiais tentou justificar suas ações:

E como vocês querem que a gente chegue? Com um buquê de flores, vocês acham que merecem um buquê de flores por quê? Vocês se metem com bandido, sei lá quem vocês são, a gente tem que se proteger em primeiro lugar. E tem mais uma coisa, eu nem sei por que vocês estão falando com a gente, o marido de vocês não ensinou que mulher não reclama, só faz o mandado? Eles que tem que vir resolver as coisas com a gente, de macho pra macho, não vocês, vocês não aprendem, por isso vocês apanham. Não tem direito nenhum de saber por que a gente está entrando nas casas, estamos entrando porque vocês escondem coisa, a gente tem que entrar mesmo. Parem de reclamar, vocês agora só vivem de mimimi. Já falei e vou repetir, vocês precisam aprender que mulher não pode questionar homem, vocês estão sendo mal ensinadas.

Mônica Cunha (2021) reflete sobre como o racismo estrutural coloca os negros em maior risco de morte, não apenas durante uma pandemia que mata mais negros do que brancos, mas durante toda a sua existência marcada pela fome e pela construção imaginária de um inimigo que deve ser combatido:

Se não bastasse sermos as maiores vítimas da Covid-19 e aqueles mais impactados pela crise econômica, ainda temos que conviver com o aumento de mortes praticadas por agentes do estado nas favelas no Rio de Janeiro. No último bimestre de 2020, houve um aumento de 161% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Um verdadeiro absurdo!

¹²² <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448994&ori=1>

Covid, fome e tiro. É disso que falamos quando mencionamos a palavra resistência. Somos as maiores vítimas destas três mazelas e é por isso que não cansamos de afirmar que o povo negro luta há 500 anos pela sua sobrevivência.

Na favela do Tripé, já é notória a violência policial que assola o cotidiano daquelas pessoas, mas o que me foi relatado pelas minhas interlocutoras foi que, durante a pandemia, puderam observar um aumento dessa invasão. Isso porque, segundo elas, o arrego não estava sendo pago, pois, ainda em pandemia, a venda de drogas havia caído consideravelmente, estando o tráfico sem dinheiro para negociar com a polícia. Uma coisa leva à outra: a falta de dinheiro do tráfico também atingiu a vida dos moradores do Tripé, seja porque a polícia entrava como consequência da falta do pagamento, seja pelas investidas para conseguir dinheiro através das famílias.

“Eu estou com muito medo de ser expulsa da favela, o primo do Marcelo, meu marido, o que é do tráfico, roubou aqui os meninos. Foi expulso e voltou com gente rival para roubar de novo e matar mais três. Na hora o Tito disse que era para a família toda do primo sair da favela e, mesmo eu não tendo nenhuma ligação direta com ele, eu nem falo com ele, estou com medo de ser expulsa, já falei para o Marcelo que se eles vierem me expulsar, eu me separo dele, porque primeiro é as crianças. Da última vez que aconteceu isso, ele expulsou 26 pessoas da mesma família, nem precisava ser família, sendo só parente, ele chegou e mandou todo mundo embora, só pode pegar o que couber em bolsa, deixa sua casa toda para trás, eu não tenho nem pra onde ir.

Aí ele pede um pagamento para deixar a família ficar. Eu já disse que não sou da família, que ele mora aqui atrás, mas não mora comigo, sai fora dessa de que todo mundo mora junto. Eles querem mais de 2 mil reais pra deixarem as pessoas ficarem, pra não expulsar. Como é que vamos conseguir isso?

Falei com o Caco, que me disse para ficar tranquila, mas sei lá, eu mando até foto toda semana para eles, para mostrar que eu ajudo na ONG de vocês, talvez isso me salve né? Não sei. Mas estou com medo, porque o primo do Marcelo disse que vai voltar. Na quinta de manhã, ainda bem que você não veio, era só caveirão, uns 3 ou 4, entrando. Era só aquele barulho do caveirão passando pelo quebra mola, bruuuum e tiro, muito tiro. Mandaram um outro batalhão para receberem mais dinheiro ainda, só se for.” (Bete, 43 anos)

A fala de Bete evidencia algo que trago na minha discussão sobre o AE no capítulo 2, mas que volta à tona durante toda a minha pesquisa, que é sobre as casas na favela. Concordo com Motta (2014) que as construções físicas como paredes, portas, telhados e janelas, não definem, nesse contexto, onde começa e acaba uma moradia. Mais do que isso, essa separação é caracterizada a partir do lugar o qual um grupo de pessoas tem referência para atividades cotidianas e, no Tripé, muitas vezes essas atividades, de comer, de dormir, de cozinhar e tantas

outras, são compartilhadas embaixo de diversos tetos de grupos de pessoas que se juntam para realizá-las. Pensando nisso, as portas não delimitam necessariamente em que ponto termina e começa o espaço de uma família, existe um senso comum de que não são os laços consanguíneos que fazem indivíduos viverem juntos e dividirem seus cotidianos.

O que procurei discutir nesse capítulo diz respeito a uma vida marcada pela violência, seja ela mais sutil ou mais escancarada, mas em todos os casos marcada e direcionada para determinados corpos e extremamente letais, pois a inviabilização e invisibilidade cotidiana do estar vivo também é uma morte, ainda que simbólica. Não se mata apenas pelo extermínio, mas também quando se nega o direito a condições mínimas de vida. Das (2019) reflete sobre o modo como violências ordinárias constroem mundos e constituem indivíduos que vivem no limite, que habitam mundos em que a violência não é o extraordinário, mas o cotidiano. Para a autora, essas violências estabelecem e explicam como determinados sujeitos recolhem os fragmentos de uma vida permeada de violência para, ainda assim, terem momentos de alegria e resistência.

O que enfrentamos de 2019 a 2022, e que foi intensificado nos anos de pandemia, foi umas das faces mais sombrias do neoliberalismo, com políticas de privatização, redução do Estado social, coibição do trabalho, estímulo a uma cultura antidemocrática, demonização da justiça social e da educação pública, seguridade social, cuidados ampliados com saúde e educação. O efeito disso é a fome, aumento das desigualdades sociais, pobreza, desemprego e a falta de políticas públicas, ou seja, uma tragédia social.

Quando escuto minhas interlocutoras reclamarem de como estão sendo atingidas pela fome, pelo sucateamento do SUS ou pela violência policial, me pergunto como resistir frente a tanta dor. No entanto, segundo o que me relatam, por vezes elas tentam deixar o sofrimento em segundo plano, dando vez a pequenas alegrias, se organizando para pequenas comemorações, para entregas de cestas básicas, para passeios e para o Bingo. Desta forma, mesmo em meio a tanta tristeza, elas vão encontrando formas de habitar o mundo após eventos de violências (DAS, 2019).

bel hooks (2019) observa sobre a potência existente nas “margens” de construir conhecimentos e modos de vida. Sujeitos que se constituem nas alianças, na construção do pertencimento, nos encontros nas fronteiras fluidas, cujas

disputas, os conflitos, o medo, o silêncio como forma de linguagem, as dores e os afetos são engrenagens que os movem em um “espaço de possibilidade e abertura radical” para a “produção de um discurso contra hegemônico que não se encontra apenas nas palavras, mas nos hábitos de existência e de vida” (hooks, 2019, p. 287-289) que desafia o modo de confrontar a realidade.

Para Butler (2009), uma vida antes de ser perdida e passível de luto, precisa ser primeiro apreendida e depois reconhecida e qualificada enquanto vida. Para tal, existem determinados enquadramentos seletivos da violência, que constituem e regulam a vida, as relações sociais e a política. Esses moldes apreendem determinadas vidas como não vivíveis, conseqüentemente, mais vulneráveis a violências e menos passíveis de luto em determinadas situações, como acompanhamos na violência policial, na falta de políticas públicas, na precarização do SUS e da educação pública e nas políticas seletivas de proteção de determinados sujeitos durante a pandemia de COVID-19. Determinadas pessoas, como os moradores da Favela do Tripé, de certo modo se encaixam nessa descrição, uma vez que a eles não são direcionadas informações, cumprimento dos direitos humanos, investimento social e políticas públicas eficazes.

Há diversos tipos de violência e emergências sanitárias em curso na favela que, como tentáculos, se espalham pelas vidas dos moradores daquele local. A necropolítica, conceituada por Mbembe (2018) como a maneira com que governos decidem sobre o direito de vida e de morte de determinados sujeitos racializados, determinou, durante a pandemia, quem poderia ficar em casa e se proteger e quem continuaria se expondo e em risco de morte. Para a população negra, os diversos perigos aos quais são expostos, cotidianamente, os coloca sobre um constante risco de morte, seja pela militarização, pela possibilidade de enchente, pela dificuldade no acesso à saúde, pelo tráfico, ou pela milícia. Ou seja, o direito à vida é um poder relativo, garantido a apenas uma parcela da população. Desse modo, os indivíduos sofrem efeitos desiguais na pandemia, mas, como já esclarecido por Butler (2020), não estamos todos no mesmo barco, à população negra nem sequer é reservada o direito à vida. Conforme dito por Joana, uma de minhas interlocutoras:

Nós não estamos vivendo, nós estamos sobrevivendo e daqui a pouco morrendo. (Joana, 44 anos)

Assistimos o alargamento da fome, o crescimento do desemprego, o aumento do preço de produtos alimentícios, do gás e de tantos e inumeráveis produtos. A asfixia, para determinadas populações, negras, moradoras de favelas, de periferias e de baixa renda é cotidiana e faz parte de uma violência que é exposta e que é altamente letal, por fazer parte de um projeto em andamento, um projeto de morte, um projeto de fome e conseqüentemente, um projeto de necropolítica. Não há direito de existir, sem direito de respirar.

Grada Kilomba (2019) reflete sobre o direito de sonhar, não só relacionado ao sono, mas também ao futuro, a possibilidades de construções e de escolhas de caminhos melhores. Ela separa as pessoas entre as que podem sonhar, para além do que vivem no presente, e aquelas que não podem, pois não são ouvidas, por mais que falem, não conseguem deter a atenção das pessoas. As mulheres que trago nessa pesquisa, representam milhares de sujeitos moradores de favela, negros, que precisam ser ouvidos para que a igualdade se torne algo possível.

Misse (2008, p.379) chama de “acúmulo social da violência”, um sistema de fatores, como uma “síndrome” que se difunde no acúmulo de camadas de violências que se sobrepõem. Não há, no contexto do Tripé, um aumento, ou uma continuidade da violência, mas um acúmulo de diversas práticas e formas diferentes dela, que constitui gerações de famílias. Experimentar a violência, para uma criança, vem com a carga da intermitência de uma vivência sofrida por sua mãe, sua avó e assim sucessivamente se reconhecendo. Há diversas interpretações sobre violência, por isso, é importante ampliarmos as investigações sobre sua abrangência, em como ela desenvolve padrões, relações sociais e comportamentos. Os sujeitos que circulam nas redes da violência, desenvolvem cadeias que se interligam cumulativamente e que precisam ser pensadas de forma conjunta para encontrar possíveis saídas.

As múltiplas emergências sanitárias presentes no Tripé, reverberam em violências cotidianas e de diversas formas, incluindo as simbólicas e estruturais. As violências estruturais se manifestam como desigualdades e hierarquias que se mostram ao longo de categorias sociais de classe, raça e gênero. Já as simbólicas internalizam, legitimam a e potencializam outros tipos de violência, em “acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (BOURDIEU, 2012, p. 239). Analisei neste capítulo essas diversas violências que se dão a partir de uma vida permeada de emergências sanitárias, sendo a pandemia apenas mais uma delas.

A pandemia, compreendida entanto uma crise sanitária permitiu, segundo Lacerda (2022) “a observação da fragilidade de certos direitos e como isso afetou sobretudo a vida das mulheres negras e pobres”. Para a autora, se faz necessário investigar como estas mulheres irão enfrentar as consequências desta pandemia, com a piora evidente nas condições de suas vidas. No entanto, meu questionamento, em confluência com o proposto acima, é de que forma essas mulheres continuarão lidando com os efeitos dos múltiplos e cotidianos eventos sanitários que entrecruzam suas existências. A fome, que aparece e cruza minha pesquisa desde o mestrado, mas que também já estava presente no meu trabalho na favela com ONGs é, sem dúvida, uma das violências que parecem ter se tornado um projeto de morte em um desses tantos eventos que cito acima e que pretendo aprofundar no capítulo seguinte.

E lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência. Que se pense, aqui, nos casos de exploração do trabalho infantil em nosso país, tanto no campo quanto na cidade (em termos urbanos, por exemplo, que se pense nos pequenos vendedores, engraxates, lavadores de carro, etc.). Certamente o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta em face da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (“negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro”, etc., etc.). Para as jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia ou, então, a prostituição aberta e aquela mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de “mulata”.
(Lélia Gonzalez)

5. AS MÚLTIPLAS FACES DA FOME NO TRIPÉ

O trecho que escolho como epígrafe deste capítulo é parte do artigo “A Juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego”, de Lélia Gonzales (1979), e resume parte dos temas que pretendo trazer na discussão sobre fome como elemento que organiza as relações e as dinâmicas de sociabilidade no Tripé, tendo um recorte de gênero, classe e raça. A fome, neste contexto, atravessa relações, estruturando e produzindo acusações, conflitos, afetos e diversos sistemas de sociabilidade. Falar sobre fome no Brasil é falar sobre um problema, dentre tantos outros, racializado, generificado e de classe, uma vez que é entre as mulheres negras de baixa escolaridade que encontramos os casos mais graves de insegurança alimentar (IA)¹²³.

As mulheres são centrais nessa discussão por serem as mais afetadas pela fome, mas também porque, como pude observar durante minha pesquisa, organizam a maioria das redes de solidariedade locais relacionadas ao combate à fome, através da mobilização e organização de pequenos grupos que buscavam parcerias para doações e distribuições de alimentos, roupas, material de limpeza e de higiene pessoal (LIMA E OLIVEIRA, 2015). Essas redes de assistência, lideradas por mulheres e presentes na Favela do Tripé e em tantas outras favelas, destacaram-se durante a pandemia e foram um movimento essencial na tentativa de tentar diminuir as consequências da crise sanitária. No entanto, são as políticas públicas os elementos centrais no combate à pobreza, visto que não é possível acabar com a fome através apenas de trabalhos voluntários.

5.1 A fome articulada ao gênero e à raça: “eu, como mãe, trabalhava até doer as mãos”.

O que trago neste capítulo são análises realizadas a partir da minha pesquisa de campo com interlocutoras mulheres moradoras da favela do Tripé. Entretanto,

¹²³ <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

pesquisas como as de Marcelo Neri (2022) e o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN, 2022) confirmam uma realidade macroscópica sobre a feminização da fome. A desigualdade de gênero em termos de insegurança alimentar grave no Brasil é de 19,3% das mulheres e 11,9% para homens, sendo os outros percentuais distribuídos entre segurança alimentar e insegurança alimentar leve e moderada. Esse dado, que traduz quantitativamente uma realidade visível no Tripé, também diz respeito a uma preocupação com o futuro das crianças, uma vez que são as mulheres¹²⁴ as principais responsáveis pela criação e alimentação de seus filhos.

O que se observou, ainda com base na pesquisa “Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais” (NERI, 2022) e no II VIGISAN (2022), foi que o Brasil, através de ações eficazes durante os governos Lula da Silva e Dilma Rouseff, conseguiu reduzir o problema da fome. No entanto, a partir de 2016, ou seja, antes da pandemia de COVID-19, o contexto já era de piora, atingindo seu pico no ano de 2021, indicando que a base da IA está ancorada na falta de acesso e dinheiro para comprar alimentos. Ou seja, apesar de a fome fazer parte da história do Brasil e sempre ter sido explicada por problemas naturais ou biológicos (CASTRO, 1984), o fenômeno é político e social, sendo que, como afirma Campello, “não se erradica problema social, você pode erradicar a varíola..., mas problema social, se você não cuidar, ele volta” (CAMPELLO, 2021).

Na favela do Tripé, durante minha pesquisa de campo, várias das minhas interlocutoras me procuraram para falar sobre a falta de comida, sobre a situação de completa escassez que estavam enfrentando. No entanto, analisando meu trabalho, tanto de pesquisadora quanto de trabalhadora do terceiro setor e nutricionista, desde 2011, posso afirmar que essa situação veio progredindo com o passar dos anos, principalmente após o ano de 2016, com sucessivos cortes no PBF e questões mais gerais como o chamado teto de gastos, aprovado no governo Michel Temer¹²⁵, no ano de 2016. No ano de 2021, observei famílias em situações de fome como eu

¹²⁴ <https://www.brasilefato.com.br/2023/05/14/datafolha-metade-das-maes-brasileiras-sao-solo-e-69-das-mulheres-no-pais-tem-ao-menos-1-filho>

¹²⁵ Durante o governo Michel Temer foi aprovada uma emenda constitucional que estabeleceu um teto de gastos das instituições do Estado com objetivo de estabelecer limites para o endividamento estatal. Todavia, os cortes para cumprir com o teto foram feitos nos serviços públicos, como a educação e a saúde.

nunca havia acompanhado no Tripé, o que coincide, não à toa, com o maior número¹²⁶ de mortes por COVID-19 no Brasil.

Conforme já mencionado no segundo capítulo, frente a uma situação de extrema vulnerabilidade social enfrentada por parte da população durante a pandemia do COVID-19, entre os anos de 2020 e 2022, houve um movimento de pressão do Congresso e da sociedade civil para o pagamento do Auxílio Emergencial pelo governo federal. As parcelas, que começaram com valores de R\$ 1.200,00 para provedores de famílias monoparentais¹²⁷, foram diminuindo até chegarem a R\$ 375,00^{128,129}, mesmo com uma realidade de elevado desemprego e de trabalho informal no país. Essa diminuição no valor levou às ruas diversas famílias em busca de alguma forma de sustento, se colocando em risco de contaminação pelo vírus e possibilidade de morte.

Para Calazans e Matozinho (2021, p.29), a pandemia foi marcada pelo “desejo de morte” de alguns governantes, principalmente os que não respeitaram o isolamento social e as recomendações da OMS. A gestão e as políticas erráticas, imprecisas e inexistentes em relação à flexibilização do isolamento social e às políticas sociais se mostraram em relação direta com o aumento da vulnerabilidade social e a insegurança alimentar grave, colocando 33 milhões de brasileiros em situação de fome¹³⁰. Houve uma decisão tácita, de quem teria direito a ficar em casa, comer e se proteger. Portanto, é indispensável refletir sobre como a fome, evidenciada em um momento pandêmico, foi atravessada e agravada por diversos contextos de desigualdades, trazendo ao debate uma perspectiva interseccional que articula diferentes categorias de marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe e território.

Trago algumas interlocuções realizadas durante esse período no Tripé, que demonstram como situações de fome e de vulnerabilidade social afetam duramente a vida cotidiana de mulheres, em sua maioria negras, e como, de certa forma, as

¹²⁶ https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

¹²⁷ A Lei 14.171/21, que garante duas cotas de auxílio emergencial ao provedor de família monoparental, independentemente do gênero. Acessado em 10 de junho de 2023.

¹²⁸ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-109-308527609>. Acessado em 10 de junho de 2023.

¹²⁹ <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-31/auxilio-emergencial-de-2021-comeca-em-6-abril-com-valores-menores-e-menos-beneficiados-saiba-as-regras.html>. Acessado em 10 de junho de 2023.

¹³⁰ <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2023.

diversidades produziram novas formas de vivências, relações sociais e fortaleceram as raízes entre elas naquele contexto de favela.

Conceição é uma mulher negra, de 44 anos, nascida no interior de Minas Gerais, mãe de três filhos, sendo uma filha já falecida, e avó de duas meninas, sendo que uma delas, a Nina, foi morar com ela no início da pandemia. Apesar de ser “neta do coração”, biologicamente, a avó é uma das vizinhas da Conceição, que não pôde criar a menina, pois, segundo ela, não conseguia dinheiro para alimentar seus filhos e mais uma criança só traria mais fome para a casa. Conceição é solteira, mas mantém um relacionamento instável de quase seis anos com Manoel, pai de seu filho mais novo.

Ela reside em um barraco debaixo do viaduto, feito de restos de lixo, pedaços de folhas de madeira e com 4 cômodos, um quarto, sala, cozinha, banheiro e uma área externa, local em que ela recebe vizinhas para conversar e cozinhar juntas, já que é neste ambiente onde ela construiu seu fogão a lenha para economizar gás¹³¹. Durante as obras de revitalização para os Jogos Olímpicos de 2016¹³², Manoel esteve empregado na construção civil e Conceição conta que houve fartura em casa, pois a renda da família deixou de ser composta exclusivamente pelo benefício do Programa Bolsa Família. Eu cheguei a testemunhar Manoel chegando com grandes sacos de legumes e frutas, comprados a preços mais baixos nas kombis ou na xepa da feira de bairros vizinhos, cerveja e ingredientes para churrascos, que aconteciam quase todo final de semana em frente à casa deles.

Com o fim das obras, Manoel perdeu o emprego e “se acomodou”, segundo ela, deixando de exercer o papel que era esperado como provedor de seu filho. Conceição sempre me conta que a relação de Manoel com seus filhos de relacionamentos anteriores era problemática, já que ele reclamava de dividir com

¹³¹ <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/09/02/familias-recorrem-a-fogao-a-lenha-apos-aumento-no-preco-do-gas-de-cozinha-tenho-que-escolher-entre-o-gas-e-o-alimento.ghtml>. Acessado em 10 de junho de 2023.

¹³² A região onde se encontra o Tripé, foi um dos palcos da Olimpíada Rio 2016, com a construção de um Parque e o início de uma alça do BRT. O Parque tem cerca de 500 mil metros quadrados e foi construído na Vila Militar, um bairro da Zona Oeste que foi planejado com o objetivo de reformar os estabelecimentos da Escola Militar. Segundo os moradores do Tripé, o Parque ficou um longo período fechado para o público, mas, desde o final do ano de 2017, ele serve como área de lazer para a população. Ainda assim, é necessário sublinhar o grau de contradição e contraste quando um parque olímpico é construído às margens de um complexo de favelas em que os moradores vivem com constantes necessidades de todos os tipos, como alimentação, infraestrutura, saúde e educação.

eles a comida que comprava. Um trecho do meu diário de campo, ajuda a compreender melhor a história de Conceição:

Quando cheguei ao Tripé hoje, vi Conceição sentada na cadeira de sempre em frente à sua casa. Parecia triste. Fui falar com ela para ver se podia ajudar em algo. Ela então me contou sobre a briga com Manoel, seu companheiro, e que tinham dividido a casa de novo. O problema eram os filhos dela de outros relacionamentos. Ela começou a dizer que estava cansada de Manoel não trabalhar e não se esforçar para trazer alguma coisa para casa. Que ela era agora a única responsável pela renda, formada pelo bolsa família de 3 filhos e uma pequena pensão paga pelo pai de um deles. E que ela tinha tomado uma decisão: todo esse dinheiro seria para cuidar dos filhos, especialmente da compra de alimentos (iogurte, farinha, arroz, feijão e alguma carne, como ela citou) para eles. (Diário de campo, 2018)

A divisão que Conceição relata diz respeito a uma parede que foi levantada, também com uma folha de madeira, no meio da sala, em que eles dividiam onde Manoel poderia ou não transitar, sendo que o banheiro era a única área em comum. Durante esses quase 6 anos que se sucederam do final das obras no Parque Olímpico e da alça do BRT, as brigas entre os dois foram frequentes, assim como as separações. O motivo das brigas geralmente era a distribuição da comida, ou a falta dela, para os filhos e, mais recentemente, Manoel alugou um quarto no Tripé e saiu de casa, apesar de sua presença naquele espaço ser praticamente cotidiana.

Desde então, Conceição é responsável pelo sustento da família e diz que, desde que começou a receber o PBF, em 2012, ela se sente preparada para deixar Manoel, pois passou a ter “possibilidade de escolha” no que diz respeito a aceitar ou não determinados comportamentos do marido. Esse dia então chegou e, segundo ela, apesar de não terem muitas opções de comida, o mínimo faz com que ela não precise mais aceitar algumas atitudes violentas do companheiro. A história contada por Conceição em uma das entrevistas que fizemos, é um bom exemplo desta situação, pois retrata um passado de fome na sua cidade de origem, em Minas Gerais, e sua migração para Rio de Janeiro, em busca de uma vida melhor. Ela atribui ao recebimento do PBF a possibilidade de viver outra realidade:

Lá em Minas eu trabalhava muito, Vivi, de doer as mãos, por uma caixinha de leite. Eu lavava, passava, limpava pros outros, todo dia, sem descanso, ficava com as mãos todas machucadas, veja bem, por uma caixinha de leite no final do expediente. Então, qualquer coisa que eu recebesse já ajudava. Quando voltei e recebi o Bolsa, no começo eu recebia 90 reais, mas ajudava muito. Ó, eu comprei meu micro-ondas, minha geladeira, meu fogão...tudo com o dinheiro do Bolsa Família. Mas o principal não foi isso,

eu refiz minha vida, mas o mais importante é que eu nunca mais passei fome, eu nunca mais precisei dar farinha com água para os meus filhos, eu nunca mais precisei fazer as coisas até sangrar pra não ver eles chorar de fome. Eu não sei, mas ver um filho chorar de fome, às vezes é pior que ver um filho morrer, porque a morte não depende de você, mas a fome, você se culpa o tempo todo, é uma dor que não tem fim. Não sei se estou falando besteira. (Conceição 44, anos)

Conceição diz que o medo da fome assombra a vida dela desde garota e, por isso, ela não consegue ver ninguém passando fome, nenhum filho, nenhum vizinho que ela precisa fazer alguma coisa. Foi em uma dessas situações que, em 2020, quando se iniciava a pandemia de COVID-19, a fome cruzou e modificou os caminhos de sua vida, com a chegada de sua “neta do coração”, a Nina. A mãe biológica da menina, no momento do nascimento de sua filha, encontrava-se em situação de rua, sem receber nenhum benefício social e passando fome. Assim, Conceição pegou a menina para criar, mas no papel de avó, pois a mãe continuou a ser a Bel, ainda que não estivesse presente.

Este trecho e outros deste capítulo são exemplos de como a questão da fome e da miséria organizam as relações e a sociabilidade do local, além, é claro, da questão dos conflitos policiais e militares que atravessam as vidas de quem reside em favelas da Região Metropolitana do RJ. Esses territórios são marcados pelo empobrecimento, por diversas precariedades e possuem ainda o componente de constantes confrontos entre polícia versus tráfico ou milícia.

Claudia Fonseca (2006), em seu artigo “Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse” analisa a circulação de crianças nas camadas mais pobres, em um contexto ampliado de adoção nacional e internacional. Ela demonstra que, 100 entre 120 famílias pesquisadas em bairros populares de Porto Alegre são formadas por pessoas que viveram, durante a infância, em lugares diferentes da casa materna. Assim, a autora observa esses arranjos constituídos a partir da criação de crianças circulantes, com modelos de famílias mais estendidas, ou seja, diferentemente de uma adoção legal, a mãe não é destituída de sua autoridade parental. Alguém em situação melhor do que ela, seja parentes, amigos ou vizinhos, cria seu filho por um determinado tempo, conjuntamente, ou durante o período em que uma criança precisa de um cuidado mais específico.

Nesse caso, que envolve Conceição, Bel e Nina, foi a fome o instrumento determinante para que a vida dessas mulheres mudasse. Para além de arranjos de

cuidado (FAZZIONI, 2023; LIMA, 2015) e do valor das redes estendidas de relação, a fome e a precariedade fazem parte de um feixe de relações, um espaço também produtivo com diversas intervenções criativas de cuidado e sobrevivência. A fome se apresenta como a causa de uma mudança, de uma adoção, no momento do nascimento de Nina, mas a fome é um elemento estruturante de uma pobreza e de um racismo que configura, que molda e que constitui a vida de diversas mulheres, em sua maioria negras, na Favela do Tripé.

É contraditório refletir sobre o crescimento da IA em um país que é um dos principais produtores agropecuários do mundo (CHAMMA E SPAROVEK, 2022), com recordes de exportações que, durante a crise econômica de 2020/2021, alavancou em 10% o volume exportado. O perfil de produtores rurais estrutura as dinâmicas da produção e impõe a necessidade de grandes empreendimentos, que devoram pequenos produtores sem pacotes tecnológicos e padronização na comercialização, conforme exigido quando a atividade aumenta de escala. Entre leis e decretos¹³³ que beneficiam e isentam impostos deste setor, sobra ficarmos reféns de um sistema alimentar excludente e pouco saudável, além de riscos mais graves. No entanto, conforme observado por Campello (2022), determinados indivíduos - negros, pobres, moradores de favelas e periferias- são mais afetados pela distribuição desigual de alimentos, principalmente sem políticas de Estado que sejam estruturadas e estruturantes de forma contínua.

Bel tem 21 anos, é uma mulher negra, que não completou o ensino fundamental e alterna entre morar no Tripé, com sua mãe Beatriz, em situação de rua ou em outras favelas do Rio de Janeiro. Quando Bel engravidou pela primeira vez, ainda em 2018, saiu do hospital maternidade e não voltou ao Tripé. Foi morar com uma amiga, já que na casa da mãe havia muita gente e não teria lugar para ela e para o seu filho, que acabara de nascer. Ela ia à favela com frequência para levar seu bebê para que todos vissem, até que um dia, ela chegou lá sem a criança. Questionada por todos sobre em qual lugar estaria seu filho, ela contou que ele havia morrido, que um dia ela acordou pela manhã e quando olhou para o lado ele estava morto e nada do que ela fez o trouxe de volta à vida.

Nesse período, toda vez que eu chegava ao Tripé, mais especificamente “na ponte”, as mulheres vinham comentar comigo sobre o ocorrido, sempre em tom de

¹³³ https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/1997/CV100_97

desconfiança e de acusação, como se a morte da criança estivesse relacionada a uma maternidade descuidada. A mãe era responsabilizada pela morte do filho, pois ela não cuidava bem dele, não lhe alimentava bem, ou talvez tivesse dormido enquanto o amamentava e ele sufocou. Enfim, todos os argumentos eram usados para culpabilizar a Bel, mas, até aquele momento, só sabíamos que ela havia perdido o seu filho e, segundo ela, nem os médicos conseguiram um diagnóstico do motivo da morte.

Apesar da falta de um diagnóstico para a morte do bebê, as vizinhas já concordavam que o motivo principal teria sido a falta de alimentação suficiente. Isto porque, para elas, uma mãe que, além de passar fome, não se preocupa em melhorar de vida para que seu filho não passe por “necessidade”, “não merece” ser mãe (FERNANDES, 2021, 2022). Como mostro na minha dissertação (MATTAR, 2019), há um “arcabouço moral” que determina quem pode ou não, quem merece ou não ser mãe. A partir de fofocas e comentários feitos entre as vizinhas, acerca de temas como o recebimento do PBF, a alimentação das crianças e o comportamento adequado das mulheres, produz-se o que Elias e Scotson (2010) e Goffman (1981) chamam, em contextos distintos, de “controle moral”.

Alguns comportamentos de mulheres são perdoáveis e outros não, a depender de como esta irá performar o exercício da maternidade e se vai atender às expectativas de seus companheiros, familiares e vizinhos. O controle de corpos de mulheres negras, pobres e moradoras de favela deslegitima a forma como elas escolhem vivenciar a experiência de ser mãe. Os lugares que deveriam ser de cuidado muitas vezes se mostram enquanto reproduções de reiterações de convicções de que a maternidade deve estar relacionada ao cuidado e este, da mesma forma, correlacionado ao sacrifício (FERNANDES, 2021). Bel, quando estava grávida, frequentava bailes, festas, “não pensava no futuro” e, portanto, não era perdoada, ou em última instância era quase como se merecesse a dificuldade que estava enfrentando com seu filho.

Contudo, algo mudou nessa história depois de algumas semanas, após uma visita de Conceição a uma amiga que reside em outra favela, também na Zona Oeste do RJ. Ela relatou que, durante essa visita, viu o filho da Bel no colo de outra mulher, que o tratava como filho e lhe dava uma vida que, nas palavras dela, era uma “vida de príncipe, com tudo que tem direito”. Quando Conceição questionou e quis saber a história a partir da versão de sua amiga, ela lhe confidenciou que sua

vizinha havia comprado o bebê das mãos de sua mãe, que o vendeu por um preço que ela considerou baixo, mas que serviria para o que ela estava buscando: a compra de drogas.

A história chegou ao Tripé e, mais uma vez, a Bel foi julgada e acusada de não ser uma boa mãe, pois ela havia dado o seu filho. Apesar disso, ele era visto como uma criança de sorte, pois seria criado por alguém em melhores condições financeiras e que não era uma mãe ruim, já que teria gastado dinheiro para comprá-lo, o que demonstrava, desde o começo daquela relação, que ela faria tudo por ele e ele não passaria fome. Quando eu questionei as mulheres, que comentaram comigo acerca do ocorrido, sobre onde estaria o pai do bebê, se elas sabiam quem era, se elas tinham alguma informação sobre o envolvimento dele com a gravidez, ou com o filho após o nascimento, pareceu que ninguém me escutou. Passaram para o próximo comentário sobre a Bel, apenas me respondendo “mas ela é mãe né, Vivi”, como se a maternidade fosse dotada de superpoderes e a paternidade fosse apenas uma pequena participação, sem qualquer necessidade de vínculo e responsabilidade posterior. Isso tudo só cabia à mãe.

Os dias e meses foram passando e parecia que a história ia sendo parcialmente esquecida. A Bel voltou a morar com a sua mãe e, poucos meses depois, ela engravidou novamente. Logo após o nascimento, ela saiu da casa de sua mãe, voltando à situação de rua e de fome. Ela não possuía documentos, pois havia perdido todos eles na sua última temporada na casa de amigas. Por isso, por mais que eu investisse em tentar cadastrá-la no CADÚnico, para incluí-la em Programas de assistência social, precisava que ela se movimentasse para retirada da segunda via da documentação, o que não aconteceu:

Vivi, eu não tenho documento nenhum. No hospital, minha mãe teve que ir pra liberarem minha saída com a Nina. Perdi tudo, não sei o que eu fiz, mas não sei pra que tirar, não vou conseguir comida, não vou conseguir casa. Preciso arrumar o que comer, por isso deixei minha filha com a Conceição. Se você souber de alguma coisa me fala, eu já estou quase morta, por dentro, por fora, por todos os lados. Documento não vai mudar nada disso.
(Bel, 21 anos)

O trecho acima explicita uma situação em que as múltiplas injustiças e apagamentos resultam em configurações sociais de uma humilhação sistemática, que leva determinados indivíduos a acreditarem em uma vida em que são responsabilizados pela situação em que se encontram, quase como se merecessem

a condição de precariedade. Rego e Pinzani (2013) utilizam o conceito de “sofrimento social” para explicar uma vida em que determinadas pessoas enfrentam múltiplas modalidades de sofrimento e de invisibilização. Segundo os autores, a experiência da injustiça é responsável pelo afastamento desses indivíduos da luta pela garantia de seus direitos, os distanciando da democracia e levando ao que eles chamam de “apatia política”.

No que diz respeito à noção de sofrimento social, Das e Lock (1997) o revelam como um fato especificamente social, inaugurando um pensamento de ampliação do mal-estar com interferências das dinâmicas sociais e interesses políticos e econômicos. O sofrimento social se emaranha nas zonas de precariedade e nos locais de maiores fragilidades, resultando na perda de desejos, saúde, sonhos, relações sociais, trabalho, ou seja, a vida passa a ser composta pela tentativa e não a concretude do viver (WERLANG E MENDES, 2013).

Veena Das (2020) analisa de que forma a violência e o sofrimento se apresentam não apenas em eventos extraordinários, mas nos processos diários da vida, fazendo parte da constituição e afetando profundamente diversas dimensões do indivíduo, modos de viver e de compreender a vida. Esses processos mais amplos, abordados como “sofrimento social”, associam as pessoas a fatos violentos, que podem arrasar com a viabilidade de uma vida que se vivia, resultando, por exemplo, na incapacidade das pessoas a desempenharem atividades rotineiras. A violência passa a permear o modo de conhecer a realidade presente, sendo necessária a produção de novos contextos e ressignificações de relações sociais para se manter resistente.

A vida na extrema pobreza é marcada por uma violência sistemática. Ir dormir sem saber se, no dia seguinte, poderá se alimentar é a não garantia de nenhum direito mínimo, é a privação que inclui perdas sucessivas e que impõe uma vida de conseguir suportar o insuportável. Por vezes, as dores intoleráveis produzem formas de resistências e estratégias para sobreviver e buscar uma integração (ainda que mínima) social, através da produção de laços familiares e comunitários que garantam a proteção e o reconhecimento de populações que se encontram, continuamente, no centro de políticas de apagamento e extermínio (DAS, 2021), conforme veremos a seguir.

Beatriz, a mãe de Bel, avó biológica de Nina e vizinha quase de porta da Conceição, não pode cuidar de sua neta, pois vende biscoitos no sinal, o que não lhe possibilita ter tempo para um bebê e nem dinheiro suficiente para arcar com as demandas de fralda, leite e, posteriormente, alimentos. Por isso, ela foi e é constantemente julgada pelas vizinhas que afirmam que ela “não tem amor pela neta”, “quase não pega ela no colo”, ou “nem sabe se ela está passando fome”. Para amenizar essa situação, Beatriz me contou em determinado momento, que estava tentando conseguir doações e, para isso, escrevia no Facebook pedindo ajuda para a neta. Por outro lado, Conceição, que também se chateava com o fato de Beatriz nunca ajudar na criação da neta, se incomoda com a exposição nas redes sociais e duvida da atitude, já que, segundo ela, as doações nunca chegavam para Nina:

Vivi, eu dou tudo pra ela, ela come como um touro. Eu passo fome, meu filho mais velho também, mas ela e o mais novo não deixam. Tá comendo já feijão com arroz e quando acaba pede pra mamar. Não é fácil, eu aqui sou sozinha. Agora estamos recebendo o Emergencial, mas não dá pra todo mundo. Mas ela vem usar foto da menina pra pedir doação? E você acha o que? Que se alguém doar, ela vai me entregar? Vai ficar pra ela ou para os filhos dela, ela nunca deu nada pra Nina, você sabe, nem pega a menina no colo. Agora parece o que? Todo mundo sabe que eu que estou com ela, parece que sou eu que estou pedindo. Aí o povo passa aqui, se eu estiver tomando uma cerveja, já vão achar que foi com a doação, que eu vendi a doação, que eu peço, mas tenho dinheiro pra beber. Mas ninguém vê meu corre de vender uma maquiagem, ou uma água na Brasil para vencer e não fazer as crianças passarem fome, cada um faz o que quer para conseguir ser alguém, você não acha? Fiquei muito chateada com o que ela fez.

(Conceição, 44 anos)

A fala de Conceição é um exemplo de como as diversas estratégias para obtenção de doações e, mais especificamente, de comida, organizam a vida social naquele contexto. Algumas ferramentas são acionadas, como fotos em redes sociais, com o objetivo de mostrar a necessidade de doação para conseguir a cesta básica, a partir de uma engrenagem que acione a compaixão e a empatia no outro, a ponto de fazer com que ele se mobilize, ou um grupo de pessoas, para ajudar. Além disso, observamos uma certa consciência e receio da possibilidade de uma vigilância, ligada a um consumo de substâncias que não são lidas naquele contexto como uma necessidade básica, que pode ser gerada por uma exposição pública da imagem de uma criança.

Quando as políticas públicas falham, são insuficientes, se apoiam na omissão como uma forma de gestão e como um projeto, as práticas conceituadas por Gago

(2018) como “condutas de baixo”, ou seja, formas comunitárias de fazer, se articulam com objetivo de resolução de vida, produzindo empreendimentos e ações que alimentam redes informais e modalidades de renegociar direitos que se valem da “vitalidade social” (GAGO, 2018), uma tradução de condições neoliberais impostas. Para a autora, o neoliberalismo está nas práticas de sociabilidade das classes populares, pois não se reproduzem só no macro, na intervenção do estado, mas também no micro, a partir de economias populares. A autora discute como a forma de desejo da vitória fortalece o neoliberalismo, que está enraizado na subjetividade popular e é correspondido pela organização das economias informais. Todavia, o que observo, desde minha pesquisa de mestrado é que, muitas vezes, a “vitória” diz respeito a não passar fome, ou a não reproduzir, na vida das crianças, o que essas mulheres sofreram em suas vidas quando se fala do não acesso à alimentação.

Quando Conceição pegou a Nina para criar, algumas vizinhas chegaram a comentar que teria sido por interesse, pois assim ela receberia mais doação e mais dinheiro como, na época, o Auxílio Emergencial. Essas mulheres ignoraram o fato de que este auxílio não era articulado com o número de crianças na casa, diferentemente do atual PBF, conforme mostrei no segundo capítulo. No entanto, apesar de realmente terem chegado mais doações para a família no momento da adoção, como notamos no restante do país, a fome¹³⁴ se tornou uma realidade na casa de Conceição.

5.2. Pandemia e o retorno do Brasil ao mapa da fome.

Assistimos durante o período de 2003 a 2014, a uma sistemática redução da pobreza e da insegurança alimentar (IA) no Brasil. Os estudos aferidos através de relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que desenvolveu a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), produzida em 2004, 2009 e 2013, evidenciam uma diminuição considerável da insegurança alimentar e da fome. Sendo assim, com o maior encolhimento histórico, o Brasil, em

¹³⁴ <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1392789/>. Acessado em 15 de maio de 2022.

2014, saiu do mapa da fome, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014).

A ideia da fome, evidenciada por Josué de Castro (1984), pode ser explicada pelo conceito desenvolvido por Mauss (2003, p.187) de fenômeno social total ou fato social total. Neste caso, como mencionado por Castro durante uma entrevista concedida a Araújo Dantas (1984, p.115), para além de questões nutricionais, a questão da fome implica a política, a história, a economia e o social, de forma visível ou encoberta:

...antes só se empregava a palavra fome para designar os casos extremos observados em algumas regiões. Ora, a fome, na acepção rigorosamente científica do termo, não compreende apenas a inanição, mas sim todas as modalidades de deficiência alimentar, formas visíveis e formas ocultas, estas reveladas pelos exames laboratoriais ou pelos coeficientes de mortalidade de numerosas doenças, que não passam afinal de disfarces da fome. A fome é para mim a expressão biológica de males sociológicos, estando em íntima relação com as distorções econômicas.

A fome é exposta tanto em casas em que se come todos os dias, como em casas em que não há o que colocar no prato em uma ou mais refeições. Isto porque comer todo dia não significa se alimentar de forma a atender as necessidades nutricionais quantitativas e qualitativas dos indivíduos. Podemos então utilizar a divisão elaborada por Castro (1960) sobre fome epidêmica e endêmica, sendo a primeira considerada conjuntural, que atinge grande parte das pessoas em um determinado tempo, e a segunda, que também pode ser reconhecida enquanto fome oculta, é parcial e produzida pela ausência permanente de determinados elementos nutritivos, fazendo com que populações inteiras sofram cotidianamente. Os trechos abaixo, de entrevistas e diálogos com minhas interlocutoras, apontam para uma desesperança famélica, em que a total falta de comida resulta em uma desordem biológica, a uma sensação de constante fadiga e cansaço:

É uma fome que nem sei de que é, porque eu comi agora mesmo um arroz, foi puro porque era o que tinha. Ontem foi farinha pra mim e farinha com água pra ela (se referindo à filha de 3 anos). Aí a gente fica aqui, paradas, sem vontade de nada, sem força pra nada, sem querer pra nada, vamos aqui fazendo a vida passar e a gente vê. (Catia, 33 anos)

Ela me mandou mensagem agora pedindo ajuda, porque não tem nem pão velho pra comer. Ela disse que há um mês come pão todos os dias, não tem dinheiro pra mais nada. Aí ela compra 4 pães por 1 real, que dá pra 2 dias, ou seja, faz aí as contas, ela gasta uns 50 reais por mês? Mas pelo menos não passa fome. Eu não tinha nada pra dar, nem pão de ontem eu tinha, porque aqui em casa, estou comprando pão certinho e ninguém pode

repetir. Um pão pra cada, depois só o almoço, não tem iogurte, não tem biscoito, não tem. (Luiza, 39 anos)

Vivi, acabou tudo, tudo mesmo, não tem nem açúcar se eu quisesse comer açúcar puro, não tem nada. Eu estou torcendo por uma doação que não chega e, se chegar, nem sei se vou receber. E, se eu receber, nem sei se vai dar pra comer. Quer dizer, do jeito que tá, vai ter que comer, vindo podre ou com bicho, é melhor do que essa dor no estômago, essa tristeza que não passa, que não passa. (Jurema, 32 anos)

Os trechos acima corporificam o que é descrito por Josué de Castro sobre fome endêmica, ou crônica, que está mais oculta, e a fome epidêmica, que fala sobre as crises de fome mais agudas e, portanto, as que causam maior comoção e estimulam ondas de doações. Seja ela crônica ou aguda, faz-se necessário conhecer e entender a fome para combatê-la. As várias formas e faces da fome estão, para Castro (1960), diretamente associadas a problemas estruturais ou momentos de crise.

Gonzalez (2020), em sua análise que leva em consideração distintas formas de diferenças, nomeou enquanto “fome congênita” uma situação que impacta a vida de, principalmente, pessoas negras, desde o seu nascimento. Abro esse capítulo com um trecho de um livro da autora, mas é possível encontrar retratadas na sua obra diversas análises sobre o tema, como em “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020), em que ela analisa o que sobra para a população negra que não “sucumbiu” após anos de esgotamento físico, psicológico e de sofrimento, a partir da realidade cotidiana da fome. A fome à qual a autora se refere é a fome que embala a realidade de milhões de brasileiros cronicamente ou endemicamente, que se torna parte das sensações que habitam aquele corpo. Pode, por vezes, ser aliviada pelo recebimento de doações, ou benefícios de políticas sociais, que possibilitam a compra imediata de alimentos, mas ainda paira no cotidiano desses sujeitos como um fantasma constante.

Outra questão importante a ser analisada é relativa à utilização dos termos fome e insegurança alimentar. Na PNAD de 2004, o IBGE utiliza mais o termo insegurança alimentar do que fome e, por isso, faz-se necessário refletir sobre os dois conceitos, já que o segundo vem aparecendo menos, seja em espaços políticos, midiáticos ou da sociedade. Como fome, o IBGE (2006) descreve “condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida”, isto é, relacionada à quantidade de ingestão de alimentos. Na

pesquisa sobre segurança alimentar, a fome é uma condição involuntária provocada pela falta de recursos de indivíduos para acessar determinados alimentos.

Já no caso da insegurança alimentar, o IBGE utiliza algumas possíveis situações que, se vivenciadas em até três meses que antecederam às entrevistas realizadas durante a pesquisa, era possível afirmar que determinada pessoa se encontrava em IA, sendo elas: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durariam até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constitui a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos, que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou (IBGE, 2006).

Menezes e Pacheco (2021)¹³⁵, em um artigo no *Le Monde Diplomatique*, analisam a fome e a miséria no Brasil. Elas relembram situações relacionadas à fome, como a criação de campos de concentração no Ceará, nos anos de 1915 e 1932, que foram organizados estrategicamente para impedir a entrada de flagelados que fugiam da seca e buscavam oportunidades em outras cidades, em que viviam famílias da burguesia. Milhares de pessoas ficaram sujeitas a forças militares e em situações de fome, sede e sem condições sanitárias, o que levou muitos à morte.

Até o final do século passado, o Brasil entendia a fome enquanto uma fatalidade, algo que era quase como uma condição inerente e inevitável. A fome não se encontrava apenas no âmbito do extraordinário, mas na vida cotidiana, na maioria das vezes em contextos rurais, principalmente nos estados do Norte e Nordeste, relacionadas à seca. Com o passar dos anos, a fome se espalhou para todas as regiões do país e se urbanizou, mudando suas características e sendo definida pelas desigualdades sociais fortemente enraizadas. Para Menezes e Pacheco (2021), a fome se iniciou na colonização, sendo fortemente marcada e gerada pela escravidão: “São as desigualdades étnico-raciais, de gênero e territoriais, que se expressam a partir de situações de concentração extrema da renda, do patrimônio e,

¹³⁵ <https://diplomatique.org.br/um-pais-de-muitas-fomes/>. Acessado em 20 de agosto de 2022.

em particular do acesso à terra e à água, do acesso aos serviços e, não menos importante, do acesso ao poder político.”

Silva Filho (2022) analisa de que forma o aumento da fome como resultado do alargamento das desigualdades sociais, da obesidade e de outras doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) corrobora de forma pervasiva o que ele nomeia enquanto “irracionalidade do nosso sistema alimentar”, que tem como principal finalidade as necessidades do capital, sendo o alimento visto enquanto uma mercadoria como qualquer outra. A urbanização e o conseqüente esvaziamento rural influenciaram a alimentação de parte da população, uma vez que modificaram a ingestão de alimentos que não eram mais plantados e colhidos para a família. Para Marx (2013), este processo transformou indivíduos em materiais do capital variável, que precisam ir em busca de salários para adquirir produtos alimentícios. O mesmo ocorre, segundo o autor, com as matérias primas agrícolas, que se transformam em capital da indústria.

Essas variações modificaram o consumo e a produção dos alimentos e produziram novas relações, seja no âmbito familiar, como no do mercado externo com movimentações globais das mercadorias. A comida então e a escolha do que se alimentar passa a ser composta por diversos fatores, não só os ligados à necessidade biológica, mas também no sentido de realização material, que se associa mais ao que o mercado tem para oferecer do que pela qualidade do que se consome, como no caso do Brasil, em que vemos menos disponibilidade de alimentos minimamente processados, quando comparado aos ultraprocessados.

Até o ano de 2010, o direito à alimentação básica não estava descrito na Constituição Federal Brasileira. O processo que levou à inclusão teve início em 2003, a partir de um conjunto de medidas, entre eles o Programa Fome Zero (PFZ), criado no primeiro mandato de Luiz Inacio Lula da Silva e que se consolidou como um marco de políticas sociais específicas para olhar a fome. Alicerçado na institucionalização do PFZ, o combate à fome se transformou em preocupação nacional, mobilizando diversas esferas e recursos que tiveram como consequência a saída do Brasil do Mapa da Fome, em 2014 (FAO, 2014).

No entanto, conforme demonstrado por Blanco (2022) e Castro (1948), apesar de eventos raros, a fome nunca deixou de ser uma realidade no Brasil, nunca foi erradicada por completo. Isso se deve ao fato de a fome ser endêmica e estrutural, ou seja, ela é uma consequência de diversas mazelas, iniciadas no período de

colonização, que marcaram a história do país. Para Blanco (2022, p.26), é importante analisar “a fome enquanto uma categoria de gestão, ou como um problema social e sociológico”, sempre existente, mas que se intensificou no período mais recente com políticas de austeridade iniciadas no governo Michel Temer, em 2016, após golpe sofrido pela Presidenta Dilma Roussef.

O processo ultraliberal (ARAÚJO e CARVALHO, 2021) pós golpe foi associado a medidas como privatizações, redução de proteções sociais, desregulação financeira, flexibilização do trabalho, fortalecimento do agronegócio e da mineração. Esses modelos, no entanto, vêm somados ao liberalismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo e racismo, em que há a demonização social e democrática (Brown, 2019), em que determinadas pessoas são firmemente afetadas como consequência de um governo administrado apenas como um negócio, deixando desprotegida parte da população.

Foucault (1978-79) analisou o neoliberalismo como uma nova racionalidade política, cujos resultados vão além da política econômica e do fortalecimento do capital, que transforma o homem em sujeito de competição e de aprimoramento do capital humano. Para o autor, há uma “reprogramação da governamentalidade liberal”, tornando o sujeito um empreendedor, convertendo trabalho em capital humano e reorganizando o Estado, o que tem efeito radical nos valores da sociedade e na condução dos que governam. Esse novo tipo de racionalidade é responsável por engrenar e impulsionar saberes e poderes que vêm também “de baixo para cima”, ou seja, como os modos de existências e as dinâmicas sociais se reorganizam e projetam uma nova racionalidade.

Assisti no Tripé a vários novos tipos de empreendedorismo que surgiram com objetivo de lidar com a fome. Práticas que alimentam as redes informais, como exemplificado por autores como Gago (2018) e Telles e Hirata (2007), transformam a necessidade de sobreviver em expedientes de trabalhos precários, empregos temporários, em que há certa dificuldade em desnublar diferenças entre trabalho e desemprego, informalidade e formalidade, legal e ilegal.

A venda de quentinhas¹³⁶ para o tráfico, a produção de salgados e doces para vender, venda de produtos de beleza, rifas, bingo, apostas em máquinas caça níquel, venda de roupas, venda de produtos roubados, venda de frutas e legumes,

¹³⁶ Pratos de comida servidos em embalagens descartáveis, geralmente com custo baixo.

venda de doações, venda de bebidas na Avenida Brasil, venda de comida nos sinais de trânsito e tantos outros, coloca os moradores do Tripé nessa difícil régua do legal e do ilegal. As esferas organizadoras da sociedade naquele contexto, e em outros também favelizados, associa as necessidades de driblar a fome com a produção de novas formas sobrevivência.

Ainda que a alimentação seja um direito social previsto na Constituição Federal¹³⁷, desde o ano de 2010, segundo pesquisa¹³⁸ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, do total de 207¹³⁹ milhões de brasileiros, 116,8 milhões convivem com algum tipo de insegurança alimentar. Um quadro como esse, em que mais da metade da população não possui acesso pleno e permanente à comida, justifica cenários cada vez mais recorrentes na busca por algum tipo de alimentação, como por exemplo a “fila do osso” para doação de ossos, ou a procura por fragmentos de arroz e feijão quebrados¹⁴⁰, que anteriormente seriam usados para produção de ração de animais, mas que agora refletem um país afundado na miséria e no desemprego¹⁴¹, como demonstra Conceição durante uma conversa no ano de 2021:

Não está dando pra comprar nada, eu recebo 600 reais do Auxílio Emergencial, não enche nem pra meio mês, somos 4, às vezes 5. Compro só leite para as crianças, fralda, arroz, feijão, ovo ou pé de galinha e o gás. Ainda tenho que tentar tirar o dinheiro para os meus remédios, porque o postinho não distribui mais, mas nem sempre consigo. As coisas estão tão caras que às vezes eu paro no mercado e começo a chorar. Sei que vamos passar fome.

Aí, às vezes chega doação, mas nem sempre vem coisa boa, Vivi, vem muita coisa podre, podre mesmo, de não dar pra ficar perto de vontade de vomitar. Semana passada veio uma coisa horrível, um monte de ovo podre, pé de galinha podre, o pessoal estava na necessidade, acaba pegando. Eu não peguei, aquilo está fedendo pra caramba, parece até mofado. Pessoal lavando o ovo na porta pra tirar os tapuranos. Eu não peguei porque se eu pego, não como ovo nunca mais, de tanto que fede.

¹³⁷ [http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2010/fevereiro/alimentacao-afora-e-direito-constitucional#:~:text=Agora%20est%C3%A1%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.&text=Com%20o%20nome%20%22Emenda%20Constitucional,sexta%2Dfeira%20\(5\).](http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2010/fevereiro/alimentacao-afora-e-direito-constitucional#:~:text=Agora%20est%C3%A1%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal.&text=Com%20o%20nome%20%22Emenda%20Constitucional,sexta%2Dfeira%20(5).)

¹³⁸ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acessado em 10 de novembro de 2022

¹³⁹ https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf. Acessado em 10 de junho de 2023.

¹⁴⁰ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acessado em 10 de novembro de 2022

¹⁴¹ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acessado em 10 de novembro de 2022

O pessoal está na necessidade, acaba pegando. Eu estou na necessidade, mas não pego não. Tem três ovos lá na geladeira, depois que eu vi aqueles podres, não estou conseguindo comer porque aquele cheiro não sai de dentro de mim. As mulheres iam, pegavam assim e saíam com aquilo agarrado, o ovo quebrava, e ia caindo no chão, ovo podre, sabe? Podre mesmo, cheio de bicho. Dão bicho pra gente. (Conceição, 44 anos)

Conceição cita em sua fala o Auxílio Emergencial, benefício criado durante a pandemia de COVID-19. No entanto, conforme já mencionado acima, a fome vinha se acentuando desde o golpe de 2016. Conforme analisado por uma pesquisa do IBGE, no ano de 2004¹⁴², 35,2% da população brasileira vivia em insegurança alimentar. Em 2009, esse número caiu para 30,4% e, em 2013, esse número encolheu ainda mais, atingindo 22,9%. Desde 2016, essa porcentagem voltou a crescer alcançando 36,7%, em 2018, e o número preocupante de 50,2%, em 2020.

A diminuição da insegurança alimentar, entre os anos de 2004 e 2013, deixa evidente o sucesso do PBF que, desde a sua criação, em outubro de 2003, baseou-se na transferência direta de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social, em situação de pobreza e extrema pobreza. O programa desloca para essa população investimentos em direitos sociais básicos como saúde, alimentação e assistência social. O PBF, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social¹⁴³, foi criado com o objetivo e o desafio de “combater a fome e a miséria e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza no país.” Para tal, foram pensados três principais eixos: complemento de renda, acesso a direitos e articulação com outras ações.

Para além do PBF, Campello (2021) analisa alguns outros fatores e ações eficazes contra a fome, que foram consenso durante os governos do Presidente Lula e da ex-presidenta Dilma. A pesquisadora e ex-ministra de Desenvolvimento Nacional e Combate à Fome cita como é importante haver uma liderança política que se responsabilize e que consiga acionar e mobilizar outros atores políticos para o combate à fome. Além disso, há de se olhar para a falta de acesso da população a alimentos, pois, apesar da grande produção do Brasil, o desemprego, o congelamento do salário-mínimo e a crise no sistema de previdência social são fatores que influenciam diretamente a conjuntura da fome. A autora também explicita

¹⁴² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acessado em 10 de novembro de 2022

¹⁴³ <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>. Acessado em 10 de novembro de 2022

a situação da merenda escolar e da agricultura familiar, com cadeias desorganizadas e falta de incentivo, que acaba trazendo agricultores desempregados para as grandes cidades, onde eles encontram empregos informais e dificuldade no acesso à alimentação de qualidade.

Concordo com Blanco (2022) ao afirmar que a fome, no Brasil, sempre foi associada a crises, epidemias, problemas de seca, econômicos, políticos e de guerra. Ou seja, a realidade da fome não é totalmente nova, tampouco pode ser resultado apenas da pandemia, ainda que tenha encolhido durante alguns anos, nunca deixou de existir. Para exemplificar, a autora utiliza uma fala do ex-presidente Jair Bolsonaro quando afirmou, no ano de 2019¹⁴⁴, que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, pois “não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético”.

Desde a minha pesquisa de mestrado (MATTAR, 2019), analiso como os desmontes nas políticas públicas e os retrocessos no combate à fome impactaram de forma avassaladora as moradoras da favela do Tripé. Em 2019, muitas mulheres tiveram seu benefício do PBF suspenso. Sem qualquer explicação, elas pararam de recebê-lo, o que resultou ao retorno à situação de fome, com dificuldade em acessar quantitativamente e qualitativamente alimentos (MATTAR, 2019, P.76).

Eu liguei pra lá e nada. Falaram que a prefeitura não tinha feito o repasse, aí eu fui lá pra saber o que aconteceu. Eles disseram que, no meu caso, nem foi questão do repasse, mas que eu tinha uma empresa aberta no meu CPF. Viviane, eu não tenho dinheiro nem para comer, imagina pra abrir uma firma com onze funcionários! E agora eu não sei o que eu faço. Ela mandou eu levar um documento lá, vou ver se resolve, mas é isso né? Estou sem dinheiro. Ontem fui ao supermercado com as meninas e o Gustavo e depois de muito tempo eu sofri de desespero. Teve uma hora que parei o carrinho e comecei a chorar de nervoso do dinheiro não dar pra comprar tudo. As meninas iam colocando as comidas no carrinho, uma colocava carrê, outra salsicha. No fim, tivemos que tirar tudo, levamos só fralda, muito fubá, pra misturar com água e uma cartela de ovo. A gente tem comido isso há algumas semanas: fubá e ovo, ovo com fubá.” (Luíza, 39 anos)

No ano de 2019, mesmo ano em que Luíza e tantas outras famílias estavam se alimentando de fubá, ovo, pé de galinha e osso, o ex-presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que faz parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e que apresenta como principal objetivo assegurar o direito à alimentação adequada a toda a

¹⁴⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.ghtml>. Acessado em 10 de novembro de 2022

população residente no território nacional, conforme prevê o artigo 6º da Constituição. O CONSEA, que teve seu retorno instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2023, é uma instância importante cuja sociedade civil pode exigir avanços e, junto aos estados e municípios, constrói uma articulação federativa.

Outras extinções e esvaziamentos, como a do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incentivavam a agricultura alimentar, a promulgação da Emenda Constitucional 95, que no final de 2016 limitou por vinte anos os gastos públicos, comprometendo assim a promoção de políticas sociais, entre elas as voltadas à alimentação e o próprio encerramento do PBF no ano de 2021, são exemplos de como assistimos e vivenciamos momentos sombrios de políticas de genocídio destinadas a determinadas populações.

Para Tereza Campello (2021), o que vimos entre 2016 e 2022, e que foi evidenciado durante a pandemia, não é um acontecimento isolado, mas tem como procedência um panorama progressivo de desassistência e desmonte de políticas sociais. Ela exemplifica: "O país continua sendo um dos maiores produtores do mundo, mesmo na pandemia. Aliás, produzir muito entrou na contramão da própria segurança alimentar da população: a gente exportou nosso arroz aproveitando os preços internacionais (o que encareceu internamente o grão). A falta de alimento saudável para a população brasileira não é resultado da falta da produção, muito menos de condições naturais", pontua Campello, "palavra-chave, então, é acesso".

Essa situação de fome pode ser reforçada em tempos de crise, como a que enfrentamos durante a pandemia de COVID-19, mas, ao mesmo tempo que os indivíduos são afetados pela falta de alimentos, o capital agregado à produção, investimento e especulação desses sistemas alimentares aumenta os preços dos alimentos, reforçando assim a dependência de países periféricos, pois favorecem a exportação de alimentos para garantir o abastecimento do mercado externo à garantia do abastecimento do mercado interno (OSÓRIO, 2012).

Segundo Franco (2012), de acordo com o Fundo de Alimentos e Agricultura do Índice de Preços de Alimentos das Nações Unidas, os preços de alimentos e *commodities*¹⁴⁵ agrícolas aumentaram 28,1% em 2021 (FAO, 2021). Enquanto os

¹⁴⁵ Commodities são produtos primários produzidos em larga escala que fornecem matéria-prima para todos os setores da sociedade. Os principais tipos são: Agricultura, Pecuária, Mineração e

preços dos alimentos subiram, a renda dos trabalhadores diminuiu. Para a Organização Internacional do Trabalho (2021), pensando na crise econômica presente em 2020, a jornada de trabalho foi reduzida em 8,8%, o que significa que houve um encolhimento de 225 milhões de empregos em tempo integral, quatro vezes mais do que em 2009.

5.3 A Emergência da emergência: Estratégias e resistências na tentativa de superar a fome.

No Tripé, foi possível observar várias estratégias adotadas com o objetivo de superar a fome. Principalmente durante a pandemia, chegaram muitas doações na favela, advindas de ONGs, da Associação dos Moradores, CRAS, de projetos sociais. Algumas dessas organizações, procuravam a Luíza, vice-presidente do Projeto Azul, para ajudar no cadastro e na distribuição, tendo em vista que ela já era responsável por esse trabalho em outras frentes e era entendida enquanto uma espécie de líder comunitária.

Outras mulheres, como a Conceição, também eram requisitadas para ajudar, principalmente no que diz respeito a escolher quem deve ou não receber aquela doação, ou seja, quem merece ou não participar da lista que convocará os que poderão receber comida, se alimentar naquela semana. Quando se trata de fome, essa análise é importante pois coloca em questão diversas acusações, moralidades e juízos de valor. Naquele contexto, conforme debatido no terceiro capítulo, se produz algumas regras que pré-estabelecem quem é ou não uma boa pessoa, quais atitudes se deve ter para merecer receber Programas de transferência de renda, para ser uma boa mãe, para receber doações e para poder, através dessas evidências, passar ou não fome (MATTAR, 2019).

Júlia e Conceição são exemplos de pessoas que julgam quem deve receber, sendo que se tornam uma espécie de lideranças, mediadoras de alimentos em um contexto crítico como um espaço de fome. Esse lugar que ocupam produz relações

Meio Ambiente. Seu papel é fornecer matérias-primas para a fabricação de vários produtos industriais. Essas commodities são de grande importância econômica e estratégica devido ao seu uso por diversos agentes. As commodities são negociadas nos mercados internacionais, então os preços flutuam amplamente.

de conflito, mas lhes concede um certo status na favela, já que constroem, ou fazem parte da construção, de quem vai ser contemplada. Assim, vemos emergir mais uma vez algumas reafirmações de convenções de gênero, que coloca de um lado mulheres no papel do cuidado e homens ocupando espaços públicos ligados ao tráfico, a polícia e a morte. Em ambos os casos, espera-se manter uma relação amigável para possibilidades do acesso à comida e proteção:

A gente dá o nome pra Luíza ou pra Conceição, no dia antes ou no dia que eles vêm, mas um pouco mais cedo. Aí, às vezes eles vão nas nossas casas para ver como vivemos, as próprias pessoas que doam, mesmo com as listas que elas já fizeram. Ali naquela lista, elas podem já cortar alguém, ou eles mesmo cortam depois. Minha avó nunca conseguiu uma cesta, porque quando foram na casa dela, viram uma TV Smart enorme na sala. Ela trabalha desde nova, acorda às 4 horas da manhã, não tem direito de ter uma TV? Eles falaram que ela não precisava e tiraram ela da lista.

Agora, eu vi um monte de gente, que eu sei que não precisa, ganhando. Bebem o fim de semana todo e depois vêm falar que não tem como comprar comida. Mas minha avó, que trabalha, que dá duro, não pode ganhar. Mas não tem com quem reclamar, vai reclamar com os meninos (tráfico)? Eles não se metem muito nisso e se achar que você está errada, já viu..." (Bia, 18 anos)

A forma como esses sujeitos são classificados e organizados em uma lista, em que prioridades de quem deve estar no topo e receber determinado produto passa por convicções e definições subjetivas, fala das moralidades dispostas, não só no Tripé, mas nas organizações que levam as doações. Como demonstrei no terceiro capítulo, tanto para as pessoas que organizam a lista como para as que doam, se estabelece a emergência da emergência, que não diz respeito só a quem não merece determinada doação por beber durante o final de semana, mas sobre como a vida é e precisa ser organizada para que elas sejam ou se transformem em pessoas que merecem receber doações em detrimento de outras.

Certa vez, presenciei um desses dias de distribuição de cestas realizada por uma das ONGs da região. Era um dia frio e a chuva que havia caído no dia anterior deixava o chão da favela com muita lama e buracos com poças de água. Um caminhão pequeno cruzava a favela buzinando e conforme ele ia percorrendo paralelamente a linha do trem, as mulheres iam saindo de suas casas para seguir o carro. Eu estava na casa de uma interlocutora e ela pediu que continuássemos nossa conversa a caminho de onde estava estacionado o caminhão com as doações, para que ela não perdesse a chance de colocar seu nome na lista. Fui

andando lado a lado com ela e outras mulheres se juntaram a nós pelo caminho e que conversavam sobre a possibilidade de recebimento das cestas.

Quando chegamos no local, as pessoas que organizavam a doação desceram do caminhão com um bloco de papel em branco e pediram para que a Conceição começasse a anotar os nomes que seriam contemplados. Naquele dia, eram 20 cestas a serem distribuídas e as mulheres começaram a se aproximar, ainda que sem uma organização, na tentativa de chegar perto do local em que a mulher anotava os nomes. As crianças, para não serem empurradas, foram se afastando e arrumando brincadeiras umas com as outras. Algumas não conseguiram sair a tempo e acabaram caindo no chão molhado. Após um longo momento, a lista voltou para a mão do homem que organizava a entrega e ele começou a chamar nominalmente quem havia sido escolhida naquela tarde. A maioria das pessoas que aguardavam seus nomes serem chamados eram mulheres negras, com seus filhos pendurados no colo, ou brincando próximos à linha do trem e, quando seus nomes não foram chamados, era possível ouvir lamentos e questionamentos sobre porque não haviam sido escolhidas:

Dessa vez não entendi mesmo, nem fui ao baile, você foi? Ah, mas você vive por aí dando biscoito pro seu filho e todo mundo vê, né? Se bem que a Isabel vive na porta de casa, eu saio pra levar as crianças pro colégio e ela está lá, toda aberta bebendo cerveja, bêbada...aí não tem mesmo que receber, mas a gente, acho que fizemos tudo certo... (Luara, 32 anos)

São esses corpos que são julgados como boas mães e, portanto, merecedoras, ou mães ruins e, portanto, não merecedoras. Kilomba (2020) discute como, a partir da década de 1960, o movimento feminista negro avançou na ideia de tentar desmistificar imagens de mulheres negras associadas à preguiça, submissão e negligência. Para isso, investiram em representações de “mulher negra poderosa” e da “matriarca negra superforte”. As imagens são relacionadas à ideia de força, auto sacrifício, dedicação e amor incondicional que, se refletirmos, quando se soma à experiência da maternidade, é exatamente o que, comumente, vemos acontecer a partir da reafirmação de convenções de gênero (MATTAR, 2019). No entanto, tanto no Tripé quanto em tantos outros contextos, essas imagens negam a legitimação das experiências de mulheres negras, cuja capacidade de (sobre)viver em condições adversas de múltiplas violências, diretamente ligadas ao racismo generificado, está sendo usada para validar estereótipos racistas.

Além disso, concordo com Lélia González (2020, p.141) no que diz respeito à imposição dos brancos em classificar e definir “um sistema ideológico de dominação” que infantiliza pessoas negras, que “suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história”. No Tripé, algumas doações são efetuadas perante prévia “análise” dos pertences ou da vida de mulheres que têm suas realidades e suas histórias excluídas, ignoradas e devassadas:

Pois é, eu também fui lá pra tentar entender por que eu não recebi a cesta hoje, mas eles mesmo não me falam. Eles escolhem pra quem dar, como eu fiz o aniversário da Lia, acho que eles acharam que eu não precisava. Eu tentei contar a minha história, você sabe que a madrinha dela ajuda, a avó ajudou também, deu todos os ingredientes para o bolo, mas eles não querem saber, me disseram que era pra eu esperar mais um pouquinho que minha vez ia chegar, rs, que nem na escola, os últimos serão os primeiros. O problema é que hoje eu estava mesmo precisando. A Lia está sem ter o que comer, sem leite e sem o mucilon dela, eu podia usar o dinheiro do auxílio pra comprar as coisas dela se eu recebesse essa cesta, porque Vivi, a menina come viu...ela bate um prato de feijão com arroz e depois ela ainda quer tomar leite com mucilon. Sei que está muito difícil. Vamos ver se pra semana sou sorteada na cesta de vocês, ou então nessa outra...” (Jana, 25 anos)

De certa forma, a fala da Jana deixa outro aspecto evidente: o sistema de desinformação (MATTAR, 2019; 2022) que atravessa a relação com o Estado sobre quem recebeu ou não o AE, ou o PBF, se materializa também na distribuição de cestas básicas. É essa rede de falta de conhecimento que é, em certo sentido, movimentada pelo Estado, que não promove uma experiência em que os processos sejam transparentes e que fala sobre uma face de racismo cotidiano, dentro de tantos outros que revelam um padrão histórico de abusos e que resultam em uma vida marcada pela desigualdade e vulnerabilidade social, pela fome e por diversas mortes.

As tramas de desinformação sobre os fluxos do Estado também se dão quando as mulheres responsáveis pela distribuição das doações elaboram alguma organização e ponderação para eleger determinada pessoa a receber, ou não, alguma doação. É como se qualquer critério - o que é muito razoável em situação de fome – fosse questionado e julgado por quem tem a urgência de comer. O julgamento então, se desdobra em vigilâncias, em moralidades, em conflitos, em

fofocas e diversas tentativas de criar estratégias para alcançar uma avaliação positiva que possibilite o recebimento da doação.

5.4 Política da fome

“O Brasil precisa ser governado por alguém que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.” (Carolina Maria de Jesus, 1914-1977)

As lógicas de brutalidade que construíram a democracia desde o século XVI vêm se intensificando desde o século XIX e se tornando coloquiais, um modo normal de se lidar com a população, se transformando em uma ordem global (MBEMBE, 2021). No Brasil, observamos o fortalecimento de fronteiras brutalizadas, apesar do aumento da mobilidade, e disputas pelos limites de frontalidades que constituem indivíduos partidos, revividos e muitas vezes mortos após serem perseguidos por diversos perigos, sejam eles advindos da militarização, do tráfico de drogas, de enchentes, da falta de saneamento básico, da dificuldade de acessar serviços de saúde e da fome. Estar vivo, para determinadas pessoas, é estar sempre coberto sobre o manto da morte.

Concordo com Das e Poole (2008) que se faz necessário analisar o estado a partir das fronteiras, das margens, pois são exatamente nessas múltiplas teias sociais que podemos entender o funcionamento periférico e as práticas de regulação e disciplina que caracterizam este estado. As autoras pensam o estado através das práticas em suas margens, não tomando essa relação entre eles como simples oposição, mas como cadeias de relações fluidas e complexas de complementaridade, em que a margem é utilizada para explicar o próprio estado. Além disso, Das e Poole explicam as margens enquanto um projeto inacabado e, por isso, ao invés de fronteiras com limites, deve-se pensar em algo que se multiplica para periferias e para o centro. Assim, as margens atuam na definição das práticas de regulação e disciplina que caracterizam o estado.

É exatamente nesses locais, em que há a produção e a engrenagem da máquina do estado, em que determinados indivíduos são imaginados como inimigos ficticiais e, sendo vistos como uma ameaça, precisam ser invadidos, acionando um imperativo de segurança em nome da eminência imaginada de um ataque. Sendo

assim, no que Mbembe conceitua enquanto necropolítica (2020), a morte passa a ser central em lugares que se transformam em espaços de violência, aonde a lei não chega, pois ela só funciona para alguns, não para o “Outro” racializado.

A necropolítica dialoga com o conceito de biopolítica proposto por Foucault (2017), na medida que possibilita novas direções para pensarmos em outras políticas em que a morte se mostra enquanto estratégia de exercício do poder moderno, em locais em que determinadas populações são vistas como ameaças. No caso dessa pesquisa, estamos falando de pobres, negros, moradores de favela e mulheres. A negação de direitos básicos, as condições precárias de vida, a violência policial e a fome são alguns exemplos de como a necropolítica se dá em populações negras e moradores de favelas, cujo racismo é uma tecnologia associada ao direito de matar, é um projeto.

Judith Butler (2004) nos oferece uma distinção já conhecida, que evidencia nosso ponto de partida: nossa condição humana é precária, isso vale para todos. Algo que nos unifica enquanto humanos é a certeza da morte, a vida sempre se finda. Um certo caráter democrático da atividade de um vírus, como o coronavírus, nos lembrou disso durante a pandemia: podemos todos morrer. Todavia, nem todas as vidas são reconhecidas e, para uma vida ser passível de luto, se faz necessário o seu reconhecimento anterior, com condições adequadas para que as precariedades existentes diminuam. Quando isso não acontece, observamos o movimento da gestão da população, da lógica e dos processos da distribuição dessa vulnerabilidade, que é feita pelo Estado e que é sempre marcada por diferenças de raça, de gênero, classe e território.

Essas diferenças, que resultam em opressões de determinados indivíduos, conceituada por Collins (2021) como interseccionalidade, podem ser entendidas enquanto um cruzamento, operado por sistemas de poder, de opressões estruturais, sendo elas de raça, gênero, classe social e território e que assegura a manutenção das desigualdades. A interseccionalidade então, pode ser usada enquanto ferramenta analítica para discutirmos os desafios que as mulheres negras, moradoras da favela do Tripé, vivem em seu cotidiano enfrentando as desigualdades e os múltiplos problemas sociais tão habituais.

Gonzalez (1984 e 2011), apesar de ainda não teorizar em termos de interseccionalidade, foi uma das pioneiras a pensar os marcadores sociais da diferença raça, gênero e classe, de forma relacional, em um período em que essas

categorias eram pensadas analiticamente de maneiras distintas. No artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) Gonzalez reflete sobre, primeiramente a figura da mulata, que desperta a pensar a figura da doméstica e, posteriormente, a figura da mãe preta. Esses três lugares se articulam para entender o discurso da democracia racial, do dominado com o dominador e de como só é possível identificar essa reflexão entendendo de forma conjunta o sexismo e o racismo, que produz efeitos violento sobre as mulheres negras.

O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus (1960) mostra como as favelas passaram a ser o quarto de despejo das cidades, em que mulheres negras e pobres são cotidianamente estigmatizadas e vítimas de múltiplas violências. Se pensamos no Brasil de hoje, construído em meio a tantas desigualdades, observamos que a fome, realidade tão dolorosamente descrita pela autora, é um mecanismo de controle do estado para concretizar lógicas de uma política de morte para determinadas populações e grupos sociais: “Ontem comemos mal. E hoje pior”, “a tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (CAROLINA MARIA DE JESUS, 1960).

A sensação de estômago vazio, de dor, de sofrimento que decorre de uma vida em que há privação de alimentos e tem a fome como realidade, pode ser vista, conforme descrito por Berlant (2011), enquanto uma “morte lenta” dos indivíduos. O desgaste psicológico e físico que pode levar à deterioração e que é exercido por um controle sobre a morte, aponta para a definição da vida como uma manifestação do poder. Para a autora, os poderes da gestão da vida incluem a gestão da exaustão da vida que, em alguns momentos, fundem na morte enquanto evento.

Mallart (2019), em sua pesquisa em diversos espaços institucionais na cidade de São Paulo, aponta como uma “política de definhamento” as condições degradantes às quais são submetidos determinados sujeitos, tais como frio ou calor excessivos, ausência de água potável, ambientes fétidos e úmidos, cuja crueldade está no suportar o insuportável, vivendo em uma “zona de sombra entre a vida e a morte”. O autor analisa uma existência que produz lentamente e gradativamente um estado de decomposição, que constrói o “morto-vivo”. A política da fome, presente na Favela do Tripé, reproduz, a céu aberto, uma prisão conforme descrita por Mallart, em que a fome representa uma dicotomia entre a tontura e a tortura, ambas resultantes da falta de alimentos. Não trago aqui somente uma morte derivada de

balas perdidas, ou de trocas de tiros entre polícias e o tráfico, mas a possibilidade de uma morte antes do findar da vida.

É evidente que a pandemia de COVID-19 acentuou uma situação de fome, já anteriormente presente, conforme mostro nesse capítulo. No entanto, diversos cruzamentos de níveis federais, estaduais e municipais, com suas determinadas políticas locais, evidenciaram situações de negligência a vidas através de sucessivos cortes em políticas públicas, saúde e assistência social e educação. No que se refere à IA, observamos no Tripé uma situação em que a fome parece se encontrar com um projeto de necropolítica, tornando-se um de seus tentáculos, cuja morte é a consequência de um projeto genocida. A fome no Brasil tem cor e omitir essa informação durante a elaboração de estratégias para o encolhimento da fome é ter a certeza de um produto ineficaz e, além disso, é reafirmar uma lógica racista que configura a sociedade do país.

Em outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente da república pela terceira vez. No seu discurso de posse, em janeiro de 2023, a fome e a retomada de políticas sociais aparecem como prioridades nas de governo:

“Vinte anos atrás, quando fui eleito presidente pela primeira vez, ao lado do companheiro vice-presidente José Alencar, iniciei o discurso de posse com a palavra “mudança”. A mudança que pretendíamos era simplesmente concretizar os preceitos constitucionais. A começar pelo direito à vida digna, sem fome, com acesso ao emprego, saúde e educação. Disse, naquela ocasião, que a missão de minha vida estaria cumprida quando cada brasileiro e brasileira pudesse fazer três refeições por dia.

Ter de repetir este compromisso no dia de hoje – diante do avanço da miséria e do regresso da fome, que havíamos superado – é o mais grave sintoma da devastação que se impôs ao país nos anos recentes.

Hoje, nossa mensagem ao Brasil é de esperança e reconstrução. O grande edifício de direitos, de soberania e de desenvolvimento que esta Nação levantou, a partir de 1988, vinha sendo sistematicamente demolido nos anos recentes. É para reerguer este edifício de direitos e valores nacionais que vamos dirigir todos os nossos esforços

Este compromisso começa pela garantia de um Programa Bolsa Família renovado, mais forte e mais justo, para atender a quem mais necessita. Nossas primeiras ações visam a resgatar da fome 33 milhões de pessoas e resgatar da pobreza mais de 100 milhões de brasileiras e brasileiros, que suportaram a mais dura carga do projeto de destruição nacional que hoje se encerra.” (Lula, 2023)

A esperança de que o Brasil se recupere economicamente e que os Programas Sociais sejam estruturantes e estruturados para atenuar as desigualdades sociais e o problema da fome, estão permeando a vida de um país

que assistiu pessoas catando lixo para comer. Algumas medidas como a recriação do Consea, a reformulação e implementação do PBF, o reajuste no valor repassado aos estados e municípios para a compra das merendas escolares e o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incentiva pequenos agricultores e garante alimentação de qualidade para os projetos de alimentação, são alguns exemplos de que, apesar das imensas dificuldades, parece que voltamos ao caminho para o encolhimento da fome no Brasil.

Trouxe neste capítulo diversas estratégias que moldam e constituem a vida das moradoras da favela do Tripé que buscam escapar da fome. A falta de comida não apenas resulta em problemas de ordem biológica, mas é responsável por afligir e danificar relações, assim como por fazer surgir novas estratégias de existência e sociabilidade. A política da fome se introduz no dia a dia de diversas famílias, modificando suas maneiras de viver, de sobreviver e de morrer, cuja confluência destes caminhos reproduz a política de morte, que afeta determinados indivíduos e que se faz presente, desde sempre, no Brasil, se tornando regra e não mais exceção.

CONCLUSÃO

No ano de 2012, dei início à investigação que se desdobraria nesta tese. A princípio, a investigação estava relacionada a entender as mudanças na alimentação e no estado nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e moradoras do Conjunto. A minha hipótese naquele momento era de que, com o dinheiro do PBF, as mulheres conseguiam fazer alterações significativas, de quantidade e de qualidade alimentar, que refletiam na saúde da família.

Naquele momento, acompanhávamos redesenhos políticos do PBF, como o reajuste nos valores, a expansão no número de crianças atendidas por família e o enfoque nas crianças de 0 a 15 anos, para que houvesse a superação da extrema pobreza¹⁴⁶. Esta faixa etária se encaixava ao meu recorte de atendimento na ONG A para atendimento nutricional de crianças moradoras do Conjunto, o que, de certa forma, me propiciava a possibilidade de observar as mudanças no PBF microscopicamente, através do meu trabalho como nutricionista e trabalhadora do terceiro setor.

Foi em 2017, ano em que entrei para o mestrado, que utilizei esta primeira ideia de investigação para delinear o que viria a ser minha dissertação. Utilizei o benefício do PBF enquanto atalho para discutir como, em um contexto de extrema pobreza – na Favela do Tripé - este Programa colocava em circulação mais do que uma política de transferência de renda, mais do que o dinheiro em si, mas relações complexas e novos arranjos no campo das moralidades, da alimentação e do gênero. A pesquisa mostrou como a desinformação sobre os processos do PBF, os julgamentos morais e a vigilância cotidiana relacionados ao recebimento e ao gasto do dinheiro, recebido por meio da transferência de renda, exercem controle sobre vizinhos, parentes e amigos e como, a partir disto, há a construção e o atravessamento de relações entre mulheres beneficiárias. Além disso, evidenciei o empoderamento de mulheres beneficiárias do PBF, que se tornaram autossuficientes e saíram de relações que consideravam abusivas e violentas, buscando melhorias profissionais e familiares, uma vez que o programa de

146

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_30.pdf. Acessado em 10 de outubro de 2023.

transferência lhes proporcionava uma certa segurança quanto ao acesso à alimentação para seus filhos.

Após defesa do mestrado, em 2019, já aprovada para o doutorado, fui elaborando um desenho bastante preliminar sobre a continuidade da investigação. Já me era evidente que uma pesquisa de fôlego curto não teria coberto todos os aspectos da vida daquelas pessoas, mas ainda havia uma incerteza sobre o caminho a seguir. O que aparecia enquanto uma ideia de estudo, era algo relacionado ao acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) para moradoras de favelas e beneficiárias do PBF, já que saúde é uma das condicionalidades do PBF e se encontra frente a um momento de constante ataque e precarização.

A ideia de investigar a Saúde se desdobrou e se ampliou quando, no segundo ano de doutoramento, a pandemia do novo coronavírus atravessou o meu tema de pesquisa, tornando importante virar o olhar para pensar os efeitos que são provocados a partir de um cotidiano marcado com diferentes emergências. Mantive o meu campo de pesquisa, assim como no mestrado, na Favela do Tripé, pensando na importância do estudo em um contexto de pobreza extrema, com um recorte de gênero, raça, classe e território. A partir de então, pude observar como eventos, que se apresentam enquanto extraordinários para uns, para outros, fazem parte de um cotidiano atravessado por múltiplas violências.

A instabilidade na gestão da precariedade que, apesar de parecer crônica, ganha novos contornos, por se tratar de uma condição flutuante que estrutura lógicas e organizações de vidas, resulta em maneiras de resistir e de produzir estratégias de sobrevivência. A realidade ali experimentada, com constante redução de infraestruturas, de fome, de dificuldade no acesso a atendimento de saúde, precarização de transportes públicos, sem liberdade de mobilização espacial e circulação, sem acesso à internet, habitando espaços militarizados e controlados, são as condições de uma vida em que o extraordinário faz parte do cotidiano.

Ao colocarmos a possibilidade de um contágio por Covid-19, a progressão da doença no organismo e outros eventos sanitários que se manifestam no Tripé em uma régua invisível de riscos, concluímos que, para os moradores daquele local, a invisibilidade do vírus, comparada à violência vista e sentida a olhos nus, foi muitas vezes expressada como menos importante. Soma-se a isso o fato de que, durante a pandemia, alguns indivíduos puderam se proteger, trabalhar de casa, acessar

serviços de saúde e recomendações médicas, outros precisaram continuar suas rotinas com seu cotidiano marcado pela iminência da morte para sobreviver.

A impossibilidade de um isolamento social em condições precárias de moradia, a densidade das favelas, a falta de água tratada, a inexistência de saneamento básico, a presença de trabalhos informais sem acesso a direitos trabalhistas, a ineficácia de programas sociais, as sociabilidades que são exercidas nas ruas, a fome, a sobrecarga da mulher no cuidado com a família, a precariedade e a demora no acesso à saúde, expuseram uma série de fatores e desigualdades sociais. A necessidade de viver na urgência, em que a impossibilidade de se proteger de um vírus foi exposta em números, nos mostrou uma letalidade maior entre moradores de favela, quando comparados a outras regiões não favelizadas no país.

Segundo levantamento do Voz da Comunidade¹⁴⁷, no final do ano de 2020, contamos 644 mortes em 25 favelas do Rio de Janeiro (o Tripé, mais uma vez, não se encontrava nesta listagem). Em comparação, no estado do Mato Grosso do Sul, foram 509 mortes, no Amapá foram 602, Tocantins foram 547, Roraima com 547 e Acre com 561 mortos por Covid-19. Os números são surpreendentes e as desigualdades sociais, que ficaram evidentes na alta taxa de letalidade ainda no começo da pandemia, se intensificaram, nos revelando uma situação limite de 8.600¹⁴⁸ óbitos nesses territórios até o presente momento. As omissões, os projetos de morte e a falta de mobilização do governo para proteger esses sujeitos tiveram como resultado a continuidade de uma vida sem perspectiva e sem certeza de planejamento, conforme pretendo mostrar abaixo.

As instabilidades e inconstâncias apresentadas nos processos das políticas sociais, com mudanças constantes de terminologias, desenhos, incertezas em relação aos beneficiários elegíveis, dúvidas sobre os valores, sobre o cadastro e sobre empréstimos consignados, produziram ainda maiores vulnerabilidades sociais e a necessidade de pensar em estratégias para a sobrevivência. Essas novas costuras se desdobraram em novas unidades familiares, o surgimento de microeconomias, a produção de outras relações sociais, com reproduções e

¹⁴⁷ <https://www.vozdascomunidades.com.br/saude/favelas-do-rio-tem-mais-mortes-por-covid-19-que-outros-paises-do-mundo/>. Acessado em 16 de outubro de 2023.

¹⁴⁸ <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>. Acessado em 16 de outubro de 2023.

atualizações de conflitos, novos jogos de moralidades, vigilâncias e relações de afeto. Neste contexto, a incerteza, a suspensão e a dificuldade para a aprovação tanto no PBF e, posteriormente, no Auxílio Emergencial (AE) e no Programa Auxílio Brasil (PAB), desvelou uma situação de aumento da pobreza e da fome, já que a exclusão em programas sociais pode, para alguns sujeitos, significar a diminuição das possibilidades de sobrevivência.

No entanto, as críticas contínuas, os ataques sucessivos ao PBF e a necessidade de impor uma assinatura própria a um Programa Social, levou o ex-presidente Jair Bolsonaro, a arriscar erráticos contornos e descontinuidades, mesmo com um efetivo programa em andamento. Com 20 anos de existência, mas ainda necessário, o PBF foi e ainda é, para muitas famílias, um impulsor que, em conjunto com investimentos em educação, assistência social e na Saúde, é responsável pela quebra do ciclo de pobreza.

Segundo dados do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), ao comparar dados de 2005 com os de 2019, no que diz respeito aos beneficiários do PBF, apenas 20% continuaram na folha de pagamento do PBF. A pesquisa mostra ainda que 64% dos beneficiários dependentes, de 7 a 16 anos do PBF, em 2005, não permaneciam no Cadastro Único 14 anos depois, em 2019. Os dados revelam que a crítica de que o PBF criaria dependência para as famílias mais pobres não se sustenta na prática. Por isso, é importante salientar os objetivos alcançados através do PBF que dizem respeito à diminuição da vulnerabilidade social e, conseqüentemente da fome.

O PBF se extinguiu em outubro de 2021, com a criação de um novo programa social, o Programa Auxílio Brasil (PAB). Esta nova estrutura fez parte de uma realidade de constantes cortes e excluiu aproximadamente 29 milhões cadastrados no Auxílio Emergencial ou que estavam à espera para entrar no PBF. O resultado foi de intensa incerteza, de enfraquecimento de uma política de Estado e a continuidade de um aumento da fome e das desigualdades sociais. Apesar de termos acompanhado a redução da fome, evidenciada em 2014 com a publicação do relatório da Agência para Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado de “Estado de Insegurança Alimentar no Mundo” (SOFI-2014), no qual há a declaração que o Brasil “reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e a subalimentação” (FAO, 2014) e, por isso, saiu do Mapa da Fome, sabemos que este problema é crônico e que nunca deixou de

existir. Durante a pandemia, houve um aumento significativo de insegurança alimentar, que colocou frente à população uma escolha entre sobreviver e comer. Determinados sujeitos, principalmente negros, pobres e moradores de favela, tiveram o seu cotidiano atravessado pela fome, que permeia relações e produzem diferentes sistemas de sociabilidade.

O problema que, dentre tantos outros, é racializado, generificado e de classe, apareceu intensamente durante minha pesquisa de campo, se estabelecendo enquanto uma política que produz mais um projeto em que o desfecho é a morte social e/ou física de determinados sujeitos. As políticas sociais ineficazes, a restrição de direitos e garantias trabalhistas, a redução de trabalhos formais, a falta de incentivo à agricultura familiar e a centralização de renda e terra, desenha uma trajetória de morte baseada na fome. Este cenário interessa governantes, que desejam minar corpos políticos, com fome e fraqueza, para que haja a possibilidade de aceitação de um cenário de miséria e pobreza. Como diria Chico Science:

Oh Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
 Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
 Peguei o balaio, fui à feira roubar tomate e cebola
 la passando uma velha, pegou a minha cenoura
 Aí, minha velha, deixa a cenoura aqui
 Com a barriga vazia não consigo dormir
 E com o bucho mais cheio comecei a pensar
 Que eu me organizando posso desorganizar
 Que eu desorganizando posso me organizar
 Que eu me organizando posso desorganizar (...)

Para Butler (2021), é necessário tornar uma vida “enlutável” (2021, p.155) para que seja merecedora da sua própria existência, que significa resistir em um novo sistema de um “imaginário igualitário” (2021, p.155) para se manter vivo e escapar da violência, do abandono e do descaso sistemático. A criação imaginária de um inimigo racializado, que supõe a necessidade de “proteção” para os que podem ser atacados por eles, cria uma justificativa para a morte e/ou a sujeição de indivíduos a situações de violência e de contenção carcerária. O Estado, em nome dessa “proteção”, submete pessoas a processos e projetos necropolíticos (MBEMBE, 2018), em que a única forma de sobreviver é resistir.

É importante refletir que a resistência surge de situações de vulnerabilidade que marcam a vida de determinados sujeitos. No entanto, a vulnerabilidade não é um atributo, uma propriedade, a identidade de uma pessoa, mas algo característico

e produzido através das relações sociais. Desta forma, como demonstro através de interlocução com Luisa, é importante entender que a resistência à violência, que enquadra possibilidade de existências, busca transformações sociais, na medida que reformulam o direito à vida baseado na igualdade política e social. Esses movimentos podem ser assistidos na Favela do Tripé, através do reconhecimento da injustiça social e a formulação de organizações para combatê-la. A vulnerabilidade não é passiva, pelo contrário, ela impulsiona e projeta a resistência, pressionando a modificação de estruturas de poder.

Estamos assistindo um novo momento na arena política com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república do Brasil. Com o cumprimento de um de seus principais compromissos durante a campanha eleitoral, Lula retomou e aumentou o valor pago do PBF. Além disso, com a meta de tirar o Brasil do Mapa da Fome até 2030, foi criado o Plano Brasil Sem Fome¹⁴⁹, com estratégias como o aumento de renda da população, para expandir o acesso a alimentação; o mapeamento de quem se encontra em situação de insegurança alimentar, para que possa ser feita a inclusão em políticas de assistência social; e mobilização dos governos, dos poderes públicos e da sociedade civil, para juntar esforços para o combate da fome.

Para as minhas interlocutoras, que afirmam que, após o recebimento do PBF, elas viraram “outra coisa”, fica evidente que existe algo que não é declarado, ou que se torna difícil de explicar e transformar em palavras: o sentimento delas sobre um certo resgate da dignidade e da cidadania em uma vida marcada por diversas violências. O que buscamos, através de políticas públicas que se desdobram em políticas sociais, é assegurar o acesso e a utilização de benefícios e serviços sociais que promovam a justiça social e o bem-estar da população. O virar “outra coisa” precisa ser promovido nas diferentes esferas da vida, como assistência médica, educação, acesso à alimentação de quantidade e qualidade suficiente, moradias seguras, acesso a infraestruturas básicas, empregos com direitos trabalhistas, cultura e lazer.

Desta forma, torna-se necessário um olhar contínuo e atento para uma análise detalhada acerca de políticas sociais de inclusão nas novas estruturas políticas que estão se formando e reformulando. Principalmente para sujeitos que,

¹⁴⁹ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome>

como os moradores da Favela do Tripé, têm suas vidas permeadas por crises sanitárias e eventos críticos em que na resistência se encontra a organização. Não esperamos e nem temos a pretensão de acreditar em uma resolução de todos os problemas, mas confiamos na possibilidade de um futuro em que possamos voltar a sorrir, sentadas na porta das casas no Tripé, dividindo momentos de festas, alegrias e esperança.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Pandemia de COVID-19. Dossiê. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em Abrasco_Dossie_Pademia_de_Covid-19_versao2.pdf. Acesso em 30 de nov. 2022.
- MARTINS L., Alaerte. Mulheres negras e mortalidade materna no estado do Paraná, de 1993 a 1998. Disponível em: Acesso em: 1 nov. 2022.
- ALBUQUERQUE, Fabiane. Meu corpo em campo: reflexões e desafios no trabalho etnográfico com imigrantes na Itália. Cadernos De Campo (São Paulo – 1991, 2018), 26(1), 309-326.
- ARAÚJO, Maria; CARVALHO, Alba. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. ESPAÇO TEMÁTICO: ESTADO, AUTORITARISMO E LUTA DE CLASSES. Florianópolis, 2021.
- BECKER, Howard S. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008[1963], 232pp.
- BENJAMIN, Ruha. Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code. [livro eletrônico] Medford, MA: Polity, 2019.
- BENJAMIN, Ruha; Evaristo Conceição. **Mulheres, Raça e Tecnologia - 2º Encontro Intercâtedras do IEA/USP, 2022.**
- BERLANT, Laura. Cruel Optimism. Durham, NC and London: Duke University Press. 2011. 352pp. ISBN 978-0-8223 –511-5.
- BIRMAN, Patrícia; PIEROBON, Camila. Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular. Revista De Antropologia, 64(2), e186647, 2021. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186647>. Acesso em: 14 de setembro de 2022.
- BLANCO, Lis. Dar forma à fome: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Programa Fome Zero. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BUTLER, Judith. BUTLER, Judith. A força da não violência: um vínculo ético-político. Tradução de Heci Regina Candiani. Boitempo, 2021.
- _____.Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- _____. Precarious Life.The power of mourning and violence. London/New York: Verso, 2004.
- _____. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. Que mundo é esse?: uma fenomenologia pandêmica. Tradução Carla Rodrigues. Belo Horizonte, MG, Autêntica Editora, 2022.
- BORTOLANZA, Emanuelli Dalla Vecchia De Campos et al. (In)segurança alimentar e nutricional e fatores associados em famílias chefiadas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Campinas: Secur. Aliment. Nutr., 2023. 1-17 p. v. 30.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, 2006, (26), 329-376.

BRASIL. Avaliação do Programa Bolsa Alimentação: Primeira Fase. Ministério da Saúde. Brasília-DF. 2004.

_____. Avaliação do Programa Bolsa Alimentação: Segunda Fase. Ministério da Saúde. Brasília, DF. 2005.

BRASIL. Dez passos para uma alimentação saudável. Ministério da Saúde.

Brasília, DF. 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_bolso.pdf>. Acesso em: .

_____. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias

beneficiadas. Rio de Janeiro: Ibase, 2008 (Relatório Técnico). Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

BRITO, Luciana; SANTOS, Roberto L.; REGO, Sérgio. Solidariedade, cidadania e justiça social: percepções de atores sociais sobre as respostas públicas à covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2022, vol. 27, no. 11, pp. 4117-4124.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BROWN, Wendy. States of injury: power and freedom in late modernity Princeton, Princeton University Press, 1995.

CAAZANS, Roberto; MATOZINHO, Christiane. Pandemia e neoliberalismo: a melancolia contra o novo normal. Editora Mórula, 2021.

CAMPELLO, Tereza. Faces da Desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. 1. ed. Brasília: Editora Vozes, 2017. 80p.

CAMPELLO, Tereza; Moretti, Bruno. Auxílio Brasil é Bolsa Eleição improvisado e põe em risco futuro do programa. Jornal Folha de São Paulo, 11 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/auxilio-brasil-e-bolsa-eleicao-improvisado-e-poe-em-risco-futuro-do-programa.shtml>. Acessado em: 02 de junho de 2023.

CARDOSO, Claudia P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set. 2014.

CASTRO, Josué de. A geografia da fome. A fome no Brasil. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1946.

_____. Documentário sobre o Nordeste. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1937.

_____. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1948.

_____. Fatores de localização da cidade do Recife. Rio de Janeiro, 1957. Tese (Cátedra de Geografia Humana). Universidade do Brasil.

_____. Geografia da fome. 10ª ed. São Paulo, Círculo do Livro, 1995.

Castro, Josué de. O livro negro da fome. São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____. Homens e caranguejos. São Paulo, Brasiliense, 1968.

_____. Sete palmas de terra e um caixão. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1967.

CASTRO, Inês. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cad Saúde Pública*. 2019; 35(2):e00009919. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

CASTRO, Rosana. Economias Eolíticas da Doença e da Saúde: Uma Etnografia da Experimentação Farmacêutica. 1 Ed. –SÃO PAULO: HUCITEC, 2020.

CASTRO, Rosana. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. *Revista De Antropologia*, 65(1), e192796. 2022. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.192796>. Acessado em 20 de agosto de 2023. .

CECCHETTO, Fátima; DE OLIVEIRA MUNIZ, Jaqueline; DE ARAUJO MONTEIRO, Rodrigo. Envolvido(a)-com o crime: tramas e manobras de controle, vigilância e punição. *Revista De Estudos Empíricos Em Direito*, 2020, 7(2), 108–140. <https://doi.org/10.19092/reed.v7i2.454>. Acessado em 20 de março de 2023.

CHAMMA, Ana Leticia; SPAROVEK, Gerd. De onde vem e para onde vai: o caso do setor agropecuário brasileiro. In *Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro / organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.*

CHATTERJEE, Partha. The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world. New York: Columbia University Press, 2004.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. *Feminismos negros, una antología*, p. 99-134, 2012.

CUNHA, Monica. Para preto é tiro, Covid e fome. *Revista Fórum*, 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/debates/2021/4/25/para-preto-tiro-covid-fome-por-monica-cunha-95895.html>. Acessado em 14 de abril de 2021.

DANTAS, Araújo. Ouvindo Josué de Castro. In: Castro, Josué. *Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. Cap.4, p. 111 - 115.

DAMATTA Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA SILVA TELLES, Vera S.; HIRATA, Daniel. (2007), "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". *Revista de Estudos Avançados da USP*, 21 (61): 171-191.

DA SILVA TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Argumentum, 2010.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*, Oxford University Press, Delhi, 1995.

_____. Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London, 2007 (Trad. Bras. Bruno Gambarotto. São Paulo, Editora Unifesp, 2020).

_____. Veena. "Linguagem e corpo: transações na construção da dor". In.: DAS, Veena, *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário* São Paulo: Editora Unifesp. pp. 67-92, 2020.

_____. Veena, "Official Narratives, Rumour, and the Social Production of Hate" en *Social Identities*, vol. 4, nº 1, 1998.

_____. Veena, "Subaltern as Perspective" en GUHA, R. (ed.), *Subaltern Studies VI*, Oxford University Press, Nueva Delhi, 1989.

_____. Veena. *Vida e Palavras. A violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.), *Anthropology in the margins of the state Santa Fe: School of American Research Press*, 2004, pp. 3-34.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. *El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas*. In: *Cuadernos de Antropologia Social*, n.27, 2008.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BEM LIGNANI, Juliana; Sichieri, Rosely ; Burlandy, Luciene ; Salles-Costa, Rosana . *Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil*. *Public Health Nutrition (Wallingford)*, 2011, v. 14, p. 785-792.

DUBOIS, Vicent. *La vie au guichet: relation administrative et traitement de la misère*. Paris: Economica, 1999. (Collection Études politiques).

EGER, Talita. *Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: Uma Perspectiva Etnográfica*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2013.

EGER, Talita; DAMO, Arlei. *Money and morality in the Bolsa Família*. In: *DOSSIER ETHNOGRAPHIES OF ECONOMY/ICS*. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.* vol.11 no.1 Brasília Jan./June 2014.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

EVARISTO, Conceição. *A gente combinamos de não morrer*. In.: *Olhos d'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FAO et al. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. Rome, 2021.FAO. *Food Price Index*. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex>. Acessado em: 14 fev. 2022.

FARIAS, Juliana. *Quando a exceção vira regra: os favelados como população matável e sua luta por sobrevivência*. *Teoria & Sociedade*, 15 (2), 2008, pp.138-171.

FARIAS, Juliana *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020. 320p.

FASSIN, Didier; RECHTMAN. *The empire of trauma: na inquiry into the condition of victmhood*. Paris, 2007.

FAULHABER, Lucas, AZEVEDO, Lena. *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015

FAVRET- SAADA, Jeanne. "Ser afetado". In: *Cadernos de Campo* n.13, 2005.

FERNANDES, Camila. (2021). *Casas de "tomar conta" e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado*. *Revista De Antropologia*, 64(3), e189648. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>. Acessado em 10 de julho de 2023.

FORTE, Elaina Cavalcante. *Estado, pobreza e desigualdade de gênero: uma análise do lugar da mulher nas políticas públicas de transferência de renda*. 2022. 319 f.: *Dissertação (Mestrado em Direito)* - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

FONSECA, Claudia. *Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de*

pertencimento e posse. Cadernos Pagu, 26, jun, 2006. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100002>. Acesso em: 20 julho de 2023.

_____. Família, fofoca e Honra. Porto Alegre. UFRGS, 2000.

_____. Quando cada caso não é um caso. In: XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1998.

_____. Une Mere Unique ? Reflexions Autour de Quelques. Cas Bresiliens. Psicologia USP, 2002, 13 (2), 49-68.

FAZZIONI, Natália Helou. “Manter-Nos Juntos: Casa, Corpo E Cuidado Em Diferentes Arranjos”. Anuário Antropológico, 2023, 48 (1):171-88. <https://doi.org/10.4000/aa.10625>. Acessado em 15 de outubro de 2023.

FOUCAULT, Michel. A História Da Sexualidade. São Paulo, 2017.

_____. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. O Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes, 2008.

_____. O que é a crítica? Crítica e Aufklärung (G. Borges, Trad.), 1978

_____. Segurança, território e população. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Vigiar e punir. Leya, 2014.

FIOCRUZ, 2013, pp. 183- 207. ISBN: 978-85-7541-534-4. <https://doi.org/10.7476/9788575415344.0013>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante, 2018, 367 pp.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1988.

_____. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Vozes, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984, p.223-244.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In: Cultural Anthropology, 1992.

HALL, Stuart. A identidade cultural da pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

hooks, bell. Anseios: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

hooks, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. Novos Estudos CEBRAP, v. 36, n. 2, julho 2017.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LACERDA, Paula Mendes. Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LACERDA, Paula. Estado, gênero e covid-19: trânsito de mulheres por setores da administração pública em tempos de pandemia. *Mana*, n.28, p.1-33, 2022.

LEITE, Márcia. "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2. 2012

_____. Novos regimes territoriais em favelas cariocas. Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, Anpuh, 2015.

_____. Preconceito racial e racismo institucional no Brasil. In: *Le Monde Diplomatique (Brasil)*, v. ano 5, p. 24-25, 2012.

LIMA, Antónia Pedroso. O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações Interpessoais. *Cadernos Pagu*, v.46, p. 79-105, 2016.

LIMA, Antónia Pedroso, DE OLIVEIRA, Fernanda Rivas. “Banco do tempo. Dádiva, reciprocidade e economia solidária.” *Revista Interseções*. V.17 n. 2: 300-326, dez. 2015. DOI: 10.12957.

LIPSKY, Michael. Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. 1ª ed. Brasília: ENAP, 2019.

LUGONES, María Gabriela. Matronato? Maneras maternas de gestión estatal de minoridades. IN: *Dossiê gênero e estado: formas de gestão práticas e representações*. *Cadernos Pagu* (51), 2017

MALLART, Fábio. Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019.

MARINS, Mani Tebet et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. *Soc. estado*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 669-691, 14 jul. 2021.

MARINS, Mani. *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

_____. A “feminino” como gênero do desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, p. 1-14, 2018.

MARTINS, Carla Verônica. Quem Não Tem Cão Caça Com “Gato”: acesso e gestão informais da energia elétrica em território sob domínio armado (Palmeiras – São Gonçalo). 2019.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MATTAR, Viviane. Moralidades em torno do Programa Bolsa Família, gênero e alimentação: um estudo de caso a partir de uma favela no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MATTAR, Viviane. O VELHO DESCONHECIDO AUXÍLIO BRASIL E O FIM DO BOLSA FAMÍLIA Uma breve discussão sobre políticas públicas, insegurança alimentar e COVID19. *Novos Debates*, V.8N1. Brasília, 2022. Disponível na internet em: http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/08/ENSAIO_vivianemattar.pdf. Acessado em 19 de janeiro de 2023.

MATTAR, Viviane; AZIZE, Rogerio; MONTEIRO Rodrigo. Distanciamento comunitário? Perspectivas sobre COVID-19, favela e transferência de renda. Instituto Nacional de Pesquisa, BRASIL PLURAL. Disponível em: <https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/distanciamento-comunitario-perspectivas-sobre-covid-19-favela-e-transferencia-de-renda/>. Acessado em 14 de maio de 2023.

_____. Programa Bolsa Família e a instabilidade na gestão da precariedade: refletindo sobre futuros possíveis. Cadernos De Campo (São Paulo 1991), v. 28(2), p. 39-45. Disponível na internet em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/163555>. Acessado em: 15 de março de 2021.

_____. Vulnerabilidade e precariedade em uma favela carioca: Ruídos, controles e convenções a partir do Programa Bolsa Família.. Cien Saude Coletiva[periódico na internet] (2020/Jul). Disponível na internet em em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/vulnerabilidade-e-precariedade-em-uma-favela-carioca-ruídos-controles-e-convenções-a-partir-do-programa-bolsa-familia/17708>. Acessado em: 09 de março de 2021.

MARCEL, Mauss. Ensaio sobre a dádiva: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas.

_____. As técnicas do corpo. Sociologia e antropologia, São Paulo, Cosac e Naify, 2003

MBEMBE, Achille. Brutalismo. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2021.

_____. Direito universal à respiração. São Paulo. n-1edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>. MALLART, Fábio. Morrer antes da morte. Le Monde Diplomatique, Edição - 144 | Brasil, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/morrer-antes-da-morte/>

_____. Necropolítica. Rio de Janeiro: n-1, 2018. Universidade de Campinas, 2022.

_____. Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, Flávia. Cadastrar, incluir e proteger. As malhas da proteção social na fronteira Amazônia. Tese de doutorado (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MELO, Flávia. El Programa Bolsa Familia en el Brasil. La Migraa Revista de Análisis Político , v. 34, p. 110-115, 2020.

MENDES, Jussara; WERLANG, Rosangela. Sofrimento social e a Saúde do Trabalhador. Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, 2014, 11(32). <https://doi.org/10.12957/rep.2013.10159>.

MILLER, Daniel; HORST Heather. The digital and te Human: A Prospectus for Digital Anthropology. In: MILLER, Daniel; HORST Heather (Orgs) Digital Anthropology. London, New York, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2012, vol.17, n.3, pp.621-626. Disponível na internet em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso Em 05 de agosto2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Portaria no 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Diário Oficial União. 20 mar 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em:10 de junho de 2021.

MISSE, Michel (Org.). Acusados & acusadores - estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. In: Anuário Antropológico, 2010.

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Civitas, Porto Alegre, vol. 8, no 3, pp. 371-385, 2008a.

MOTTA, Eugênia. "Houses and economy in the favela". in: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n. 1. January to June 2014. Brasília, ABA. Available at <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/eugenia-motta-houses-and-economy-in-the-favela/>. Acesso em 18 de maio de 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007. p. 126-129.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma História Feita por Mãos Negras*. São Paulo, Ed. Zahar, 2021.

NERI, Marcelo. *Insegurança no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais*, Rio de Janeiro, FGV Social. 2022.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*, New York, USA: New York University Press, 2018, pp. 201-218. <https://doi.org/10.18574/nyu/9781479833641.003.0014>. Acessado em 14 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Fernanda; LIMA, Antônia Pedroso de. "O valor do Tempo. Dádiva e Voluntariado em Portugal em tempos de Crise". *Interseções (Rio de Janeiro)* 17 2 (2015):300-326. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/20149>. Acessado em: 28 de julho de 2023.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n. 9, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QvQqmGfwsLTFzVqBfRbkNRs/?lang=pt>.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, 36. Disponível na internet em: <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2350-boletim-n-36-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em 29 março de 2022.

PARREIRAS, C.; MACEDO, R M. Digital inequalities and education in Brazil during the COVID-19 pandemic: a brief reflection on the challenges of remote learning. *Digital Culture & Education*, 2020b. Disponível em: Acesso em: 16 set. 2022.

PARREIRAS, Carolina; MATTAR, Viviane. "Bolsonaro's politics of death, Covid-19 and racial inequality in Brazil". Disponível em: <https://www.coronatimes.net/bolsonaro-politics-death-covid19-race-brazil/>. Acessado em 21/02/2022.

PARREIRAS, Carolina. "The Covid-19 Pandemic and the Reconfigurations of Domestic Space in Favelas. Brief Reflections on Intimacies and Precariousness". *Anthropology in Action*, 2020, 28 (1):52-56.

PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 2018, 27(1), 274-294.

PATEMAN, Carole., *The problem of political obligation: a critique of liberal theory* Reedição com novo posfácio. Berkeley, CA, University of California Press, (1985 [1979]).

PATEMAN, Carole., *The sexual contract* Stanford, Stanford University Press, 1988.

PHELAN, Jo; LINK, Bruce; DOVIDIO, John. Estigma e Preconceito: um animal ou dois? In: MONTEIRO, S., and VILLELA, W. comps. *Estigma e saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 183-207. ISBN: 978-85-7541-534-4. <https://doi.org/10.7476/9788575415344.0013>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274, 2008.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Pensar, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

REGO, Walquíria. Crueldade Social como Política de Estado. Jornal GGN, 16/08/2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/crueldade-social-como-politica-de-estado-por-walquiria-domingues-leao-rego/>. Acessado em: 17/06/2023.

REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família. São Paulo: Unesp, 2014.

RESENDE, T.; CARAM, B. Oposição quer que ministro vá ao Congresso dar explicações sobre Bolsa Família. Folha de S.Paulo, 10 fev. 2020.

RODRIGUES, Cristiana; GOMES, Adriano; DIAS, Roberto. A expansão do programa Bolsa Família e as implicações sobre consumo e preços de alimentos: O caso de Viçosa/MG. In: 46o Congresso da SOBER, 2008, Rio Branco. Anais... Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/106090>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

SANTAMARÍA, Herrera, R.; VELA, Pérez, R. Representaciones comunicacionales de las prácticas de sobrevivencia en el contexto de la pandemia: el caso de las ollas comunes en la ciudad de Lima. Facultad de Comunicación, Universidad de Lima, 2022.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 25, Suppl 2, p. 4211-4224, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413812320202510.2.25482020>. Acesso em 15 de julho de 2022.

SANTOS, Mariana; DERRATORE, Lucas; CECCATO, Maria; BONOLO, Palmira. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. June 2019. Ciencia & Saude Coletiva.

SILVA FILHO, O. J. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. Revista Katálysis, Flóridaópolis, v. 25, n. 3, ago./dez. 2022.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (Org.) Gestar e Gerir: Ensaio para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2012. "O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal". Revista de Antropologia, v. 55 (2):559-564.

SOUZA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luis.; SIMÃO, Mário Pires. A Favela reinventa a cidade. Rio de Janeiro/RJ: Eduniperiferias e Mórula, 2020.

STEWART, Kathleen. Ordinary Affects. Duke University Press, 2007.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dulle, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAUSSIG, Michael. 1993. Mimesis and Alterity: a particular history of the senses. New York/London, Routledge.

TERRA, A. Entrevista com Tereza Campello. Para a fome não voltar. ECOA UOL, São Paulo, 16 mai. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/alimentacaoentrevista---tereza-campello/#cover>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

VITAL, Christina. *Oração de traficante*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015

ZALUAR, Alba. A Máquina e a revolta. São Paulo, Brasiliense, 1985

ZELIZER, Viviana. El dinero de los pobres. In: El significado social del dinero. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

ANEXO – Mapa do Tripé

